

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM VILA NOVA DE GAIA

COORD.
CLÁUDIA PINTO RIBEIRO
FRANCISCO MIGUEL ARAÚJO

CLÁUDIA PINTO RIBEIRO - Licenciada (2005) e Doutora (2009) em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde é Professora Auxiliar do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais. É investigadora do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». É, também, autora de diversas obras e artigos, em particular nas áreas da História de Portugal e História da Educação contemporâneas, de Didática da História e Educação Histórica.

FRANCISCO MIGUEL ARAÚJO - Licenciado em História (2003) e Mestre em História da Educação (2008) pela Faculdade de Letras do Porto, onde se encontra a desenvolver o seu projeto de doutoramento nesse domínio científico (FCT/POPH/QREN/UE). Investigador do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» e colaborador do IHC – Instituto de História Contemporânea. Autor de diversas obras e artigos, em particular nas áreas da História de Portugal, História da Ciência e História da Educação contemporâneas.

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM VILA NOVA DE GAIA

COORD.
CLÁUDIA PINTO RIBEIRO
FRANCISCO MIGUEL ARAÚJO

Título: *A História da Educação em Vila Nova de Gaia*

Coordenação: Cláudia Pinto Ribeiro
Francisco Miguel Araújo

Fotografia da capa: fac-símile do «Projecto da Escola Municipal “Pinto Mourão”, lugar de Laborim de Baixo»
(Arquivo Municipal Sophia Mello Breyner – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia)

Design gráfico: Helena Lobo | www.hldesign.pt

Co-edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

ISBN: 978-989-8351-70-8

Depósito Legal: 426971/17

Paginação, impressão e acabamento: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda. | www.sersilito.pt

Porto

Junho 2017

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007460.

Apoios: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia; Arquivo Municipal Sophia Mello Breyner; HISTEDUP – Associação de História da Educação de Portugal.

SUMÁRIO

Nota de Abertura	7
Cláudia Pinto Ribeiro e Francisco Miguel Araújo	
História da Educação em Vila Nova de Gaia: fontes arquivísticas para a sua interpretação	11
Alda Temudo, M.ª do Carmo Soares, Débora Cranfield Ramalho e Paulo Pires Vieira	
A rede escolar protestante em Vila Nova de Gaia (1868-1923): uma panorâmica geral	25
António Manuel S. P. Silva e José António Afonso	
A Educação em Vila Nova de Gaia (1880-1930): Projeto e balanço do estudo doutoral	63
Eva Baptista	
Gaia pioneira na Educação em meio hospitalar: o ensino no Sanatório	89
Anabela Amaral	
A escola primária gaiense durante o Estado Novo na obra literária de Afonso Ribeiro e J. Rentes de Carvalho	103
J. A. Gonçalves Guimarães	
A educação feminina pelas Belas Artes na sociedade de Oitocentos	125
Susana Moncívio	
As «escolas operárias» em Vila Nova de Gaia	145
Licínio Santos	
Escola de Desenho e Modelação para oleiros: Fábrica Cerâmica das Devesas	165
António Manuel Teixeira Lopes da Cruz	
Contributos educativos da Companhia de Fiação de Crestuma (Lever) para o ensino em Vila Nova de Gaia	175
Fátima Teixeira	
NOTAS BIOGRÁFICAS	187

NOTA DE ABERTURA

Vila Nova de Gaia e Porto, duas cidades separadas por um rio, mas cujas páginas da História se foram entrosando ao longo dos séculos, tal e qual as águas que se unem entre margens, rumo ao Atlântico. Se bem que um mesmo quadro de evolução diacrónica tenha influído na transmutação dos seus territórios e gentes, tornando a primeira como uma extensão natural das muitas atividades do burgo portuense, as idiosincrasias entre ambas foram-se matizando até ao reconhecimento da autonomia municipal de Vila Nova de Gaia em 1834.

Porém, nem sempre essa distinção prevalece de forma indubitável para muitos, esquecendo todo um dinamismo económico, social e cultural liderado pelo concelho com a maior densidade populacional de toda a região norte. Basta recordar o reaparecimento da revista *O Tripeiro*, ainda hoje conhecida como a «Bíblia dos portuenses», nas suas séries mais coesas (a V e VI entre 1945 e 1974) pelo arrojo férreo do empresário gaiense António Sardinha. A produção historiográfica local em Vila Nova de Gaia nunca esmoreceu e tem registado um exponencial crescimento através dos seus muitos equipamentos históricos e culturais, como também à custa de historiadores e curiosos que procuram indagar e disseminar um microcosmo com dicotomias e dinâmicas tão prolíficas, como desafiantes.

Binómios de análise como o rural e o urbano, o público e o privado, o catolicismo e o protestantismo, o agrário e o industrial, a instrução e a educação... correlacionam-se com particular diligência quando se parte para a investigação científica deste município. Tão mais instigador para um domínio como o da História da Educação, quando as especificidades político-económicas, socioculturais e das próprias mentalidades no fenómeno educativo podem, senão mesmo se impõem, ser transplantadas para uma melhor compreensão do plano macroestrutural português.

Foi, por isso, natural e instantânea a vontade de se organizar um colóquio que conjugasse os interesses de investigação dos vários interlocutores: o Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner da Câmara Municipal de Gaia, o Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (DHEPI), o Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM) e a Associação de História da Educação de Portugal (HISTEDUP). Primeiro, o contacto de Alda Temudo dirigido ao DHEPI com tal desígnio, ao qual a comissão executiva manifestou a sua imediata disponibilidade na presença de um dos seus elementos, Cláudia Pinto Ribeiro. Depois, o desafio lançado a Eva Baptista, investigadora do CITCEM, para colaborar na organização de um evento subordinado ao tema anunciado: a História da Educação. Por último, a sua inscrição no âmbito do projeto *INOVAR – Roteiros da inovação pedagógica: escolas e experiências de referência em Portugal no século XX* (PTDC/MHC-CED/0893/2014), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

A conjugação de todos esforços confluíu na realização do colóquio “A História da Educação em Vila Nova de Gaia”, no dia 20 de maio de 2016, que contou com cerca de uma centena de interessados no assunto presentes no Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner. As conferências que decorreram todo o dia, moderadas por Luís Alberto Marques Alves e Francisco Miguel Araújo, mostraram o dinamismo dos seus interlocutores e a vantagem de se realizarem iniciativas deste género, que descentralizem as pessoas e os acontecimentos da esfera académica para públicos mais abrangentes.

Deste modo, os oradores que tomaram parte no evento foram convidados a assinar a autoria dos artigos que compõem este volume, sem maiores constrangimentos de carácter formal, que expurgassem das palavras então proferidas a vivacidade e singularidade que se espelham nos seus estilos de escritas pessoais. Cada capítulo revela a diversidade de formações académicas e de percursos de investigação em curso ou ultimados, indo ao encontro da polissemia temática no discurso historiográfico.

Os leitores terão a oportunidade de aqui colher diferentes ensaios e estudos sobre a História da Educação em Vila Nova de Gaia, desde o século XIX até à atualidade, que nos lançam verdadeiros e originais desafios para a investigação e desenvolvimento a partir deste centro nevrálgico. Alda Temudo e os técnicos do Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner abordam a riqueza do espólio documental sob sua guarda, discorrendo sobre a complexidade na gestão e tratamento da informação relativa ao universo da Educação que importa difundir. A ampla rede educativa em Gaia dinamizada pela Igreja Lusitana, muito mais do que mera instrução religiosa anglicana, é apresentada por António Silva e José António Afonso

como uma proposta educativa inovadora e consistente que se mantém como referência para muitas gerações. Já Eva Baptista traça um roteiro preliminar do perfil educativo do concelho entre 1880-1930, cartografando um conjunto de escolas e experiências pedagógicas, bem como de inúmeras iniciativas oficiais e filantrópicas que a dotaram de dinâmicas educacionais e ideológicas.

Pela escrita de Anabela Amaral retrocedemos às memórias dos pacientes do Sanatório Marítimo do Norte, destacando o pioneirismo da classe médica na sinergia entre a recuperação clínica e a preocupação com a instrução das crianças para uma reinserção social mais eficiente. Numa linha conceptual não muito divergente, J. A. Guimarães incorre pelas relações entre a Literatura e a História, cruzando as narrativas ficcionadas de cariz biográfico de um professor e de um aluno acerca da escola primária gaiense nos tempos autoritários. E os estudos de género são renovados na interação entre o ensino artístico e a construção social da mulher-artista em finais de Oitocentos, na abordagem biográfica por Susana Moncívio de seis senhoras da burguesia gaiense.

Licínio Santos explora, para um mesmo âmbito cronológico, o papel do movimento associativo na luta pela instrução da classe operária num concelho em industrialização, elencando os principais agentes e instituições na sua promoção entre coações financeiras e sociais. Por último, descortinamos algumas das diligências empresarias com intuits filantrópicos e a institucionalização de redes de ensino não formais, primeiro com António Lopes da Cruz e o ensino artístico e profissional na mítica “Cerâmica das Devesas” e na “Companhia de Fiação de Crestuma” por Fátima Teixeira para o ensino pré-primário e primário.

Além do nosso agradecimento reconhecido a todos os autores, terminamos com uma nota de gratidão ao CITCEM, à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e ao HISTEDUP. É nossa expectativa que os hiatos da História da Educação em Vila Nova de Gaia, que se depreendem das entrelinhas destes escritos, possam ser o mote para a continuidade destas iniciativas.

Os coordenadores
Cláudia Pinto Ribeiro
Francisco Miguel Araújo

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM VILA NOVA DE GAIA: FONTES ARQUIVÍSTICAS PARA A SUA INTERPRETAÇÃO

ALDA PADRÃO TEMUDO
MARIA DO CARMO SOARES
DÉBORA CRANFIELD RAMALHO
PAULO PIRES VIEIRA

Resumo: A ação dos municípios na Educação conheceu vários cenários legislativos, com um primeiro grande impulso no período do liberalismo, tornando as Histórias da Educação e do Poder Local fundamentais para a compreensão do ensino em Portugal, abrangendo várias problemáticas desde a rede escolar a outras realidades e condicionantes, como a económica, social e demográfica, etc. O Arquivo Municipal de Vila Nova de Gaia é detentor de um espólio documental onde parte da materialização desse universo ficou registada, revelando a evolução local do fenómeno histórico educativo que justificam uma maior divulgação do seu acervo e a sua importância para o desenvolvimento de estudos multidisciplinares. Assim, abordaremos questões relacionadas com a gestão deste património arquivístico e a sua conexão com a promoção da historiografia da Educação desenvolvida em centros de investigação.

Palavras-chave: *Municípios; Arquivos; Educação; História.*

Abstract: The educational action of municipal authorities encountered several legislative contexts in Portugal, particularly since the Liberalism movement in the 19th century. This historical relationship is fundamental in understanding how educational processes have evolved in Portugal, since the school system and its political design engages other realities such as the economic, social and demographic domains. The Municipal Archive of Vila Nova de Gaia holds significant archival collections which illuminate how local singularities shaped the region's educational history, including specific city council episodes. Our aim is to discuss relevant topics like the management of these historical sources and strategies for their dissemination, therefore contributing to the development of multidisciplinary studies in articulation with research centres.

Keywords: *Municipalities; Archives; Education; History.*

1. INTRODUÇÃO

O crescimento da produção da informação, que caracteriza o quotidiano das organizações públicas do Portugal contemporâneo, tem no município de Vila Nova de Gaia como principal canal de acesso a essa informação o serviço do Arquivo Municipal Sophia Mello Breyner, a quem compete organizar, disciplinar e controlar de forma estruturada essa torrente imensa de dados que carecem de metodologia específicas que lhes confirmem utilidade. Com efeito, a demanda crescente de dados relacionados com o universo escolas, ensino e educação, tem-nos sido colocada não apenas pelos serviços municipais diretamente incumbidos destas questões, mas também ao nível da sala de leitura, junto ao público de investigadores e estudantes, os quais têm vindo a manifestar um interesse gradual sobre esta matéria.

Por outro lado, o aumento sistemático do número de digitalizações de documentos relacionados com arquitetura das escolas e com a sua manutenção, quer a nível construtivo, quer a nível de enquadramento ambiental e urbanístico, seja a nível de terrenos, seja a nível de todo um património municipal inventariado ou a inventariar, tem ocasionado da nossa parte um enorme esforço técnico a nível de descrição, informatização e transferência de suporte (traduza-se, digitalização), esforço este que não é suficiente para dar vazão a necessidades dos nossos utilizadores (arquitetos, engenheiros, desenhadores, juristas, etc.).

Na verdade, a pressão de cumprimento de prazos nem sempre se compadece com a escassez de recursos humanos de que padecemos face aos grandes desafios que a sociedade nos coloca. Damos aqui a título de exemplo, a questão da substituição do amianto nas escolas, muito mediatizada pela comunicação social nos últimos tempos, como sendo de urgente resolução em virtude da saúde de toda a população escolar e que implica a disponibilização dos processos de construção aos técnicos que vão efetuar essa remodelação. Essa disponibilização é frequentemente solicitada em suporte digital, o que, por vezes, no caso de processos muito volumosos obriga a uma grande pressão sobre quem efetua a digitalização.

Concluimos que a vontade não chegava, faltava definir prioridades, para o que o conhecimento do domínio era imprescindível. Com efeito, quanto mais sabemos, mais questões nos surgem, pelo que decidimos que se tornava urgente estabelecer um plano de trabalho especificamente vocacionado para esta temática. Foi, pois, a constatação do que falta fazer para quem necessita de saber fazer, que constituiu a motivação para estabelecer um diálogo com os centros de saber, apoiando quer aqueles que trabalham para o Saber (investigadores universitários), quer aqueles que trabalham para o Fazer (técnicos municipais).

Estudar o fenómeno da Educação, com vista à elaboração de uma cronologia cartografada e documentada, eis a razão de ser do colóquio “A História de Educa-

ção em Vila Nova de Gaia”, de que daremos conta neste texto abrindo a porta de entrada aos interessados em fontes arquivísticas municipais, onde se encontram por explorar registos de memória de uma História que está por fazer.

2. O ACERVO NA PERSPETIVA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Com vista a um primeiro teste à eficácia dos nossos instrumentos de descrição, elencámos um conjunto de questões que colocámos ao sistema informático, começando por pesquisar uma lista de categorias que podemos designar de conceitos elementares, tais como: ensino público/ensino privado; ensino laico/ensino religioso; escola portuguesa/escola estrangeira; ensino primário; ensino técnico; ensino liceal; ensino profissional. Verificámos que os resultados longe de serem satisfatórios eram, além do mais, muito confusos.

De seguida, ensaiamos outra experiência que foi pesquisar por tipologia de construção escolar: Escola do tipo Adões Bermudes; Escola do tipo Conde Ferreira; Escola do tipo Plano dos Centenários e Escola do tipo Área Aberta. Ora, mais uma vez, o resultado foi muito difuso. Prosseguimos com outras listas e o resultado confirmou as nossas suspeitas: há uma lista imensa de assuntos que efetivamente estão aqui documentados, contudo, ou porque não são títulos de séries ou porque não são títulos de documento/peça, encontram-se inacessíveis.

3. TRATAMENTO TÉCNICO VS PESQUISA POR ASSUNTO

A principal função do serviço do Arquivo Municipal Sophia Mello Breyner é a gestão da documentação finda, produzida e recebida pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Para esse fim desenvolve quatro grandes processos de trabalho: recolha, tratamento, conservação e difusão da informação.

O primeiro, o da recolha, estabelece procedimentos para o ingresso de documentos que ficarão sob custódia do Arquivo Municipal, findos os prazos de conservação administrativa fixados na lei, referentes à documentação produzida pelos serviços do município, bem como as empresas, fundações e agências municipais e que devem promover o envio da respetiva documentação para adequada avaliação documental. O ingresso de documentos ou fundos provenientes de outras entidades processa-se a título de compra, depósito, doação, legado, permuta ou reintegração. A tarefa de tratamento compreende várias outras operações técnicas da cadeia arquivística das quais, para os fins de elaboração do presente artigo, destacamos a da descrição. Adotamos uma linha de trabalho que, no caso dos arquivos

municipais, comprometidos com o organismo de tutela – DGLAB – Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas – vincula ao preceituado pelas normas nacionais e internacionais de descrição arquivística e processa-se nos termos da ISAD(G): *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística* e da ISAAR (CPF): *norma internacional para os registos de autoridade arquivística relativos a instituições, pessoas singulares e famílias*.

Nessa conformidade, o tratamento documental apoia-se no princípio da proveniência e no da ordem e estrutura original da documentação, o que na prática significa o respeito pelos conjuntos orgânicos oriundos de cada produtor, bem como a manutenção de todo o esquema organizacional que aquele lhe conferiu. Essa abordagem processa-se por níveis hierárquicos de descrição, partindo do genérico para o particular, segundo os seguintes patamares:

O nível de descrição FUNDO efetua-se ao nível da instituição produtora, de que se fornecem pistas de informação úteis ao investigador relativamente à pertinência do acervo/fundo para a sua pesquisa. Ex.: *Município de Vila Nova de Gaia*. No caso vertente, encontramos informação relacionada com o universo escolas, ensino e educação, em diversos fundos à guarda do Arquivo Municipal de Vila Nova de Gaia. No presente texto, focaremos nos atos/competências municipais, através da documentação camarária. Sem prejuízo dessa focagem, com efeito alertamos para o seguinte facto: é da pluralidade de fundos e coleções que hoje detemos que resultará a riqueza de assuntos e perspectivas que permitirão afinal obter uma visão poliédrica sobre a História da Educação em Vila Nova de Gaia. A este nível, na ótica da arquivística tradicional, o instrumento de descrição documental que se produz é o Guia. Trata-se de informação genérica que hoje em dia está disponível *on line* no motor de busca GISA INTERNET, através do endereço: <<http://arquivo.cm-gaia.pt/>>.

O nível de descrição SECÇÃO corresponde ao nível do serviço/unidade orgânica produtora, correspondendo, portanto, a uma subdivisão orgânica não autónoma. Ex.: *Arquivo Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1834 – Identificador 47606 Código parcial 473 Produtores Divisão Municipal de Educação, 2002-2008 (2002-2004) Sector de Apoio Escolar, 1988-2002 (1989-2002)*. É do maior interesse a identificação de todas as estruturas locais criadas nos diferentes momentos legislativos para a gestão das competências atribuídas aos municípios em matéria de escolas, ensino e educação.

O nível de descrição SÉRIE corresponde ao nível de descrição do conjunto de documentos produzidos e/ou recebidos por uma entidade, no âmbito de uma competência, tendo uma tipologia particular identificável. Ex.: *Série Correspondência recebida (Mocidade Portuguesa) Código parcial Cx.263, P.179-181 Arquivo Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1834*. Saber quais os atos praticados ao

longo do tempo, por um determinado serviço municipal, é algo que tem plena resposta na produção documental, onde se materializam fisicamente todas as realizações, assim escrituradas nos diferentes registos que constituem o acervo do Arquivo Municipal.

O nível de descrição PEÇA corresponde ao nível de descrição de um documento/processo, pertencente a uma série documental. Ex.: *Obra municipal de edifício escolar a construir no Lugar de Sá Documento/Processo, 1934-1935; Assunto: Edifício escolar a construir no Lugar de Sá. Freguesia: Arcozelo.* A este nível, estamos a falar da unidade documental de base, sendo que a sua descrição arquivística deverá sempre identificar a sua ligação ao nível superior, ou seja do seu serviço produtor. Aqui, neste preciso patamar, estamos perante uma grande diversidade de conteúdos de acordo com as diferentes tipologias documentais de cada processo, sendo que a descrição para acesso a esse detalhe, não se esgota na catalogação (descrição a nível da peça), mas garantir um pleno acesso, a nível do conceito implica a indexação.

Eis o grande desafio, que nesta matéria se nos afigura absolutamente incontornável.

4. QUADRO LEGAL DAS COMPETÊNCIAS MUNICIPAIS AO NÍVEL DO ENSINO LOCAL

A questão do contexto de produção de documentos de arquivos de natureza jurídica pública, como são os que estão à guarda dos arquivos municipais, acarreta desde logo o conhecimento, descrição e análise dos diplomas legais que determinaram o aparecimento da documentação. Do estudo dessa legislação resultará a descrição das funções, ocupações e atividades desenvolvidas pela entidade (ou subunidade orgânica) que por sua vez fundamentaram o desenrolar dessa atividade.

A título de amostragem, fizemos o levantamento dos vários diplomas legais que emolduraram a atividade camarária no período que decorre entre a Monarquia Constitucional e a 1.^a República (tabela 1). Na perspetiva de implementarmos uma política de indexação da informação para os utilizadores direcionados para a História da Educação, estabelecemos como forma de representar conteúdos, controlando o vocabulário mediante o uso dos termos que constam nesses diferentes diplomas e que vão permitir recuperar todas as informações que constam nos documentos, relacionadas com aquelas expressões.

Tabela 1. Legislação oficial portuguesa (1822-1911).

Diplomas legais relativos à administração municipal	
Lei de 20 de julho de 1822	Código Administrativo de 1842
Constituição de 1822	Código Administrativo de 1867
Decreto n.º 23, de 16 de maio de 1832	Código Administrativo de 1870
Lei de 25 de abril de 1835	Código Administrativo de 1878
Código Administrativo de 1836	Código Administrativo de 1886
Decreto de 6 de novembro de 1836	Código Administrativo de 1895
Lei de 20 de outubro de 1840	Código Administrativo de 1896

Esta opção garantirá: a cobertura dos principais assuntos, definir o grau de exaustividade no processo de indexação, formar os utilizadores no sentido de lhes fornecer uma estratégia de busca, estabelecer e controlar um tempo de resposta razoável, definir formatos de saída para relatórios e, no final, permitirá a adoção de um método de avaliação de satisfação dos utilizadores. De seguida, retirámos alguns assuntos a indexar futuramente, selecionados a partir de um conjunto de códigos administrativos para o período 1822 a 1936 respeitantes à questão da educação, ensino e escolas. Dessa seleção poderá elaborar-se a seguinte lista de entradas (tabela 2).

Tabela 2. Lista (em construção) de entradas para assuntos indexados na legislação municipal.

Entradas de assuntos indexados à área da Educação	
Arrendamento de edifício escolar	Escola pública
Auxílio a estabelecimento particular de educação e instrução	Estabelecimento de instrução pública
Construção, conservação e reparação de edifício escolar	Estabelecimento particular de educação e instrução (auxílio a)
Criação de escola	Fiscalização de estabelecimento de instrução pública e de educação
Despesa com instrução primária	Subsídio a estabelecimento de instrução
Despesa obrigatória com os vencimentos da instrução primária	Subsídio a estabelecimentos de instrução e educação
Dotação do fundo da instrução primária	Subsídio aos professores públicos de instrução primária
Edifício escolar (construção, conservação e reparação)	Superintender e inspecionar estabelecimento de instrução primária
Escola de ensino primário	Superintender estabelecimento de instrução e educação
Escola de primeiras letras	Vigilância e inspeção

5. DISCURSO POLÍTICO DO PODER POLÍTICO LOCAL

O debate político local vivido ao longo dos tempos pelos maioritariamente eleitos, mas também em parte pelos munícipes, registou-se na forma de discurso direto, ao nível dos Fundos Arquivísticos Municipais, na série documental *Código de referencia*: PT-CMVNG-AM/APUB/CMVNG/P-DirMAG-DepMAG-DMSG-AOM/35 Atas das Sessões de Câmara. O trabalho de indexação que acima referimos, abrangerá todas as ocorrências da lista de assuntos elencados, à medida que forem surgindo, com a vantagem de recorrerem sempre à linguagem de cada época.

Por isso, faz sentido afirmar que a determinação dos termos de indexação corresponde à atividade de conversão dos conceitos identificados que resultaram de uma análise concetual, sendo que a representação dos conteúdos através do estabelecimento de relações entre os termos, garantirá apenas a recuperação de informação que, independentemente da formulação dos termos de pesquisa, corresponder a documentos respeitantes a atos que em dado momento histórico foi permitido praticar. Por exclusão de partes, se pesquisarmos com a expressão: *Escola do Plano dos Centenários*, não poderá recuperar nenhuma ata de sessão de Câmara anterior a 1940.

6. ESTRUTURAS MUNICIPAIS: IMPORTÂNCIA DA CULTURA ORGANIZACIONAL DEDICADA AO ASSUNTO DA EDUCAÇÃO

O esforço de cada município votado à questão da educação é também avaliado em função da cultura organizacional que desenvolveu, ou seja, em função das estruturas administrativas com que se organizou para fazer face às sucessivas disposições legais emanadas do governo central para implementação local das políticas educativas. Também com o mesmo propósito de garantir o acesso a essas mesmas estruturas, procurámos saber quando é que surgiram pela primeira vez e quais as competências que detinham, isto é, quais foram as suas atividades. Com efeito, só apurámos a existência do primeiro organigrama a partir de 1960 como estrutura de serviço formalmente estabelecida. Todavia, através de diversas outras fontes documentais, temos já reconstituídos todos os organigramas municipais desde a fundação do município (que data, recorde-se, do ano de 1834) até aos nossos dias, embora alguns relativamente ficcionados.

Identificámos então a primeira estrutura para a educação (entidade produtora interna), com a designação formal de *Instrução*, numa planta de reforma do edifício dos Paços do Concelho datada de 1916. Esta informação apenas nos permite con-

cluir que àquela data o serviço já existia, mas de momento não podemos avançar com segurança para além desta informação, posto que nem toda a documentação que possuímos está devidamente catalogada, ou seja, descrita ao nível da peça. Como dissemos, ao todo o município conheceu, desde 1960 e até aos dias de hoje, um conjunto de oito organigramas e respetivos regulamentos de serviço, onde expressamente se descrevem as atividades de cada um desses serviços produtores de informação (tabela 3).

Tabela 3. Entidades produtoras internas da Câmara Municipal de Gaia (desde 1960).

Serviços municipais em Vila Nova de Gaia para a área da Educação	
Apoio Escolar	Divisão de Gestão Escolar e Recursos Educativos
Construção e Manutenção de Escolas	Divisão Municipal de Ambiente e Educação Ambiental
Departamento de Cultura	Ensino e Desporto
Departamento Municipal de Educação	Escolas
Divisão de Ação Social e Escolar	Juventude e Desporto

Estes serviços produtores correspondem a termos de indexação e constituem um elemento de preenchimento obrigatório ao nível da base de dados GISA. Todos os documentos que cada serviço produziu estão associados a cada uma destas entidades. Correspondem à expressão: notícia de autoridade, na lista de termos autorizados onde consta o vocabulário controlado, isto é, traduzida da linguagem natural para a linguagem documental, criada em conformidade com as normas técnicas acima referidas.

7. ESTRUTURAS ADMINISTRATIVAS DO PODER CENTRAL COM TUTELA SOBRE O PLANO LOCAL

No plano da História da Educação a interação Estado/Município, ou se quisermos Administração Central/Administração Local, conheceu diversos cenários a nível nacional. Interessa conhecer essa diversidade, compará-la e interpretá-la, pelo que o uso das fontes primárias que fornecem o discurso mais direto para cada área de intervenção é da maior relevância. Referimo-nos à série documental *Correspondência Recebida*, de que selecionámos um conjunto de vinte e seis entidades. Tratam-se de organismos cuja ação condicionou de alguma forma todos os atores políticos, sociais e económicos, relacionados com o universo escolas, ensino

e educação. Identificadas estas entidades, criaremos para cada uma a respetiva notícia de autoridade, associando cada um dos termos que designa cada entidade a uma área de investigação específica da investigação. Indicamos a seguir a lista de algumas entidades que seleccionámos, com as datas extremas da documentação que já se encontra sob nossa custódia (tabela 4).

Tabela 4. Lista (em construção) de entidades associadas à série documental *Correspondência Recebida*.

Entidades produtoras de informação	Datas extremas
Agremiações Desportivas	1940-1986
Casa dos Pescadores e Junta Central das Casas dos Pescadores	1940-1969
Comissão Municipal e Paroquial de Assistência	1971-1986
Direção dos Distritos Escolares	1940-1983
Direção Geral de Assistência	1940-1960
Direção Geral de Educação Física, Desporto e Saúde Escolar	1949-1981
Direção Geral de Ensino Primário e das Belas Artes, Junta das Construções do Ensino Técnico e Secundário	1972-1978
Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	1964-1984
Instituições de Assistência e Beneficência	1968-1983
Instituto de Assistência à Família	1949-1965
Instituto do Bom Pastor e Instituto Maternal	1940-1956
Ministério da Educação Nacional (Escolas Diversas)	1943-1964
Ministério das Obras Públicas	1957
Mocidade Portuguesa	1940-1972
Sanatório Marítimo do Norte	1940-1981
Tribunal Central de Menores	1962-1978
Tribunal Correccional do Porto	1948-1970

Sublinhamos o facto de este artigo ser apenas um plano de trabalho a implementar, com o qual apenas pretendemos divulgar e relevar assim o interesse da consulta de cada item na ótica do investigador.

8. FINANCIAMENTO MUNICIPAL PARA A EDUCAÇÃO

O estudo do investimento financeiro municipal, revela-se da maior importância para a compreensão da História da Educação de cada concelho. Por essa razão, a análise e tratamento dos dados fornecidos pela *Conta de Gerência* assume-se como extraordinariamente interessantes, permitindo fazer um retrato muito objetivo

de todas as realizações camarárias efetuadas neste domínio. A título de amostra, recolhemos a partir do *Resumo da Despesa* (tipologia interna de cada processo de *Conta de Gerência*), para o período compreendido entre 1930 e 1980, todas as rubricas respeitantes a despesas com escolas e apresentamos de seguida uma lista alfabética dessas rubricas (tabela 5). Note-se que estas nos remetem para as ordens de pagamento que efetivamente correspondem a despesa efetuada.

Tabela 5. Lista (em construção) de rubricas associadas à série documental *Conta de Gerência*.

Rubricas assinaladas em <i>Resumo da Despesa</i> (1930-1980)	
Aquecimento	Impressos e expediente para o recenseamento escolar
Aquisição de crucifixos e fotografias do Chefe de Estado	Material para a instalação de eletricidade nas escolas
Ministros ou Beneméritos da Instrução	Prémios escolares estabelecidos pela Câmara
Aquisição de mobiliário escolar	Renda dos edifícios escolares
Aquisição de terrenos e construção de edifícios escolares	Reparação do material didático
Compra de terrenos para a construção de escolas	Seguro contra fogo nas escolas
Conservação e reparação do mobiliário	Subsídio aos agentes de ensino para limpeza e expediente de escolas
Conservação, reparação e melhoramentos nos edifícios escolares	Subsídio às Cantinas Escolares
Expediente das escolas, incluindo o dos cursos noturnos	Subsídio da renda da casa dos professores
Expediente e limpeza das escolas	

No mínimo, deste conjunto de termos, poderemos retirar as seguintes perspetivas de estudo: alimentação escolar, aluguer de edifícios para escolas, benemerência no ensino público, participação estatal, níveis de conforto, despesas correntes, ensino noturno, ensino protestante, gestão de risco, logística escolar, manutenção dos espaços escolares a cargo dos municípios, pedagogia, plano dos centenários, reconhecimento de mérito, religião, saúde e higiene, urbanismo, entre muitos outros assuntos do universo da História da Educação, cujo leque compete ao investigador alargar à medida das crescentes interpelações que a própria documentação vai ditando.

9. URBANISMO, ARQUITETURA E ARQUITETOS

Datam do período do Liberalismo os primeiros registos escritos locais, respeitantes à instalação de escolas para o ensino das primeiras letras em espaço próprio. Esse primeiro impulso de dar casa à escola, foi grandemente apoiado pela benemerência, ou seja, deriva da iniciativa de particulares que doavam edifícios para salas de aula, simultaneamente ocupados para habitação do professor. Encontramos estas realidades sob a forma de deliberações da vereação, testamentos, escrituras diversas e ainda na forma de inventários do património municipal. Não será despidendo afirmar que em Vila Nova de Gaia este fenómeno foi muitíssimo fomentado pelos chamados *brasileiros torna viagem*, de que temos já alguns confirmados.

Verdadeiramente a História da Arquitetura Escolar em Vila Nova de Gaia, iniciar-se-á a partir do início do séc. XIX, altura em que vão surgir os primeiros edifícios projetados e construídos especificamente para a função de escola, se bem que aqueles que conhecemos já são de iniciativa particular. Esta mesma situação, manter-se-á *grosso modo* até aos anos quarenta do século seguinte. São, sem dúvida alguma, francamente crescentes as preocupações municipais referentes às questões relacionadas com o chamado parque escolar, bem como outras relacionadas com o ensino e a educação dos alunos, mas não ainda do ponto de vista da produção dos espaços que virá muito mais tarde.

De sublinhar o interesse do documento: *PT-CMVNG-AM/APUB/CMVNG/Pnt-SeCa/1053, Mapa definitivo das obras de Escolas Primárias do Plano dos Centenários, 1943–1943*. O plano contém a seguinte informação: estimativa das despesas, distribuição das importâncias a despender, resumo geral do número de salas de aulas a construir, desenvolvimento por concelhos. Indica também por freguesia a sede do núcleo escolar, as localidades que o constituem e a tipologia do edifício de acordo com a demografia de cada freguesia e lugar. É sem dúvida um belo retrato de época, que interessa trabalhar como ponto de partida para comparação com a evolução a que se assistiu no restante território nacional. É a partir deste período que abundam as diversas fontes documentais respeitantes aos edifícios escolares. Informam sobre forma e função, paisagem e ambiente, relação da sala com o espaço exterior do ponto de vista da vivência do aluno, bem como dos processos de aprendizagem nas diferentes *modas pedagógicas* que daí em diante vão formar os futuros cidadãos gaienses.

Gradualmente, os edifícios escolares ganham protagonismo e passam a ser pontos de referência local, facto que é inclusive patente na toponímia. É certo que falamos predominantemente das escolas públicas do ensino primário, mas o mesmo se passa para muitos outros estabelecimentos do ensino particular que, até aos anos sessenta, são eminentemente religiosos e estão instalados em edifícios

adaptados. Importa aqui referir que é perceptível a partir dos registos arquivísticos que há um grande esforço de melhoria a acompanhar a inovação pedagógica. São muitas e variadas as séries documentais disponíveis, desde os processos de obras particulares aos municipais, com ou sem arquitetura explícita, mas com informação muitíssimo preciosa para o retrato local.

10. CONCLUSÕES: ALGUMAS LINHAS DE TRABALHO A DESENVOLVER

Na ótica da moderna gestão de arquivo, a focalização no cliente investigador implica também o conceito de atendimento personalizado. Tal opção deverá antecipar quais são as necessidades de informação desse mesmo cliente. A preparação deste colóquio, levou-nos a detetar vários pontos de melhoria na qualidade das nossas descrições que, oportunamente, corresponderão a um grau de acesso à informação mais eficaz, permitindo ao investigador em História da Educação alcançar um nível de detalhe tão exaustivo quanto desejável.

Essa opção resultará na afetação de um técnico superior arquivista ao processo de indexação, sem o qual as pesquisas podem resultar em lentas e “ruidosas”. Por outro lado, da parte dos docentes e orientadores académicos será de considerar, não apenas o nosso serviço um local de visita a incluir em eventuais “manuais” de disciplina, mas também a preparação dos alunos na exploração do nosso motor de busca.

A importância dos arquivos locais para o estudo da História da Educação poderá conduzir à organização dos arquivos dos diferentes estabelecimentos de ensino concelhio, públicos ou particulares, à semelhança do que já acontece, com as bibliotecas escolares. Esta tarefa poderia converter-se num projeto do município, em parceria com a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no qual o Arquivo Municipal Sophia Mello Breyner se presta a dar todo o seu apoio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, Carla (2012) – *A evolução da arquitetura escolar portuguesa: as escolas primárias desde finais do séc. XIX até à contemporaneidade*. Lisboa: Faculdade de Arquitetura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa. Tese de Doutoramento.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (2004) – *ISAAR(CPF): norma internacional de registo de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2.ª edição.

- MAGALHÃES, Justino; ADÃO, Áurea, coord. (2015) – *História dos Municípios na Educação e na Cultura: incertezas de ontem, desafios de hoje*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- MINISTÉRIO DA CULTURA (2002) – *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999/ Conselho Internacional de Arquivos*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 2.^a edição.
- SILVA, Carlos Manique da (2015) – *O estudo dos espaços escolares*. In ALVES, Luís Alberto; PINTASSILGO, Joaquim, coord. – *História da Educação. Fundamentos Teóricos e Metodológicos. Balanço da investigação científica portuguesa (2005-2014)*. Porto: CITCEM/HISTEDUP/IEUL, p. 131-147.
- TEMUDO, Alda, coord.; PORTELA, Débora; ABADE, Cristina (2013) – *Memórias do Município de Vila de Vila Nova de Gaia – da fundação à atualidade*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal.

A REDE ESCOLAR PROTESTANTE EM VILA NOVA DE GAIA (1868-1923): UMA PANORÂMICA GERAL*

ANTÓNIO MANUEL S. P. SILVA
JOSÉ ANTÓNIO AFONSO

Resumo: A Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica, uma confissão religiosa de matriz anglicana fundada em 1880, assinalou a sua implantação pela circunstância de acompanhar o trabalho religioso por uma forte ação educativa e assistencial. Característica particularmente notória em Vila Nova de Gaia onde foram associadas escolas a todas as comunidades desta igreja, desde o exemplo paradigmático da escola e igreja do Torne/São João Evangelista (1868), para a alfabetização e escolarização de crianças, jovens e adultos. Apresenta-se uma leitura diacrónica desta rede escolar até ao falecimento do impulsionador Diogo Cassels (1923), tentando captar as dinâmicas educativas e pedagógicas destes estabelecimentos, propostas consistentes, inovadoras e totalmente não proselitistas, que fez deles uma referência para inúmeras gerações e uma identidade simbólica perene na história da educação popular gaiense.

Palavras-chave: *Igreja Lusitana; Rede escolar; Vila Nova de Gaia.*

ABSTRACT: The distinctive focus of the Lusitanian Catholic Apostolic Evangelical Church, an Anglican congregation established in Portugal in 1880, was merging its religious services with a strong investment on educational and social assistance. That was particularly true in the council of Vila Nova de Gaia due to the foundation of schools in different Lusitanian communities. The first one was established in the parish of Torne (1868) and promoted the literacy and schooling of many children, young people and adults. Here we present a critical overview of this school network from its foundation until the death of its greatest sponsor James Cassels (1923). We highlight these schools' educational and pedagogical dynamics, and their consistent, innovative and not totally proselytistic academic proposal, which transformed them into a reference for many generations and a local symbol of popular education.

Keywords: *Lusitanian Church; School network; Vila Nova de Gaia.*

* Estudo elaborado no âmbito do projeto “Roteiros da inovação pedagógica: escolas e experiências de referência em Portugal no século XX” (PTDC/MHC-CED/0893/2014), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

1. INTRODUÇÃO

A ação educativa e assistencial acompanhou quase sistematicamente a implantação da Igreja Lusitana nas diferentes localidades do país onde se fez presente nos quase 140 anos que leva de existência como confissão religiosa organizada. Em Vila Nova de Gaia esta igreja anglicana encontra-se estabelecida desde as suas origens e, à semelhança do que sucedeu em muitas outras das suas comunidades, todas as paróquias nasceram associadas a instituições escolares, naturalmente com expressão e longevidade diversas¹.

A primeira destas escolas, verdadeiramente matricial no seu modelo pedagógico e vocação humanista, foi a Escola do Torne, fundada por Diogo Cassels em 1868; seguiu-se a Escola do Bom Pastor, no lugar do Candal, que o seu irmão André Cassels e a esposa Elizabeth Ann Kate colocaram em funcionamento em 1882; em 1901 mais uma vez Diogo inaugurou novas salas de aula, desta vez a Escola do Prado, perto da estação ferroviária das Devesas; em 1906, na Madalena, uma missão da igreja do Bom Pastor iniciou aulas noturnas para adultos e no ano seguinte foi em Oliveira do Douro instalado o Colégio Lusitano, pela mão de José Bonaparte, um dos discípulos de Diogo Cassels (fig. 1).

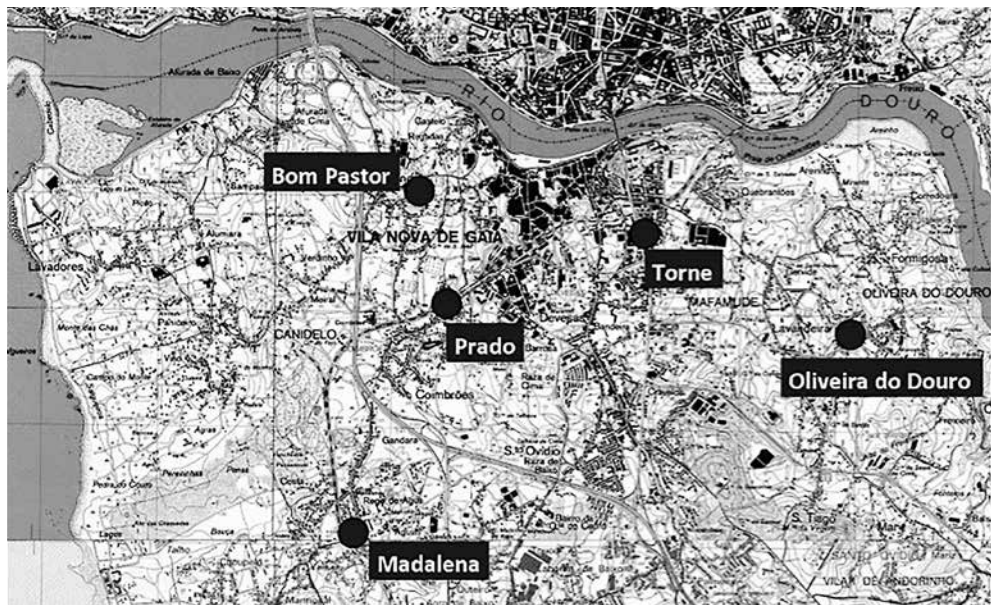


Figura 1. Localização das escolas da Igreja Lusitana em Vila Nova de Gaia

Fonte: Carta Militar de Portugal, folhas 122 e 133, escala original 1:25000

¹ Além das aqui tratadas, a Igreja Lusitana teve também escolas anexas às paróquias do Redentor (Porto), São Paulo, São Pedro e Jesus (Lisboa), Santíssima Trindade (Sintra) e Espírito Santo (Setúbal).

Como amplamente se atesta, estes projetos educativos, de assumida inspiração cristã mas não confessionais e abertos a toda a população, rapidamente granjearam o respeito da administração escolar e outras autoridades e largo reconhecimento social, pelo rigor e exigência pedagógica que implementavam e o enquadramento filantrópico da sua atividade, oferecido essencialmente aos segmentos da população de mais poucos recursos económicos, o que as marcou como referência para inúmeras gerações de gaienses.

O esforço proposto neste texto é uma leitura conjunta da rede escolar da Igreja Lusitana durante o período compreendido entre os anos de 1868, data de fundação da Escola do Torne, e 1923, ano do falecimento de Diogo Cassels, o impulsionador da disseminação evangélica em Vila Nova de Gaia. Captaremos de forma sumária as dinâmicas educativas e pedagógicas destas escolas e o inequívoco contributo de uma religião minoritária para a alfabetização e escolarização de crianças, jovens e adultos, evidenciando também os fortes vínculos com as comunidades e a sociedade envolvente que geraram uma identidade simbólica perene na história da educação popular em Vila Nova de Gaia.

2. CONTEXTOS SOCIO-RELIGIOSOS

O protestantismo² chegou a Portugal apenas no século XIX. Até então, a ação do Tribunal do Santo Ofício, o *Index Librorum Prohibitorum* e a censura prévia impediram quase por completo entre nós a circulação das ideias de reforma religiosa que, desde o século XVI, abalaram a maior parte da Europa. Constituiu exceção pontual a autorização dada às comunidades estrangeiras luteranas e anglicanas, no âmbito de tratados comerciais, para exercer os atos de culto próprios das suas confissões, desde que o fizessem discretamente, em edifícios comuns sem forma de templo e em caso algum envolvendo portugueses; ao abrigo destas disposições estritas os anglicanos puderam ter cemitérios próprios em Lisboa e no Porto ainda no século XVIII, mas as primeiras capelas para estrangeiros anglicanos e presbiterianos só no século seguinte puderam ser edificadas.

² Usamos aqui este termo em sentido geral, para nos referirmos ao conjunto de igrejas e correntes religiosas que desde o século XVI se afastaram ou foram criadas à margem do catolicismo romano; aliás, no século XIX as expressões *protestante*, *evangélico* ou *reformado* usavam-se em Portugal de forma mais ou menos indistinta, independentemente do facto da Igreja Lusitana, por exemplo, não ter qualquer filiação direta na Reforma Protestante e resultar antes de mais de uma reforma de raiz essencialmente católica, se bem que desde o início inspirada no modelo anglicano.

Nas primeiras décadas de Oitocentos, porém, diversas alterações políticas, sociais e culturais abriram caminho à diversidade religiosa. Devem elencar-se, nomeadamente, as invasões napoleónicas, que proporcionaram o contacto com tropas francesas e inglesas (muitas de origem protestante), a progressiva difusão das ideias liberais e, em escala menor, da maçonaria, culminando na revolução de 1820 e a consequente implantação do regime constitucional, garantindo a liberdade de imprensa e outros direitos de cidadania.

Paralelamente, a Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira, de Londres, começa a editar regularmente traduções portuguesas do Novo Testamento e posteriormente da Bíblia em versão integral, que tiveram ampla distribuição em Portugal³, e ao mesmo tempo algumas sociedades missionárias protestantes, podendo utilizar os textos sacros em vernáculo, começam a mostrar algum interesse pela evangelização do nosso País, no quadro dos movimentos de reavivamento religioso e apelo à missionação que desde as últimas décadas do século XVIII ocorreram em muitas correntes do meio evangélico.

Foi neste quadro que surgiram a partir da década de 1830 diversas iniciativas por parte de leigos, ministros ou ex-padres católicos convertidos à fé evangélica que criaram espaços de estudo bíblico, pregação e outros atos religiosos, levando mesmo à instalação de comunidades locais relativamente estáveis. Como sucedeu com a capela de rito anglicano do espanhol Vicente Gómez y Tojar, que exerceu em Lisboa entre 1839 e 1870, servindo fiéis de diferentes nacionalidades, incluindo portugueses, como um ex-padre católico que aí celebrou o seu matrimónio⁴. Posteriormente, estes movimentos desembocaram na criação de igrejas mais ou menos institucionalizadas, como a Igreja Metodista (desde 1871-1877), a Igreja Lusitana (desde c. de 1878, com fundação formal em 1880), a Igreja Presbiteriana e, algum tempo depois, os Batistas e outras confissões.

Não sendo este o espaço para historiar esses movimentos de diversificação religiosa remetemos o leitor para a vasta bibliografia⁵, mas interessará muito de

³ Entre 1809 e 1817, a Sociedade Bíblica editou 25 000 exemplares do Novo Testamento na tradução de Ferreira de Almeida, a maior parte dos quais terão sido distribuídos em Lisboa, Porto e Funchal (LEITE & CAVACO, 2013: 190).

⁴ Cf., entre outros: MOREIRA, 1957: 317; MOREIRA, 1958: 109-49; SILVA, 1995a: 740.

⁵ A historiografia clássica assenta nos trabalhos de Diogo Cassels (1898 e 1908), J. Barreto (1901) e Eduardo Moreira (1958), podendo consultar-se entre as obras mais recentes estudos de F. Guichard (1990), J. Marques (1995), M. Cardoso (1998), V. Neto (1998), F. Peixoto (1999 e 2001), L. Santos (2001 e 2002), J. Afonso (2009) e R. Leite (2009). Especificamente para a história da Igreja Lusitana vejam-se Cassels (1898 e 1908), J. Figueiredo (1910), E. Moreira (1949), J. Moreira (1995 e 2002), A. Silva (1995a), L. Santos (1997) e J. Afonso (2013). Uma fonte fundamental para a perceção da vivência quotidiana de alguns dos principais agentes do protestantismo no Porto e em V. N. Gaia é A. Aspey (1971).

passagem anotar aqui alguns pontos comuns dessas propostas alternativas para melhor se contextualizar e compreender as iniciativas escolares da Igreja Lusitana.

Independentemente das naturais diferenças de sensibilidade teológica e litúrgica que se foram afirmando ao longo do tempo, os dinamizadores destes movimentos religiosos partilhavam dois princípios absolutamente reitores das suas ações: a centralidade da Bíblia como instrumento de evangelização e formação cristã, e a necessidade da instrução para possibilitar o acesso aos textos sagrados e promover consciências mais livres e esclarecidas. Como dispositivos centrais desta estratégia situam-se as Escolas Dominicais e as Escolas Diárias.

As primeiras replicavam o movimento das *Sunday Schools*, surgido na segunda metade do século XVIII e que rapidamente se tornou uma instituição clássica das igrejas anglicanas e protestantes⁶; eram verdadeiramente fundamentais e como não requeriam a presença de um ministro ordenado, muitas vezes precediam a realização regular de atos de culto ou a formalização da congregação religiosa. Todavia, as elevadas taxas de analfabetismo e a escassa escolarização de crianças⁷ levaram a que a criação de escolas diárias para ambos os sexos fosse também muito recorrente, quer enquanto escolas particulares de ensino elementar, quer na modalidade noturna de ensino de adultos – particularmente vocacionadas para a alfabetização do operariado – quer até, em casos mais pontuais, pelo desenvolvimento de creches para a educação pré-escolar, como sucedeu no Torne.

Deste modo, a par de outras atividades filantrópicas e assistenciais, dependendo das circunstâncias e dos meios disponíveis, as escolas e colégios protestantes visavam dar oportunidade a todos os indivíduos de ler a Bíblia, praticar uma fé mais esclarecida e naturalmente adquirir ferramentas de promoção social, para além de constituírem um meio de interação com as comunidades e de visibilidade pública dos princípios morais e doutrinários que norteavam as novas propostas religiosas.

⁶ Desenvolvidas no contexto da revolução industrial inglesa, as *Sunday Schools* destinavam-se a proporcionar às crianças e adultos das famílias operárias uma oportunidade de alfabetização, uma vez que o domingo era o único dia de descanso para os operários. As escolas dominicais tornaram-se rapidamente populares e em meados do século XIX eram praticamente universais quer na Inglaterra, quer nos Estados Unidos. Este movimento suscitou o reconhecimento e apreço de muitas figuras públicas, como sucedeu em Portugal com Alexandre Herculano, que nas páginas do *Panorama* (1837: 264) deixou rasgados elogios às “escolas domingueiras”, aspirando a que fossem replicadas em Portugal (SILVA, 2016).

⁷ Em 1878 mais de 79% dos portugueses maiores de 6 anos residentes no continente não sabiam ler, e em 1890 permaneciam iletradas 74% das crianças entre os 7 e os 9 anos (RAMOS, 1988: 1067).

3. DO TORNE AO PRADO: A ESCOLA COMO TEMPLO DA INSTRUÇÃO

Assinalando no seu jornal a inauguração da Escola do Prado, em 1901, Diogo Cassels designava-a como «templo da instrução»⁸, desta forma expondo com frontalidade a importância fundamental que dava ao ensino e à educação e, ao mesmo tempo, o papel da escola e da igreja entendidas quase como faces da mesma moeda. Mas o trabalho de Cassels começara muito antes, quando apenas com 24 anos instalou uma sala de aula para a qual contratou um professor habilitado. Estávamos em 1868 e foram essas as raízes da escola do Torne.



Figura 2. James ou Diogo Cassels (1844-1923), o fundador das escolas do Torne e do Prado.

Fonte: Arquivo Histórico da Igreja Lusitana

James Cassels (fig. 2) nascera no seio de uma família de industriais ingleses radicada em Portugal. Sendo o filho mais velho de uma família numerosa, estava-lhe reservada a condução dos negócios da família, designadamente após a morte do patriarca em 1869. Mas não eram esses a vocação e destino de Diogo, como sempre se identificou. Com pouco mais de vinte anos começou a organizar reuniões, para as quais convidava amigos, familiares e operários da fábrica paterna, nas quais se lia a Bíblia, entoavam cânticos religiosos e faziam orações; o movimento foi crescendo até atrair a atenção das autoridades, ao mesmo tempo que Cassels alimentava já o sonho de construir um templo e salas para uma escola.

Em 1868, Cassels foi denunciado e julgado por ofender a religião estabelecida como oficial na Carta Constitucional e simultaneamente propagar doutrinas contrárias ao catolicismo romano, tendo sido condenado a seis anos de deportação, pena posteriormente comutada em tribunal de recurso. Estas atribuições, que provocaram compreensíveis preocupações e circularam pela imprensa portuguesa e inglesa, em nada demoveram o jovem Cassels das suas intenções e, em 1868, a capela do Torne estava construída, a expensas próprias e com o apoio de uma subvenção internacional, em edifício inicialmente discreto e algo afastado da via pública (fig. 3), como recomendavam a Carta e a prudência, mas que não

⁸ *Egreja Lusitana*, 90. Vila Nova de Gaia, junho de 1901, p. 2.

prescindia da arquitetura interna de um templo nem de bonitos vitrais ingleses como adorno e inspiração dos crentes⁹.



Figura 3.
O complexo escolar do Torne¹⁰.
Fonte: Arquivo Histórico da Igreja Lusitana

A escola começou também nesse mesmo ano. No outono Cassels confessava o desejo de «construir uma escola e salas de classe» anexas à capela, mas não podendo fazê-lo de imediato contrata um jovem professor – designado apenas como Sr. Bento e dito «competente tanto para a instrução religiosa como para a secular»¹¹ – para as lições, que teriam lugar na sua residência ou em casa arrendada para o efeito. Nos anos subsequentes a escola manteve-se em funcionamento, parecendo alargar-se à alfabetização de adultos segundo uma notícia de 1871¹², e finalmente em 1872 foi construída no Torne a primeira sala de aulas, para a classe feminina, e contratada uma professora (fig. 4). Entretanto, parece que a classe masculina e a aula noturna para adultos prosseguiram numa casa alugada, à Lavandeira, com Manuel Carvalho como professor¹³, até à edificação de uma nova sala de aulas no Torne. A centralização da atividade educativa naquele espaço só teria lugar alguns anos mais tarde e culminou em 1894, momento em que com a construção de um novo templo a capela primitiva ficou destinada à aula masculina¹⁴. Só desde então,

⁹ Cf. CASSELS, 1908; ASPEY, 1971; SILVA, 1995c.

¹⁰ Em primeiro plano, o edifício do templo de 1868 (usado para escola a partir de 1894) e, à direita, as salas de aula construídas em 1872.

¹¹ ASPEY, 1971: 60.

¹² ASPEY, 1971: 108.

¹³ ASPEY, 1971: 138.

¹⁴ Uma tradição conservada na comunidade religiosa sugeria que a capela primitiva teria sido nos primeiros anos da escola usada simultaneamente para o culto, nos domingos e ocasiões próprias, e como sala de aula durante a semana, referência que um de nós admitiu (SILVA, 1995c). Todavia, a informação documental disponível não permite sustentar devidamente esta possibilidade, o que não obsta a que a capela tenha sido utilizada pontualmente para atividades extraordinárias da escola, como sucedeu por exemplo com a Festa Escolar de 1892. Vd. AFONSO & SILVA, 2010 e 2015.

com propriedade, aquela fachada de empena triangular, ladeada pela torre do relógio, ganhou estatuto como emblema icónico da Escola do Torne.



Figura 4.
Grupo de alunos da escola
do Torne¹⁵.

Fonte: Arquivo Histórico da Igreja Lusitana

Uma das características mais notáveis e singulares do Torne foi, sem dúvida, a extraordinária diversidade da oferta escolar e cultural que proporcionava. À preocupação primeira da alfabetização, Cassels rapidamente juntou todo um conjunto de dispositivos que refletiam uma estratégia educativa abrangente e direcionada a diferentes segmentos da população. Para os mais pequenos implementou-se a aula infantil, para «entreter as crianças e tira-las da rua» mas também para lecionar «princípios rudimentares de leitura»¹⁶; para os jovens adultos ou dar sequência ao ensino elementar, a formação alargou-se rapidamente a diversas disciplinas de instrução secundária, como o francês, o inglês, a escrituração e o cálculo comercial, mas também o desenho geométrico, a música e o canto coral, a costura e as artes e ofícios, para as quais se chegou a iniciar uma espécie de escola profissional. O regular contacto de Cassels com os modelos de ensino britânicos, suíços e do norte da Europa levou-o a valorizar as dimensões da educação física, pelo que a ginástica era tida em elevada consideração, havendo particular cuidado na escolha dos aparelhos que lhe eram dedicados, como refere uma notícia de 1907, ao enumerar o uso de trapézio, barras paralelas, escada, baloiço e halteres, acrescentando que se destinam a exercícios «agradáveis, úteis e muito higiénicos»¹⁷.

As aulas noturnas, destinadas essencialmente a operários, foram estabelecidas desde os primeiros anos da escola e tinham muita procura e assinaláveis resultados, como Cassels registava em 1911: «centenas de tanoeiros e outros que entraram

¹⁵ Fotografia datada entre as décadas de 1870-1880, vendo-se Cassels em pé, ao fundo, e outros professores.

¹⁶ *Relatório da Igreja Lusitana (...). 1897-1898*. Lisboa, 1899, p. 23.

¹⁷ *Egreja Lusitana*, 221. V. N. Gaia, 01.12.1907, p. 4.

neste curso, completamente analfabetos, agora sabem ler, escrever e contar, e alguns estão estudando para fazer exame de instrução primária»¹⁸.

Novos recursos pedagógicos vão sendo acrescentados gradualmente, numa perspectiva de melhoria contínua, observando-se em finais do século XIX o uso do gramofone, das projeções com lanterna mágica mas também já com o cinematógrafo; coleções de vistas e quadros coloridos utilizavam-se entre outros materiais, havendo também lições de microscópio. Todavia, as “lições práticas” não se circunscreviam às salas de aula, podendo assumir a forma de passeios, excursões, visitas (a estabelecimentos assistenciais e asilares ou aos pobres para ofertar roupas, alimentos ou singelamente brinquedos para as crianças), celebrando-se também em contexto escolar a Festa das Flores, a Festa da Árvore e também, num quadro de maior inter-relação com a esfera religiosa, novos usos como o da Árvore de Natal.

Estabeleceu-se também um “Gabinete de Leitura”, pequena biblioteca popular onde podiam encontrar-se «as folhas diárias das diversas parcialidades políticas»¹⁹, e eram muito frequentes as conferências de temas diversos («patrióticas, históricas, instrutivas»), as quais, abrindo as portas da escola a personalidades dos mais diferentes quadrantes, tonificavam o ensino com uma vertente prática e de atualidade.

Desta forma, o projeto da Escola do Torne assumiu uma notória modernidade e desenvolveu-se numa verdadeira rede que interligava as dimensões comunitária, cultural, ética e social, com o objetivo de alfabetizar, escolarizar, sociabilizar e evangelizar²⁰. A educação ministrada assentava em princípios cívicos e morais naturalmente de inspiração cristã, mas iludindo a tentação confessional e proselitista. A aprendizagem das crianças seguia o caminho da «moral, caridade, temor a Deus, a obediência, noções de história sagrada e a leitura dos Evangelhos»²¹, mas Diogo Cassels assumia expressamente que: «o ensino dos dogmas e preconceitos peculiares de qualquer religião fica ao encargo dos pais dos alunos, cuja maioria é católica e evangélica, mas alguns são livres pensadores e compete-nos respeitar as crenças de todos»²².

Mas como dissemos, não eram apenas as crianças o alvo do programa educacional do Torne. Escola e igreja entreteciam-se num sentido de comunidade geradora de dinâmicas próprias e de grande impacto no meio envolvente. Veículo privilegiado de comunicação e inculturação era o jornal *Egreja Lusitana*, publicado entre 1894

¹⁸ *Egreja Lusitana*, 281. V. N. Gaia, 01.01.1911, p. 2.

¹⁹ *Relatório da Egreja Lusitana (...)*. 1887. Lisboa, 1888, p. 23.

²⁰ SILVA & AFONSO, 2015: 18-21.

²¹ «A Doutrina Cristã é ensinada pelo director duas vezes cada semana aos alunos, cujos pais desejem que os seus filhos aprendam esta disciplina» (Arquivo Histórico da Igreja Lusitana: *Donativos para a Escola do Torne e Prado, 1899-1929*, manuscrito).

²² *Egreja Lusitana*, 444. V. N. Gaia, 1918, p. 2.

e 1923, que projetava a instituição para o exterior, alcançando uma alargada rede de benfeitores e outros interessados no trabalho do Torne.

Para os jovens e adolescentes implementaram-se organizações como a Liga de Esforço Cristão e o Grémio da Juventude Evangélica; para dar resposta às necessidades dos operários e outros trabalhadores que constituíam segmento maioritário no público da escola e da congregação religiosa, Cassels criou a associação mutualista do “Banco dos Artistas” e uma Sociedade Evangélica de Socorros Mútuos, ações complementadas pela manutenção de um Fundo dos Pobres, a oferta da Sopa Económica e refeições a famílias carenciadas em vários estabelecimentos de Gaia, a construção de um bairro de social com duas dezenas de casas e outros dispositivos mais ou menos formalizados.

A escola tinha anualmente uma cerimónia especial que de certo modo correspondia ao clímax da representação de si própria para dentro e fora da instituição, o dia da festa escolar²³. Celebrada usualmente no próprio dia de Natal, a festa exibia o que de melhor a escola tinha para oferecer no plano educativo: récitas e discursos feitos por alunos e professores, exibição de trabalhos escolares e larga entrega de prémios aos alunos que mais se haviam destacado no ano letivo; para a mesa eram convidados os inspetores do ensino escolar e personalidades de relevo, como o administrador do concelho, o presidente da Câmara ou outros representantes da vereação, por vezes outras individualidades da política ou da cultura local; na assistência, que usualmente lotava a sala com muita antecedência, pais dos alunos e muitos convidados, entre os quais professores do ensino oficial e particular, jornalistas, industriais e comerciantes e outras figuras de destaque social.

O programa, relativamente padronizado, obedecia a uma espécie de liturgia em crescendo que atingia o auge com a entrega dos prémios aos alunos (medalhas e alfinetes em prata e ouro, diplomas, livros ou montantes em dinheiro) e os discursos das individualidades presentes, sempre em tom laudatório das virtudes da escola como instituição e da excelência da do Torne, como pode exemplificar-se com um trecho do discurso do inspetor escolar Simões Lopes em 1897, que declarava que:

*conhecendo, e bem a fundo, todas as escolas primárias do país, não tem dúvida alguma em afirmar, sem receio de desmentido, que a Escola do Torne é a primeira escola portuguesa. Bastariam 50 homens como Diogo Cassels, disse, e tudo mudaria, porque a estatística acusaria muitíssimo menor número de analfabetos*²⁴.

Desta forma, a festa escolar, ritualizada no seu alinhamento padronizado e reen- cenada anualmente segundo um modelo quase litúrgico, reavivando e reativando

²³ AFONSO & SILVA, 2010 e 2015.

²⁴ *A Luz do Operário*, 127. V. N. Gaia, 09.01.1898.

a memória presente da instituição como garante de perenidade, constituía um *topos* fundamental do seu processo de permanente autoidentificação e de também permanente representação e interação social, projetando a escola na comunidade local como centro de excelência na formação cidadã.

Estando fora de causa o sucesso educativo, o crescente impacto social da Escola do Torne em Santa Marinha e freguesias vizinhas e o também crescente reconhecimento por parte de numerosas entidades e individualidades, a instituição viveu sempre sob um constrangimento maior. As dificuldades financeiras eram crónicas e vinham desde o nascimento da escola. Consciente de que o seu projeto educativo, essencialmente voltado para os mais desfavorecidos, dificilmente seria autossustentável, Diogo Cassels começou por assumir os défices – «as crianças que frequentam a escola diária pagam 10 réis por semana e eu pago o resto»²⁵, admitia em 1868 – mas em 1876 Robert Moreton, o ministro metodista que tinha sido enviado de Inglaterra para superintender a ação religiosa de Cassels, informava a sociedade missionária que a falta de meios no Torne impedia o diretor de contratar professores devidamente habilitados²⁶.

Os alunos pagavam uma propina pouco mais que simbólica, por essa altura cerca de dez réis por semana, quando um litro de vinho custava no Porto, pelos mesmos anos, 90 réis, como lembra Fernando Peixoto²⁷, e para custear os vencimentos dos professores, ainda assim muito baixos, e as restantes despesas, Cassels contribuía pessoalmente com uma verba superior à da totalidade das propinas. Para auxílio das escolas promoviam-se subscrições regulares em Portugal e em Inglaterra e muitas outras atividades, como espetáculos, quermesses ou bazares, passando também desde o final do século a sistematizar-se uma rede de benfeitores anuais – sobretudo firmas ligadas ao vinho do Porto, empresas industriais e comerciais e outras instituições e individuais – que rubricavam ou apunham o seu carimbo num livro de registo próprio, onde também Cassels exarava um pequeno relatório e texto apelativo a abrir cada campanha²⁸.

Os apelos de Cassels para o apoio financeiro à escola são constantes no *Egreja Lusitana* – como o deveriam ser nas correspondências para amigos e familiares – não deixando de recordar o carácter beneficente da escola: «a instrução (...) continua a ser pública para todos e gratuita, pagando os alunos apenas a quota de 10 centavos por mês em auxílio dos preparos da escola», lembra em 1920, sugere-

²⁵ ASPEY, 1971: 61.

²⁶ ASPEY, 1971: 180.

²⁷ PEIXOTO, 2001: 153.

²⁸ Arquivo Histórico da Igreja Lusitana: *Donativos para a Escola do Torne e Prado, 1899-1929* (livro manuscrito), a que seguem livros para os anos seguintes, num processo que se manteve, com ligeiras cambiantes, até à década de 1970. Cf., para análise desta fonte, AFONSO, 2001a.

rindo mesmo que os pais contribuíssem com um donativo de 1\$50 «inteiramente voluntário, não obrigatório» destinado a suportar as «despesas de conservação e reparação e também auxílio» das Escolas do Torne e do Prado²⁹.

Todavia, se Diogo Cassels pôde exaurir praticamente todos os seus meios de fortuna na obra social e educativa que erigiu e verdadeiramente sustentou; após a sua morte, os sucessores não dispuseram de recursos equivalentes, e a filantropia da rede de benfeitores começou a desvanecer-se ou a orientar-se para outros destinos. No último quartel do século XX, as transformações socioeconómicas decorrentes da revolução de Abril alteraram significativamente o contexto de atuação da Escola do Torne, que em 1989 teve de interromper o ensino primário, continuando desde então com a educação pré-escolar e outras valências formativas no âmbito da Associação das Escolas do Torne e do Prado, uma IPSS criada na altura³⁰.

A Escola do Torne conta com um arquivo bastante importante, incluindo séries relativamente bem conservadas de registos de matrícula e frequência e outra documentação desde o século XIX, presentemente em processo de tratamento e inventariação³¹, evidenciando-se também como fonte primordial as notícias que Diogo Cassels mensalmente difundia no *Egreja Lusitana*, periódico que fundou e dirigiu até 1923. Assim, o Torne tem sido objeto de diversos estudos, desde as notas quase autobiográficas de Diogo Cassels (1898 e 1908), até muitos outros trabalhos nos quais, por vezes mais que a escola, são apresentadas a figura e a obra do seu fundador³², devendo destacar-se também alguns opúsculos editados pela Associação dos Antigos Alunos das Escolas do Torne e do Prado³³. As conceções escolares e estratégias educativas têm merecido particular atenção, bem assim como o universo discente e docente da escola ou o importante dispositivo das festas escolares³⁴.

O principal biógrafo de Diogo Cassels foi Fernando Peixoto (1947-2008), quer pela análise do seu contexto familiar³⁵, quer de forma monográfica na sua dissertação de mestrado³⁶, sendo também interessante ver algumas perspetivas mais incomuns num apontamento de um antigo aluno de Cassels³⁷. Por fim, poderão anotar-se ensaios sobre o jornal *Egreja Lusitana*³⁸, o complexo edificado das escolas

²⁹ *Egreja Lusitana*, 482. V. N. Gaia, 18.08.1920, p. 3.

³⁰ SILVA & AFONSO, 2015.

³¹ AFONSO & SILVA, no prelo.

³² Vd. MOREIRA, 1949 e 1958; ASPEY, 1971; CABRAL, 1978.

³³ *Notas biográficas...*, s.d.; Escolas do Torne, 1957.

³⁴ Cf., entre outras referências, AFONSO, 2000, 2001a, 2004 e 2009; SILVA & AFONSO, 2015; AFONSO *et al.* 2001 e 2016.

³⁵ PEIXOTO, 1995.

³⁶ PEIXOTO, 2001 e 2005.

³⁷ SARDINHA, 1984.

³⁸ SILVA, 1995b.

e templo³⁹ ou mesmo sobre os recursos formativos de entretenimento e literatura que a comunidade educativa dispunha⁴⁰.

4. A ESCOLA DO PRADO

A visão de Cassels, atenta às realidades socioeconómicas da região onde se movimentava, levou-o a considerar o projeto de expandir o trabalho educativo e religioso do Torne com um novo polo nas Devesas, lugar que se tinha tornado num importante centro industrial desde que a expansão da ferrovia aí instalara a estação terminal da linha do Norte (1864), entretanto prolongada para norte do Douro com a construção da ponte Maria Pia (1877).

Aí se tinham instalado importantes fábricas, designadamente de cerâmica, como a das Devesas (1865) ou a Pereira Valente (1884), mas também unidades ligadas à fundição e serralharia, aos tabacos, fição e tecelagem, complementando a tradição das tanoarias que serviam os armazéns de vinhos e outros produtos situados mais próximos do rio. Estabelecera-se, por isso, naquele lugar um numeroso núcleo operário, em grande parte constituído por famílias vindas do interior do País, desenraizadas social e geograficamente, com deficientes condições de subsistência e à qual faltava largamente a assistência religiosa e educativa, sobrando em contrapartida a sociabilidade das tabernas e outros entretenimentos menos moralizadores.

Foi assente nestas razões que Diogo Cassels justificou a sua iniciativa:

Como no lugar das Devesas que dista de um quilómetro e meio da Capela de S. João Evangelista há uma numerosa população operaria, e não existia ali nenhum templo Cristão de qualquer rito, e como também vagueavam pelas ruas bandos de crianças sem instrução (porque a professora da única escola oficial ali apesar de muito zelosa não podia admitir nem a metade destas crianças na sua escola), um ministro da Igreja Lusitana concebeu a ideia de edificar uma Capela Escola no lugar das Devesas⁴¹.

As obras iniciaram-se nos inícios de 1900, com plano e direção de Marcelino Lucas Júnior, arquiteto da Câmara Municipal. No tocante ao edifício escolar o projeto previa a construção de duas salas, «tendo cada uma escritaninhas para 60 alunos, sendo amplas bem ventiladas e com ampla luz», havendo ainda uma residência e salão para conferências no piso superior e, na parte posterior: «um pátio

³⁹ SILVA, 1995c.

⁴⁰ SILVA & AFONSO, 2008; AFONSO & SILVA, 2008.

⁴¹ CASSELS, 1908: 136-137.

de recreio para as alunas e ainda um campo pequeno, onde mais tarde talvez se possa estabelecer um ginásio para os alunos»⁴².

A sessão solene para colocação da pedra fundamental realizou-se a 19 de março, estando presentes ministros da Igreja Lusitana e várias personalidades locais, nomeadamente os industriais republicanos José Gonçalves da Silva Matos e José Mariani. Este último, cuja residência e fábrica de fiação e tecidos eram vizinhas da nova escola, é descrito como «um dos iniciadores desta obra»⁴³, sendo na verdade um dos seus principais financiadores a seguir a Diogo Cassels, contribuindo com 100 mil réis para a compra do relógio e 50 mil réis para outras despesas. Nos discursos:

*todos louvaram a ideia do levantamento duma capela-escola naquele lugar, que consideravam um grande melhoramento e um avanço no caminho do progresso, da moral e da instrução, e que esta nova capela (...) ia preencher uma lacuna, porque até agora não existia templo algum no populoso lugar das Devesas, e porque a única escola mista e oficial (...) não tinha lugar para receber a metade das crianças que vagueavam pelas ruas*⁴⁴.

As obras de construção do imóvel, «destinado para um templo de instrução, tanto para crianças como adultos e igualmente para uma casa de oração»⁴⁵, não foram isentas de dificuldades, dada a natureza instável dos terrenos⁴⁶, mas prosseguiram a bom ritmo e suscitavam curiosidade e expectativa, como Diogo Cassels noticiava no *Egreja Lusitana* em finais do ano: «já grande número de alunos pedem para ser matriculados e a vizinhança pergunta com insistência se a nova escola terá relógio de torre, visto que no lugar não há nenhum que se faça ouvir»⁴⁷.

A inauguração não aguardou a conclusão das obras e foi marcada para o primeiro dia de maio de 1901, «coincidência notável, dia de festa para todos os operários», como Cassels observou⁴⁸. Quinze dias depois iniciaram-se as aulas de instrução primária para o sexo masculino e aulas noturnas para adultos e rapazes, com 50 alunos matriculados em cada uma das turmas (fig. 5). O primeiro professor contratado foi o Rev. Manuel Gonçalves de Sousa, um conceituado sacerdote que havia abandonado a igreja católica-romana, ficando a cargo do professor José Afonso as aulas noturnas, a funcionar no salão do primeiro andar; o *Egreja Lusitana* anunciava também a oferta de aulas de Francês, sob responsabilidade do Rev.

⁴² *Egreja Lusitana*, 74. V. N. Gaia, fevereiro de 1900, p. 4.

⁴³ *Egreja Lusitana*, 76. V. N. Gaia, abril de 1900, p. 2-3.

⁴⁴ *Egreja Lusitana*, 76. V. N. Gaia, abril de 1900, p. 3.

⁴⁵ *Egreja Lusitana*, 90. V. N. Gaia, junho de 1901, p. 2.

⁴⁶ DUARTE, 1999a: 12.

⁴⁷ *Egreja Lusitana*, 84. V. N. Gaia, dezembro de 1900, p. 1.

⁴⁸ *Egreja Lusitana*, 90. V. N. Gaia, junho de 1901, p. 2.

Sousa⁴⁹. As obras apenas foram terminadas em meados de 1902, e em outubro desse ano tiveram início as aulas de instrução primária para meninas. Já em 1903 o jornal anunciava que as aulas «se acham inteiramente completas de alunos, e é inteiramente impossível admitir mais, quer na aula do sexo masculino, quer do sexo feminino»⁵⁰. Na notícia ainda se referia, com grande alegria, que muitas crianças «têm-se adiantado e feito notáveis progressos».

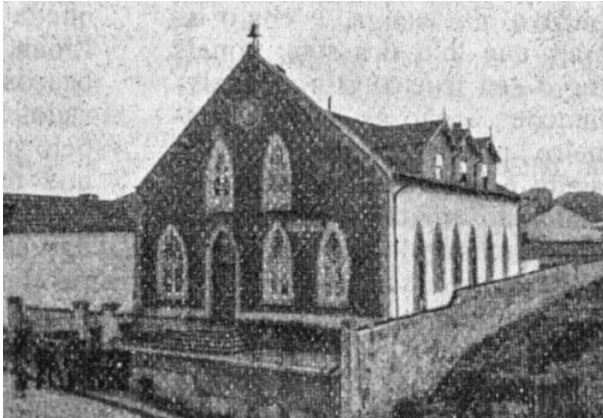


Figura 5.
A Escola e Igreja do Prado.
Fonte: Arquivo Histórico da Igreja Lusitana

Sendo a escola do Prado considerada por Diogo Cassels como uma filial da do Torne, naturalmente os recursos e dispositivos pedagógicos eram relativamente similares. Também no Prado se realizavam com alguma frequência sessões de lanterna mágica onde se exibiam “muitas vistas” e quadros luminosos, como a “História de David” ou a “Primeira Oração de Jéssica”, seguindo-se por vezes uma distribuição de café e regueifas. As festas escolares, normalmente celebradas em conjunto com a do Torne, ganham naturalmente o mesmo sentido tópico, e o ritmo do ano escolar é também assinalado pela participação das crianças em desfiles e comemorações cívicas como o Centenário da Almeida Garrett que teve lugar no Palácio de Cristal em 1910⁵¹ ou na “Festa Nacional chamada da Árvore”, como a designava Cassels⁵².

Em 1913 fixa residência no Prado como professor Augusto Nogueira, vindo de idênticas funções na escola do Torne. Nogueira era um dos discípulos preferidos de Diogo Cassels e a sua deslocação para o Prado correspondeu praticamente à assunção da direção da escola, embora formalmente esta responsabilidade só fosse

⁴⁹ *Egreja Lusitana*, 90. V. N. Gaia, junho de 1901, p. 2-3.

⁵⁰ *Egreja Lusitana*, 126. V. N. Gaia, 23.06.1903, p. 2.

⁵¹ *Egreja Lusitana*, 268. V. N. Gaia, 02.06.1910, p. 1.

⁵² *Egreja Lusitana*, 350. V. N. Gaia, 01.04.1914, p. 2.

plena a partir da morte de Cassels, em 1923, altura em que a Escola do Prado se autonomizou da do Torne. Exercendo como professor até cerca de 1940 e como diretor até à década seguinte, Augusto Nogueira marcaria profundamente, pela sua personalidade e carácter, a docência e a identidade da escola do Prado⁵³.

O percurso da escola do Prado no decurso do século XX foi de certa maneira paralelo ao da Escola do Torne, ganhando em reconhecimento pedagógico o que os poucos recursos e o défice crónico ameaçavam continuamente, tanto mais que o Prado albergou sempre uma população escolar muito menor que a do Torne e não possuía condições físicas para expansão ou significativas alterações ao modelo educativo. Por alturas de 1918 o Prado oferecia «aulas de línguas e outras disciplinas de tarde depois das 5 horas»⁵⁴, e na década seguinte lecionava «instrução primária e secundária diurna e noturna para ambos os sexos»⁵⁵, sendo que Augusto Nogueira além das classes do ensino primário ministrava as aulas noturnas de português, francês, inglês e cálculo comercial para exame externo à Escola Comercial de Oliveira Martins⁵⁶. Por esta altura, a procura era grande e os jornais publicavam avisos para que as matriculas se realizassem impreterivelmente nas datas estipuladas porque os que não cumprissem «sujeitavam-se a não encontrar lugar»⁵⁷ na escola.

À medida que a centúria de Novecentos progredia, as endémicas debilidades financeiras da escola, a progressiva oferta da escolarização oficial e, por fim, as novas condições sociais e económicas resultantes do regime democrático implantado em 1974 acabaram por tornar insustentável a sobrevivência da escola do Prado, que se viu obrigada a fechar portas em 1989, vindo as suas instalações a ser utilizadas para um Centro Comunitário para apoio a idosos.

O arquivo escolar conta com séries mais ou menos completas de registos de matrícula e frequência, entre outra documentação avulsa, recentemente compulsada num modesto ensaio monográfico⁵⁸. As fontes clássicas radicam naturalmente na pena de Cassels, através da sua *Reforma em Portugal* (1908) ou no *Egreja Lusitana*, a que poderão acrescentar-se, para a época que aqui nos interessou, breves notas de Augusto Nogueira (1930) e as publicações da Associação dos Antigos Alunos já citadas. Cingindo-nos à história mais institucional (uma vez que em termos pedagógicos a generalidade da bibliografia sobre Cassels e o Torne têm aqui aplicação), o grande memorialista da escola e igreja do Prado foi Júlio Duarte (1911-2005),

⁵³ DUARTE, 1986; SILVA *et al.*, 2016.

⁵⁴ *Egreja Lusitana*, 448. V. N. Gaia, 28.09.1918, p. 4.

⁵⁵ *O Cristão Lusitano*, 4. V. N. Gaia, março de 1925, p. 8.

⁵⁶ DUARTE, 1999a: 30.

⁵⁷ *Egreja Lusitana*, 482. V. N. Gaia, 18.08.1920, p. 3.

⁵⁸ SILVA *et al.*, 2016.

que em numerosos estudos e artigos de imprensa registou episódios vividos ou escutados diretamente⁵⁹, tendo por isso a sua obra um grande significado afetivo e testemunhal.

5. ANDRÉ CASSELS E O BOM PASTOR

Andrew Boys Cassels (fig. 6), cinco anos mais novo que o seu irmão Diogo, não demorou muito tempo a seguir-lhe as pisadas na atividade religiosa e educativa. É o próprio André que, já no final do seu ministério, narra os começos do seu trabalho educativo e evangelístico:

Em 1879, eu e minha família, viemos para o Candal, onde mrs. Kate Cassels, minha falecida esposa, principiou logo a trabalhar em benefício das mulheres e das crianças pobres, socorrendo-as nas suas necessidades, pelo que conquistou muita simpatia. Em 1882, por sua iniciativa, foram inaugurados em Lavadores, cultos evangélicos aos domingos à noite, a que assistia muita gente. Naquele mesmo ano, a mesma senhora conseguiu abrir, na rua do Monte [Coimbrões⁶⁰], uma escola para o sexo masculino e outra para o sexo feminino, matriculando-se logo na primeira semana 250 crianças. As escolas eram diárias e dominicais, aproveitando-se a escola feminina, que era a mais espaçosa, para a realização de cultos aos domingos e quartas-feiras, sendo a assistência numerosa, principalmente de mulheres⁶¹.



Figura 6. André Cassels (1849-1931), fundador das escolas do Bom Pastor (Candal) e da Madalena.

Fonte: Arquivo Histórico da Igreja Lusitana

⁵⁹ A maior parte dos trabalhos de Júlio Duarte foram editados em versões dactilografadas ou fotocopiadas de pequena tiragem e por isso de acesso difícil; todavia, pode encontrar-se uma coleção bastante completa na Biblioteca Pública Municipal de V. N. Gaia.

⁶⁰ No relatório de 1889, André Cassels refere que “no ano de 1882 estabeleceu-se uma escola mista evangélica no lugar do Candal e ao mesmo tempo uma escola dominical e cultos divinos, nos domingos e quartas-feiras”, o que parece corresponder à narrativa posterior do mesmo Autor, devendo aqui haver lapso de localização (*Relatório da Igreja Lusitana (...) 1889*. Lisboa, 1890, p. 25).

⁶¹ CASSELS, 1930.

Poucos anos depois, entre 1883 e 1884, foi comprada uma propriedade na rua do Rei Ramiro, onde foram edificadas escolas para ambos os sexos, desde então conhecidas como Colégio ou Escola Evangélica do Bom Pastor, construindo-se pouco depois um templo e outras dependências (fig. 7). A escola, dirigida por André Cassels e esposa, Elisabeth Kate, era descrita em 1884 como constando: «de duas novas e magníficas salas, sendo uma para o sexo masculino e outra para o sexo feminino. Estas aulas que já tem uma frequência de cerca de 150 crianças, são muito espaçosas, alegres e bem ventiladas. Também há casa de habitação para o porteiro e um pátio grande para recreio», acrescentando a notícia que: «exce- tuando as magníficas escolas paroquiais da freguesia de Avintes, não há outras em melhores condições em todo o Concelho de Gaia»⁶².

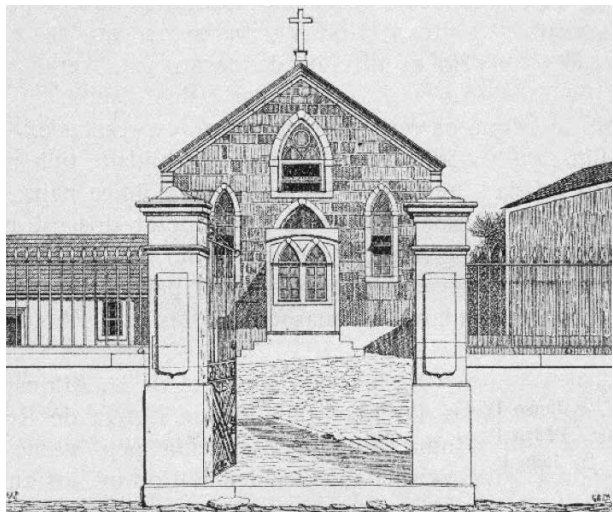


Figura 7.
Antigo edifício do templo
do Bom Pastor⁶³.

Fonte: Arquivo Histórico da Igreja Lusitana

Mais tarde seriam contabilizados em mais de três milhares o número de alunos matriculados entre a inauguração da Escola, assumida formalmente no ano de 1882⁶⁴, e o ano de 1896, com uma média anual normalmente superior a 200 alunos, englobando as classes masculina, feminina e noturna⁶⁵, mas muitos mais passariam pela escola, que se manteve em funcionamento até aos começos da década de 1960. As aulas noturnas decorriam, aqui como noutras escolas, sob a égide da União Cristã da Mocidade – um corpo associativo destinado à juventude que apoiava o

⁶² *A Reforma. Echo da Egreja Lusitana*, 14. Porto, 30.07.1884, p. 111.

⁶³ À esquerda do templo pode ver-se uma parte das salas nas quais funcionava a escola.

⁶⁴ Considerando o trabalho prévio na rua do Monte (SILVA *et al.*, 2016: 4), pois as instalações escolares da rua de Rei Ramiro só abriram em 1884.

⁶⁵ SILVA, 2007.

trabalho da igreja – e segundo um registo funcionava em 1903 com três classes, sendo «a frequência numerosa e os alunos têm aproveitado muitíssimo»⁶⁶ (fig. 8).



Figura 8.
Um grupo escolar do Bom Pastor⁶⁷.
Fonte: Arquivo Histórico da Igreja Lusitana

O trabalho escolar prosseguiu ao longo dos anos, adivinhando-se dos poucos registos conservados permanentes debilidades financeiras e, por vezes, talvez alguma dificuldade de afirmação no meio social, conforme poderá depreender-se de uma nota do relatório paroquial de 1913:

*Continuamos a ter aberta com grande frequência a nossa Escola Lusitana do Bom Pastor. É um dever pátrio iluminar o espírito das criancinhas, embora seus pais não saibam, na sua quase totalidade, ser gratos pelo benefício que recebem, porque imaginam que com isso temos lucros ocultos. Não precisamos que nos louvem, mas lamentamos que não compreendam a obra de abnegação que há dezenas de anos vimos praticando*⁶⁸.

A escola do Bom Pastor é a única da qual conhecemos o texto de uma espécie de regulamento interno, publicado em duas versões em 1909 e 1912. A primeira enuncia em introito que:

*é lamentável que muitos pais tenham somente cuidado, quando o têm, em mandar seus filhos à escola diária e se esqueçam de cumprir o que é usual em todas as escolas evangélicas. Referimo-nos ao descuido, muitas vezes propositado, de não mandarem as crianças às Aulas Dominicais, onde lhes é dedicado exclusivamente algum tempo para a sua educação moral*⁶⁹.

⁶⁶ O Bom Pastor. Boletim mensal da obra evangélica no Candal. Setembro-outubro de 1903, p. 8.

⁶⁷ Fotografia datada das primeiras décadas do século XX.

⁶⁸ Relatório da Igreja Lusitana (...). 1913. Lisboa, 1914, p. 38.

⁶⁹ O Bom Pastor, 2ª Série, 3. V. N. Gaia, junho de 1909, p. 4.

Esta constatação justificou que os pais dos alunos a matricular tivessem de preencher desde então um requerimento de matrícula em cujo verso se encontrava impresso o regulamento, a que implicitamente se sujeitavam nesse ato. Além de apontar a idade mínima de admissão e a obrigatoriedade das crianças serem vacinadas⁷⁰, estabelecia-se a propina de 20 réis semanais e a obrigação dos alunos assistirem com regularidade às Aulas Dominicais, prevendo-se mesmo uma assiduidade mínima de dois terços das aulas, sob pena de anulação da matrícula na escola diária⁷¹.

Em 1912, o regulamento escolar foi revisto, indicando-se que a escola passara a ser mista (o que sugere que, pelo menos nos anos anteriores, tal não sucedera) e estabelecendo-se propinas diferenciadas para os “filhos dos pais evangélicos” e para os restantes alunos: aqueles pagariam 20 réis por semana para a 1ª e 2ª classes e 40 réis na 3ª e 4ª classes; a propina geral era respetivamente de 60 e 100 réis. Em obediência à Constituição da República e à Lei da Separação expressava-se claramente que «está abolido o ensino religioso nesta escola», informando-se, porém, que: «para os filhos dos pais evangélicos, a Corporação Cultural da Igreja Lusitana do Bom Pastor, em horas que não se relacionem com as da Escola estabelecerá classes para explicação do Evangelho dentro da Igreja». O último ponto do regulamento previa contudo, de forma hábil, que todos os alunos poderiam «gozar das mesmas regalias que gozam os filhos dos pais evangélicos (*i.e.*, propinas reduzidas) uma vez que seus pais venham declarar à secretaria da escola que querem que seus filhos assistam às classes para explicação do Evangelho». Assinam o regulamento os diretores André e May Cassels⁷² e, como subdiretor, Armando Pereira de Araújo⁷³.

Na primeira década do século XX, a igreja lusitana do Bom Pastor abriu uma missão na vizinha freguesia da Madalena, onde também funcionou a partir de 1905 uma escola com aulas à noite para adultos. No relatório de 1907 desta atividade escolar, aqui igualmente coordenada pela União Cristã da Mocidade, anotava-se que o curso noturno tinha sido iniciado em outubro com 15 alunos, indicando-se também o seu ritmo de alfabetização e os prémios recebidos por isso⁷⁴ (fig. 9). A missão manteve trabalho religioso até 1927⁷⁵, mas aparentemente a atividade

⁷⁰ Esta preocupação de saúde pública era bem conhecida em André Cassels, que por sua iniciativa se encarregava de vacinar contra a varíola as crianças que o não tivessem feito (DUARTE, 1999b, com referências aos números do *Bom Pastor* 2 (maio de 1909), 14 (junho de 1910) e 27 (julho de 1911).

⁷¹ *O Bom Pastor*, 2ª Série, 3. V. N. Gaia, junho de 1909, p. 4.

⁷² Mary Alisa Phillipa, a sua primeira filha (PEIXOTO, 2001: 201).

⁷³ *O Bom Pastor*, 3ª Série, 34. V. N. Gaia, fevereiro de 1912, p. 7.

⁷⁴ Arquivo Paroquial do Salvador do Mundo (V. N. Gaia) – *Relatório da União Christã da Mocidade (Delegação da União de Gaya). Magdalena. Gerência de 1906-1907*. 07.12.1907. Documento manuscrito.

⁷⁵ DUARTE, 1997.

escolar parece ter sido relativamente efémera, pois logo no relatório de 1908, André Cassels dá nota da transferência para a escola do Bom Pastor da professora Josefa Campos Araújo: “que durante dois anos foi professora de uma filial que tínhamos junto à missão da Madalena”, indicando que por esse motivo a escola da Madalena ficara temporariamente fechada, se bem que durante o inverno, o Rev. Armando Pereira de Araújo, seu coadjutor, tenha «ido ali dar aula nocturna a alguns trabalhadores»⁷⁶.

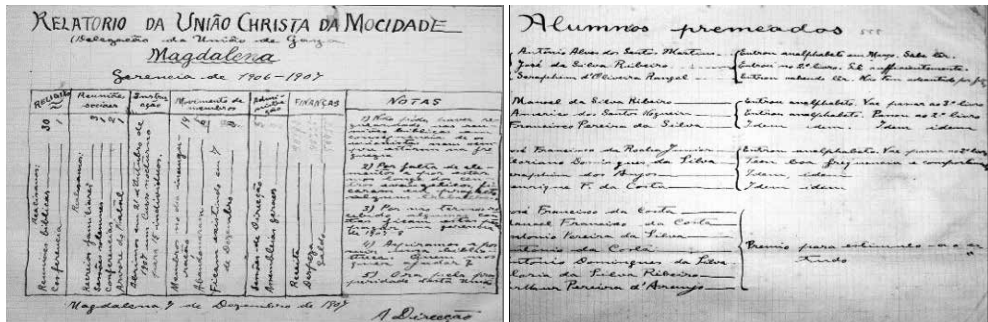


Figura 9. Relatório de 1906-1907 da União Cristã da Mocidade da Madalena⁷⁷.

Fonte: Arquivo Histórico da Igreja Lusitana – Paróquia Salvador do Mundo

O arquivo escolar do Bom Pastor, conservado na paróquia, possui séries mais ou menos regulares de registos de matrícula e frequência, mas apenas para o século XX, para além de outra documentação avulsa. Para além das fontes clássicas sobre o trabalho no Candal e a respetiva imprensa (especialmente *O Bom Pastor* e o jornal *Luz e Verdade*), este fundo não foi ainda explorado pela pesquisa histórica, salvo pequenos ensaios mais ou menos pontuais ou focados na figura de André Cassels, merecendo também a missão da Madalena algumas notas⁷⁸.

6. O COLÉGIO LUSITANO DE OLIVEIRA DO DOURO

Nos começos da centúria de 1900 a freguesia de Oliveira do Douro era terra de ruralidade ancestral, mas também de moleiros, barqueiros e pescadores, tanoeiros, carpinteiros e crescente número de operários que se empregavam não tanto

⁷⁶ *Relatórios da Igreja Lusitana (...) 1908*. Lisboa, 1909, p. 30.

⁷⁷ Na primeira página deste relatório anuncia-se a abertura de um curso noturno para 15 alunos e acrescenta-se em nota: «Aspiramos a possuir uma biblioteca. Quem nos quer ajudar?»; na página inferior apontamentos sobre o ritmo de aprendizagem dos alunos.

⁷⁸ Cf. SILVA, 2007; DUARTE, 1999b e 1997.

na indústria local, ainda incipiente, mas sobretudo no vizinho polo fabril de Santa Marinha. A população crescia a bom ritmo (21% ao longo da década), mas dos quase 5200 habitantes aí recenseados em 1900 apenas 31% dos homens e 18% das mulheres sabiam ler⁷⁹.

Registrando precisamente este crescimento demográfico – «a população aumentava de ano para ano de uma maneira admirável» – a Junta da Freguesia, reunida em sessão a 15 de março de 1907, pede à Câmara Municipal a criação de uma escola mista, alegando que: «o povo na sua ignorância comete erros inconscientemente, não sabendo cumprir os seus deveres para com Deus, para consigo, nem para com os seus semelhantes»⁸⁰. Por coincidência ou não, um par de meses depois, uma comissão de 83 oliveirenses, na sequência da boa receção a pregações feitas por membros da União Cristã da Mocidade (Torre) e argumentando também com o aumento demográfico da localidade, endereça ao presidente do sínodo⁸¹ da Igreja Lusitana uma petição para que a Igreja estabeleça ali uma escola: «onde os moradores desta terra recebessem a indispensável instrução (...) ao mesmo tempo preparadora do intelecto e purificadora de espírito (...) [para] produzir cidadãos honestos e valiosos quer para a vida particular quer para o convívio social»⁸². A nova escola suscitou acesa polémica na imprensa local, nomeadamente entre *A Verdade*, um jornal que defendia os interesses católicos e *A Luz do Operário*, órgão socialista, que pugnava pelo projeto educativo lusitano⁸³, simpatia que aliás levou ao afastamento político do jornal face ao Partido Socialista⁸⁴.

Naturalmente, a Igreja Lusitana não colocou quaisquer entraves à iniciativa, formou-se uma comissão (onde, sem surpresa, pontificava Diogo Cassels, que ofereceu o material escolar) e logo a 6 de outubro do mesmo ano o Colégio Lusitano abriu as portas. Numa luzida sessão inaugural foram lidas saudações de importantes personalidades locais e interveio Luis Gonçalves de Oliveira, redator d'*A Luz do Operário*, muito aclamado pelo apoio dado à iniciativa. Sintetizando os propósitos da escola, o discurso de Cassels sublinha: «as grandes vantagens da instrução e diz que não são só heróis aqueles que levaram o nome português a todos os territórios estrangeiros na ponta da baioneta, mas sim também aqueles que se esforçam para rasgar o véu das densas trevas da ignorância a toda a humanidade»⁸⁵.

⁷⁹ COSTA, 2004: 275-87.

⁸⁰ ALMEIDA, 1985: 156.

⁸¹ O sínodo é o órgão máximo de governo da Igreja Lusitana, composto pelo clero e representantes leigos das paróquias (originalmente em igual número, o pároco e o representante secular).

⁸² *Egreja Lusitana*, 200. V. N. Gaia, maio de 1907, p. 2-3.

⁸³ ALMEIDA, 1985: 406-408.

⁸⁴ SANTOS, 2014: 33.

⁸⁵ *Egreja Lusitana*, 209. V. N. Gaia, 10.10.1907, p. 4.

O colégio ficou instalado numa sala «espacosa e em boas condições higiénicas»⁸⁶, aparentemente no edifício na atual rua Caetano de Melo, onde em 1954 um grupo de antigos alunos descerrou uma pequena lápide evocativa. O ano letivo abriu com uma frequência de 54 alunos na aula diurna e 30 na noturna: «tendo nesta última aula sido a inscrição tão abundante que ficaram muitos alunos com a nota de suplentes para serem admitidos logo que seja possível»⁸⁷. José Maria Leite Bonaparte (fig. 10), discípulo de Cassels e um dos alunos do primeiro curso teológico da Igreja Lusitana, era o professor.

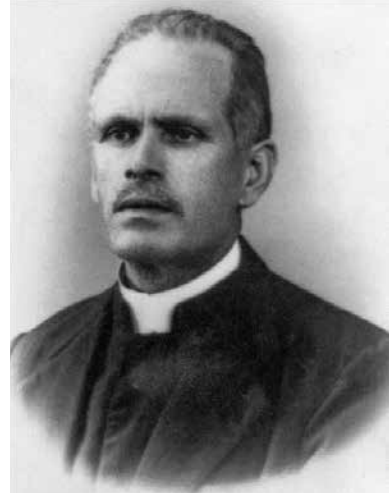


Figura 10. José Maria Leite Bonaparte (1883-1951), fundador do Colégio Lusitano de Oliveira do Douro.

Fonte: Arquivo Histórico da Igreja Lusitana

Nos anos seguintes a escola funcionou com notória afluência de alunos, se bem que apenas lecionasse ao sexo masculino e a adultos. Contabilizam-se mais de uma centena de alunos em 1908, com as primeiras aprovações em exames do 1.º grau, e no relatório de 1911 Bonaparte regista que: «é impossível atender aos numerosos pedidos de admissão que constantemente nos fazem»⁸⁸. Entretanto a escola muda de instalações (fig. 11), passando em 1909 para um imóvel na rua dos Mestres (atual rua Santos Pousada) e Bonaparte acentua a necessidade de se abrirem as aulas ao sexo feminino:

*O ensino primário para o sexo feminino nesta freguesia encontra-se todo nas mãos dos reaccionários. Os crentes que têm filhos vêem-se obrigados a mandá-los para essas escolas, onde os professores, ferrenhos católicos romanos, lhes vão inculcando os erros romanistas. Eis outra necessidade, e urgente – uma escola para o sexo feminino. Enquanto a não tivermos não podemos contar com o elemento feminino nos nossos cultos*⁸⁹.

Em 1914, pela primeira vez, as aulas funcionaram em regime misto, sendo professora das meninas Laura Bonaparte, esposa do diretor e ministro da congregação religiosa à qual a escola estava anexa. A falta de fontes não permite saber o que se passou nos anos seguintes, pois só em 1925 temos notícia de que o colégio ministrava a ambos os sexos, oferecendo também aulas noturnas para operários. Entre

⁸⁶ CASSELS, 1908: 149.

⁸⁷ *O Imparcial. Jornal mensal...*, 1. V. N. Gaia, 01.10.1907, p. 4.

⁸⁸ *Relatórios da Igreja Lusitana (...)*. 1911. Lisboa, 1912, p. 48.

⁸⁹ *Relatórios da Igreja Lusitana (...)*. 1912. Lisboa, 1913, p. 49.



Figura 11.
Imóvel onde funcionou o
Colégio Lusitano de Oliveira do
Douro (1907-1909).

Fonte: Arquivo Histórico da Igreja Lusitana

1920 e 1925, igreja e escola mudaram-se para o lugar do Sardão e só então, tendo José Bonaparte adquirido umas casas no Outeiro, aí se fixaram definitivamente.

À imagem do que se passava no Torne, realizavam-se também no Colégio Lusitano festas escolares para distribuição de prémios aos alunos com melhor frequência ou resultados, que naturalmente representavam o apogeu do ano escolar. Temos notícia desses eventos pelo menos entre 1909 e 1914, sendo o programa similar ao das festas nas outras escolas lusitanas e a mesa composta muitas vezes com elementos das autoridades civis. Os prémios incluíam medalhas comemorativas de prata, livros religiosos e profanos, lapiseiras, peças de vestuário e outros, recorrendo-se à generosidade de benfeitores para a sua aquisição.

A escassez de recursos financeiros foi um constrangimento crónico na vida da escola, que ia sobrevivendo à custa de subscrições e apoio de particulares, e em 1914, agravadas as dificuldades pelo tempo de guerra, foi duplicada a quota mensal dos alunos, que passou para quatro centavos, com a promessa de voltar ao valor original após o conflito⁹⁰. Ainda assim, o Colégio Lusitano de Oliveira do Douro esteve em funcionamento até 1948 ou 1949, tendo passado pelos seus bancos talvez perto de um milhar de alunos⁹¹.

As fontes para o estudo da vida desta escola são escassas e resumem-se praticamente à memória oral, alguns relatórios e a notícias da imprensa, sendo bastante lacunares as séries temporais dos alunos ou informações de outra natureza, recen-

⁹⁰ *Relatórios da Igreja Lusitana (...)*. 1914. Porto, 1915, p. 53.

⁹¹ SILVA, 2013: 14-17.

temente compiladas por ocasião de um aniversário da paróquia⁹². Alguns dados históricos foram reunidos por Diogo Cassels (1908) e Leite Bonaparte (1930), podendo ainda ver-se Júlio Duarte (1992) e Luís Almeida⁹³ para alguns aspetos biográficos do fundador da igreja e do Colégio Lusitano de Oliveira do Douro.

7. A REDE ESCOLAR LUSITANA EM VILA NOVA DE GAIA: ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE CONJUNTA

Elencados que foram os momentos fundacionais das escolas e o seu desenvolvimento inicial, importa destacar as dimensões que permitem sugerir a consistência da lógica de rede escolar que estas instituições patenteiam.

A amplitude da noção de rede escolar é geneticamente associada à dinâmica social que estas comunidades fomentaram, religando fenómenos normalmente tomados isoladamente; assim poder-se-á considerar que a rede escolar se aproxima do conceito de “campo reformador”, entendido como um campo autónomo resultante, de «uma série de percursos com condições e objetivos diferentes» que, como enfatiza Christian Topalov: «tomou a forma de um conjunto de instituições organizado por sistemas de posições provisoriamente estabilizadas e associadas a categorias de pensamento e ação»⁹⁴.

A rede escolar engloba então uma dupla dimensão – a pedagógica e a social – entrelaçadas numa lógica de investimento social que a visão globalizante do protestantismo matriciado pelo *Réveil*⁹⁵ espelha. Circunscritos às escolas que eletricamente incorporaram a rede institucional da Igreja Lusitana em Gaia, importa ensaiar uma trajetória que nos permita refletir em torno da perspetiva holística em que porventura a escola se assume como um indelével vetor de fé e de coesão⁹⁶.

A lógica da escola, associada à lógica do templo, traduz-se numa intensa vinculação comunitária que, por este *modus operandi*, aproxima a sensibilidade desse

⁹² SILVA, 2013.

⁹³ ALMEIDA, 1985: 343-344.

⁹⁴ TOPALOV, 1999: 465 (tradução dos autores).

⁹⁵ Os *Réveils* (em inglês *revivals* ou *awakenings*) referem-se genericamente a movimentos surgidos periodicamente dentro do cristianismo que pretendem “acordar” os crentes de uma fé adormecida, instalada ou rotineira. Estes movimentos de renovação espiritual têm ocorrido com alguma frequência no seio das igrejas protestantes e evangélicas, como no Reino Unido e Estados Unidos entre meados dos séculos XVIII e XIX. Pode admitir-se, num plano meramente individual, que alguns dos agentes da implantação do protestantismo em Portugal no século XIX (Kalley, Herreros de Mora, Cassels e outros) possam ter sido influenciados por algumas destas correntes de reavivamento religioso, cujas expressões, além da devoção e piedade pessoal, passavam pelo zelo missionário.

⁹⁶ Cf. CABANEL, 2006.

“protestantismo de *réveil*” do povo. Contudo, não confisca a sua identidade confessional: *in loco*, estas escolas protestantes constituem uma oferta comunitária, assumindo pertinência heurística o nó templo/escola como expressão da ação estrutural de um cristianismo social, assente em dinâmicas de solidariedade que são simultaneamente morais, culturais, sociais e religiosas, e que podem entender-se como uma matriz de políticas reformadoras. As escolas são, nesta aceção, indelevelmente espaços de ação política, que almejam restaurar e modernizar estruturas e redes sociais, tendo por essência a originalidade de operar uma mudança de perspetiva através de um repertório de obras materializadas.

Conjugando, então, o pensamento e a ação como exemplo edificante, julgamos que esta dupla dimensão, não podendo ser dissociada, possibilita abordagens particulares, quer às dinâmicas pedagógicas, quer às sociais. Relativamente às dinâmicas pedagógicas, retenhamos o que pode ser comum, tendo em consideração a variável geometria ou autonomia das escolas nos planos pedagógico e organizativo, como o que se refere aos edifícios, mobiliário escolar ou aos dispositivos pedagógicos mobilizados (por exemplo, a lanterna mágica) e, naturalmente, a qualidade do corpo docente. Estas escolas tendem a configurar um padrão de excelência, aferido pelo sucesso dos seus alunos nos exames oficiais. Esta circunstância é uma das faces do paulatino investimento (ou modernização) que é feito nas escolas e atestado pelas inspeções escolares que progressivamente vão reconhecendo o afã de qualificar o ensino, o método e o próprio corpo docente que os promotores destas escolas encetaram.

Nos anos de 1880 o insuspeito António da Costa, ministro de um primeiro e efêmero Ministério da Instrução Pública, enaltece as escolas de propaganda protestante – enquadrando-as nas “iniciativas dos mais ou menos abastados que formam associações” – não se inibindo de tecer rasgados elogios a Diogo Cassels⁹⁷. Na mesma década, nas Conferências Pedagógicas do Porto de 1884, o inspetor escolar António Simões Lopes louva a ação de Diogo Cassels destacando as escolas de ambos os sexos, os cursos noturnos, a escola infantil e os trabalhos de labores, realçando também as visitas a escolas públicas que Diogo Cassels e os seus alunos promoviam com frequência⁹⁸, observações que, aliás, contrastam um pouco com as inspeções escolares da década anterior, que assinalaram alguns aspetos menos positivos na escola do Torne⁹⁹.

Numa sequência cronológica fundacional a Escola do Torne é a primeira, e o modelo pedagógico que implementou ir-se-á replicar pelas outras escolas que

⁹⁷ COSTA, 1885: 133-134, 236 e 443.

⁹⁸ LOPES, 1884: 67-68.

⁹⁹ DIAS, 2000: 107; CORRÊA, 1991: 653-673.

entretanto se criaram, tendo objetivamente em consideração a escala e os condicionalismos desses novos espaços (fig. 12). Em 1896 o representante da Spanish and Portuguese Church Aid Society, Thomas J. Pulvertaft, numa visita às igrejas reformadas de Portugal e Espanha nota, sem qualquer restrição, que as escolas do Torne e do Bom Pastor estão entre as melhores da Península¹⁰⁰.



Figura 12.
Grupo escolar do Prado nos começos do século XX¹⁰¹.
Fonte: Arquivo Histórico da Igreja Lusitana

Num tempo e espaço pautados por uma inequívoca hegemonia do catolicismo romano, que encontra inusitadas expressões de reação e oposição a qualquer manifestação que não se enquadre nos cânones da religião oficial, estas escolas demonstraram em Vila Nova de Gaia a sua identidade religiosa através da exemplaridade democrática e laica da sua oferta educativa, aproximando-as, portanto, das classes populares. São escolas inseridas em comunidades em transição para a industrialização e onde as ruturas da sociabilidade estão mais presentes; são escolas pautadas pelas premissas do “progresso, da moralidade e da educação” – como Diogo Cassels evocava com ênfase visionário: «a instrução há-de chegar a cada aldeia, a cada casa, a cada família, a cada pessoa, a cada fábrica, a cada oficina. Seja a nossa divisa o Progresso, o Trabalho, a Industria e a Instrução»¹⁰² – o que se traduz pela captação de diversos públicos: feminino e masculino, adultos, jovens e crianças, sem nenhuma limitação quanto a «dogmas e preceitos peculiares de qualquer religião», como o mesmo Cassels reiterava frequentemente.

¹⁰⁰ PULVERTAFT, 1897: 23.

¹⁰¹ Pode observar-se ao fundo, à direita, Diogo Cassels e uma professora; ao centro José Bonaparte e à esquerda Augusto Nogueira, o sucessor de Cassels na direção da escola.

¹⁰² *Egreja Lusitana*, 184. V. N. Gaia, 15.08.1906, p. 2-3.

Aliás, como que prevendo eventuais dúvidas que os regulamentos de 1908 e 1912 da escola do Bom Pastor pudessem suscitar acerca do carácter impositivo de quaisquer princípios doutrinários, André Cassels explicava no mesmo ano:

uma das coisas que sobremaneira nos alegrou foi a maioria dos pais dos nossos alunos nos dizerem que tendo aprendido na nossa escola, nunca sobre eles se exercesse a chamada pressão religiosa, e de boa vontade queriam que seus filhos fossem assíduos frequentadores das classes especiais para a explicação do Evangelho¹⁰³.

Na verdade, no plano curricular seguiam-se rigorosamente nas escolas lusitanas os normativos que regulavam o ensino público, e relativamente à educação religiosa – também assumida frequentemente como cívica e moral – ela era ministrada nas escolas dominicais das respetivas igrejas. Esta particularidade sempre foi uma característica das escolas protestantes, e mesmo na República, na sequência da Lei da Separação do Estado das Igrejas, as escolas souberam conciliar as posições antinómicas através da constituição de associações culturais, que se encarregariam de “organizar classes de explicação do evangelho dentro da igreja” em horas que não “se relacionam com as da escola”, cumprindo com pragmatismo o art.º 10.º da Constituição da República que estabelecia que “o ensino deve ser neutro em matéria religiosa”, como se viu pelo regulamento de 1912 da escola do Bom Pastor.

Há todavia exemplos de alguma permeabilidade bem sucedida. Diogo Cassels, com uma particular atenção às mudanças políticas, mas sempre preocupado na afirmação doutrinária da matriz cristã da Igreja Lusitana, produz, em 1894, um pioneiro manual de educação religiosa que circulou pelas escolas gaienses, com o sugestivo título de *Compêndio de Moral e Doutrina Cristã acompanhado com textos Bíblicos*, que conheceu três edições (1894, 1904 e 1909) com uma tiragem de 5000 exemplares cada uma. Nos pós-República surgiu a 4.ª edição, naturalmente em conformidade com os normativos vigentes, como se reflete no título e conteúdos: *Compêndio de Moral Prática, Doutrina Cristã e Noções Elementares de História Geral*, com uma tiragem também de 5000 exemplares; em meados da década de 1920 seria ainda editada uma 5.ª edição.

Cada escola pauta-se por uma dinâmica pedagógica peculiar, mas tendo sempre presente o princípio do ensino misto (se bem que as circunstâncias de cada escola nem sempre permitissem cumpri-lo de forma plena) que encontrava principal expressão na instrução primária, mas alargado quase sempre à aula noturna, para alfabetização de adultos, e, quando possível, à aula infantil e à instrução secundária, traduzida por cursos de línguas, cálculo e escrituração comercial ou desenho geométrico. No Torne, que naturalmente encarna o modelo mais completo, acres-

¹⁰³ “A Reforma da nossa escola”. *O Bom Pastor*, 3ª Série, 35, V. N. Gaia, março de 1912, p. 7.

centavam-se classes de costura, aulas de música e ofícios mecânicos. A ginástica, os “jogos inocentes” e “exercícios físicos ao ar livre” e o canto coral eram práticas regulares, assim como os “trabalhos manuais educativos”. O uso do microscópio, da lanterna mágica, de vistas, fotografias e quadros parietais coloridos, tendiam a afirmar-se em paralelo como recursos pedagógicos inovadores; do mesmo modo que as “lições práticas” não se circunscreviam ao espaço específico escolar, podendo assumir a forma de passeios, excursões, visitas a estabelecimentos assistenciais e asilares ou aos pobres para ofertar roupas, alimentos ou singelamente brinquedos para as crianças, envolvendo-se a comunidade educativa também na Festa das Flores, na Festa da Árvore e obviamente nas manifestações de caráter mais litúrgico, como a Árvore de Natal.

A questão dos professores esteve sempre presente, porque enquanto expressão de competência assegurariam a qualidade do ensino. Apesar de alguns reveses, foi-se privilegiando o endorecramento dos melhores alunos das escolas que completassem o curso das Escolas Normais, garantindo-se por este processo que a formação pedagógica se compaginasse com a formação humana, em suma, que o professor das escolas fosse também um exemplo de exigência e rigor.

As escolas gaienses cumpriram-se na missão de alfabetizar e escolarizar as populações de um território que vivia a mudança e a transformação social de uma forma intensa e dilemática. De poente para nascente situam-se as quatro escolas protestantes, traçando como que uma fronteira entre os espaços rurais e os espaços em vias de industrialização. A norte dessa linha situava-se a freguesia de Santa Marinha e a sul as freguesias de Mafamude; a nascente Oliveira do Douro e a poente o populoso lugar do Candal, pertencente à freguesia de Santa Marinha.

Em 1881 apenas cerca de 1/8 dos gaienses vivia da indústria (no Porto a relação era de 1/3 e no distrito de 1/5), mas as freguesias de Santa Marinha e de Mafamude experimentaram um crescimento demográfico e um processo de industrialização particularmente acentuado. No final do século (1897) 68,8% das empresas (sem contar com as empresas vinícolas) estavam sediadas em Santa Marinha, enquanto Mafamude contava com 14,4% das firmas, seguindo-se Avintes (9,6%) e Oliveira do Douro, com 3,2%. Santa Marinha e Mafamude eram as freguesias com maior densidade e diversidade associativa, como também tinham o maior número de jornais: entre 1873 e 1936, 43,3% dos títulos foram editados na freguesia de Santa Marinha, enquanto em Mafamude se assinalaram 20% e 7,7% em Pedroso como em Oliveira do Douro. As taxas de analfabetismo eram extremamente elevadas: 76% em 1890 e 74% em 1900, quando a média do distrito do Porto era de 72% em 1890 e de 71% em 1900¹⁰⁴.

¹⁰⁴ GUIMARÃES, 1997; LACERDA, 1984 e 1997; SOEIRO *et al.*, 1995.

Em 1875 o concelho de Vila Nova de Gaia tinha 38 escolas privadas e 15 estatais, representando uma escola para 3629 habitantes. Em Santa Marinha estavam implantadas 16 escolas privadas e 2 estatais, e em Mafamude 6 escolas particulares e 2 escolas masculinas estatais. Em 1908 a relação entre escolas estatais e privadas inverte-se e a rede escolar de estabelecimentos de ensino aumenta, calculando-se em uma escola para 1000 habitantes¹⁰⁵.

O processo de industrialização, especialmente em Santa Marinha e Mafamude, origina uma mudança das condições de vida: alastra a construção de *ilhas* na Serra do Pilar, Devesas, Calçada da Serra, Bandeira ou no Marco, como também de bairros operários, como o da Fábrica de Cerâmica das Devesas. Ali residiam fundamentalmente operários cigarreiros, serralheiros, taneiros, da indústria cerâmica, dos caminhos de ferro e muitos outros, como também jornaleiros, militares, guardas-fiscais e empregados do pequeno comércio. Lugar de destaque ganhava nestes setores económicos a mão de obra infantil e feminina.

Neste contexto, percebe-se melhor a sondagem feita sobre a origem socioeconómica de algumas gerações de alunos da escola do Torne na transição do século XIX para o seguinte: os alunos e alunas eram maioritariamente provenientes das classes populares (cerca de 70%), estando também representados os filhos de trabalhadores rurais, se bem que na sua globalidade os alunos fossem preponderantemente de extração urbana¹⁰⁶. As escolas enquadram-se, portanto, numa cultura e formas de sociabilidade urbanas, circunstância que as aproxima de questões sociais prementes – alcoolismo, miséria física e moral, hábitos antieconómicos, pauperismo, vadiagem, criminalidade, orfandade e prostituição – a que necessariamente não poderiam ser alheias e que em parte informa as suas agendas e currículos.

Entroncam-se estes desafios numa segunda dimensão: a social. E entre as respostas que foram ensaiadas poder-se-ão sinalizar dispositivos intimamente ligados à estrutura eclesiástica, como o Fundo dos Pobres, ou em interface entre a escola e o templo, como as Uniões Cristãs da Mocidade ou as Ligas do Esforço Cristão. Registam-se também soluções mais específicas de cada comunidade religiosa, como no Torne o Banco dos Artistas, com o objetivo de: “ensinar a classe trabalhadora a praticar hábitos de economia e não desperdiçar dinheiro”, a Sociedade Evangélica de Socorros Mútuos, a Sopa Económica ou a Cozinha Económica, ou o Bairro de Habitação Económica; ou no Bom Pastor as campanhas de vacinação, os banhos de mar ou a difusão de jogos como o *foot-ball*, o *golf*, o *cricket* francês, entre outros, e a prática da natação.

¹⁰⁵ CORRÊA, 1991.

¹⁰⁶ AFONSO & LACERDA, 1995 e 1996; AFONSO *et al.*, 2001.

Interessa também destacar o fomento da prática da leitura, com a constituição de bibliotecas populares no Torne, no Bom Pastor e no Prado. Estes dispositivos conciliaram socialização, sociabilidade e solidariedade, cumprindo-se como edificantes, informacionais e mobilizadores para um cristianismo social enraizado nas comunidades. Anote-se, por fim, que o trabalho social das comunidades protestantes era em grande medida declinado no feminino, demonstrando que aquela responsabilidade a todos dizia respeito. As dinâmicas geradas alicerçam-se na coerência de um projeto onde se temperam educação, assistência e evangelização. Porventura, tal indicará também a intrusão num campo reformador que tem como horizonte a regeneração da própria sociedade, congregando diferentes setores e instituições capazes justamente de contribuir em diferentes planos, para esse fim.

No caso das escolas protestantes gaienses, o denodo filantrópico reflete-se na rede de benfeitores ou de “pessoas amigas e amantes da instrução” que contribuem para a manutenção das escolas, não significando tal facto que os doadores liminarmente se revejam em crenças ou posições políticas, mas simplesmente que alimentam a convicção de que a educação é o dínamo do progresso, e conseqüentemente, como enfatizava Diogo Cassels, do “trabalho, iniciativa, economia, moralidade”. Em torno das escolas do Torne e, depois, também da escola do Prado, constitui-se uma sólida rede de comerciantes e industriais que apoiam sistematicamente a iniciativa, registada em livros próprios onde anualmente se anotava a empresa ou particular e as quantias oferecidas para sustento das escolas. A lista inicia-se em finais do século XIX com 33 nomes, atingindo um máximo de 123 entidades em 1921; no ano de 1923 cifrava-se em 109, significando que durante 25 anos, em termos médios, a escola podia contar com o apoio de 61 contribuintes¹⁰⁷.

A trajetória social e o capital cultural e relacional dos irmãos Cassels possibilitava que se movimentassem também noutros contextos sociais, e com o mesmo espírito abraçaram causas educativas, filantrópicas, associativas, mutualistas, cooperativistas e políticas¹⁰⁸. O percurso de Diogo Cassels é ilustrativo dessa disponibilidade. Em 1908 o seu trabalho é reconhecido pela Liga Nacional de Instrução, que lhe concede o diploma de “Benemérito da Instrução”; a edilidade gaiense na reunião de 21 de dezembro de 1910 decide inscrever o nome de Diogo Cassels na toponímia, mudando o nome da rua do Torne para rua Diogo Cassels; o governo republicano exara em *Diário do Governo* de 15 de novembro de 1915 um louvor a

¹⁰⁷ AFONSO, 2001a.

¹⁰⁸ ROBERTSON, 1894. Entre os muitos exemplos das redes estabelecidas, sinalizamos a participação das Escolas do Torne e do Bom Pastor na *Exposição Pedagógico Escolar das 6 Circunscrições Escolares do Norte*, realizada em 1890 no Palácio de Cristal Portuense, tendo como lema: “Educação, Instrução e Trabalho”, a qual, como enfatizou o seu promotor, Carlos Affonso, significava a “bandeira da regeneração social”. Vd. AFFONSO, 1890: 13.

Diogo Cassels pela sua atividade de benemérito e a 24 de dezembro de 1922 condecora-o com a Comenda da Ordem de Cristo.

Uma última nota prende-se com a regular e por vezes intensa atividade editorial, traduzida pela edição de dois periódicos – *Egreja Lusitana* (1894-1923) e *O Bom Pastor* (1901-1916) – que inequivocamente serviam de meio de difusão das atividades das escolas, das iniciativas filantrópicas e, naturalmente, de clarificação das posições religiosas; e a constituição da Biblioteca António Maria Candal, um projeto editorial pioneiro que entre 1908 e 1918 publicou títulos de referência para a história e identidade da Igreja Lusitana, além de exemplares opúsculos de polémica religiosa e edificação¹⁰⁹.

8. A CONCLUIR

Ensaíamos um inventário das principais características das escolas protestantes gaienses tentando objetivar o *constructo* “rede escolar” nessa dupla dimensão pedagógica e social. É um exercício que necessariamente deverá ser aprofundado e aferido, não obstante a escassez ou laconismo de algumas fontes.

Destacaremos que destas notas se poderá inferir que as dinâmicas das escolas se entrelaçam com as dinâmicas sociais do seu tempo, não deixando de ter papel fundamental o carácter e as especificidades dos principais atores que suscitaram estas iniciativas de educação popular e as sustentaram, com resiliência quase heroica ao longo de décadas e décadas.

Não restarão dúvidas, todavia, que as escolas lusitanas marcaram indelevelmente uma época crucial da construção da contemporaneidade no concelho de Vila Nova de Gaia e um tempo longo (quase 150 anos no caso do Torne, considerando que o trabalho educativo permanece ativo até aos dias de hoje) o qual, mais do que pode apreender o olhar seco da História, deixou testemunhos reais e multiplicadores na larga maioria dos que passaram pelos bancos das escolas do Torne, do Prado, do Bom Pastor ou de Oliveira do Douro, memória ainda não elidida de todo e para a qual estes apontamentos pretenderam dar um modesto contributo de enquadramento e análise crítica.

¹⁰⁹ AFONSO, 2009: 285-292.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Impressas

- Escolas do Torne e do Prado: resumo das suas atividades*. V. N. de Gaia: Associação dos Antigos Alunos das Escolas do Torne e do Prado. 1957.
- Notas biográficas de Diogo Cassel: relatório respeitante ao ano de 1950 e sinopse dos anteriores*. V. N. de Gaia: Associação dos Antigos Alunos das Escolas do Torne e do Prado (s/d).
- Relatorio da Igreja Lusitana Catholica Apostolica Evangélica*. 1887. Lisboa: 1888.
- Relatorio da Igreja Lusitana Catholica Apostolica Evangélica*. 1889. Lisboa: 1890.
- Relatórios da Igreja Luzitana Catholica Apostólica Evangélica*. 1897-1898. Lisboa: Typ. de A. E. Barata, 1899.
- Relatórios da Igreja Lusitana Catholica Apostólica Evangélica*. 1908. Lisboa: Typ. e Papelaria Académica de Pires & C^a., 1909.
- Relatórios da Igreja Lusitana Catholica Apostólica Evangélica*. 1911. Lisboa: Typ. e Papelaria Académica de Pires & C^a., 1912.
- Relatórios da Igreja Lusitana Catholica Apostólica Evangélica*. 1912. Lisboa: Typ. e Papelaria Académica de Pires & C^a., 1913.
- Relatórios da Igreja Lusitana Catholica Apostólica Evangélica*. 1913. Lisboa: Typ. e Papelaria Académica de Pires & C^a., 1914.
- Relatórios de 1914 da Igreja Lusitana Catholica Apostólica Evangélica*. Porto: Tip. Mendonça, 1915.

Fontes Hemerográficas

- Igreja Lusitana [Catholica, Apostolica e Evangelica na Capella do Torne em Villa Nova de Gaya]*. Vila Nova de Gaia: 1894-1923).
- Luz e Verdade [A Luz e Verdade, 1905] Revista evangélica mensal [Quinzenário evangélico do Norte, 1911]*. Porto: 1902-1922.
- O Bom Pastor. [Boletim mensal da obra evangélica no Candal]*. Vila Nova de Gaia: 1901-1916.
- Reforma (A). Folha Evangélica [Órgão da Verdade Evangélica em Portugal, 1883; Eco da Igreja Lusitana, 1886]*. Porto: 1877-1892(?).

Bibliografia

- AFFONSO, Carlos (1890) – *Exposição Pedagógico-Escolar das Seis Circunscrições Escolares do Norte de Portugal. Inaugurada a 1 de Junho de 1890 no Palácio de Crystal Portuense. Breve Relatório, Programma e Catálogo da Exposição*. Porto: Typ. Central.
- AFONSO, José António (2000) – *O projeto de Diogo Cassels: contributo para o estudo da educação popular*. In VEIGA, M. A.; MAGALHÃES, J., org. – *Homenagem ao Prof. Dr. José Ribeiro Dias*. Braga: IEP/Universidade do Minho, p. 309-323.

- (2001a) – *Iniciativas evangélicas de educação popular: reflexões sobre a Escola do Torne (Vila Nova de Gaia)*. «Anales de Historia Contemporânea», 17, p. 415-434.
- (2001b) – *Modos de socialização numa comunidade evangélica: memórias de uma professora da Escola do Torne*. In RAMOS, Luís Oliveira; RIBEIRO, Jorge Martins; POLÓNIA, Amélia, coord. – *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, vol. 1. Porto: FLUP, p. 49-55.
- (2004) – *A construção de uma escola protestante: o caso da Escola do Torne (Vila Nova de Gaia), 1883-1923*. In FERREIRA, António Gomes, org. – *Escola, Culturas e Identidades – Comunicações do 3.º Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, vol. 2. Coimbra: SPCE, p. 62-65.
- (2009) – *Protestantismo e Educação. História de um projeto pedagógico alternativo em Portugal na transição do séc. XIX*. Braga: IEP/UM.
- (2013) – *A Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica (ILCAE) – das encruzilhadas sociojurídicas à afirmação de uma identidade religiosa*. In PINTASSILGO, Joaquim, coord. – *Laicidade, Religiões e Educação na Europa do Sul no Século XX*. Lisboa: IE/UL, p. 73-109.
- AFONSO, José António; LACERDA, Silvestre Almeida (1995) – *Memórias da Escola do Torne*. In SILVA, António Manuel; DIAS, Jaime A., coord. – *Vila Nova de Gaia de há 100 anos. Colóquio comemorativo do centenário da Igreja do Torne: actas*. V. N. Gaia: Junta Paroquial São João Evangelista, p. 169-223.
- (1996) – *Esplendor de uma escola. Subsídios para o estudo da Escola do Torne (1894-1923)*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia», 42, p. 27-47.
- AFONSO, José António; LACERDA, Silvestre Almeida; SILVA, António Manuel S. P. (2001) – *A população escolar feminina de Sta. Marinha na Escola do Torne na transição do séc. XIX para o séc. XX – Notas exploratórias*. In 1.ªs Jornadas de História Local de Santa Marinha. V. N. de Gaia: Junta Freguesia de Santa Marinha, p. 159-172.
- AFONSO, José António; SILVA, António Manuel S. P. (2008) – *Momentos da imprensa infanto-juvenil protestante em Portugal: O Amigo da Infância (1874-1940) e o Raio de Sol (1925-1951) – Aproximações às dinâmicas e ciclos do movimento evangélico*. In CASTILLO GÓMEZ, A., dir.; SIERRA BLAS, V., ed. – *Mis primeros pasos. Alfabetización, escuela y usos cotidianos de la escritura (siglos XIX y XX)*. Gijón: Trea, p. 95-122.
- (2010) – *Cultura escolar e representação. As Festas da Escola do Torne (Vila Nova de Gaia) durante o ciclo de Diogo Cassels (1868-1923)*. In FELGUEIRAS, M. L.; VIEIRA, C. E., ed. – *Cultura escolar, migrações e cidadania: actas do Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. Porto: SPCE.
- (2015) – *A Escola do Torne (Vila Nova de Gaia, Portugal, 1883-1922): as festas como práticas educativas*. In STAMATTO, Maria I. S.; NETA, Olívia M. M., org. – *Práticas Educativas, Formação e Memória*. Campinas: Mercado de Letras, p. 15-62.
- (no prelo) – *Modernidade e minorias religiosas. Os arquivos da Igreja Lusitana (sécs. XIX-XX)*. In *Atas do Colóquio Arquivos e Património da Sociedade Civil. Resgatar a memória da ação colectiva em Portugal (séculos XIX e XX)*. Lisboa: FCSH-UNL.
- AFONSO, José António; SILVA, António Manuel S. P.; LACERDA, Silvestre (2016) – *A escola do Torne (Vila Nova de Gaia): dinâmicas socioeducativas de uma escola evangélica na transição do século XIX*. In VIEIRA, Cesar R.; NASCIMENTO, Ester C., org. – *Contribuições do Protestantismo para a História da Educação no Brasil e em Portugal*. Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, p. 47-67.

- ALMEIDA, Luis G. (1985) – *Notas monográficas sobre a freguesia de Santa Eulália de Oliveira do Douro*. V. N. de Gaia: Junta de freguesia de Oliveira do Douro.
- ASPEY, Albert (1971) – *Por este caminho. Origem e progresso do Metodismo em Portugal no Século XIX. Umhas páginas da história da procura da liberdade religiosa*. Porto: Igreja Evangélica Metodista em Portugal.
- BARRETO, José M. (1901) – *Introdução da Reforma em Portugal. Extracto da Conferência realizada na União Christã Evangélica da Mocidade Portuguesa em 23 de Fevereiro de 1901*. Lisboa: [s.n.].
- BONAPARTE; José L. (1930) – *Igreja Lusitana Evangélica de Cristo. Oliveira do Douro*. In *A Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica*. V. N. Gaia: [s.n.], p. 16-17.
- CABANEL, Patrick (2006) – *De l'école protestante à la laïcité. La Société pour l'encouragement de l'instruction primaire parmi les protestantes de France (1829-années 1880)*. Disponível em <<http://histoire-education.revues.org/index1346.html>>. [Consulta em 15/06/2016].
- CABRAL, José M. Pina (1978) – *Diogo Cassels e as Escolas do Torne e do Prado*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia», 5, p. 29-31.
- CÂMARA MUNICIPAL do Concelho de Vila Nova de Gaya (1909) – *Breves Apontamentos Estatísticos dos Serviços Municipaes no Anno de 1908*. Gaya: Tip. Francisco Martins Bastos.
- CARDOSO, Manuel P. (1998) – *Por Vilas e Cidades. Notas para a história do protestantismo em Portugal*. Lisboa: Seminário Evangélico de Teologia.
- [CASSELS, Diogo] [c. 1898] – *The Reformed Church in Portugal. The story of the Lusitanian Reformed Church, by a Presbyter of the Church*. Dublin: Pulvertaft & Cº.
- (1908) – *A Reforma em Portugal. A historia resumida já publicada na "Egreja Lusitana" nos annos de 1897 e 1898, revista, augmentada...* Porto: Typ. a Vapor de José da Silva Mendonça.
- CASSELS, André (1930) – *Igreja Lusitana Evangélica do Bom Pastor. Candal – Vila Nova de Gaia*. In *A Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica*. V. N. Gaia: [s.n.], p. 14.
- CORRÊA, F. C. Gatapez (1991) – *Ensino Primário Privado no Distrito do Porto em 1875. Dois exemplos: Vila Nova de Gaia e Baião*. In *Ciências da Educação em Portugal. Situação actual e perspectivas*. Porto: SPCE, p. 653-673.
- COSTA, António da (1885) – *Auroras da Instrução pela Iniciativa Particular*. 2.ª Edição. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- COSTA, Francisco B. (1995) – *Demografia e sociedade gaiense nos finais do séc. XIX: contributo para uma história das mentalidades*. In SILVA, António Manuel; DIAS, Jaime A., coord. – *Vila Nova de Gaia de há 100 anos. Colóquio comemorativo do centenário da Igreja do Torne: actas*. V. N. Gaia: Junta Paroquial São João Evangelista, p. 281-306.
- (2004) – *Notas para a história da paróquia de Santa Eulália de Oliveira do Douro*. Oliveira do Douro: Paróquia de Santa Eulália de Oliveira do Douro.
- DIAS, Luís P. (2000) – *As Outras Escolas. O Ensino Particular das Primeiras Letras entre 1859 e 1881*. Lisboa: EDUCA.
- DUARTE, Júlio (1980) – *A Igreja do Prado. Paróquia do Salvador do Mundo da Igreja Lusitana...* V. N. de Gaia: Junta da paróquia do Salvador do Mundo.
- (1982) – *A Escola do Prado: 80 anos ao serviço da instrução do povo de Coimbrões*. V. N. Gaia: Junta da paróquia do Salvador do Mundo/Esforço cristão do Prado [texto dactilografado].

- (1986) – *O professor Augusto Nogueira e a “Escola do Prado”*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia», 20, p. 39-40.
- (1992) – *O Rev. José Maria Leite Bonaparte, a Igreja Lusitana e o “Colégio Lusitano” de Oliveira do Douro*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia», 33, p. 34-36.
- (1994) – *Apontamentos monográficos de Coimbrões*. V. N. de Gaia: Câmara Municipal.
- (1997) – *Igrejas evangélicas na Madalena*. In Cidade, J. C. et al. – *Santa Maria Madalena de Fermucia (Madalena – V. N. Gaia): subsídios para uma Monografia*. Vol. 1. Madalena: Junta de freguesia, p. 272-273.
- (1999a) – *A Paróquia do Salvador do Mundo. Prado, Coimbrões, Vila Nova de Gaia (...) 1901-2001*. V. N. Gaia: [s.n.], [texto dactilografado].
- (1999b) – *André B. Cassels. O Candal – a Escola e a Igreja do Bom Pastor*. V. N. Gaia: [s.n.], [texto dactilografado].
- FIGUEIREDO, J. Santos (1910) – *Factos notáveis da Historia da Egreja Lusitana*. Porto: Typ. Mendonça.
- GUICHARD, François (1990) – *Le Protestantisme au Portugal*. «Arquivos do Centro Cultural Português – Paris», 28, p. 455-82.
- GUIMARÃES, Gonçalves (1997) – *Memória histórica dos antigos Comerciantes e Industriais de Vila Nova de Gaia*. V. N. de Gaia: Associação Comercial e Industrial de V. N. de Gaia.
- [HERCULANO, Alexandre] (1837) – *As Escolas Domingueiras*. «O Panorama: jornal litterario e instructivo», 33, p. 264.
- LACERDA, Silvestre (1984) – *Apontamentos para a história da imprensa e das publicações periódicas no Concelho de Vila Nova de Gaia*. «Gaya», 2, p. 509-552.
- (1997) – *A Arte da Tanoaria*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais.
- LEITE, Rita M. (2009) – *Representações do Protestantismo na Sociedade Portuguesa Contemporânea. Da exclusão à liberdade de culto (1852-1911)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa/UCP.
- LEITE, Rita Mendonça; CAVACO, Timóteo (2013) – *A circulação da Bíblia no Portugal oitocentista o papel da Sociedade Bíblica*. Disponível em < <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/seriemonograficacienciadasreligi/article/view/3963>>. [Consulta em 15/06/2016].
- LOPES, António S. (1884) – *Conferências Pedagógicas do Porto em 1884*. Porto: Typ. do Commercio do Porto.
- MARQUES, João F. (1995) – *Para a história do Protestantismo em Portugal*. «Revista da Faculdade de Letras – História», II série, 12, p. 431-475.
- MOREIRA, Eduardo (1949) – *Esboço da História da Igreja Lusitana*. [V. N. de Gaia]: Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica.
- [1957] – *Crisóstomo português; elementos para a história do Púlpito*. Lisboa: Junta Presbiteriana de Cooperação em Portugal.
- (1958) – *Vidas Convergentes. História breve dos movimentos de reforma cristã em Portugal a partir do século XVIII*. [Lisboa]: Junta Presbiteriana de Cooperação em Portugal.
- MOREIRA, Joaquim M. (1995) – *Origens do episcopalismo em Portugal. O despertar da Igreja Lusitana (1839-1899)*. Porto: Faculdade de Letras da U.Porto. Dissertação de mestrado.

- (2002) – *Em busca da identidade: de uma igreja minoritária de finais de Oitocentos – o caso da Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica*. In RAMOS, Luís O.; RIBEIRO, Jorge M.; POLÓNIA, Amélia, coord. – *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, vol. 2. Porto: FLUP, p. 175-184.
- NOGUEIRA, Augusto (1930) – *Igreja Lusitana Evangélica do Salvador do Mundo. Prado – Vila Nova de Gaia*. In *A Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica*. V. N. Gaia: [s.n.], p. 17.
- NETO, Vitor (1998) – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*. Lisboa: INCM.
- PEIXOTO, Fernando (1995) – *A dívida do Protestantismo aos Cassels*. In SILVA, António Manuel; DIAS, Jaime A., coord. – *Vila Nova de Gaia de há 100 anos. Colóquio comemorativo do centenário da Igreja do Torne: actas*. V. N. Gaia: Junta paroquial São João Evangelista, p. 35-56.
- (1999) – *O que se sabe e o que se procura sobre o protestantismo em Portugal*. «Lusotopie: dynamiques religieuses en lusophonie contemporaine», p. 257-269.
- (2001) – *A influência britânica no protestantismo português*. «Anales de Historia Contemporânea», 17, p. 123-152.
- (2001) – *Diogo Cassels, uma vida em duas margens*. V. N. Gaia: Câmara Municipal.
- (2005) – *Diogo Cassels. A Praxis ao serviço da Fé*. V. N. de Gaia: Estratégias Criativas.
- PULVERTAFT, Thomas S. (1897) – *Report of visitation tour to the Reformed Churches of Spain and Portugal*. Dublin: Charles W. Gibbs Printer.
- RAMOS, Rui (1988) – *Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo*. «Análise Social», 24, 103-104), p. 1067-1145.
- ROBERTSON, Alexander (1894). *The Christian Triumvirate of Oporto*. «Light & Truth», 1, p.14.
- SANTOS, Luís A. (1997) – *A primeira geração da Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica (1876-1902)*. «Lusitania Sacra», 2ª Série, 8-9, p. 299-360.
- (2001) – *O protestantismo em Portugal (séculos XIX e XX): linhas da sua história e historiografia*. «Anales de Historia Contemporânea», 17, p. 53-76.
- (2002) – *A transformação do campo religioso português*. In AZEVEDO, Carlos M. dir. – *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores/UCP, p. 419-491.
- SANTOS, Licínio M. M. (2014) – *Cultura e lazer operários em Gaia, entre o final da Monarquia e o início da República (1893-1914)*. Porto: Faculdade de Letras da U.Porto. Dissertação de mestrado.
- SARDINHA, António (1984) – *Recordando Diogo Cassels e a sua ação mal conhecida de pedagogo*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia», 17, p. 44-45.
- SILVA, António Manuel S. P. (1995a) – *A Igreja Lusitana e o Republicanismo (1880-1910): Convergências e Expectativas do Discurso Ideológico*. In SANTOS, Maria H. C., coord. – *A Vida da República Portuguesa 1890-1990*. Lisboa: Cooperativa de Estudos e Documentação, p. 739-756.
- (1995b) – *Dos prelos como instrumento de missão. A “boa imprensa” e a imprensa protestante no último quartel do século XIX*. In SILVA, António Manuel; DIAS, Jaime A., coord. – *Vila Nova de Gaia de há 100 anos. Colóquio comemorativo do centenário da Igreja do Torne: actas*. V. N. Gaia: Junta paroquial São João Evangelista, p. 93-130.
- (1995c) – *As duas igrejas do Torne (Sta. Marinha, Vila Nova de Gaia): nota evocativa a propósito de um centenário*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia», 40, p. 55-60.
- (2007) – *O Bom Pastor: a Obra que André e Elisabeth Cassels sonharam... e Deus tornou possível*. In *O Bom Pastor. Número Único Comemorativo*. V. N. de Gaia: Junta Paroquial do Bom Pastor, p. 2-3.

- , coord. (2013) – *Paróquia de Cristo e Colégio Evangélico Lusitano: um século de testemunho cristão em Oliveira do Douro (V. N. Gaia)*. V. N. de Gaia: Igreja Lusitana.
- (2016) – *O protestantismo em Albergaria-A-Velha: um metodista no Palhal há 160 Anos*. «Albergue. História e Património do Concelho de Albergaria-a-Velha», 3.
- SILVA, António Manuel S. P.; AFONSO, José António (2008) – *Os Evangélicos – representações de Si e do Outro na literatura protestante*. In JORGE, V. O.; MACEDO, J. C., coord. – *Crenças, Religiões e Poderes: dos indivíduos às sociabilidades*. Porto: Afrontamento, p. 235-256.
- (2015) – *Associação das Escolas do Torne e do Prado: servir, educar e incluir*. V. N. Gaia: AETP.
- SILVA, António Manuel S. P.; AFONSO, José António; VIDAL, Alexandra (2016) – *A Igreja e a Escola do Prado: cento e quinze anos de instrução e testemunho cristão em Coimbrões, Vila Nova de Gaia*. V. N. de Gaia: Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica.
- SOEIRO, Teresa; ALVES, Jorge F.; LACERDA, Silvestre; OLIVEIRA, Joaquim (1995) – *A cerâmica portuense. Evolução empresarial e estruturas edificadas*. «Portugália», Nova Série, 16, p. 203-287.
- TOPALOV, Christian (1999) – *Le champ réformateur, 1880-1914: un modèle*. In TOPALOV, Christian, dir. – *Laboratoires du nouveau siècle. La nébuleuse réformatrice et ses réseaux en France, 1880-1914*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, p. 461-474.

A EDUCAÇÃO EM VILA NOVA DE GAIA (1880-1930): PROJETO E BALANÇO DO ESTUDO DOUTORAL*

EVA BAPTISTA

Resumo: Este estudo enfoca o ambiente pedagógico e educativo de Vila Nova de Gaia, nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, na sequência do projeto de doutoramento em História, a ser desenvolvido na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Na procura da reconstituição e análise do perfil educativo do concelho e das suas dinâmicas organizacionais, cartografando o processo de escolarização e identificando os seus principais agentes educativos, divulgamos ainda algumas das considerações parcelares desta investigação em curso. Nomeadamente, entre outras, as valências das iniciativas individuais e filantropias educativas e a influência do ideário republicano na escola e na escolarização de Vila Nova de Gaia nesse âmbito cronológico.

Palavras-chave: *Educação; Republicanismo; Vila Nova de Gaia; Filantropia.*

Abstract: Drawing upon a doctoral research project being developed at the Faculty of Arts of the University of Porto, this brief essay expounds on the complexity of the teaching and educational context in the council of Vila Nova de Gaia between the late 19th and the early 20th centuries. It focuses on outlining this municipality's educational profile and its organisational dynamics through the geographic charting of schooling and the pinpointing of outstanding individualities as educational agents. Following preliminary research findings, we pay close attention to educational philanthropy and the influence of republican ideology in schooling and instruction in Vila Nova de Gaia during the time period under consideration.

Keywords: *Education; Republicanism; Vila Nova de Gaia; Philanthropy.*

* Estudo elaborado no âmbito do projeto “Roteiros da inovação pedagógica: escolas e experiências de referência em Portugal no século XX” (PTDC/MHC-CED/0893/2014), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

1. INTRODUÇÃO

O estudo doutoral que estamos a desenvolver tem como universo de análise o território de Vila Nova de Gaia, durante o período decorrente entre 1880 e 1930. A investigação visa a compreensão de um crono-espaço alargado (município educativo) e enfoca-o nas suas diversas dimensões (legislação, espaços, atores, intenções, ações e sinergias). Em termos metodológicos, cruza fontes documentais (decretos, atas, estatutos, censos, relatórios, ofícios, inventários), sitas em arquivos centrais e institucionais (alguns inéditos), com fontes hemerográficas (jornais e almanaques). Em relação à Imprensa, são objeto do nosso estudo alguns periódicos de incidência geográfica gaiense, na sua maioria, de curta duração e de diferentes orientações ideológicas.

Fruto da pesquisa documental e bibliográfica já efetuada, em particular, no que se refere à documentação sita no Arquivo Sophia de Mello Breyner da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e às monografias etnohistóricas das freguesias do concelho, foi-nos possível chegar a algumas considerações sobre o panorama educativo gaiense, no que respeita à influência do republicanismo na construção e sustento de escolas, mas também nas próprias vivências quotidianas e pedagógicas.

2. REPUBLICANISMO E EDUCAÇÃO

Falar de interesse por uma educação universal (para todos os grupos sociais e para ambos os sexos) é falar de ideais positivistas reivindicados, em finais do século XVIII, pela Revolução Francesa. Ideais estes assentes na convicção de que a instrução levaria ao progresso e que estes, simultaneamente, conduziriam a Humanidade a um estágio de felicidade plena, proporcionada pela igualdade, justiça e harmonia. A Revolução Industrial, por seu turno, transportou para o plano educativo a necessidade de preparar indivíduos/técnicos especializados capazes de acompanhar o progresso industrial. Aliás, esta dupla vertente – cidadãos/trabalhadores –, «vai nortear o pensamento dos pedagogos republicanos portugueses»¹ na viragem para o século XX.

Logo após a guerra civil, o país procurou edificar uma nação liberal e, entre outras medidas, tornou-se um dos primeiros a decretar a obrigatoriedade escolar (1835). Porém, os dados estatísticos publicados a partir da segunda metade de

¹ PROENÇA, 2014: 9-10.

Oitocentos, descortinaram um embaraçante quadro de analfabetismo por todo o país. Esta questão veio despoletar um largo conjunto de medidas, por parte das elites políticas e intelectuais, com vista à alfabetização dos portugueses. Neste movimento a Maçonaria teve um papel relevante, fosse sob o impulso e/ou investimento continuado das suas lojas, através dos seus membros em instituições para maçónicas, ou de forma indireta nas suas esferas profissionais. Nesta luta pelo alfabetismo, além das escolas oficiais, nasceram diversas experiências educativas promovidas por: «sectores políticos e sociais muito diversificados – do Estado à iniciativa particular, do republicanismo e da maçonaria ao anarquismo, das associações operárias à intelectualidade»².

O esforço pró educacional, verificado desde meados do século XIX, não se cingiu à esfera dos republicanos, mas estes destacaram-se na união de esforços em favor de uma nação mais instruída e mais educada. Efetivamente, a luta pela alfabetização vai ser uma das suas grandes bandeiras, antes da implantação da República e durante os 26 anos da sua turbulenta existência. Para estes, «o homem vale pela educação que possui»³, mote que explicava a indispensabilidade da alfabetização como condição para uma participação consciente na vida pública. O cidadão republicano deveria ser igualmente exemplar do ponto de vista da sua moralidade, pelo que se desenvolveu todo um projeto de regeneração individual e social para combater os “males” e “vícios” de que padecia a sociedade portuguesa⁴.

Neste contexto, e uma vez que os estudos pedagógicos e científicos da época acreditavam que a idade da escolaridade primária era a mais adequada para se exercer o poder transformador da ação educativa, a escola/instrução primária era, então, vista como a oficina onde se moldaria um novo português: republicano, patriota, competente para intervir na vida democrática. Nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, a Escola afigurava-se um novo tipo de “templo”, criador de autênticos cidadãos, um reduto de esperança para uma sociedade mais justa e igualitária. Várias foram as escolas criadas um pouco por todo o país, incluindo no município gaiense os estudos de caso que apresentaremos: Cabanões, Palheirinho (Avintes) e Manuel Pinto Mourão (Mafamude).

² PINTASSILGO, 2012: 3.

³ Frase constante do preâmbulo do decreto de 29.03.1911 (*Apud* ADÃO *et. al*, 2012: 5).

⁴ PINTASSILGO, 2012: 3.

3. DUAS ESCOLAS EM AVINTES: CABANÕES E PALHEIRINHO

E eis aí a obra-prima da freguesia de Avintes! O seu melhor título de glória, a mais eloquente afirmação do seu progresso – o edifício escolar!

A construção deste edifício, levada a cabo à custa de enormes sacrifícios, e à força de muita abnegação e trabalho, marca um período novo na história da freguesia de Avintes; e por ela se poderá avaliar, o quanto pode este povo quando se compenetra bem dos seus deveres, procura melhorar as suas condições, fazendo progredir a sua terra⁵.

Este era o sentir republicano da época, neste caso, o de Inocêncio Osório Lopes Gondim, natural de Avintes, uma freguesia que escapava ao isolamento do interior do concelho pela proximidade ao rio Douro. Filho de um professor diplomado, médico de profissão, é uma das grandes vozes proto republicanas gaienses, chegando a ser presidente da sua vereação em alvares da República⁶.

A sua dissertação inaugural, apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto – *Luz natural e artificial das escolas* – insere-se no contexto do movimento higienista verificado em Portugal na segunda metade do século XIX e princípios do século XX, e que visava ensinar a sociedade a viver segundo novos hábitos, profiláticos e favorecedores de boa saúde em casa, no trabalho, na escola e na rua. Nesse estudo deixa perceber a sua adesão aos ideais positivistas que o republicanismo português veio a herdar. Na sua opinião, a Revolução Francesa tinha trazido a Liberdade e esta a difusão da instrução nas massas populares que, por sua vez, estimulou o desenvolvimento das ciências, das artes, da indústria e do comércio. «Um sistema de instrução pública bem organizado é certamente o mais poderoso meio de fazer prosperar um povo, de guardar e consolidar a sua liberdade»⁷. Na sua convicção era: «indispensável a vulgarização da instrução»⁸, porque o povo com o Liberalismo tinha sido chamado a intervir diretamente no seu destino. São perceptíveis o entusiasmo e a esperança que via na escola e na educação, conducentes a uma sociedade mais igualitária e pacífica:

Auxiliai, pois, o desenvolvimento das escolas! Edificai-as, multiplicai-as até ao infinito! Difundi por toda a parte a instrução! Levai-a sobretudo às últimas camadas sociais, àquelas que mais precisam de luz!

⁵ GONDIM, [s.d.]: 60.

⁶ Após a implantação da República, foi presidente da comissão administrativa municipal Manuel Ferreira de Castro, que apenas presidiu a duas sessões, tomando posse Inocêncio Osório Lopes Gondim, em 27.10.1910. Sobre as suas práticas em favor da saúde e instrução, vd. CONDE, 2010: 5.

⁷ GONDIM, 1887: 19-20.

⁸ GONDIM, 1981: 2.

Abri as portas das escolas, que se fecharão um dia as portas das cadeias! Ensinai os desprezados da fortuna, e tombarão de vez a força e a guilhotina! Fazei calar bem fundo no ânimo do Povo as noções de Justiça e do Direito, e extinguir-se-á a maior monstruosidade que a raça humana tem praticado desde o seu berço – a guerra⁹!

Gondim defende a necessidade de a escola desenvolver o espírito, mas também o corpo¹⁰ e tece considerações sobre doenças do foro oftalmológico, ortopédico e psicológico que se podem desenvolver face à falta de condições adequadas na sala de aula¹¹, detendo-se na questão da luz¹²:

Pois o edifício que uma aldeia destas apresenta aos seus alunos, a 150 crianças, que hão de vir a ser um dia 150 cidadãos da pátria, era até agora uma casa que serviu em tempos antigos de cadeia, e que recebia a luz e o ar por duas pequenas janelas! Depois quando esta espelunca já ameaçava ruína, quando a chuva já entrava a jorros pelo telhado, e o soalho carcomido e esburacado estava já quase intransitável, mudaram então a escola para uma casa que pertencia a um convento, e que recebe a luz por uma janela só! 150 alunos escrevem e leem á luz que lhes fornece uma superfície de 2 metros quadrados! Logo por baixo, e contíguo á escola, fica o cemitério da freguesia¹³...

Com efeito, à luta contra o analfabetismo juntava-se a luta por espaços de aula condignos e adequados à prática do ensino-aprendizagem. Neste contexto, chegavam à escola questionários que inquiriam sobre a posição das janelas e as condições de luz das salas, sobre a eventualidade da existência de vizinhança «inconveniente para a higiene ou moral» e sobre a cubagem das salas¹⁴ e as escolas que iam sendo edificadas ou adaptadas, passam a incorporar materiais para o melhoramento das condições de conforto e de higiene na sala de aula e, ainda, materiais pedagógicos com vista à educação de hábitos saudáveis¹⁵.

⁹ GONDIM, 1981: 8.

¹⁰ GONDIM, 1887: 20.

¹¹ GONDIM, 1887: 29-58.

¹² GONDIM, 1887: 59-93.

¹³ GONDIM, 1887: 25.

¹⁴ O professor em funções na escola do Palheirinho, Augusto Ladeiro, responde que a casa tem uma só sala para aula; as condições e luz são boas, e a posição das janelas é ao norte, sul e oriente; a casa da escola é isolada, não tem jardim nem vizinhança incómoda; a cubagem da escola é de 398m³, sendo a relação da cubagem da sala da escola com a frequência de 5 a 6m³ de ar por aluno. Vd. Acervo Documental Agrupamento Fernando Guedes/ Escola do Palheirinho (ADFG/EP) – *Livro de Correspondência expedida* (1897-1905), 18.01.1905 e 21.01.1905).

¹⁵ Como aconteceu na escola supracitada: três transparentes (para graduar a luz das janelas), 3 escarradeiras, um tapete em capacho e iluminação a gás (para o curso noturno), em 1907; lavatório completo, em 1911; uma coleção de quadros de propaganda antialcoólica, em 1916. Vd. ADFG/EP, *Inventário de mobília escolar*. Avintes (1902-1931).

No território em estudo, verifica-se que grande parte das escolas, funcionava em instalações alugadas, sem condições para a função educativa e que a rede escolar estava, na maioria dos casos, desajustada às necessidades da população (tabela 1). No início do século XX, em Vila Nova de Gaia, apenas cinco das suas vinte e três freguesias tinham escolas oficiais em instalações próprias destacando-se, neste panorama, Avintes com dois casos – Cabanões e Palheirinho –, escolas estas que percorreram um caminho educacional paralelo e cooperativo nas primeiras décadas das suas existências, como adiante veremos.

Nos dois últimos censos do século XIX (1890 e 1900), esta freguesia era a terceira mais populosa do concelho, mas a pressão demográfica não determinou por si só a construção de escolas. Espelha também gestos caritativos comuns nesta época que visavam promover o progresso e minimizar as desigualdades sociais. Assim, se explica aqui a coexistência de ensino privado¹⁶, no qual se destaca a escola gratuita para meninas, fundada em 20 de janeiro de 1870, por Manuel Lopes da Costa Soares¹⁷, onde chegaram a estar matriculadas 90 alunas, com uma frequência diária de cerca de 60¹⁸.

Tabela 1. Escolas oficiais em Vila Nova de Gaia.

Escolas Oficiais no município de Vila Nova de Gaia – inícios do século XX			
Freguesia	Local	Género	Observações
Avintes	Cabanões	Mista	Um só edifício com habitações; construído pela respetiva junta de paróquia
	Palheirinho	Masculino	Um só edifício com habitações; construído pela respetiva junta de paróquia
Grijó	Mosteiro	Masculino	Não tem habitações; antiga dependência do Mosteiro
Oliveira do Douro	Outeiro	Masculino	Um só edifício sem habitações; construído pela respetiva junta de paróquia
		Feminino	Um só edifício com habitações; construído pela respetiva junta de paróquia

¹⁶ Cerca de 1875, Avintes tinha os seguintes professores particulares espalhados pelos lugares da freguesia: Joaquim Pereira Pinto Tavares – Outeiro; Esperança Gonçalves de Oliveira – Areias; António Alves Pereira – Padrão Vermelho; José Rodrigues de Oliveira – Rua Nova; Clementina Amália Viana Coelho – Cabanões. Vd. CORRÊA, 1991: 668-670.

¹⁷ Deixou em testamento a verba de 10.000\$000 reis nominais, cujo rendimento, acrescido de 20\$000 anuais provenientes de um foro, se destinava à remuneração de uma professora que lecionasse o ensino primário e costura; e, à educação, vestuário e sustentação de 4/5 meninas, menores e órfãs, desde os 6 até aos 16 anos, em regime de internato. Segundo a descrição de Gondim, esta aula: «é uma sala quadrada, de 7,5 m por lado, e de 3 m de altura, iluminada por 6 janelas e 2 portas». Cerca de 1919, o rendimento deste legado chegava, apenas, para custear a educação de 3 crianças (GONDIM, [s.d.]: 85, 86). Sobre a história desta escola, Vd. CONDE, 2012: 17-20.

¹⁸ GONDIM, [s.d.]: 86.

Valadares	—	Masculino	Tem habitação; construído com o legado de José Monteiro de Castro Portugal
	Rua Direita	Mista	Um só edifício com habitações; construído pela respetiva junta de paróquia
Vila Nova de Gaia	Candal	Mista	Tem habitação; construído pela respetiva junta de paróquia
	Devesas	Mista	Tem habitação; construído pela respetiva junta de paróquia

Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA, 1907.

Foi em julho de 1885 que se inaugurou, em construção própria para o efeito, a escola oficial de Cabanões¹⁹. Segundo discurso da junta na sessão inaugural, o impulso para a sua edificação foi a lei de 2 de maio de 1878 que obrigava as juntas de paróquia a procederem a estas construções. Com esse objetivo, constituiu-se uma comissão que teve como primeiro passo o envio de circulares aos conterrâneos residentes no Brasil²⁰. Seguiu-se a angariação na terra, tendo a comissão deparado com alguma desconfiança e resistência à alteração de hábitos seculares:

Alguma gente ignorante e malcriada, chegou a despedir com grosseria a comissão, dizendo que para as escolas não assinava nada; que não sabia ler, e sempre assim tinha vivido; que seus filhos não precisavam de saber ler, e sobretudo as filhas, porque aprendiam a escrever cartas aos namorados, e depois se perdiam...

E a comissão, impotente para desfazer estes acervos de estupidez, retirava-se desgostosa, mas nunca desanimada.

O vulgacho, a ínfima ralé (que em toda a parte a há) quando se começou a obra, chegou a fazer a correr à boca pequena o boato, de que aquela casa era para a maçonaria e para não sei que danças e regaletes, dos que se empenhavam na sua construção²¹!

O maior subscritor para o fundo destinado à construção do edifício foi Francisco Marques Rodrigues, irmão do comendador Isidoro Marques Rodrigues, destacado membro do partido progressista e maçom. O inspetor António Simões Lopes, também maçom, «movido de simpatia pelos esforços que a Comissão fazia»²², conseguiu com brevidade, obter do governo a aprovação da planta do edifício e subsídio do Governo. O preço total da obra foi de 7.967\$160 réis, sendo que a quantia de 3.634\$940 foi subsidiada pelo governo, 532\$850 proveio de uma subscrição no Brasil e 3.799\$370 foram angariados em Avintes. Temos vindo a elencar os beneméritos

¹⁹ Neste lugar, em edifício desconhecido, houve escola entre 1800 e 1870. Cf. VAZ, 2015: 12.

²⁰ VAZ, 2015: 15-16.

²¹ GONDIM, [s.d.]: 67.

²² GONDIM, [s.d.]: 66.

que investiram na educação em Vila Nova de Gaia e importa, desde já, destacar uma característica frequente: os beneméritos com negócios no Brasil (tabela 2)²³.

Do elenco compulsado também se infere a influência de algumas famílias neste movimento pró-educacional e de que são exemplo os já referidos irmãos Marques Rodrigues²⁴ e Manuel Gomes Júnior. Este último, enquanto presidente da junta, facilitou a execução de importantes projetos estruturais e, o que aqui nos detém, educacionais. Referimo-nos à fundação das escolas de Cabanões (1885) e do Palheirinho (1897) e ao Club Recreativo Avintense (1889). Casou com a viúva Rosa Gonçalves da Costa, mãe do já referido Osório Gondim, de quem teve Adelino Gonçalves Gomes. Este, por sua vez, chegou a doar à Câmara de Gaia um edifício, no lugar do Magarão, para funcionar como escola na condição de aí lecionar a sua filha²⁵.

Tabela 2. Beneméritos de escolas em Vila Nova de Gaia.

“Brasileiros” e a Filantropia Escolar em Vila Nova de Gaia – viragem para o século XX		
Freguesia	Benemérito	Estabelecimento/investimento educativo
	Adelino Gonçalves Gomes	Sustento da escola do Magarão
	Isidoro Marques Rodrigues	Criação da escola de Cabanões e Club Recreativo Avintense
	Francisco Marques Rodrigues júnior	Sustento e criação de Aula Gratuita; apoio da escola de Cabanões, escola Manuel da Costa Soares, aulas de francês e escola do Palheirinho
	Joaquim dos Santos Guimarães	Doação de edifício da escola da Mata
Avintes	João Manuel Gonçalves	Criação da escola do Palheirinho; Club Recreativo Avintense; instituição de 2 prémios escolares para estímulo da educação feminina
	Joaquim de Oliveira Lopes	Legado para criação da escola da Aldeia Nova
	José Caetano Pereira dos Santos	Legado de 50\$000 para escolas paroquiais
	Manuel Lopes da Costa Soares	Criação e sustento da escola Costa Soares
	Manuel Gomes Júnior	Criação das escolas de Cabanões e Palheirinho e Club Recreativo Avintense

²³ A negrito, na tabela 2, os beneméritos “brasileiros”.

²⁴ Isidoro Marques Rodrigues e Francisco Marques Rodrigues, este financiador da *Aula Gratuita* e de aulas de Francês ministradas por José Mateus Fushini, vd. GONDIM, [s.d.]: 58/59.

²⁵ Diplomada pela Escola Normal do Porto, em 1918, com a classificação de 11 valores; solteira, de 20 anos de idade, residente em Avintes Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner/Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (AMSMB/CMVNG) – *Escritura de doação de um prédio para servir como escola da localidade* (1921): 43.

Arcozelo	Joaquim Teixeira de Castro, visconde de Arcozelo	Fundação e sustento de escola
Canelas	Luis Benedito Castro Pamplona	Fundação e sustento de escola de instrução primária para os dois sexos
Guetim	João Francisco da Silva	Construção de um salão para a escola oficial
Gulpilhares	António Pinto da Fonseca	Construção de Escola no lugar de Gulpilharinhos
Mafamude	Manuel Pinto Mourão	Legado para construção de uma escola – Escola Municipal Pinto Mourão/ Laborim de Baixo
	José Maria Xavier de Lacerda Lobato de Abreu de Lima	Escola das “Estafinhas”
Oliveira do Douro	Maria Rosa de Barros Costa Bastos	Construção de escola para os dois sexos – escola do Santíssimo Sacramento/ escola da Formigosa, que lega à câmara juntamente com títulos para sustentação do dito estabelecimento
	Manuel de Oliveira Casanova	Doação de mobília para a escola mista a criar no lugar das Alheiras
Pedroso	Joaquim Domingues Barbosa e Ana Dias Moreira	Doação de prédio, onde funcionavam, por arrendamento, as escolas de Alheira
St. ^a Marinha	Joaquim Pereira dos Santos	Doação de mobília e material escolar para a escola mista a criar na Afurada
	António Coelho Moreira	Doação do edifício para escola feminina
Valadares	António Pereira	Construção da escola Noturna do Centro Democrático e Republicano de Valadares
Vilar do Paraíso	António Manuel da Fonseca	Construção da 1. ^a escola primária, que doou ao governo

Fonte: BAPTISTA, [no prelo b].

O processo de construção desta escola em Cabanões em Avintes, foi noticiado numa revista de cobertura nacional²⁶. A descrição do projeto mostra a construção de um edifício modelar para servir de escola, com rigorosos estudos na área da iluminação e ventilação, não descurando a higiene e a necessidade de espaço exterior para a prática de exercício. A escola de Cabanões, ao estilo neoclássico, ainda hoje se destaca na paisagem pela imponência da sua elegância que parece destoar numa paisagem rural; um “palácio” construído de raiz para difundir o conheci-

²⁶ *Occidente*, 1883, n.º 171: 211-213.

mento²⁷. Metaforicamente, era uma espécie de templo do saber, ou numa imagem do imaginário contemporâneo, um portal para o futuro. No seu interior a aula do sexo masculino tinha herdado da chamada *Aula gratuita* (1868-1874) toda a sua mobília e material didático, que consistia numa coleção composta por seis mapas geográficos de grande formato, acrescida de um novo globo terrestre. Estes materiais foram oferecidos por Francisco Marques Rodrigues, que também mobilou a aula feminina da mesma escola. Nas paredes da sala pendiam dois diplomas do prémio «Luís de Camões», atribuídos pelo Club de Gaia, motivo de orgulho e de propaganda à competência da professora.

Em relação à escola do Palheiro, foi inaugurada em 6 de dezembro de 1897, mostrando fragilidades de construção logo no seu primeiro inverno de existência. Com efeito, a natureza da cobertura do edifício (lousa) revelou-se problemática: frágil às intempéries, permeável à água e à temperatura²⁸. Através do acervo documental desta escola foi-nos possível acompanhar o historial do seu espólio, no que concerne ao mobiliário e material didático-pedagógico, desde a sua fundação até 1931. Verificamos que a escola abriu as suas portas desprovida inteiramente do material indispensável para o ensino. A primeira professora, Quitéria Júlia de Sousa, adquire a expensas próprias material diverso (de escrituração, tinteiros e tintas) e relata as dificuldades do seu trabalho, solicitando à vereação outro material que considerava indispensável (tabela 3):

*Completamente impossível, apesar de muito trabalho, poder ensinar devidamente as crianças; sem os competentes mapas geográficos, não lhes posso ensinar corografia, sem o quadro dos pesos e medidas, não lhes posso ensinar sistema métrico, etc. [...]*²⁹.

Através deste livro de inventário, embora com registos irregulares³⁰, percebemos que as existências deterioradas pelo uso, fraca qualidade dos materiais e/ou por ataque de ratos, dificilmente eram substituídas. Infere-se, também, que o mobiliário escolar circulava entre as escolas, de acordo com as necessidades prementes³¹.

²⁷ A fachada do edifício deixava antever às três divisões internas. Duas pilastras de granito dividem-na em três partes, das quais a do nascente pertence à aula do sexo masculino, a do poente à de meninas e a central à biblioteca. Na platibanda do edifício encontram-se quatro vultos da cultura portuguesa: Alexandre Herculano, Camões, Garrett e Castilho, cf. GONDIM, [s.d.]: 61.

²⁸ ADFG/EP – *Livro de Correspondência Expedida* (1897-1905): 05.06.1902; 30.03.1903.

²⁹ ADFG/EP – *Livro de Correspondência Expedida* (1897-1905): 03.02.1898.

³⁰ ADFG/EP – *Livro de Correspondência Expedida* (1897-1931): 1902, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911, 1914, 1915, 1916, 1918, 1919, 1928, 1929, 1930, 1931.

³¹ ADFG/EP – *Inventário de Mobília Escolar. Avintes* (1902-1931). A professora Maria de Almeida Gomes, em 1918, regista no *Livro de Inventário* a chegada de carteiras provenientes da escola móvel de Sandim, sendo que as mesmas saíram no início de 1919 para a escola feminina de Coimbrões.

Tabela 3. Lista de material escolar requisitado pela Prof.^a Quitéria Júlia de Sousa.

«Material indispensável para a escola do sexo masculino em Avintes» (1898)			
N.º	Descrição	N.º	Descrição
10	Quadros parietais (Simões Lopes)	2	Mapa de Portugal, falante e mudo
1	Quadro preto	1	Coleção de sólidos geométricos
1	Contador mecânico	1	Globo terrestre
1	Quadro de pesos e medidas	2	Tinteiros
1	Caixa para o ensino prático do sistema métrico	2	Compêndios de Desenho (Simões Lopes)
1	Estojo para o ensino do desenho geométrico: esquadro, régua, transferidor e compasso		

Fonte: ADFG/EP – *Livro de Correspondência Expedida*: 1897-1905.

Em 1903, foi aqui colocado o professor Augusto Ladeiro habilitado ao magistério primário pela respetiva escola distrital da Guarda e antigo bolseiro no estrangeiro na Suíça³². Nessa condição frequentara o curso da Escola Normal de Lausanne e os cursos de Psicologia, Fisiologia e Pedagogia da Universidade de Lausanne e o de Trabalhos Manuais em Lion.

Em 1906 lecionou gratuitamente um curso noturno cuja iniciativa deu origem à sua oficialização e funcionamento regular. Em 1 de janeiro de 1905, por sua iniciativa, mas superiormente autorizado, realizou na escola do Palheiro a primeira festa escolar, com distribuição de prémios aos alunos³³. Em 1907, levou também a cargo a dinamização de uma subscrição para aquisição de um estandarte para a escola, que fez batizar com o nome de «Democrata» e que passou a ser exibido nos cortejos das festas escolares. Considerava os prémios escolares de pernicioso efeito moral. Tendo a subinspeção de Gaia requerido a listagem dos melhores alunos, o professor responde nestes termos:

É de 80 o número de alunos que matriculados no ano anterior novamente se matricularam e continuaram a frequentar esta escola no corrente ano letivo. Tantos são pois Exm.º Sr. os que julgo dignos de prémios ou todos ou nenhuns. [...] Porém, como não desejo de modo algum dar causa a complicar ou fazer atrasar o serviço a cargo de V. Ex.ª, antes ao contrário – auxiliar e tanto me for possível; – eu proponho a V.ª Ex.ª para tudo se resolver pelo melhor – distribua para a minha escola 15 prémios, os quais farei sortear pelos respetivos alunos da escola, e como não sei por enquanto a quem tais prémios poderão caber, eis a participação do facto de não enviar a relação nominal que, depois do sorteio, poderei gostosamente satisfazer, se V. Ex.ª assim o ordenar³⁴.

³² Como pensionista do estado, cumpriu a missão de estudo com excelência. Obteve nota máxima e, em 22.12.1908, o corpo docente das escolas Normais do cantão de Vaud–Lausanne (Suíça) reunido em sessão solene conferiu-lhe um prémio (ADFG/EP – *Livro de Correspondência Expedida* (1905-1931): 34-36).

³³ ADFG/EP – *Livro de Correspondência Expedida* (1897-1905): 34-36.

³⁴ ADFG/EP – *Livro de Correspondência Expedida* (1905-1931): 27-28.

Augusto Ladeiro promoveu situações de ensino-aprendizagem inovadoras, tais como, uma excursão e exposição de trabalhos, que destoaram do quotidiano escolar e perduraram na memória da comunidade:

Os pais dos alunos sabedores á última da hora do entusiasmo que a digressão causava [...] acompanharam-nos também em número de 12. Em Vila do Conde visitamos a Casa de Correção, os estaleiros d'Azurara e Vila do Conde, estudamos as margens do rio (Ave). Visitando também, aqui, como no Póvoa algumas escolas, o mar, etc, etc. Foi uma verdadeira, instrutiva e entusiástica festa»³⁵.

Em Avintes, as ritualizações cívicas de âmbito escolar remontam, pelo menos, à “Festa da Árvore de Natal”, realizada em 1891, promovida pelo Clube Recreativo Avintense, nas escolas de Cabanões. E, não será por acaso, a designação do evento – festa da Árvore de Natal. Por um lado, o gosto burguês que se vai impondo em novos espaços e sociabilidades. Por outro lado, não esqueçamos que dentro da lógica do republicanismo, a escola primária deveria ser independente de qualquer referência religiosa: «considerada anacrónica e incompatível com o progresso»³⁶. Por outro lado, a árvore esteve sempre associada à ideia de regeneração, liberdade, solidariedade, etc., e esta será a festividade de maior alcance nas escolas primárias³⁷.

Depois de instaurada a República, a Festa da Árvore, por iniciativa maçónica, será mesmo elevada a festividade nacional. Nessa freguesia era celebrada conjuntamente com a outra escola oficial – a escola de Cabanões – sendo que os professores, em harmonia com a doutrina dimanada da inspeção escolar, motivavam pedagogicamente os alunos e organizavam participados cortejos cívicos com a presença da comunidade escolar e de diversas entidades públicas³⁸. Mesmo em 1916, quando os efeitos da Grande Guerra se faziam sentir, sobretudo a subida de preços e o desemprego³⁹, os professores decidiram, por unanimidade, «efetuar uma festa modesta, sem grandes exterioridades» que se descreve:

Apenas recebemos a circular número 36 que determinava o dia 27 próximo passado para a realização da festa, tratamos imediatamente de predispor as crianças, levando-as por ensinamentos práticos, ante os viçosos arvoredos que bordam as margens do Febros, a compreender a importância moral, cívica e económica desta festa tão simples na sua

³⁵ ADFG/EP – *Livro de Correspondência Expedida* (1905-1931): 42.

³⁶ PINTASSILGO, 1998: 256.

³⁷ PINTASSILGO, 1998: 58.

³⁸ BAPTISTA, [no prelo a].

³⁹ Em relatório os professores referem que os seus alunos eram na maioria filhos de operários e que estes sofriam com a crise que se atravessava. Indicam como motivos não só a carestia excessiva dos géneros alimentares, mas também as contínuas greves que a curto prazo só agravavam a situação. ADFG/EP – *Livro de Correspondência Expedida* (1905-1931): 15.03.1916.

essência, mas de grandiosos efeitos na valorização do solo pátrio. Convidamos, em seguida, a fazer-se representar na solenidade a Câmara Municipal, Junta de Paróquia, Club Avintense e todas as agremiações quer políticas, quer mutualistas, desta freguesia. Pelas dez horas formou-se um cortejo organizado pelas crianças da escola número 3 [Palheirinho] com os seus professores, os alunos da I.M.P. com o seu instrutor e uma orquestra, o qual seguiu pela rua da Escola Central até ao edifício das escolas n.º 1 e 2 [Cabanões]. Aí formou-se novo cortejo constituído pelas meninas da escola número 2 com as suas professoras e alunos da escola número 3 com os seus professores, uma orquestra, alunos da I.M.P. com o seu instrutor, representantes da Câmara Municipal, Junta de Paróquia, Club Avintense, etc., pondo-se de marcha, seguido de muito povo, ao som da Portuguesa, pela rua da Escola Central, rua do Cinco de Outubro, até ao largo do mesmo nome (Palheirinho). Aqui, o professor Joaquim Artur Teixeira de Magalhães, fez uma alocação alusiva ao ato, ao terminar, entram as crianças acompanhadas pela orquestra o hino à Árvore, em seguida, procedeu-se à plantação das árvores pelas meninas e meninos e alunos I.M.P., entoando as crianças no fim a Sementeira. Recolhendo em seguida o cortejo na sala da escola número 3, e ali acompanhadas pela orquestra na presença de muito povo cantaram as crianças a Portuguesa, a Maria da Fonte, o Hino à Bandeira, a Sementeira, a Esfolhada, o Viva a República e a Moleirinha de Guerra Junqueiro. Finalmente o professor desta escola agradeceu a gentileza que todos os espectadores tiveram em assistir a uma festa tão simples, mas duma nobre e alevantada significação e de efeitos puramente educativos.

Eram duas horas, quando findou esta festa infantil, indo as criancinhas a convite de seus professores visitar os seus discípulos enfermos, confortando-os nos seus infortúnios e consolando-os do pesar de não poderem assistir à sua atraente e encantadora festa.

Era comovedor ao outro dia presenciar o belo espetáculo que davam as criancinhas, cuidando das plantas, ligando-as mais fortemente às estacas, envolvendo-as num olhar terno e efetuoso só próprio do artista que contempla o primeiro produto da sua imaginação assaz inventiva⁴⁰.

Neste relato está patente a dimensão pedagógica de que se reveste esta festa. Por um lado, um ideal de educação integral rentabilizada pelas virtualidades de uma educação pela natureza e, por outro, uma nova religiosidade cívica com os seus símbolos, cenários e agentes.

As escolas de Cabanões e Palheirinho uniram-se, outras vezes, para a realização de festas cívicas de consciente e forte impacto na republicanização da comunidade e na própria legitimação da jovem República e das suas ações. É disso exemplo a cerimónia estimulada pelo então inspetor escolar, Reinaldo Vidal Oudinot, designada “Beijo-Infantil” e que consistia na entrega, pelas crianças das escolas, de um alfinete de ouro a um antigo expedicionário. O professor da escola do Palheirinho

⁴⁰ ADFG/EP – Livro de Correspondência Expedida (1905-1931): 15.03.1916.

ficou incumbido de identificar na freguesia um antigo combatente em África para que se lhe entregasse, em cerimónia solene, uma condecoração em reconhecimento da sua heroicidade pela defesa da Pátria. Porém, o verdadeiro alcance desta ação estava numa: «magnífica lição de civismo que iria insuflar no seu espírito infantil ideias generosas, desenvolvendo-lhes o santo amor da pátria predispondo-as a heroicas dedicações»⁴¹.

Para o efeito, os professores das escolas oficiais reuniram-se para planificar o evento. Definiram a data e puseram mãos à obra. Procederam a uma propaganda ativa, abriram uma subscrição, ensaiaram com as crianças a execução de hinos, canções infantis e récitas, conseguiram autorização do proprietário do local Teatro Almeida e Sousa para que aí decorresse o evento e imprimiram convites e bilhetes. A festa reuniu as autoridades locais e muitos espetadores, que assistiram a um espetáculo verdadeiramente galvanizante:

Realizamos a festa no dia previsto, perante uma afluência de 1500 espectadores de todas as classes sociais, estando os camarotes abarrotados de cavalheiros e senhoras em destaque neste meio social [...]. Imediatamente se destacaram duas meninas cada uma com o seu alfinete e ao som da Portuguesa os colocaram na gravata de cada um dos expedicionários presentes: José Pinto de Castro, casado, ourives, que reside atualmente na rua João de Deus, de Vila Nova de Gaia, e Manuel Pereira Glória, solteiro, marmorista, desta freguesia, havendo nesta ocasião a maior manifestação que se pode imaginar: os espetadores de pé deram uma prolongada salva de palmas, ouvindo-se entusiasmados vivas às nações aliadas, a Portugal, à Pátria e à República, sendo arremessada dos camarotes sobre as crianças e a plateia uma grande profusão de flores, em verdadeiro delírio. [...]
Ato contínuo, convidadas pelas professoras, desceram dos camarotes as senhoras mais gradas desta freguesia e distribuíram um pacote de doces a cada uma destas nossas criancinhas, despejando simultaneamente sobre elas torrentes de caricias. Finalmente a orquestra executou a «Portuguesa» acompanhando também as crianças em coro, e o senhor Ferreira de Guimarães, levantando-se fez um magnífico discurso encerrando a sessão»⁴².

A “festa” extravasou de tal ordem o âmbito “escolar” que, posteriormente, os professores foram contactados por alguns cavalheiros para a repetir mas apenas com as crianças. Proposta que foi de imediato declinada por se entender inexecutável economicamente. Porém, o “Beijo-infantil” teve um saldo positivo que reverteu a favor de uma cantina escolar projetada pelos professores das Escolas envolvidas e que veio a chamar-se “Amor à Infância”.

A possibilidade da entrada de Portugal na guerra foi um fator de divisão entre os próprios republicanos. Todavia, para muitos correligionários, a participação no

⁴¹ ADFG/EP – *Livro de Correspondência Expedida* (1905-1931): 24.01.1916.

⁴² ADFG/EP – *Livro de Correspondência Expedida* (1905-1931): 07.04.1916.

conflito armado legitimava o novo regime perante a Europa e o Mundo, e no dia 9 de março de 1916, a Alemanha “honrou-os” com uma declaração de guerra. Neste contexto, a “Escola” é chamada a servir como instrumento ideológico, no sentido da preparação das mentes para a inevitabilidade da guerra e, mais do que isso, para a gloriosa defesa da Pátria:

A vida só se sente e se torna bela quando se vive uma liberdade consciente. Quer seja mão estrangeira ou mão de ditador, essa mão é sempre feita de ferro e gelo – ferro que nos tortura e escraviza, gelo que nos insensibiliza e nos mata. Sempre uma agonia a eternizar-se, mas, se temos de morrer moral e materialmente, a única maneira de bem morrer é morrer resolutamente –; E o que é a morte no campo da luta pela liberdade e pelo direito? É o sinal da Recompensa e do Repouso. Oferecer a nossa vida em defesa de nossos filhos, das nossas mães, do nosso lar, da nossa terra, é firmar a continuação da Vida. O professorado primário é hoje uma força apreciável. E ele, só ele, que deve lançar na alma da população rural e urbana um intenso banho de rigorosa luz, plena e de amor pela pátria, elucidando o povo e os seus próprios alunos de que a política alemã absorvente, teocrática, feita de crueldade e de perversões morais, acaba de nos honrar com uma declaração de Guerra. Dizer-vos que ensineis a cumprir um dever, a quem como vós, professores primários, o tendes tão inteligentemente cumprido, é uma superfluidade. É preciso sofrer com resignação heroica para vencer heroicamente – mas é preciso, também, educar bem a Dar, para encarar bem de frente, com um sorriso, o esperado sofrimento. O Receio e o Desespero é a cobardia e o esbarrondadeiro. E quem, nesta hora de incertezas para a Pátria, estimular a mentira do Preconceito, insuflando o fanatismo religioso e político, é um traidor. Ao professorado compete pois arrancar as belidas que escondem a luz da verdade. A V. Ex.^a solicito a sua colaboração inteligente e cautelosa, que pode exercer-se quer na escola, servindo-se das crianças como transmissoras para os seus lares do amor, do sacrifício que devemos à Pátria ameaçada, quer em palestras ou conferências, preparando-se assim o povo para a resistência e para a gloriosa abalada, quando o dever nos mandar que partamos⁴³.

Cabia, pois, ao professorado preparar a população para «sofrer com resignação heroica» e aceitar «com um sorriso, o esperado sofrimento».

4. A ESCOLA MANUEL PINTO MOURÃO

Esta “malfadada” escola prende-se com o célebre “legado Pinto Mourão”, herança deixada pelo negociante e proprietário: Manuel Pinto Mourão. Nascido em 1842

⁴³ ADFG/EP – Livro de Correspondência recebia. Escola Elementar para o sexo masculino da freguesia de Avintes Concelho de Gaya 3.^a Circunscrição Escolar (1905-1919): 25.04.1916.

em Mafamude, no seio de uma família empreendedora, descendente do industrial Francisco Pinto Mourão e irmão de José Pinto Mourão, doador da quantia de 600\$00 ao Centro Republicano Joaquim Nicolau de Almeida para a abertura de uma escola. Os seus negócios estendiam-se pelo Douro (Penafiel) e o Brasil, onde se deslocou por duas vezes (Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul), constituindo por estas paragens a sua pequena fortuna. Demonstrou ser um homem preocupado com as necessidades sociais da sua época, incentivando e apoiando a instrução, a proteção à infância e a criação de mecanismos para minimização da vadiagem e mendicidade⁴⁴.

A freguesia de Mafamude, na viragem do século XIX para o século XX, era uma dessas localidades em processo de transição de uma sociedade camponesa para uma sociedade em vias de industrialização e urbanização, vivendo um período de reorganização social, face à concentração de migrantes rurais, às precárias condições de vida dos operários e ao enfraquecimento das sociabilidades.

A estes custos da industrialização quiseram responder um grupo de empresários e letrados filantrópicos dando-se, no período em foco, uma intensa atividade ideológica e reivindicativa de uma reforma social assente na regulamentação do trabalho e na utopia de criação de uma cidade social⁴⁵. São ecos deste movimento o associativismo de cariz beneficente e cultural que aqui se verificava⁴⁶, atestando a vontade dos conterrâneos em solucionar as carências de uma população crescente e profissionalmente diversificada. Ora, também: «as relações entre a escola e sociedade, passam, então, por uma das modalidades de resposta aos fatores de dissolução social e degenerescência social, como ainda, de prevenção da insegurança e de luta contra o pauperismo»⁴⁷. Assim, a par da alimentação e da assistência médica, uma dessas prementes carências era a instrução, o que explica os diversos atos filantrópicos de incentivo e desenvolvimento em torno da escola e dos alunos, encetados na década de oitenta do século XIX.

O testamento de Manuel Pinto Mourão⁴⁸ é exemplo dessa mentalidade que acrescenta à matriz caritativa religiosa, o fomento da instrução como nova forma da prática do bem e como fonte de progresso. De uma forma desinteressada ou procurando a gratidão/reconhecimento póstumo, certo é que a sua última vontade intenta contribuir para o bem social onde se inclui, não apenas, alimentar e vestir

⁴⁴ BAPTISTA, [no prelo b].

⁴⁵ Cf. AFONSO, 2006: 27.

⁴⁶ Cf. SANTOS, 2014.

⁴⁷ AFONSO, 2006: 26.

⁴⁸ AMSMB/CMVNG – *Testamento de Manuel Pinto Mourão* (1897). À data da realização do testamento (03.07.1897), não tinha herdeiros diretos, pelo que distribuiu a fortuna pelos afilhados, sobrinhos e descendentes de amigos e ainda a várias instituições.

os pobres, tratar e proteger enfermos, viúvas e órfãos; mas também proporcionar condições para que os desfavorecidos pudessem sobreviver de forma honrada através da instrução. Assim, se explicam os avultados legados deste benemérito a instituições assistenciais⁴⁹ e a outras, com vista a profissionalizar os desfavorecidos e a minimizar a vagabundagem⁵⁰. O remanescente da sua herança deixou-a à Irmandade do Terço e Caridade do Porto para a instituição do asilo profissional de meninas órfãs “Manuel Pinto Mourão”⁵¹, cuja corporação vem a desistir, em 1905, de todo o legado: 200.000\$000 em apólices do governo brasileiro, 300\$000 “fortes” e um prédio na Rua Marquês Sá da Bandeira⁵².

Também o legado que é nosso estudo de caso – seis contos de réis para a construção para as escolas paroquiais mistas, em Mafamude – não foi de fácil concretização... Em janeiro de 1904, a câmara municipal, sob a presidência de Joaquim Augusto da Silva Magalhães, dirige uma representação ao Governo informando que tinha sido arrematada a obra de construção do edifício escolar em Mafamude para cumprimento do legado Mourão:

Havendo cedido terreno preciso para obra de tão alto alcance moral, até à presente data não se deu princípio à mesma obra, que desnecessário será esclarecer pelas vantagens para a freguesia e pela economia que dela resulta das rendas das casas, onde atualmente funcionam as escolas dos dois sexos da mesma paróquia. Acresce ainda a circunstância de ficarem as ditas escolas devidamente instaladas. Por isso esta Câmara solicita de Sua Majestade a graça de ordenar se dê princípio á construção da referida escola⁵³.

Com efeito, data do mesmo ano um processo para construção de uma escola primária, no largo D. Pedro V, com planta assinada por Adães Bermudes, à época diretor das Construções Escolares⁵⁴. Porém dez anos volvidos (1914), a escola continuava ainda sem ser construída. O deputado pelo círculo de Vila Nova de

⁴⁹ A saber, a Creche de Santa Marinha, Colégio dos Meninos Órfãos da Graça do Porto, Asilo ou Recolhimento de São João do Porto, Sociedade Portuguesa de Beneficência da cidade do Rio Grande do Sul (Brasil).

⁵⁰ Eram elas, a Oficina de S. José no Porto, Albergues Noturnos do Porto, legado para a construção das Escolas Paroquiais de Mafamude e o remanescente para a instituição do Asilo Profissional de Meninas Órfãs “Manuel Pinto Mourão”.

⁵¹ Com as seguintes obrigações em dar a Margarida de Jesus Mourão (sua prima) a quantia de seiscentos reis diários; caso quisesse ela viver no mesmo asilo, dar-lhe-iam casa decente, comida, roupa lavada e trezentos reis diários em dinheiro.

⁵² *O Atleta*, 1918, n.º 21: 2.

⁵³ CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE Gaia, 1907: 15.

⁵⁴ AMSMB/CMVNG – *Obra Municipal de planta D. Pedro V onde o Ministério do reino deseja construir uma escola* (1904).

Gaia, Bernardo Lucas, chamava ainda à atenção do ministro da Instrução para o caso do «legado Mourão»:

Essa quantia esteve depositada numa casa bancária do Porto à ordem do juiz da 2.^a vara da mesma cidade, sendo depois transferido pela Direção das Construções Escolares para a Caixa Geral de Depósitos, supondo-se que teria levado descaminho.

Em 1906, o sr. Dr. Afonso Costa dirigiu a esse respeito uma interpelação ao governo de então e o sr. João Franco ordenou que essa verba só fosse aplicada à construção dessa escola a cujas obras mandou proceder.

Dada a implantação da República, foram sustadas essas obras por supor-se que poderia ser adaptado um terreno que passava a ser pertença do Estado por ter pertencido a uma corporação religiosa; mas como essa questão está ainda pendente da resolução do tribunal de Gaia, o dinheiro continua na Caixa Geral de Depósitos e os desejos do falecido Manuel Mourão permanecem sem que lhes dê execução»⁵⁵.

Em janeiro de 1915, no jornal *O Povo de Gaya*⁵⁶, relata-se a ação do mesmo deputado em prol da concretização do legado, requerendo na Câmara de Deputados uma certidão de todo o processo. O articulista manifesta-se desacreditado em relação ao já célebre “legado Mourão” que, nos seus diversos aspetos e episódios, era suficiente para: «documentar numa síntese eloquente o que valeu a burocracia dos tempos da monarquia que, afinal, [era] a mesma [daqueles] primeiros tempos da República». Na mesma época, um processo da Comissão Central de Execução da Lei da Separação, intenta a cedência dos edifícios da Quinta do Cabo-Mor, nas proximidades do local em questão, para a instalação de uma escola o que não veio a acontecer⁵⁷.

O caso do “legado Mourão” não era único no país. De tal modo que o ministro da Instrução Pública à época, Lopes Martins, apresenta uma proposta de lei com o objetivo de autorizar o Governo a abrir créditos especiais, a fim de se entregar às autarquias as quantias legadas para a construção de escolas. Nesse rescaldo, Bernardo Lucas, mais uma vez, lembra o incumprimento do legado mafamudense⁵⁸.

Em 1917, em sessão de 7 de agosto, da Câmara de Deputados, discutia-se a construção de novas escolas, a conveniência dos terrenos onde se implantavam e os próprios projetos. Nela toma parte o deputado Almeida Garrett fazendo um ponto da situação da instrução nacional. Começa por manifestar a sua discordância em relação ao aumento do número escolas, indicada como a medida mais eficaz no

⁵⁵ *Diário da Câmara de Deputados*, sessão de 23.03.1914: 18.

⁵⁶ *O Povo de Gaya*, 1915, n.º 4: 2.

⁵⁷ AMSMB/CMVNG – *Cedência dos edifícios da Quinta do Cabo-Mor para instalação de uma escola* [...] (1915).

⁵⁸ *Diário da Câmara de Deputados*, sessão de 19.08.1915: 16.

combate ao analfabetismo. Defende, como alternativa, a obrigatoriedade da frequência escolar acompanhada da assistência das cantinas escolares. Essa obrigatoriedade, seria, no seu entender, conseguida através de penas severas aplicadas aos pais e bônus aos professores que fiscalizassem a assiduidade e que conseguissem as melhores graduações nos alunos aprovados a exame. Em relação ao programa de ensino primário e aos rumores da sua alteração deixa, de antemão, o seu protesto contra qualquer aumento ou complicação. Na sua opinião o ensino deveria ser eminentemente prático e termina com o caso do “legado Mourão”:

Sr. Presidente: neste capítulo de instalações escolares [...] citarei, já que vem a propósito, um caso muito curioso que mostra bem como o Estado tem desprezado a construção dos edifícios escolares apropriados. Há vinte anos, um benemérito de Vila Nova de Gaia deixou um legado de seis contos para a construção duma escola primária em Mafamude que não possui nenhum estabelecimento dessa natureza. Os herdeiros desse benemérito quiseram efectivar a vontade do falecido, construindo a escola; pois foram tantos os empecilhos que se levantaram para a realização desse melhoramento que só pouco antes da proclamação da república no ano económico de 1909-1910- é que um vereador da Câmara de Gaia⁵⁹ conseguiu com muita dificuldade, que se começasse a levantar o edifício no terreno que, já em vida do doador, tinha por ele sido escolhido, de acordo com a Câmara Municipal. Levantaram-se as paredes e o Ministro do Reino desse tempo prometeu que o Estado daria para a ajuda da obra, uns dois ou três contos de reis. Veio depois a República e o edifício lá está ainda, apenas com as paredes de pé e mais nada; porque se entendeu que seria conveniente escolher um outro terreno para a instalação da escola⁶⁰!

Com efeito decorria a Grande Guerra, tempos intranquilos, desorganizados, e a ação da autarquia conjugava esforços pela conclusão da avenida e pela construção do seu “palácio”, como se chegou a ironizar, na Câmara de Deputados, sobre a edificação dos Paços do Concelho⁶¹ em Vila Nova de Gaia. Durante a presidência de Ângelo Mendonça da Cunha Morais⁶², a Câmara tentou adquirir o edifício do

⁵⁹ Nesta altura, a vereação municipal era presidida por Joaquim Augusto da Silva Magalhães e tinha, como vereadores, António José Moreira de Sousa, Domingos da Rocha Romariz, João Gomes da Silva Guerra, Joaquim Alves do Príncipe e Silva, José Pinto Amorim da Costa, Manuel Francisco Gomes Júnior, Manuel Martins Guimarães e o Dr. Rodrigo Óscar Ferreira.

⁶⁰ *Diário da Câmara de Deputados*, sessão de 07.08.1917: 11-13.

⁶¹ Discutia-se a continuidade do imposto *ad valorem*, cobrado pelas câmaras municipais, alegadamente fonte para despesas supérfluas, vd. *Diário da Câmara de Deputados*, sessão de 06.09.1922.

⁶² Foi Presidente da Câmara de Vila Nova de Gaia. Nasceu em Luanda em 1897 e morreu em Crestuma em 1968. O industrial têxtil foi opositor ao governo sidonista, chegando a estar preso por alegada conspiração política. Já durante a ditadura militar, foi suspeito de fabricar bombas pela PIDE. Cf. *Memória do Município* [...], [s.d.]: 161-162.

Cine-Parque da Avenida para aí instalar a Escola Mourão, o que não chegou a verificar-se⁶³.

Principiava o ano de 1926 e a Junta reclamou, novamente, junto do sr. Ministro da Instrução, uma vez que as escolas presentes não satisfaziam os preceitos de higiene, sugerindo que no caso de não ser possível construir novas, pelo menos, que se procedesse aos melhoramentos das já existentes, aproveitando o legado de Manuel Pinto Mourão. Para representação da junta, foi incumbido o paroquiano João Pinto de Azevedo⁶⁴, visto este ter conhecimentos pessoais com o Ministro da Instrução, José Alfredo Magalhães⁶⁵.

De resto, na segunda década do século XX, o estado precário das instalações escolares oficiais mantinha-se, bem assim, como o interesse de alguns vilanovenses no estabelecimento de escolas condignas, desta que era a segunda freguesia de Gaia. E, mais uma vez, se avivou a memória do legado Mourão. Porém, com o decorrer dos tempos a quantia legada tinha-se tornado insuficiente e, por outro lado, os alicerces-ruínas da Escola Mourão eram, agora, motivo de polémica pois destoavam no moderníssimo arranjo paisagístico do Jardim Soares dos Reis. Hugo Braz, colaborador do jornal *A Terra de Gaia*, chegou a sugerir a compra de uma propriedade que se encontrava à venda no mesmo lugar, a fim de ser adaptada a edifício escolar. Assim: «já a escola não ensombra[va] o jardim, já o jardim não imped[ia] a instalação da escola»⁶⁶. Mas ainda não era desta vez que se se cumpria o legado.

A imprensa do concelho mostrava, mais uma vez, a indignação e agitação gerada em torno deste legado, ecoando a necessidade de dar: «à populosa, comercial e industrial freguesia de Mafamude»⁶⁷ aquilo que consideravam um incontestável direito. Em 22 de maio de 1927, a localidade teve honras de receber a visita do sr. Ministro da Instrução ao prédio do casal António da Costa Portela e D. Helena Alice Andressen Portela, na Rua Marques Sá da Bandeira, a fim de se verificar se ali poderia ser instalada a escola Mourão Pinto, que seria a escola oficial da freguesia para ambos os sexos⁶⁸. No ano seguinte, a Câmara de Gaia compra esse mesmo prédio para a instalação das ditas escolas⁶⁹.

⁶³ *A Terra de Gaia*, 1927, n.º 9: 4.

⁶⁴ COSTA & MOREIRA, 2001: 462.

⁶⁵ Foi médico, publicista e político durante a 1.ª República e o Estado Novo. Entre outras funções, foi o 4.º reitor da Universidade do Porto, ministro da instrução e presidente da Câmara Municipal do Porto. Cf. ALVES & ARAÚJO, 2011: 84-97.

⁶⁶ *A Terra de Gaia*, 1927, n.º 9: 4.

⁶⁷ *A Terra de Gaia*, 1927, n.º 9: 4.

⁶⁸ COSTA & MOREIRA, 2001: 463.

⁶⁹ AMSMB/CMVNG – *Escritura de compra de um prédio [...]* (1928).

Contudo, em dezembro de 1929, na vereação de Augusto António de Macedo Pinto, é o casal José Pinto Moreira dos Santos e Maria Nunes d'Almeida, moradores no Lugar de Laborim de Baixo, que cede um terreno à Câmara para aí se edificar a Escola Municipal Pinto Mourão, primária para ambos os sexos, o que vem definitivamente a acontecer. Lavrada na escritura ficou a promessa de a câmara dar início à construção do edifício escolar no prazo de seis meses a contar da data da escritura e a concluí-lo em dois anos⁷⁰. E, aqui, foi, finalmente, construída a escola (fig. 1)! Através de uma notícia do *Comércio de Gaia*⁷¹ sabemos que, em meados de 1931, se adjudicaram as obras de pintura, serralheiro, picheleiro e muro de vedação.



Figura 1.
Escola Pinto Mourão⁷².
Fonte: fotografia do autor

Porém, em pleno Estado Novo, o legado Mourão era ainda fonte de suspeitas e confusões. Em 1943, a junta de freguesia de Mafamude recebe um ofício das Finanças, no qual se questionava sobre o embargo da construção da escola no jardim Soares dos Reis e da aplicação das pedras resultantes da demolição. Remeteu a mesma um ofício, informando do seu desconhecimento pelas razões do embargo. E, relativamente às pedras, estas tinham sido aplicadas na construção do edifício escolar, construído no lugar de Laborim de Baixo⁷³.

O “legado Mourão” foi um desses exemplos de filantropia que esbarraram com diversos obstáculos, desde empecilhos burocráticos, a mudanças nas cadeiras do poder, até à resistência do povo rural, e que tardaram a massificação da alfabetização e a educação dos portugueses. Para finalizar a história do “malfadado legado Mourão”, retomo o discurso sarcástico do deputado Almeida Garrett:

Sr. Presidente: voltando ao assunto, sou do parecer que, para ensinar as crianças, são melhores as mulheres do que os homens, e entendo mesmo que seria uma medida de boa

⁷⁰ AMSMB/CMVNG – *Escritura de doação [...] Escola Pinto Mourão*: 26.12.1929.

⁷¹ *Comércio de Gaia*, 1931, n.º 24: 2.

⁷² Projeto assinado por Mário Leitão (engenheiro chefe) e Alberto Ponce de Castro (desenhador). Edifício com características singulares, organizado na horizontal, com fachada generosamente rasgada por janelas, encimada por duas volutas que acolhem o brasão municipal.

⁷³ COSTA & MOREIRA, 2001: 468.

economia nacional fazer com que, de futuro, todos os professores de instrução primária fossem do sexo feminino, porque as mulheres têm qualidades de paciência e de tato para conduzir as crianças muito superiores às dos homens. Isto tem, no momento presente, uma importância muito considerável»⁷⁴.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de construção destas três escolas em Vila Nova de Gaia – Cabanões, Palheirinho e Manuel Pinto Mourão –, enquadra-se num movimento nacional de luta contra o analfabetismo que, na segunda metade do século XIX, caminhou lado a lado com a consolidação do Liberalismo e com a chegada da burguesia ao poder. O impulso para a criação destas três instituições educativas surgiu na viragem para o século XX, um período de republicanismo crescente, durante o qual a legislação produzida foi acompanhada pelo apoio determinante da iniciativa individual e, também, da Maçonaria, tema este que terá o aprofundamento merecido no estudo doutoral que nos encontramos a desenvolver.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Documentais

- Acervo Documental Agrupamento Fernando Guedes/ Escola do Palheirinho (ADFG/EP) – *Correspondência Recebida na Escola Oficial de Avintes* [1897-1905].
- ADFG/EP – *Inventário de Mobília Escolar. Avintes* (1902-1931).
- ADFG/EP – *Livro de Correspondência Expedida* (1897-1905).
- ADFG/EP – *Livro de Correspondência Expedida* (1905-1931). *Escola Elementar para o sexo masculino da freguesia de Avintes Concelho de Vila Nova de Gaya 3.ª Circunscção escolar.*
- ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO (ADP) – Registos de Passaporte, 1867-1868, Livro 52, f. 75v.
- ADP – Registos de Passaporte, 1874, Livro 62, f. 131v.
- Arquivo Municipal SoPHia de Mello Breyner/Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (AMSMB/CMVNG) – *Cedência dos edifícios da Quinta do Cabo-Mor para instalação de uma escola em Mafamude* (1915).
- AMSMB/CMVNG – *Escritura da compra de um prédio para a escola Pinto Mourão* (1928).
- AMSMB/CMVNG – *Escritura de devolução de inscrições de valor nominal relativas à escola da Formigosa, freguesia de Oliveira do Douro, que será aplicado na conservação do edifício material escolar e assistência aos alunos* (1926).

⁷⁴ *Diário da Câmara de Deputados*, sessão de 07.08.1917: 11-13.

- AMSMB/CMVNG – *Escritura de doação de mobília e material escolar para a escola mista a crear no lugar da Afurada* (1914).
- AMSMB/CMVNG – *Escritura de doação de mobília escolar para a escola mista, a criar, no lugar de Alheiras, freguesia de Pedroso* (1914).
- AMSMB/CMVNG – *Escritura de doação de terreno para a Escola Pinto Mourão* (1929).
- AMSMB/CMVNG – *Escritura de doação de um prédio para servir como escola da localidade*, (1921).
- AMSMB/CMVNG – *Escritura de doação que a Câmara faz ao Estado do edifício onde está instalada a escola do “Santíssimo Sacramento” no lugar da Formigosa, freguesia de Oliveira do Douro* (1926).
- AMSMB/CMVNG – *Escritura de entrega de prédios, mobiliário e dinheiro para funcionamento de escola gratuita* (1910).
- AMSMB/CMVNG – *Obra Municipal do Projecto da Escola Municipal Pinto Mourão* (1929-1931).
- AMSMB/CMVNG – *Processo de Obras Particulares em nome de António Coelho Moreira*, pasta n.º 46, doc. n.º 17 (1905).
- AMSMB/CMVNG – *Processo de Obras Particulares em nome de António Pereira*, pasta n.º 46, doc. n.º 39 (1914-1915).
- AMSMB/CMVNG – *Processo de Obras Particulares em nome de Maria de Barros da Costa Bastos*, pasta n.º 23, doc. n.º 49 (1907).
- AMSMB/CMVNG – *Testamento de Manuel Pinto Mourão* (1897).

Fontes Hemerográficas

- Atleta (O)*, n.º 21, 1898.
- Comércio de Gaia (O)*, n.º 24, 1931.
- Commércio do Porto (O)*, n.º 271, 1891.
- Occidente. Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*, n.º 171, 1883.
- Povo de Gaia (O)*, n.º 4, 1915.
- Terra de Gaia (A)*, n.º 9, 1927.

Fontes Impressas

- Câmara Municipal de VILA NOVA DE Gaia (1907) – *Breves Apontamentos Estatísticos dos Serviços Municipaes nos annos de 1905 e 1906*. Gaya: Typ. de Francisco Martins Barboza.
- Câmara Municipal de VILA NOVA DE Gaia (1908) – *Breves Apontamentos Estatísticos dos Serviços Municipaes no ano de 1907*. Gaya: Typ. de Francisco Martins Barboza.
- Câmara Municipal de VILA NOVA DE Gaia (1910) – *Apontamentos Estatísticos do Ano de 1909*. Gaya: Tip. de Francisco Martins Barboza.
- Instituto Nacional de Estatística (1864-1900) – *Recenseamento Geral da População (Censos, I a IV)*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- MONTEIRO, Heitor Campos, dir. (1894) – *Almanak do Porto e seu distrito para 1885*.

BIBLIOGRAFIA

- ADÃO, Áurea; SILVA, Carlos Manique da; PINTASSILGO, Joaquim, org. (2012) – *O Homem vale, sobretudo, pela educação que possui: revisitando a primeira reforma republicana do ensino infantil, primário e normal*. Lisboa: Instituto da Educação da Universidade de Lisboa.
- AFONSO, José António (1994) – 1883 – *Tempo de criação de uma escola (Arcozelo – Vila Nova de Gaia)*. «Boletim Cultural Amigos de Gaia», n.º 37, pp. 53-59.
- AFONSO, José António (2001) – *Iniciativas evangélicas de educação popular: reflexões sobre a Escola do Torne (Vila Nova de Gaia)*. «Anales de Historia Contemporánea», 17, pp. 415-434.
- (2004) – *A construção de uma escola protestante: o caso da Escola do Torne (Vila Nova de Gaia), 1883-1923*. In GOMES, António org. – *Escolas, Cultura e Identidades*. Coimbra: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, pp. 62-65.
- (2006) – *Protestantismo e educação: história de um projecto pedagógico em Portugal na transição do séc. XIX*. Braga: IEP-UM. Tese de Doutoramento.
- AFONSO, José António; Lacerda, Silvestre (1995) – *Memórias da Escola do Torne*. In *Gaia de há Cem Anos – Colóquio Comemorativo Centenário da Igreja do Torne*. Vila Nova de Gaia: Junta Paroquial S. João Evangelista, pp. 169-223.
- ALMEIDA, Luís Gomes Alves (1985) – *Notas Biográficas sobre a freguesia de Santa Eulália de Oliveira do Douro*. Vila Nova de Gaia: Junta de Freguesia de Oliveira do Douro.
- ALVES, Jorge Fernandes; ARAÚJO, Francisco M. (2011) – *Alfredo de Magalhães: IV Reitor da Universidade do Porto, desde 1926 a 1928*. In SILVA, Francisco Ribeiro da, coord. – *Os Reitores da Universidade do Porto: 1911-2011*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, p. 84-97.
- ALVES, Luís Alberto Marques (2000) – *O Brasileiro: Ausência e Presença no Portugal Oitocentista*. In Comissão Nacional Descobrimientos Portugueses, org. – *Os brasileiros de torna-viagem no Noroeste de Portugal*. Lisboa: CNDP, p. 41-59.
- (2006) – *A história local como estratégia para o ensino da História*. In Departamentos de História & Ciências e Técnicas do Património, org. – *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto: FLUP, vol. 3, p. 65-72.
- BAPTISTA, Eva [no prelo a)] – *A Festa escolar em Avintes na aurora do século XX*. Avintes: Abientes-Centro de Documentação e Investigação em História Local.
- [no prelo b)] – *Manuel Pinto Mourão*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, coord. geral – *Levantamento do Património Cultural de Vila Nova de Gaia. Personalidades*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.
- CASTANHEIRA, Manuel Luís Pinto (2006) – *Escola Infantil de Bragança (1915-1934): Modernidade Pedagógica e as 1.ªs práticas de educação de infância no interior*. Lisboa: FPCEUL. Tese de mestrado.
- CONDE, António Adérito Alves (2010) – *A precocidade das ideias educativas republicanas de Osório Gondim*. Comunicação apresentada no «XXI Fórum Avintense 2010» realizado na sede da Junta de Freguesia de Avintes nos dias 26 e 27 de novembro de 2010.
- (2012) – *O “Caminho Novo” e o benemérito Manuel da Costa Soares*. «Revista do Clube Recreativo Avintense», n.º 31, pp. 17-20.
- CORRÊA, Fernando Cecílio Calapez (1991) – *Ensino Primário Privado no distrito do Porto em 1875 – dois exemplos: Vila Nova de Gaia e Baião*, In Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, org. – *Ciências da Educação em Portugal. Situação atual e perspectivas*. Porto: SPCE, pp. 667-672.

- COSTA, Francisco Barbosa da; MOREIRA, Maria Fernanda (2001) – *S. Cristovão de Mafamude. Notas monográficas*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Junta de Freguesia de Mafamude.
- FELGUEIRAS, Margarida Louro (2004) – *A instrução primária entre o abandono, a filantropia e a acção do “Brasileiros” no século XIX e XX em Portugal*. In GOMES, António Ferreira org. – *Escolas, Cultura e Identidades*. Coimbra: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, vol. 2, pp. 269-691.
- GONDIM, Innocencio Osorio (1892a) – *Discurso proferido na Festa Escolar da Árvore do Natal, realizada pelo Club Recreativo Avintense nas Escolas Paroquiais de Avintes em 25 de Dezembro de 1891*. Porto: Imprensa Moderna.
- (1892b) – *Discurso proferido no Club Recreativo Avintense na Festa de Recepção oferecida ao socio benemérito João Manoel Gonçalves em 1 de maio de 1892*. Porto: Imprensa Moderna.
- (1887) – *Luz natural e artificial das escolas. Dissertação inaugural*. Apresentada à Escola Médico Cirúrgica do Porto. Porto: Typ. Ocidental.
- GONDIM, Inocêncio Osório Lopes, [s.d.] – *Avintes e suas antiguidades*. Avintes: Junta de Freguesia.
- GRAINHA, M. Borges (1913) [1976] – *História da Maçonaria Franco Maçonaria em Portugal 1735-1912*. Lisboa: Editorial Veja.
- LEAL, Pinho (1816-1884) [1990] – *Portugal antigo e moderno: dicionário geographico, estatístico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de portugal e de grande numero de aldeias. [...]*. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão [Braga: Reed. da 1.^a ed. de 1874 fac-similada].
- PARREIRA, Fernando; COUTINHO, Helena; VIANA, Maria; et al. (2003) – *S. Pedro de Vilar do Paraíso. Subsídios Monográficos*. Vilar do Paraíso: Edição da Junta de Freguesia de Vilar do Paraíso.
- PINTASSILGO, Joaquim (1998) – *República e Formação de Cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da 1.^a República Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.
- (2012) – *Experiências republicanas e intervenções educativas (o exemplo da I República portuguesa, 1910-1926)*. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10451/10732>>. [Consulta realizada em 27/06/15].
- PROENÇA, Cândida, coord. (2014) – *O pensamento pedagógico republicano. Antologia*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República e Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- RODRIGUES, Albertino Amaro de Sousa (1987) – *Sto. Estevão de Guetim – A paróquia – (Subsídios para uma monografia)*. Vol. I, Anta: Edição de autor.
- SANTOS, Licínio (2014) – *Cultura e Lazer Operários em Gaia, entre o final da Monarquia e o início da República (1893-1914)*. Porto: FLUP. Tese de Mestrado.
- VAZ, José (2012) – *O Clube Recreativo Avintense e as Elites de Avintes*. «Caminho Novo», n.º 31. Avintes: Clube Recreativo Avintense.
- (2015) – *A Escola de Cabanões – O Templo da Instrução – 1885*. Avintes: Abientes-Centro de Documentação e Investigação em História Local.

GAIA PIONEIRA NA EDUCAÇÃO EM MEIO HOSPITALAR: O ENSINO NO SANATÓRIO

ANABELA AMARAL

Resumo: O Sanatório Marítimo do Norte, fundado em Valadares (1917-1974), no seu objetivo primordial de curar as crianças vítimas de tuberculose óssea não deixava de lhes proporcionar a sua escolarização e a ocupação dos tempos livres. Este artigo analisa a génese do edifício do sanatório na sua relação com as conceções curativas da Helioterapia e pedagógicas que nele foram desenvolvidas para a reabilitação e instrução desses doentes mais novos, estas através do jornal da instituição *O Girassol* (1924-1955), recortes de imprensa, correspondência, relatos orais, etc. Neste sentido, identifica-se um projeto educativo germinado na conceção como uma “escola ao sol” pelo seu fundador e filantropo, Joaquim Gomes Ferreira Alves, inspirado nos exemplos de Auguste Rollier e outros, delineando um processo de educação formal e informal para as crianças internadas que facilitasse a sua posterior reintegração social e profissional.

Palavras-chave: *Educação; Helioterapia; Sanatório marítimo; Filantropia.*

Abstract: Located in Valadares near the seaside, the Sanatório Marítimo do Norte was a healthcare institution (1917-1974) which aimed to cure children diagnosed with bone tuberculosis whilst simultaneously providing them with literacy and leisure activities. This paper analyses the genesis of the sanatorium building in its relationship with the light therapy methods and pedagogical concepts employed in the rehabilitation and education of younger patients. Through a wide range of sources (the sanatorium’s newspaper “*O Girassol*” (1924-1955), mainstream printed press, oral testimonies, correspondence, etc.), we are able to characterise this educational project based on a “school in the sun” model – the latter idealised by Joaquim Gomes Ferreira Alves, founder of the institution, with inspiration from ideas of Auguste Rollier and others – as well as outline the formal and informal education process employed in tracking the sanatorium’s inmates subsequent social and professional reintegration.

Keywords: *Education; Light therapy; Sanatorium; Philanthropy.*

1. VIVÊNCIAS EDUCATIVAS NO SANATÓRIO

Tendo sido o Sanatório Marítimo do Norte uma instituição criada em 1917 (fig. 1) com o objetivo de curar crianças vítimas de tuberculose óssea, cujo período de internamento durava meses e mesmo anos, tornou-se pertinente questionar o processo de escolarização e de ocupação do tempo. Que atividades lhes seriam proporcionadas para amenizar a dor e o afastamento?

Justificou-se, através do estudo desta instituição, analisar a forma como as rotinas foram humanizadas, num sistema de internamento de crianças e acautelada a sua educação. Foi igualmente relevante referir a preocupação dos fundadores desta instituição, na fundamentação da mesma, apontar de imediato a necessidade da contratação de uma professora primária: «o mesmo director clínico mostrou à Direcção a necessidade de crear um lugar de professora para as crianças, cuja cura demande largo tempo de hospitalisação, não ficando assim descurada a sua educação intelectual» *[sic]*¹.

Ainda relativamente a essa contratação: «da professora para o ensino das creanças, o Sr. Luiz Ferreira Alves propôs Alice Sarmento Duque com o vencimento anual de cento e vinte escudos»², senhora de Valadares, que vai diariamente ao sanatório e é paga pela benemérita Helena Dias. Esta professora, depois de algum tempo a trabalhar no sanatório, será dispensada porque: «não tem competência para o ensino, faltando-lhe prática de educação infantil tão necessária no sanatório»³.

Depois de analisada em detalhe a questão da contratação da professora, foi decidido em reunião da Comissão Administrativa, a contratação de uma professora interna: «D.^a Maria Silvana de Souza Carvalho, que fique a acumular as funções de sub-directora»⁴.

Na consulta das atas da comissão administrativa do Sanatório Marítimo do Norte, verifica-se que são os médicos, entre eles, o Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves (1883-1944), o director clínico, os responsáveis pela contratação da professora, são também eles que impõem uma disciplina de escola e de tratamento, são ainda os mesmos que despedem uma professora quando esta não preenche os requisitos definidos pela comissão administrativa.

¹ *O Século*, 02.10.1922 [Espólio da Escola Secundária Joaquim Gomes Ferreira Alves (ESJGFA)].

² Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP) – *Livro de Actas das Sessões da Comissão Administrativa da Associação do Sanatório Marítimo do Norte*, ata n.º 14, 20.06.1918.

³ AHMP – *Livro de Actas das Sessões da Comissão Administrativa da Associação do Sanatório Marítimo do Norte*, ata n.º 15, 05.12.1918.

⁴ AHMP – *Livro de Actas das Sessões da Comissão Administrativa da Associação do Sanatório Marítimo do Norte*, ata n.º 15, 05.12.1918.

Esta prioridade de escolarização terá influenciado outras instituições congêneres como o Sanatório D. Manuel II (atual Hospital Santos Silva), onde existia a sala de aula, ao lado da sala de brinquedos, na enfermaria feminina e infantil, que não era suficiente para as crianças pequenas, pois foi necessária a construção de um edifício de raiz, exclusivo para o funcionamento da escola primária⁵. Na Maternidade Júlio Dinis, também fruto do intercâmbio com as maternidades suíças, a experiência foi semelhante.

O período de internamento, para a maioria das crianças, era longo e sujeito a uma rigorosa disciplina, com o cumprimento de rituais diários dependentes dos preceitos da Helioterapia, isto é, o emprego terapêutico da exposição solar para o tratamento de diferentes doenças. A rotina diária era completamente ditada pelo sol e pelo mar e pelos períodos benéficos à recuperação do doente.

No âmbito da tuberculose óssea, geradora de múltiplas deformações, o corpo assume ainda um papel de relevo. Terão de ser corrigidas as deformações de modo a reintegrar o indivíduo na sociedade. Como complemento à Helioterapia, a escola ao ar livre, a ginástica rítmica, os longos passeios pelo pinhal e pela praia e os banhos de mar, funcionam como estimulantes à receção do iodo e, ao restabelecimento de corpos sãos, de preceitos higienistas e disciplinadores de operações no corpo humano.



Figura 1. O Sanatório Marítimo do Norte – Valadares.

Fonte: *O Girassol* – espólio da Escola Secundária Joaquim Gomes Ferreira Alves

Esta instituição poderá também ser considerada um exemplo de pedagogização da vida hospitalar na medida em que, através dos frequentes intercâmbios cultu-

⁵ Cf. Ministério das Obras Públicas (1949) – desenho das plantas do Sanatório de D. Manuel II – anexo n.º 8.

rais com a Suíça (em especial com os Drs. Rollier e Leysin), introduz conceitos inovadores na época como a ginástica, jogos, atividades, o controlo do corpo e dos movimentos, tal como a noção de ritmo, que pretendem garantir estabilidade emocional e moral dos doentes. O gosto pela harmonia, simetria e ordem é patente na expressão corporal que é valorizada e desenvolvida.

Outro dos conceitos introduzidos pelo Dr. Ferreira Alves, a “école au soleil” ou “escola ao sol”, pretendia conciliar as teorias médicas da Helioterapia, as vivências ao ar livre e o benefício do sol com a escolarização da criança doente. Numa carta a Lopo de Carvalho, datada de 04.07.1935, descrevia que esta escola se encontrava prevista: “«na 2.^a parte do plano de construção do Sanatório Marítimo do Norte e estaria complementada com artes e ofícios para convalescentes»⁶.

O Sanatório devido ao estatuto de relevo adquirido através dos resultados obtidos com os tratamentos e operações e à instrução e escolarização ministrados na instituição foi considerado «Instituição de Utilidade Pública» pelo Ministério da Instrução Pública, em 31.03.1927:

Nesta data de tanta alegria, dia do aniversário do nosso querido Director Clínico, quis o governo, pelo Ministério da Instrução, conceder o justo título de “Instituição de Utilidade Pública” ao Sanatório Marítimo do Norte. Bem hajam os governos que assim praticam a justiça e aqui saudamos em especial Sua Excelência o Senhor Ministro da Instrução, Snr. Dr. Alfredo de Magalhães⁷.

2. O DOENTE DO SANATÓRIO

O doente do sanatório era proveniente de todas as regiões do país, recomendado por médicos, geralmente ortopedistas de outros sanatórios cuja lotação já não permitia mais internamentos. Eram então encaminhados para o Dr. Ferreira Alves, bastante reconhecido no meio médico nacional:

E lembrava, entre muitas coisas, aquela célebre e precipitada sentença de morte do velho Dr. Fernandes, a amargura da vida durante os meses em que estivera condenado (...) a casual indicação, mais tarde obtida, acerca daquele médico do Porto, do Dr. Ferreira Alves, e da sua obra assistencial seguindo os passos do Dr. Rollier, a consulta que lhe tinham feito na Galeria de Paris, o diagnóstico do Mal de Pott, a indicação da Helioterapia como fórmula de tratamento, a luz de esperança que nascera, a resolução para o seu internamento na casa de saúde milagreira⁸.

⁶ TAVARES, 2005: 93.

⁷ *O Girassol*, 09.04.1927.

⁸ *O Girassol*, 09.04.1927.

Vários doentes do Sanatório vinham do sul de Portugal, depois de realizarem consulta no Sanatório da Parede, também sanatório marítimo dedicado à cura da tuberculose óssea, e eram encaminhados para o norte pelo facto de não haver, na Parede, qualquer disponibilidade de internamento. O doente internado era particularmente problemático por sofrer de tuberculose óssea que tinha consequências ortopédicas ao nível de dores e graves deformações corporais.

Ao longo da investigação, pudemos constatar que este tipo de doentes se mostrava resignado à sua sorte e, motivado por um clima de instituição, investia, a longo prazo e com grande perseverança na cura, sempre distante e inacessível, muito demorada e sujeita a rigorosas imobilizações.

As crianças eram rápida e carinhosamente integradas na grande família do Sanatório. Estas eram recebidas, quer pelos médicos e enfermeiras, quer pelos doentes adultos com grande preocupação. Todos se empenhavam em substituir a família, para que o seu afastamento fosse menos doloroso:

Havia crianças que também pareciam contar com acontecimentos miraculosos, que aconteceriam se apenas esperassem por eles com paciência suficiente. Comparavam-se com as crianças no conto de fadas, que feitas de pão de gengibre também têm de se manter imóveis – na esperança que o feitiço depressa fosse quebrado e lhes permitisse saltar para uma liberdade sem restrições. Quase todos desejavam, intimamente, uma magia que pudesse resultar numa cura instantânea e completa⁹.

Estas características verificam-se em inúmeros depoimentos de crianças vítimas de tuberculose óssea que, em muitos momentos de revolta e de questionação, procuram apoio nos mais velhos que são solidários na dor e no sofrimento. Encontram, muitos deles, apoio na Fé e nas orações:

Hoje ando aborrecida e um pouco sem coragem para levar esta minha cruz da doença. Triste como estava virei-me para o Céu e disse: Meu Deus! Meu Jesus, porque me fazeis sofrer tanto?

Meu Jesus que mal vos fiz para ser assim tão castigada? Eu no meu pensamento ouvi Jesus numa tão doce voz: Não digas isso, ganha coragem que depois terás, a recompensa da saúde. Rezei uma ave-maria a Jesus por me ter feito compreender que nunca se deve desesperar com a doença, pois devemos de nos lembrar que Jesus sofreu muito mais. E assim termino o dia¹⁰.

Contrariamente ao registo do diário da doente do Sanatório de D. Manuel II, não há no Sanatório Marítimo do Norte, qualquer prática ou simbologia ligada a

⁹ O Girassol, 09.04.1927: 5.

¹⁰ CHAMBRE, 1956: 13. A autora foi uma antiga doente internada no Sanatório D. Manuel II.

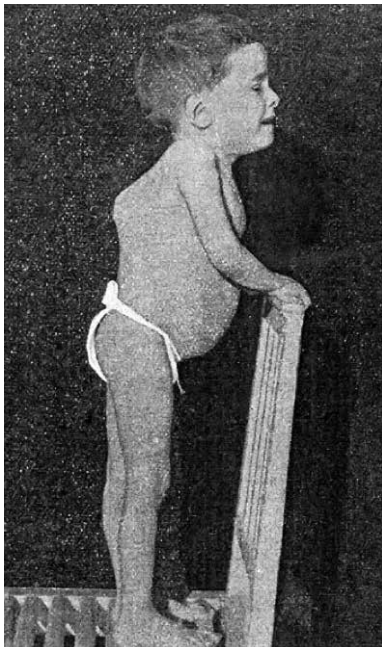


Figura 2. Paciente diagnosticado com Mal de Pott.

Fonte: *O Girassol* – espólio da Escola Secundária Joaquim Gomes Ferreira Alves

qualquer religião. A natureza com os seus elementos principais – sol, água e plantas – para ser a “Grande Deusa” protetora e fonte de vida, com a qual se deviam reconciliar, cuidando do corpo. O que parece indicar uma filiação maçónica ou de livre pensamento do fundador e do seu ideário filantrópico. Este procura aliar natureza e ciência, humanidade e felicidade sociais. O processo de cura beneficia não só o doente, mas também a sociedade, ao torná-lo mais útil, mais esclarecido, mais preparado, mais livre. Também a arquitetura e decoração do edifício representam em si mesmas igualmente um ideário laico, de culto pela natureza, a fonte da vida e da cura.

O afastamento da família era particularmente doloroso e assustador, porque a maioria dos doentes eram crianças e as famílias não tinham possibilidades económicas para os visitarem com alguma frequência. Geralmente iam acompanhá-las no internamento e voltavam na saída da instituição:

E no dia seguinte, com a curiosidade e o contentamento duma criança que vai a uma festa, a partida de manhãzinha, com o pai intimamente ralado, o pobre, do quanto ia gastar com o filho, numa altura em que a vida ainda não estava correndo muito bem; depois a chegada, a impressão penosa à vista daqueles pobres seres pequeninos ali encamados e presos aos leitos com tiras e pesos; e, por fim, à despedida, o pai que sempre vira impassível, fugindo dele pela rua além e ele, que não pensara em tal, com um nó a esmagá-lo, e, depois, a estranheza da culinária, numa mezinha baixa entre garotos queimados e enervantes, a hora de recolher, a sensação penosa do despir diante de olhos estranhos, as suas roupas logo retiradas para a rouparia, o colchão duro e estreito, a almofada insignificante¹¹.

As saudades eram enganadas com a troca de correspondência com a família; «vingara-se a escrever longas cartas à mãe, cheias de queixumes, molhadas de choro»¹² em que desabafavam as angústias e valorizavam tudo o que tinham deixado, a casa, o quarto, os objetos, as pessoas, os hábitos. Tudo aquilo que nunca tinham valorizado suficientemente e, que agora, longe, tinham mais valor do que nunca.

¹¹ GUERRA, 1960: 144.

¹² GUERRA, 1960: 144.

No entanto, no Sanatório havia um controlo da correspondência dos mais novos, quando era pressentida alguma inadaptação:

Pressentindo difícil aclimação, essas cartas tinham sido violadas no gabinete da Directora, antes de seguirem o seu destino, e como que, por artes mágicas, todos os motivos de queixa, ainda que caprichosos, tinham sido reparados e, quando não reparados, fora-lhe dada hábil e subtil explicação, de modo que nunca pudesse ele descobrir a violação. Para os pais (viera a sabe-ló mais tarde) tinham seguido notícias acusando o seu conhecimento das lamúrias, recomendando calma e paciência, e, finalmente, a recomendação de que antes de um mês fosse evitada qualquer visita, que viria interromper a fase laboriosa e lenta da habituação ao meio, ao ambiente, à disciplina, aos novos costumes.... Era um doente difícil, dizia-se...¹³

A adaptação da criança, apesar do apoio e carinho dos outros doentes e funcionários, é sempre difícil: há que se habituar ao colchão duro, à almofada pequena, aos coletes presos aos ferros do leito, aos pesos pendurados nos pés, às comidas, às faltas de vinho e de iguarias. Aprendem a lavar-se na cama, deitados, sem se molhar, a comer na posição deitada, a escrever sobre um livro, a arrumar, como todos os doentes, ao seu lado, os papéis e pequenos objetos.

Engordam, enegrecem, adquirem outro sotaque e organizam o seu tempo diário, sentem-se privilegiadas pelo destino as ter levado para o Sanatório Marítimo do Norte: «a permanência aqui nunca nos deixará na alma essa tristíssima lembrança que a maioria dos hospitais deixa nos seus internados»¹⁴.

O bom ambiente proporcionado pela alegria das crianças, o sol sempre em convívio com todos são uma referência constante na correspondência e no jornal da instituição *O Girassol*:

E que o observe quem nos queira fazer uma visita dalguns momentos. A alegria estuante do Sol entrando a jorros pelas largas janelas das enfermarias e dos quartos patentar-lhe-á logo esse perfeito contraste que há entre as nossas arejadas instalações e as instalações sombrias de um hospital. Os petizes, de todas as idades, e quer estejam de cama ou andem de pé, parecem não ter o mais pequeno conhecimento dos males (...) brincam e riem na mais completa alegria infantil. De manhã à noite a garrulice é contínua, mesmo a quando das horas de descanso, iludida, travessamente, a vigilância das empregadas¹⁵.

¹³ GUERRA, 1960: 144.

¹⁴ *O Girassol*, 23.03.1924.

¹⁵ *O Girassol*, 23.03.1924.

3. A ROTINA DAS CRIANÇAS COMO PACIENTES NO SANATÓRIO

O rigor da disciplina médica, dos tratamentos prescritos e da rotina da instituição são, sem dúvida, a explicação dos excelentes resultados obtidos com os tratamentos da Helioterapia. Esta prática médica dispunha de momentos fulcrais do dia que teriam de ser amplamente usufruídos pelos corpos dos doentes de modo a proporcionar a cura total. Estes momentos seriam desfrutados por todos os doentes nas mesmas condições. Para que isto fosse possível, era necessária uma organização de toda a rotina com grande precisão. Será necessário referir que a maioria dos doentes se encontrava imobilizada nas suas camas de ferro, que era necessário arrastar para as galerias de cura, ao ar livre, para o contacto benéfico do sol.

A resignação é uma constante na mente do doente e os rituais do dia a dia são um modo de tentar superar o amargor do tempo que custa a passar: «toda instituição conquista parte do tempo e do interesse de seus participantes e lhes dá algo de um mundo»¹⁶.

A revolta é um sentimento comum aos doentes imobilizados nas suas camas, que ao verem o mar, a praia e as crianças que a frequentam, ali tão perto, gostariam de as acompanhar, e a resignação é o seu refúgio:

uma praiasinha só para os da casa, particular, íntima, (...) aquela que mais veemente desejo de ser percorrida desperta – porque não há ninguém, com certeza, que mais ambicione ir até à beira-mar, do que nós, os que vivemos aqui presos, vendo o mar, sim, mas de longe, vendo os outros, os que andam de pé, correndo por lá, livres – os felizes! Sem que nós os possamos acompanhar¹⁷!

As crianças são, no Sanatório, um fator de animação constante, cujo convívio se torna enriquecedor para os mais novos e reconfortante para os mais velhos, que frequentemente os assumem como missão educativa:

Tudo passa e aquele amargor passara também, lentamente, diluído no tempo como sombra de fumo que se desfaz no céu e se deixa de ver. A vida agora era aquilo, assim mesmo, entre lençóis brancos numa cama de rodas que, dia após dia, girava da enfermaria para a varanda e da varanda para a enfermaria sem parar (...).

Nos dias soalheiros, logo de manhãzinha, acordava-se com o rodar surdo dos leitos baloiçantes no soalho encerado e com o estrépito das rodas transpondo as soleiras das portas ao passarem para o piso de mosaico da galeria. E se o sono era teimoso e resistia, a aragem do Norte, arrepiadora, incumbia-se de abrir os olhos entumecidos e acabava

¹⁶ O Girassol, 23.03.1924: 18.

¹⁷ O Girassol, 10.08.1924.

*com o torpor. E se o frio era impotente, alguma coisa havia de mais forte: a algazarra da miudagem de todas as idades que se erguia, vencedora, na alegria irradiante do despertar matinal das crianças*¹⁸.

As refeições dos doentes funcionam como pausas merecidas, na dolorosa prática curativa, são um complemento fundamental à recuperação física do doente e à obtenção de uma robustez que resistisse ao rigor dos tratamentos de Helioterapia:

*Vinha então o pequeno-almoço, aquele detestável café com leite, que ele nunca pôde emborcar com gosto, logo em seguida, o arranjo das camas e os curativos dos doentes fistulados. Sob o calor das roupas não apetecia o jornal nem o Júlio Verne e os olhos prendiam-se, impressionados, ao verde muito verde do mar batido pelo Sol levante, às cristas brancas das ondas vindas a rolar de longe para se entrechocarem e quebrarem lá em baixo nos penhascos da praia, ao esvoaçar de asas longínquas, ao desenho ledó e fino dumhas velas avermelhada*¹⁹.

A cura ao sol é descrita pelos doentes como um momento de preguiça, não deixando de ser doloroso e penoso. A exposição solar revela-se eficaz na mutação dos corpos enfermos, por isso, uma etapa necessária à cura. Na varanda é companhia privilegiada o livro e os jornais diários²⁰. As crianças faziam os deveres escolares marcados pelos seus professores, entre os doentes esta classe profissional marcou sempre presença e participavam na escolarização dos doentes como eles. Na instituição havia um ambiente em que a leitura era incentivada quer aos mais novos, quer aos mais velhos. Os menos instruídos eram estimulados pelos outros doentes a aprenderem a ler e a aumentarem a sua cultura literária:

*Mais tarde, já o sol galgava sobre o beiral e roçava sobre as grades verdes da varanda, os leitos corriam à beira, para irem ao seu encontro e, aos primeiros contactos com o seu calor caricioso, apareciam os braços nús fora das roupas, vinham toldos e chapéus, abriam-se “Notícias” e “Janeiros”, as histórias e os deveres escolares. Tomava-se então, se o termómetro subia, o primeiro banho de luz, morno, sedoso e benéfico, delícia das delícias. Os corpos negros refastelavam-se, postos ao léu, de bruços e de costas, a leitura era mais saborosa e às vezes mais saboroso que nunca um leve delíquio de sono sobre a almofada ou o livro aberto, já que interrompido fora o das primeiras horas da manhã e a este, agora, não havia que resistir, que ele era mais forte que a aragem, que a algazarra, que tudo, em suma*²¹.

¹⁸ GUERRA, 1960: 141.

¹⁹ GUERRA, 1960: 141.

²⁰ No Sanatório Marítimo do Norte havia uma biblioteca, com um diretor responsável que era escolhido entre os doentes internados. Os doentes tornavam-se sócios para usufruir das suas leituras.

²¹ GUERRA, 1960: 142.

Muitos doentes chegavam ao Sanatório sem qualquer tipo de instrução. Aí aprendiam a ler, faziam o exame de admissão e continuavam os seus estudos. Há notícia de doentes que, depois de adultos, concluíram mesmo cursos universitários. Muitos sentiam-se tão reconhecidos pelo que lhes tinham proporcionado que enveredaram por profissões ligadas à saúde. Muitos tornaram-se auxiliares de ação médica, enfermeiros e mesmo médicos.

Para os doentes estirados, os momentos de intimidade com o Sol revelavam-se purificadores e exorcistas do mal da tuberculose. O Sol era quase um Deus, que ao livrá-los do mal da doença, lhes possibilitava momentos de inspiração poética, literária e mesmo romântica. Toda a varanda de cura do Sanatório se assemelha a um altar pagão em cujas paredes, os seus construtores, colocaram lápides de odes ao Sol e os doentes, em sacrifício, se oferecem e se entregam, em plenitude, ao Sol e ao Mar, não surgindo referências a Deus ou a símbolos religiosos.

A sesta depois de almoço é referida como um momento sagrado em que o silêncio é imperativo:

Vinha depois o almoço e, após ele, outra hora boa, a hora do silêncio, a fuga à calma escaldante, a fase do descanso imposto e do sono aconselhado. E quanto mais tarde, após o repouso, se retomava o banho de sol, temperado por doce aragem, era o momento, então, das longas horas de leitura, posta de lado às vezes para meditar e para ver o mar desde o Senhor da Pedra à Afurada, nas suas mudanças de cor²².

O descanso é fundamental depois do banho de sol e da merecida refeição: «as minhas amiguinhas disseram-me que temos de nos ir deitar agora das duas horas até às quatro»²³, dizia uma menina recém-chegada ao Sanatório. Todo o ritual servia a orientação da recuperação do doente, para além de ter de respirar bons ares, teria de cumprir momentos de descanso rigoroso e uma alimentação rica, saudável e escrupulosamente regular. Algumas das crianças iam à praia como rotina de tratamento:

Nós temos aqui defronte das nossas galerias de cura uma outra praiasinha, uma praiasinha só para os da casa, particular, íntima, (...). É ver a graça desta pequena colónia balnear, exclusivamente composta por doentes do Sanatório, partindo para a nossa praia, a praia do Sanatório, e voltando, após o banho e as mil cambalhotas da sua traquinice, em grupos animados ou numa interessante fila, a caminho do almoço que um bom apetite já lembrando!...

Nota interessante então, que se destaca bem nessa quotidiana e benéfica excursão e nos prende sobretudo: montado no burrico do Sanatório porque não pode andar muito, com um

²² GUERRA, 1960: 143.

²³ CHAMBRE, 1956: 8.

petiz habitualmente no colo e um creado no lado (...). Que pena, que pena não podermos ir também até lá à nossa pequena praia, ver os pequenos tomar banhos²⁴!

Os pequenos doentes eram estimulados, de acordo com as suas potencialidades, a desenvolverem hábitos de estudo e interesse pela literatura, matemática e línguas estrangeiras:

Pequeno letrado de treze anos (...). Dotado de tendências para o trabalho e para a metodização, organizara a vida e passára a não ter sobras de tempo, naquela ociosidade aparente, muito repartida pelo estudo de línguas, pelas matérias liceais, pelas cartas a escrever, pelas leituras saborosas, pelas horas de repouso e pelas que à noite, extinta a luz do dia, eram dispendidas no gosto inefável das cogitações²⁵.

As visitas, momento particularmente importante na vida do sanatório, aconteciam ao domingo, e, segundo os doentes, eram dias fantásticos mesmo quando as visitas eram para os outros:

Às três horas começavam de aparecer, no alto da rua, os mais apressados, pais, irmãos, vizinhos e amigos, com flores e sacas, e, através das cortinas claras ou das grades da varanda, havia sempre os que, soerguidos e como quem procura alvíçaras, iam, quais gageiros no cesto da gávea, denunciando em brado alto os que iam surgindo: O pai da Alzirinha...O irmão do Fernando Mota...A mãe e o pai do Gustavo...os tios da Angélica²⁶.

A expectativa era grande, aguardavam com ansiedade se teriam visitas ou não. Os mimos e carinhos eram distribuídos por todos: «porque os pais duns sentiam-se pais de todos e a todos procuravam e mimavam»²⁷. Alguns impacientes e eufóricos, outros decepcionados e tristes. Os visitantes encontravam-se no apeadeiro do comboio de Francelos e, em romagem, desciam em direção ao Sanatório. Levavam presentes, iguarias para matar saudades de casa e flores para alegrar «o leito do internamento»²⁸:

E quando às 3 horas, findo o descanso e ajeitadas as roupas, tocava a sineta para a entrada dos visitantes, era um reboição por ali dentro, de dezenas de sapatos martelando os mosaicos dos corredores, de vultos correndo alegremente pelo soalho encerado da enfermaria, de braços abertos e bocas alongadas em busca de beijos e também de mãos estendidas para bonecos, sacas e maletas recheadas de guloseimas e brinquedos²⁹.

²⁴ O Girassol, 10.08.1924.

²⁵ GUERRA, 1960: 145.

²⁶ GUERRA, 1960: 146.

²⁷ GUERRA, 1960: 146.

²⁸ “O leito de internamento” era expressão utilizada para designar a cama do doente.

²⁹ GUERRA, 1960: 146.

As tardes de domingo são descritas com grande animação, plenas de alegria e de entusiasmo em que os mimos e carinhos eram distribuídos por todos. A hora da despedida acabava com o ambiente de felicidade e de partilha, ficava no ar uma sensação de cansaço e de contentamento, perdiam o apetite para o jantar e saboreavam as guloseimas e os mimos deixados pelas visitas.

Os dias de festa mobilizavam tudo e todos. As habilidades, os talentos, e as aprendizagens eram postas ao serviço do projeto comum da instituição:

Naquele domingo, além de ser domingo era dia de festa. A D. Filomena Braga, professora de canto, ensaiara novas cantigas muito insulsas e desmaiadas como o autor, seu marido, e organizara também um pequeno espectáculo de comédias e variedades. Os solitários das mesas estavam enramalhados como nunca e os leitos luziam na brancura e no arranjo das roupas. As enfermeiras e ajudantes, impecáveis, sorriam prazenteiramente e um contentamento esfuziante e comunicativo pairava em tudo, à mistura com um sol morno e doirado que jorrava de fora, através das cortinas, e se espalhava em largas faixas de luz na enfermaria³⁰...

As prestações dos pequenos cantores eram sempre acolhidas com grande entusiasmo e unanimemente aplaudidas. Os números eram ensaiados com grande afincamento para que em dia de festa as variedades fossem apresentadas com grande profissionalismo. As enfermarias enchiam-se de gente emocionada e feliz, familiares, funcionários, doentes, beneméritos, que compensavam os pequenos artistas das horas despendidas num sem número de ensaios.

O regresso à rotina do Sanatório é sempre deprimente para o doente e gerador de incertezas relativamente ao futuro. Há como que um mergulho na tristeza e na revolta de um destino que se vive num mutismo sem fim.

Muitos destes doentes, quando recuperados, deixavam o Sanatório. No entanto, o desrespeito pelos preceitos básicos ensinados durante o internamento, determinava o regresso ao sanatório bastante frequente. Tudo regressava ao início. A doença voltava a dominar o quotidiano e assumir o protagonismo:

Volto a Francelos ao fim de quatro anos de vida quase airada, durante os quais, como pássaro liberto e ávido, sorvera a vida a largos haustos, alheio a todas as regras de bom senso e a todos os conselhos de médicos e progenitores, e ao fim dos quais, como natural consequência de loucuras e desmandos, contraíra de novo o negregado Mal de Pot, fazedor de tantas mortes e aleijões...E a rotina começou... Dia após dia, os dias, iguaizinhos como contas dum rosário, começaram a correr como dantes, como sempre, na mansidão

³⁰ GUERRA, 1960: 147.

*mole dum ausência de ruídos e dum sol benévolo e caricioso que ia aquecendo devagar, na visão permanente dum espriar de ondas espumosas lá em baixo no branco areal*³¹.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No projeto do Sanatório Marítimo do Norte destaca-se a vertente educativa e pedagógica ligada à génese e funcionamento da instituição. São os médicos da direção do organismo, que contratam as professoras, avaliam o seu desempenho e que as despedem se não cumprem os critérios e objetivos definidos pela direção, fazendo a avaliação regular do seu desempenho profissional.

É um médico que estimula a criação de um jornal, que incentiva a sua redação e que contribui para a sua diversidade e qualidade. Angaria colaboradores, recolhe fotografias que oferece para publicação, assim como inéditos de poetas que lhe tinham sido oferecidos. Disponibiliza instalações para a execução do jornal, a sala da direção, atenua interrupções de publicações, angaria novos assinantes e estimula o pagamento de números esquecidos.

Joaquim Gomes Ferreira Alves foi uma personalidade de convicção firme e crença numa missão que acreditou, ter-lhe sido confiada: o tratamento das crianças atingidas pela tuberculose óssea. Este médico, assim como os seus colaboradores (pessoal médico e auxiliares) e amigos pessoais (arquitetos, médicos, escritores e pintores) foram responsáveis pela circulação de ideias médicas profiláticas e sociais e pela implementação de novos ideais filantrópicos no contexto da sociedade em que viviam.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Hemerográficas

O Girassol (1924-1955).

O Século (1922).

Fontes Documentais

Arquivo Histórico Municipal do Porto – *Livro de Actas das Sessões da Comissão Administrativa da Associação do Sanatório Marítimo do Norte* (1918).

³¹ GUERRA, 1960: 152.

Bibliografia

- AMARAL, Anabela (2007) – *Vivências Educativas da Tuberculose no Sanatório Marítimo e Clínica Heliântia (1917-1955)*. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da U.Porto. Dissertação de mestrado.
- AMARAL, Anabela; FELGUEIRAS, Margarida (2010) – *A Educação no Sanatório*. «Educação, Sociedade & Culturas», 30, p. 75-93.
- CHAMBRE, Maria Flaviana Freitas Amaral (1956) – *A vida numa criança no Sanatório*. Fafe: [s.n.].
- GUERRA, Manuel de Oliveira (1960) – *Caminho Longo*. Oliveira de Azeméis: texto original conservado no espólio da ESJGFA.
- MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS (1949) – *Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – Sanatório de D. Manuel II, Vila Nova de Gaia*. Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto, Lda.
- TAVARES, André (2005) – *Arquitectura Antituberculose, Trocas e tráficos na construção terapêutica entre Portugal e Suíça*. Porto: Faculdade de Arquitectura da U.Porto Publicações.

A ESCOLA PRIMÁRIA GAIENSE DURANTE O ESTADO NOVO NA OBRA LITERÁRIA DE AFONSO RIBEIRO E J. RENTES DE CARVALHO

J. A. GONÇALVES GUIMARÃES

Resumo: O ensino dos primeiros mitos, números e letras às crianças, marca-nos para sempre quando adultos, muito mais do que a família, a religião ou a descoberta da cidadania. Os diversos estudos sobre a Escola Primária do Estado Novo têm permitido compreender o seu afã na transmissão de valores medíocres e castradores para a compreensão do universo e a capacidade humana na transformação social. No que diz respeito a Vila Nova de Gaia, quer na sua parte rural, quer na citadina, apresentamos aqui dois testemunhos literários sobre essa realidade: os dos professores e escritores Afonso Ribeiro e J. Rentes de Carvalho. Cremos que estes relatos, para além da sua beleza ou certidão literária, são um interessante contributo histórico porque não se baseiam na fantasia narrativa ou em adornadas composições, mas sim na experiência concreta de ambos na descrição das suas vivências pessoais em épocas distintas do século XX.

Palavras-chave: *Estado Novo; Vila Nova de Gaia; Escola Primária; Literatura.*

Abstract: Crucial processes like enrolling in Primary School, learning the first letters, numbers and myths leave an indelible mark that is carried into adulthood, even much more than family, religion or citizenship influences. Various studies about Portuguese primary school education during the Estado Novo dictatorial regime emphasised its focus on spreading mediocre and castrating values about knowing and changing reality and the world. Considering both rural and urban Vila Nova de Gaia, we comparatively assess two literary testimonies about the primary school of that era: those of teachers and writers Afonso Ribeiro and J. Rentes de Carvalho. Beyond their literary merits, such accounts represent compelling historical sources as they illuminate the autobiographical educational experiences of both authors in different phases of the 20th century.

Keywords: *Estado Novo; Vila Nova de Gaia; Primary school; Literature.*

1. UMA TERRA COM ESCOLAS

No território gaiense existem textos com mais de 2000 anos, o que quer dizer que a transmissão do pensamento através da escrita é aqui bem antiga¹. Tal implica sempre mestres e discípulos, mas sobre eles nada sabemos. Também pouco sabemos sobre as escolas conventuais dos mosteiros de Grijó e Pedroso na Idade Média² e, eventualmente, das de outros cenóbios. A mesma ignorância sobre a formação de escrivães e tabeliães laicos medievais. A existência aqui de trovadores dos ciclos afonsino e dionisino³ carece de mais estudos. Registe-se, contudo, a existência de um João livreiro no século XVI⁴.

A alfabetização dos que exerciam cargos públicos no século XVII era muito deficiente, com mais de 70% de iletrados⁵. No século seguinte a alfabetização começa a melhorar, mas muito lentamente: em 1728 assinala-se aqui a presença de João Moura, «mestre de meninos», natural de Vila Real e com problemas junto da Inquisição⁶. No século XIX aparecem os primeiros colégios privados e o ensino público, bem assim como um conjunto de ações beneméritas privadas ou convenionadas (ensino em estabelecimentos dependentes de confissões religiosas) em prol da instrução, mas também algum pioneirismo no setor público, que transformaram Vila Nova de Gaia num caso especial nesta área, em grande parte já estudado ou em vias de o ser, razão pela qual não o vamos aqui referir, pois em alguns dos seus aspetos será mesmo objeto de comunicações deste volume⁷.

Nos anos oitenta do século passado chegam a Vila Nova de Gaia o Conservatório de Música⁸ e os institutos politécnicos (ISLA, Piaget e ISPGaya), mas a sociedade gaiense e as autoridades locais não apoiaram a implantação de uma universidade privada que então aqui se quis instalar. Os quadros universitários aqui nascidos ou criados continuaram, pois, a ter de exercer as suas profissões nas universidades da vizinha cidade do Porto, nas de outras cidades portuguesas ou mesmo no

¹ Sobre as mais antigas inscrições de Gaia, vd. ALARCÃO, 2005; ENCARNAÇÃO, 1996; GUIMARÃES, 1995: 59-61; GUIMARÃES, 2007a, GUIMARÃES, 2010a; RIBEIRO, 1994; SILVA, 1983: 9-26; sobre estas e outras da região do Entre Douro e Vouga vd. SILVA, 1994: 104-123.

² Já em 1971 Robert Durand escreveu: «mieux vaut se résoudre, dans l'état actuel de notre documentation, à ne rien connaître de l'activité du scriptorium de Grijó!» (DURAND, 1971: XLIII).

³ GUIMARÃES, 1990.

⁴ GUIMARÃES, 2001: 139.

⁵ SILVA, 1984: 199-200.

⁶ SANTOS, 1986: 422.

⁷ Colóquio «A História da Educação em Vila Nova de Gaia», organizado pelo CITCEM/FLUP, o qual decorreu a 20.05.2016 no Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner.

⁸ GUIMARÃES, 2000, 2011 e 2013.

estrangeiro⁹. Refira-se por fim ser daqui natural e à sua freguesia natal do Olival ter legado a sua biblioteca, Joaquim Ferreira Gomes, professor catedrático da Universidade de Coimbra, considerado o «pai fundador das Ciências da Educação em Portugal», falecido em 2002¹⁰.

2. A ESCOLA PRIMÁRIA DO ESTADO NOVO EM GAIA

Mas não é, pois, da História da Educação em Gaia que vamos aqui falar, mas sim de um seu aspeto muito particular e bem balizado no tempo, a Escola Primária do Estado Novo na obra de dois escritores portugueses ligados a Vila Nova de Gaia: Afonso Ribeiro e J. Rentes de Carvalho.

Quando se dá o golpe militar de 28 de maio de 1926, este município tinha um razoável parque escolar para a época, algum dele não estatal composto por escolas geridas pelas igrejas Católica e Lusitana e outras, a maioria, dependentes do município e dos planos que vinham da Monarquia e foram desenvolvidos ou reequacionados durante a 1.^a República. O mestre-escola ou a mestra, iam, aos poucos, superando a influência social e educacional que dantes cabia quase em exclusivo aos párocos. As matérias religiosas iam aos poucos sendo substituídas pela História pátria, a desobriga pascal pela Festa da Árvore, às vezes caminhando a par, pois entretanto a 1.^a Grande Guerra de 1914-1918, com o seu extenso rol de mortos, estropiados, fomes, epidemias, e privações em geral, vai fazer recrudescer em Portugal o fenómeno religioso popular, com a sua procissão de perseguições, aparições, corpos incorruptos, imagens milagrosas, videntes, mensagens celestiais e outros itens habituais em situação idênticas de colapso social¹¹. Como aconte-

⁹ São em número significativo os académicos gaienses ligados a várias universidades brasileiras e até à do Vaticano. Se Vila Nova de Gaia tivesse tido a universidade que não quis nos anos oitenta do século passado, esta poderia ter tido, pelo menos, um corpo notável de professores eméritos convidados. Recordo apenas como exemplo os casos de Domingos Carvalho da Silva, professor nas universidades de Brasília (GUIMARÃES, 2003); de António Domingues de Sousa Costa, da Universidade do Vaticano (ARAÚJO, 2003); de J. Rentes de Carvalho da Universidade de Amsterdão (GUIMARÃES, 2007b); de David Rodrigues, da Universidade Técnica de Lisboa, José António Martim Moreno Afonso, da Universidade do Minho, e com certeza muitos outros prestigiados professores gaienses com obra reconhecida.

¹⁰ GUIMARÃES, 2012: 9-10. Veja-se o livro *Ensaio em homenagem a Joaquim Ferreira Gomes*, 1998, com o seu *curriculum vitae* e numerosos trabalhos de colegas, discípulos e admiradores.

¹¹ Sobre a 1.^a Grande Guerra e Gaia, vd. COSTA, 2015; GUIMARÃES, 2010b; GUIMARÃES, 2015; GUIMARÃES, 2016. Estão praticamente por estudar os vários fenómenos para-religiosos recentes de credence popular em Vila Nova de Gaia, dos quais o mais conhecido é o da «Santa Maria Adelaide», sobre o qual, para além de obras apologéticas ingénuas ou encomendadas pela Junta de Freguesia local, administradora do jazigo-capela, o único realizado com sentido crítico é o de LIMA, 1988, ainda não publicado.

cera em França durante a Guerra Franco-Prussiana. Como acontecerá durante a Guerra Civil espanhola. Como acontecerá durante a 2.^a Grande Guerra ou mesmo as Guerras Coloniais. Tudo isto se refletirá na Escola, sobretudo na primária, por ser aquela que cuida das mentes em formação.

Em 1926 geria Vila Nova de Gaia uma câmara municipal eleita que funcionou desde 2 de janeiro até 31 de julho desse ano, de que era presidente o médico Dr. Joaquim Francisco Pedrosa, aliás no seu segundo mandato. Segue-se-lhe uma comissão administrativa imposta pela ditadura militar, de que era presidente um coronel tendo como vereadores três capitães e três civis, entre eles um velho autarca monárquico. Estiveram em funções até 12 de abril de 1928, a que se segue outra comissão administrativa dirigida pelo mesmo coronel, mas agora com nove civis, que funcionou até 17 de janeiro de 1929; seguindo-se-lhe outra dirigida por um bacharel em direito acompanhado de cinco militares e três civis, que dura até 30 de junho de 1931; sucedida por outra liderada por um negociante de vinhos até 1932, acompanhado por nove civis, pelo menos dois deles também ligados às exportações de Vinho do Porto, dois dos quais exerceram a presidência após pedido de escusa do primeiro, um dos quais Joaquim Francisco Correia¹², pelo que a comissão se estendeu até 6 de julho de 1933.

No dia 13 seguinte toma posse nova comissão administrativa dirigida pelo negociante de produtos transmontanos e alto-durienses, José da Fonseca Menéres, acompanhado de seis vereadores, um dos quais padre, que se mantêm em funções até 2 de setembro de 1937. Com o regime salazarista já bem consolidado no país e o partido único, a União Nacional, já bem implantada em todas as freguesias e tendo o novo Código Administrativo, elaborado por Marcelo Caetano, sido publicado a 31 de dezembro de 1936¹³, fica à frente da câmara, nomeado pelo governo, o engenheiro eletrotécnico Abel Pego Fiúza, com mais seis vereadores, incluindo o padre anterior, até 14 de novembro de 1945, a que se segue nova câmara presidida pelo Dr. Fernando Jorge Azevedo Moreira, licenciado em Filologia Românica pela 1.^a Faculdade de Letras do Porto¹⁴, acompanhado por dez vereadores, entre eles um outro padre e vários médicos, juristas e engenheiros, num total de oito

¹² Professor primário e monárquico que acabou por aderir ao Estado Novo.

¹³ Sobre o Governo Civil do Distrito do Porto e o novo Código Administrativo, vd. COSTA, 2004: 264-269; sobre Marcelo Caetano (1906-1980) professor de Direito, vogal e mais tarde presidente da União Nacional, comissário nacional da Mocidade Portuguesa, ministro das Colónias e chefe do governo deposto pela revolta militar de 25 de Abril de 1974, vd. CRUZ & ROSA, 1974; OLIVEIRA, 2003: 64 e muitos outros estudos biográficos.

¹⁴ A Faculdade de Letras do Porto foi fundada em 1919, extinta em 1928 e encerrada em 1931. Só seria restaurada parcialmente em 1961, e mesmo assim, demorou uma década a «dar-se por ela»; vd. EIRAS, 1989 e ARAÚJO, 2008.

bacharéis e licenciados, incluindo o presidente, a qual termina o mandato a 31 de dezembro de 1955¹⁵.

Estas são, pois, as administrações que aqui representaram o Estado Novo até ao ano em que se realiza o IV Congresso da União Nacional (1956), quando os pescadores da Afurada entraram em greve conjuntamente com os de outros portos de pesca, Marcelo Caetano fora nomeado ministro da Presidência para coadjuvar Salazar, Agostinho Neto criara o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) e Portugal ocupara o seu lugar na Organização das Nações Unidas (ONU)¹⁶.

Durante estes anos do segundo quartel do século XX, ao nível do Ensino Primário, os diversos executivos concretizaram o projeto da Escola Municipal Pinto Mourão, que de há muito se arrastava, bem assim como o da escola primária de Gulpilhares e o da escola primária de Sá em Arcozelo (fig. 1).

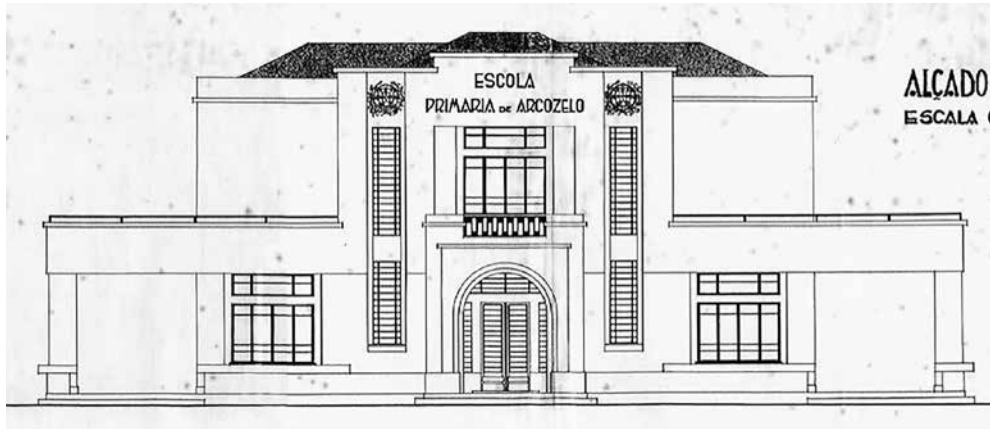


Figura 1. Escola Primária de Sá-Arcozelo; projeto do arquiteto Mário Abreu (1934).

Fonte: TEMUDO, 2013: 97

Esta última, inaugurada a 15 de maio de 1936 pelo Dr. Manuel Cristiano de Sousa, reitor do Liceu Camões em Lisboa e chefe de gabinete do ministro da Instrução Pública, Dr. Carneiro Pacheco¹⁷, sendo presidente da câmara José da

¹⁵ Sobre os sucessivos elencos da Câmara Municipal de Gaia, vd. SANTOS, 1970: 24-30; sobre os seus presidentes, TEMUDO, 2013: 148-174; sobre as vereações da 1.ª República, GUIMARÃES, 2010b.

¹⁶ Sobre Agostinho Neto e a fundação do MPLA, vd. CRISTÓVÃO *et al.*, 2005: 30-31; e sobre a ONU CRISTÓVÃO *et al.*, 2005: 772-773.

¹⁷ António Faria Carneiro Pacheco (1887-1957) foi professor catedrático de Direito em Coimbra e em Lisboa e ministro da Instrução Pública, tendo criado a Junta Nacional de Educação, o Instituto para a Alta Cultura, a Mocidade Portuguesa, entre outros. Foi também embaixador no Vaticano durante a 2.ª Grande Guerra e, logo a seguir, em Madrid. Deixou publicados vários estudos de Direito; cf. OLIVEIRA, 2003: 228.

Fonseca Menéres¹⁸ e vogal do pelouro da instrução o padre Joaquim Moreira de Sousa, serviu para definir aqui as grandes linhas da orientação do Estado Novo para o Ensino Primário ou, como consta no discurso de inauguração, «a política pedagógica do actual momento»¹⁹. No seu discurso, o chefe de gabinete do ministro começa por justificar a sua ausência motivada pelo «estudo urgente de momentosos problemas da sua pasta» que faziam com que «S. Ex.^a não pode sair de Lisboa enquanto não estiverem a funcionar os organismos superiores criados pela Reforma do Ministério da Educação Nacional»²⁰. Depois, curiosamente, os seus louvores à construção da escola são totalmente endereçados à Junta de Freguesia de Arcozelo, que na realidade mandou construir a escola, com total exclusão de referências à Câmara de Gaia, que a viria a mobilar totalmente, ainda por cima estando presente o presidente da edilidade. Mas adiante. Como introdução à estafada «ornitologia metafórica» sobre as criancinhas disse:

Mais uma escola que vai abrir, de par em par, as suas portas, francas e generosas à Infância portuguesa. Lareira em chama, onde as criancinhas desta linda terra virão acender o seu espírito, para que amanhã seja mais cheio de claridade e amor o nosso Portugal. Aves que ainda...²¹.

O edifício, grande e airoso, de linhas direitas, de dois pisos, com colunatas laterais a suportarem terraços abertos sobre a fachada ao nível do segundo piso, da autoria do arquiteto Mário Abreu²² vem na linha da arquitetura social dos anos vinte e nada tem a ver com os acanhados edifícios das escolas do «Plano dos Centenários» que se concretizará a partir dos anos quarenta. Mas vejamos outros parágrafos do discurso reitoral. Em Arcozelo, em 1886 o abade Cândido José Aires de Madureira²³, pároco local, tinha aberto na residência paroquial uma escola diária

¹⁸ José da Fonseca Menéres nasceu no Porto em 1876, filho de Clemente Menéres, da firma de exportação de produtos do Douro, *Sociedade de Vinhos António Ferreira Menéres, Sucrs, Lda*, fundada em 1845, com instalações em Gaia, Porto e Matosinhos. Morou na Quinta da Avenida em Vila Nova de Gaia. Além de presidente da câmara foi vice-presidente da Associação Comercial do Porto, possuindo várias condecorações; cf. GEPB, s/d, XVI: 919; GUIMARÃES & GUIMARÃES, 2001: 40 e 160; TEMUDO, 2013: 164.

¹⁹ SOUSA, 1936: 5. A edição do discurso foi da Câmara Municipal por proposta do «vogal do Pelouro da Instrução» padre Joaquim Moreira de Sousa. Como sublinhamos no texto, o representante do ministro no ato, tendo-se dirigido ao governador civil, à data Fernão Couceiro da Costa (COSTA, 2004: 264-269), não tem qualquer menção (pelo menos no texto impresso) ao presidente da câmara presente à sua esquerda na mesa da presidência, conforme se pode ver na fotografia publicada em SOUSA, 1936: 3.

²⁰ SOUSA, 1936: 5-6.

²¹ SOUSA, 1936: 6-7.

²² COSTA, 2007: 287.

²³ Cândido José Aires de Madureira, fez o curso de Teologia no seminário do Porto em 1857, sendo colocado como abade na freguesia de Arcozelo, Vila Nova de Gaia. Interessou-se pelas questões

e gratuita onde aplicara pela primeira vez no país o seu método para as crianças aprenderem a ler, denominado *Alfabeto Natural*²⁴ vindo depois a conciliá-lo com a *Cartilha Maternal* de João de Deus, publicada em 1876, mas cuja segunda edição é dedicada ao abade de Arcozelo. Não sabemos se o Dr. Sousa o sabia, e calou o facto por achá-lo irrelevante, ou se não o conhecia. Mas ficamos a saber pelo seu discurso o que pensava sobre o estudo e o ensino do passado:

*Só o Estado deve ser o professor no ensino da História. Há no estudo da História duas coisas diferentes a considerar: uma é a crítica; outra a emoção. Só a emoção interessa ao espírito das populações escolares infantil e média, visto que os processos intelectuais não se adaptam às suas idades*²⁵.

Ou seja, os professores que ensinavam as crianças aqui não contam para a função de ensinar e deviam transformar-se em imbecis acríticos. Depois, lá vinham as diferenças entre «o nosso regime político [que não] podia confundir-se com o totalitarismo pagão dominante na Rússia»²⁶. Mas para tal lá estava quem tal fizesse a diferença:

*O Reformador [leia-se Salazar] quebrou assim as cadeias que desde 1820 amarravam o Poder ao mito do livre-pensamento ateu, anti-científico, anti-humano e anti-nacional, integrando-se no século XX da política positivista e desassombrada, que assenta sobre a realidade dos factos e não sobre artificiosos conceitos...*²⁷.

Ou seja, os males da sociedade portuguesa tinham tido origem na «apostasia política» da revolução constitucional, ajudados do exterior pelos adeptos da aplicação «do imperativo categórico de Kant», pela «moral científica de Berthelot» e a experiência como «principal fonte de certeza» de William James, contrariados pelos «imperativos coletivos» de Charles Blondel, os «domínios próprios» da moral e da ciência de Poincaré e a «inspiração cristã» de Taine²⁸ e, obviamente, «as nos-

pedagógicas, sobre as quais publicou diversas obras; cf. GEPB, vol. I: 684-685. Sobre a sua pessoa, até como “flatolómano”, existe um curioso folheto da autoria de Guilherme Augusto Candeias intitulado *O Reverendo Abade da freguesia de Arcozelo e a sua indústria das explosões fortes, pica e repica, sibilos, toca e foge, etc.*, impressa no Porto, em 1883.

²⁴ COSTA, 2007: 243 e 319-320.

²⁵ SOUSA, 1936: 10.

²⁶ SOUSA, 1936: 11.

²⁷ SOUSA, 1936: 12.

²⁸ Sobre estes filósofos e os seus conceitos de Educação e Ensino consulte-se GETTELL, 1936 (publicado em Portugal no mesmo ano da inauguração da escola de Arcozelo), e ABBAGNANO & VISALBERGHI, 1957, para usarmos uma outra obra escrita «perto do tempo» dos conceitos explanados no discurso referido.

sas tradições históricas, sociais e familiares revoltadas em Vitória em 28 de Maio de 1926!»²⁹.

Contra aquelas heresias filosóficas lembrava aos professores, que: «à vossa guarda, o Estado confia a pureza das suas asas, o ritmo dos seus corações, as possibilidades das suas inteligências, e, acima de tudo, a formação do seu carácter»³⁰ e que para tal apresentassem às crianças «a figura máxima da nossa História [que] foi um herói e foi um santo. Herói de cem batalhas com Castela; herói também das cem batalhas interiores...»³¹. Referia-se obviamente a D. Nuno Álvares Pereira, então em processo de canonização³². E «o Cristo nas escolas? Mas sem dúvida»³³, que para tal:

*A Reforma vem, assim, não só preencher as necessidades espirituais da alma portuguesa no campo do Ensino, mas integra-se corajosamente na corrente do alto Pensamento literário, científico e filosófico do nosso tempo. O Estado Novo tem vindo numa obra de génio, restaurando e fortalecendo o Corpo da Nação, com um conjunto de Reformas... A reforma do Ministério da Educação Nacional... vai restaurar e fortalecer o Espírito da Nação, dentro do quadro das nossas realidades históricas*³⁴.

Estávamos então no terceiro governo de Salazar e a 19 de maio, quatro dias depois da inauguração da Escola Primária de Arcozelo, é instituída a Mocidade Portuguesa, precisamente pelo ministro Carneiro Pacheco³⁵. Tendo abusado das citações, concordemos que este discurso é antológico sobre o que queria o Estado Novo para as escolas primárias: inteira submissão ao estado-professor e doutrinador, ausência de criatividade e de espírito crítico dos agentes educativos, modelos

²⁹ SOUSA, 1936: 13.

³⁰ SOUSA, 1936: 7.

³¹ SOUSA, 1936: 12.

³² Como é sabido, entre 1383 e 1385, D. Nuno Álvares Pereira comandou o exército português contra Castela em quatro batalhas vitoriosas (4 e não 100!), em consequência das quais Portugal consolidou a sua independência e o Condestável obteve principescas recompensas que transformaram a Casa de Bragança dos seus descendentes numa das famílias mais ricas e poderosas do país, reinando depois desde 1640 até 1910, além de estarem na origem de muitos ramos das casas reinantes na Europa; cf. MATTOSO, 1985: 101-102. Sua mulher, D. Leonor Alvim foi sepultada no Mosteiro de Corpus Christi em Vila Nova de Gaia; cf. ALLEN, 1961. Sobre aspetos da sua beatificação e canonização vd. FONSECA, 1932 e 1933 e CANONIZZAZIONE, 2009.

³³ SOUSA, 1936: 13.

³⁴ SOUSA, 1936: 15.

³⁵ Sobre a Mocidade Portuguesa vd. ARRIAGA, 1976; faltam-nos estudos locais sobre a implantação dos Adueros de Portugal, Mocidade Portuguesa, Legião Portuguesa, “Cruzados”, “Pioneiros” e outras organizações afins destinadas à infância, juventude, ou mesmo de adultos, quer de origem político-partidárias, quer religiosas. Existe já alguma bibliografia, quase sempre meramente memorialística, sobre os Escuteiros e o Movimento Escotista.

pré-definidos pela tutela dentro da mediocridade generalizada que os tempos posteriores se encarregarão de mostrar.

Mas a realidade do ensino primário em Vila Nova de Gaia era bem outra, quer para os professores, quer para os alunos das escolas, com as consequências que se conhecem. Se outros testemunhos não existissem tínhamos, pelo menos, as cenas do filme *Aniki Bóbó*, de Manuel de Oliveira, rodado em 1942, onde esta realidade é retratada de forma notável numa velha escola, com um velho professor, ainda com um assomo de humanismo republicano, mas já quase só interessado na disciplina, enquanto espera pela aposentação que tardava³⁶.

Vejamos, pois, agora os dois testemunhos literários que queremos indagar.

3. AFONSO RIBEIRO: PROFESSOR DO ENSINO PRIMÁRIO E ESCRITOR

Nascido em 1911 na Vila da Rua em Moimenta da Beira, Afonso Adelino Ribeiro de Azevedo, frequentou o Seminário e a Escola do Magistério Primário. Em 1937 era colaborador do jornal *Sol Nascente* do Porto, onde estreava uma nova visão literária sobre a vida das classes mais excluídas, e que, em 1938, lhe publica o livro de cinco novelas e dois contos *Ilusão na Morte*, sendo por isso considerado um dos «precursores da corrente» do neorealismo português³⁷, tendo em conta que naquele mesmo ano Alves Redol publica *Glória* e depois *Gaibéus* (1939), enquanto que *Esteiros*, de Soeiro Pereira Gomes, só aparecerá em 1941³⁸.

Em 1939, com a vitória de Franco em Espanha, obtida com o apoio dos alemães nazis e dos italianos fascistas, e o Pacto Ibérico, e com a Alemanha a expandir-se para leste o que levará à eclosão da 2.^a Guerra Mundial a 1 de setembro, Afonso Ribeiro vai ao Brasil, mas não tendo conseguido o visto de permanência, volta nesse mesmo ano, pois os tempos por ali também estavam conturbados devido às tentativas ditatoriais de Getúlio Vargas para a criação de um Estado Novo brasileiro.

Regressado a Portugal e ao ensino, fixa-se em Vila Nova de Gaia³⁹, onde virá a residir em Vilar do Paraíso, na Chamorra (Gulpilhares) e em Canidelo, tendo

³⁶ Sobre o filme *Aniki Bóbó* vd. CASTRO, 1998: 29-30, que sobre ele transcreve um texto de COSTA, 1991.

³⁷ SARAIVA & LOPES, [1974]:1109, 1114-1115; ENTRE A REALIDADE..., 1996: 28.

³⁸ Sobre este primeiro livro de Afonso Ribeiro, também a primeira edição de um livro pelo quinzenário *Sol Nascente*, no n.º 31 de 15.08.1938, na primeira página, João Pedro de Andrade publica uma primeira crítica onde diz: «Afonso Ribeiro coloca-se de golpe, com este seu livro, na reduzida fileira dos nossos prosadores»; cf. ANDRADE, 1938.

³⁹ De novo ou retomando residência ou colocação anterior? Na realidade não sabemos onde residia antes de ir para o Brasil, se em Gaia, se no Porto.

lecionado pelo menos na escola primária mista daquela primeira freguesia, bem assim como sua mulher Otília das Dores Frias Leitão, também ela professora da instrução primária, que, entretanto, optaria por ser funcionária dos Correios (fig. 2).



Figura 2.
Escola Primária de Vilar do Paraíso,
projeto de ampliação (1933).
Fonte: TEMUDO, 2013: 97

É provável que date desta época a sua adesão ao Partido Comunista Português. Em 1945 é um dos fundadores do Movimento de Unidade Democrática (MUD) e, em março de 1946, é um dos signatários de uma exposição sobre a «difícil situação económica do professorado português», subscrita também por docentes dos ensinos particular, técnico, liceal e superior. Citando mesmo um estudo do ex-professor de Coimbra Manuel Gonçalves Cerejeira, entretanto feito cardeal patriarca de Lisboa, em que este afirmara que: «...para ter bom ensino era preciso pagar bem aos professores», referindo-se só aos universitários, a qual foi enviada ao então ministro da Educação Nacional, Dr. José Caeiro da Mata⁴⁰, que os denuncia à Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) para averiguações. É possível que então pensasse dinamizar a criação de um Sindicato da Educação Nacional, de que seria o sócio n.º 1⁴¹.

⁴⁰ José Caeiro da Mata formou-se em Direito na Universidade de Coimbra e aí ficou a ensinar até passar para a de Lisboa, da qual foi reitor. Foi deputado, ministro dos Estrangeiros e da Educação Nacional, administrador do Banco de Portugal e ministro junto do governo colaboracionista de Vichy (1941-1944). Deixou publicados vários tratados sobre Direito; cf. OLIVEIRA, 2003: 197.

⁴¹ É o que nos faz crer a existência no seu processo da PIDE de uma ficha não datada com os seus dados pessoais encimada pela anotação: «Sócio n.º 1 S.E.N.» (Sindicato Nacional da Educação[?]; ANTT- Processo da PIDE n.º 294 – E/GT, doc. 4). Note-se que os sindicatos dos funcionários públicos e, entre eles os professores, estavam proibidos de se associarem desde o decreto n.º 23 048, art.º 39.º de 23.09.1933; cf.

Em novembro desse mesmo ano é um dos muitos signatários de outra exposição, desta feita enviada ao presidente da República, general Carmona, intitulada «Os intelectuais portugueses protestam» contra as condições de repressão e censura de que eram alvo, onde encontramos muitos escritores, jornalistas, artistas, arquitetos e outros criadores culturais a pedirem liberdade de expressão e de associação, entre outros: António Sérgio, Aquilino Ribeiro, Eugénio de Andrade, Fernando Azevedo e Fernando Lopes Graça⁴². Em março do ano seguinte assina ainda outra petição contra a existência da Colónia Penal de Cabo Verde, até aí conhecida como campo de concentração do Tarrafal⁴³. No ano seguinte, residindo em Canidelo, parte com a sua mulher para Moçambique, onde teve várias profissões e continuou a sua atividade de escritor, só regressando de novo a Portugal em 1976, vindo a falecer em Cascais em 1993. Em 2011, no centenário do seu nascimento, a Câmara Municipal de Moimenta da Beira prestou-lhe uma homenagem mandando colocar uma lápide na casa onde nasceu na Vila da Rua e criando na Biblioteca Pública local o Espaço Afonso Ribeiro⁴⁴.

Enquanto residiu em Vila Nova de Gaia, para além de artigos e crónicas dispersas por várias publicações, escreveu as seguintes obras: *Plano Inclinado* (romance, 1941), *Aldeia* (romance, 1943, com capa do pintor gaiense António Sampaio), *Trampolim* (romance, 1944), e *Povo* (contos, 1947, com capa de Júlio Pomar – fig. 3), cuja venda ao público foi julgada «inconveniente»



Figura 3. Capa de *Povo. Contos de Afonso Ribeiro*.

Fonte: RIBEIRO, 1947

BENTO, 1978: 145. Da exposição dos professores encontra-se uma cópia em ANTT – Processo da PIDE n.º 635/45 – S. R. docs. 75 a 88, e idem n.º 294 – E/GT, doc. 6-7. Sobre a PIDE/DGS vai havendo vária bibliografia e depoimentos; comece-se, por exemplo, por MANUEL; CARAPINHA & NEVES, 1974.

⁴² Da exposição dos intelectuais portugueses existe uma cópia em ANTT – Processo da PIDE n.º 635/45 – S. R. docs. 73-74.

⁴³ Sobre a exposição a protestar contra a existência da «Colónia Penal de Cabo Verde» existe cópia em ANTT – Processo da PIDE n.º 294 – E/GT, docs. 8-10. Sobre este campo de concentração veja-se, por exemplo SOUSA, 1978.

⁴⁴ Por gentileza do Dr. Ricardo Castro, da Câmara Municipal de Moimenta da Beira, tivemos acesso aos seguintes textos biográficos à disposição dos interessados no Espaço Afonso Ribeiro da Biblioteca Municipal daquela localidade: GOUVEIA, 2011: 308-310 e VAZ, 2011. Igualmente lhe agradeço o contacto com a filha do escritor, D. Lígia Ribeiro Serrano, com quem troquei impressões sobre a vivência do pai em Vila Nova de Gaia, especialmente quando residia na Chamorra.

e depois proibida pela Censura, o que virá a acontecer a muitos dos seus livros. Ainda em 1946, tinha aqui iniciado a publicação de uma trilogia intitulada *Escada de Serviço*, com o romance *Maria*, vindo o segundo romance, *O Pão da Vida*, a ser publicado somente em 1956 em Lourenço Marques, e logo também proibido pela Censura e apreendido pelas autoridades⁴⁵, e finalmente, em 1959, *O Caminho da Agonia*, também publicado em Moçambique.

É assim a década de quarenta o período mais fecundo deste escritor, hoje pouco recordado, até porque os seus romances em todas as páginas lembram misérias e condições sub-humanas que ainda existem entre nós e não são bonitas de ver, de ler ou de se saber sequer que existem. Mas ele é, inequivocamente, um dos pioneiros do romance social em Portugal. Os cenários e personagens das suas obras, embora não balizados geograficamente, podendo ser colocados em qualquer grande cidade e nos seus arrabaldes, foram obviamente colhidos na sua vivência em Vila Nova de Gaia e no Porto como, apesar de todo o cuidado posto pelo escritor na sua diluição casuística tendo em vista a sua generalização literária, que nada tinha a ver com regionalismos, o denunciam certos pormenores facilmente reconhecíveis por quem conhece a realidade local para aquela época. A exceção é o romance *Aldeia*, que com os mesmos cuidados de universalização se reporta à sua terra natal na Beira Alta⁴⁶.

Não encontramos nas suas obras qualquer conto ou capítulo específico sobre a escola primária, mas ela está sempre presente como entidade madrasta ou quase inútil obrigação onde a agressão era uma constante no início do trajeto de vida das crianças: «A régua estalou nas mãos submissas. Ódio fervendo em dois corações. Passos ao longo da coxia. Lágrimas pingando no soalho»⁴⁷; as quais, as mais das vezes, não tinham sequer o necessário para exercitarem a aprendizagem, perante a indiferença dos mestres: «Não tenho caderno... A minha mãe não tinha dinheiro... Não quero cá saber disso!...»⁴⁸, ou a escola como falsa esperança da melhoria das condições de vida, perante a fatalidade de terem de a abandonar para ir trabalhar muito cedo na construção civil: «...o senhor professor fazendo perguntas, expli-

⁴⁵ Existem diversos relatórios sobre obras censuradas de Afonso Ribeiro, publicadas em <<http://ephemerajpp.files.wordpress.com>>. Em ANTT – Processo da PIDE n.º 635/45 – S. R., docs. 8-17, existe o processo de proibição e apreensão do seu livro *O Pão da Vida*. Sobre a Censura em Portugal, nomeadamente durante o Estado Novo, vd. RODRIGUES, 1980 e AZEVEDO, 1997.

⁴⁶ Os primeiros romances de Afonso Ribeiro foram publicados pela Livraria Progredior, depois Edições Progredior, com livraria no Porto, mas cujos donos viviam em Gaia, de onde aliás conhecemos pelo menos uma edição de 1945 (*Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*, do Padre Agostinho Rebelo da Costa, 2ª edição por Magalhães Basto). Os seguintes foram-no pela Editorial Ibérica também do Porto. Os de Moçambique pelas Edições Artes Gráficas e Lito-Artes, Lda. de Lourenço Marques, havendo ainda reedições por outras editoras.

⁴⁷ *Plano Inclinado*, 1941: 8-9.

⁴⁸ RIBEIRO, 1946: 86.

cando as orações; e o recreio e o jogo da bola, e as risadas dos companheiros e as lutas que por vezes armavam. Cristo, ah! Cristo, e tudo isso findara, oh! Jesus, e o seu exame da quarta?»⁴⁹.

Foi esta a escola primária do Estado Novo que Afonso Ribeiro encontrou, como professor, em Vilar do Paraíso nos anos de 1940.

4. J. RENTES DE CARVALHO: PROFESSOR UNIVERSITÁRIO E ESCRITOR

Nascido no Monte dos Judeus⁵⁰, na freguesia de Santa Marinha, Vila Nova de Gaia, a 15 de maio de 1930, José Rentes de Carvalho, filho e neto de transmigrantes, frequentou as escolas pré-primária e primária na Rua Cândido dos Reis, perto do local onde nasceu. Para o ensino secundário passou ao Liceu Alexandre Herculano no Porto até aos quinze anos, quando, devido a transferência do pai que era guarda-fiscal, teve de mudar-se para Viana do Castelo, onde continuou os estudos no liceu local. Em 1947 está em Lisboa, onde em 1949 faz a tropa, chegando a matricular-se na Universidade e procurando então enveredar pelo jornalismo. Em 1951 está em Paris onde convive com intelectuais e artistas, vai a Nova Iorque e tenta o Brasil onde escreve em grandes jornais. Em 1955 está em Amsterdão, sobrevivendo com as mais diversas profissões, mas onde em 1960 inicia a sua carreira de professor de Literatura Portuguesa na respetiva universidade, da qual se virá aposentar ao fim de trinta anos de serviço⁵¹.

Em 1968 publica em Portugal *Montedor*, que mereceu de António José Saraiva, seu antigo professor no Liceu de Viana, no prefácio que então lhe escreveu, o seguinte comentário: «uma nota nova entrou na partitura literária nacional»⁵².

⁴⁹ RIBEIRO, 1947: 176-177.

⁵⁰ O Monte dos Judeus é um curioso bairro no Centro Histórico de Gaia, entre a antiga calçada das Freiras (hoje rua Serpa Pinto), a rua da Carvalhosa e a das Azenhas, onde se localizou a judiaria gaiense e, em tempos mais recentes, algumas empresas de vinhos nos seus armazéns cavados monte adentro, hoje praticamente abandonados. Na parte cimeira ainda existe a casa onde nasceu e viveu o escritor J. Rentes de Carvalho. Nos anos trinta do século passado a autarquia tentou mudar-lhe o nome para Monte Coimbra, designação de um dos seus arruamentos, mas tal não colheu junto da população local.

⁵¹ Os dados biográficos do escritor foram colhidos na documentação do seu espólio doado à associação Amigos do Solar Condes de Resende – Confraria Queirosiana por protocolo assinado em Esteveais de Mogadouro, em 19.06.2011, e publicado na *Revista de Portugal*, n.º 8, 2011, p. 66, depositado e acessível no Solar Condes de Resende; cf. GUIMARÃES, 2007b: 28-31.

⁵² SARAIVA, 1968: 11. Tendo J. Rentes de Carvalho indicado à Universidade de Amsterdão que convidasse António José Saraiva para o departamento onde ensinava, este, depois de instalado, tratou de lhe infernizar a vida com um incompreensível odiozinho de estimação, chegando à calúnia, sem que o primeiro jamais tenha percebido porquê, tendo mesmo de defender o seu bom nome em tribunal, que acabou por condenar

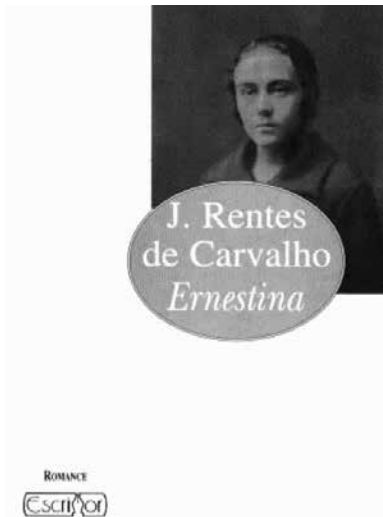


Figura 4. Capa de *Ernestina*, 1.ª edição portuguesa.

Fonte: CARVALHO, 2000

A este seu primeiro romance segue-se *O Rebate* em 1970, uma prosa cinematográfica sobre ambiências rurais portuguesas, vindo a publicar entretanto outros romances, roteiros culturais e textos publicados em livros, jornais e revistas holandesas e portuguesas. Em 1998 sai a primeira edição holandesa de *Ernestina*, narrativa autobiográfica sobre os seus primeiros quinze anos de vida passados entre Vila Nova de Gaia, o Porto e Estevais de Mogadouro, ainda hoje regularmente regressando de três em três meses a esta localidade, alternando com a sua vivência em Amsterdão. A obra tem sido saudada pela crítica internacional, tendo já várias edições em holandês, português e italiano. É também a mais bela e incidente descrição existente sobre o Centro Histórico de Gaia entre 1930 e 1945 (fig. 4).

Voltando um pouco atrás, a 1935-1936, vejamos o testemunho literário de J. Rentes de Carvalho que desde cedo mostrou uma enorme vontade de conhecer o mundo através dos jornais e dos livros. Quando foi para a escola já sabia ler. Depois das aulas devorava uma bem fornecida biblioteca que existia no quartel da guarda onde seu pai fazia serviço, localizado na mesma rua onde se situavam as escolas que frequentou: a pré-primária numa casa particular, e a primária nas «Escolas Parochiaes» nas Palhacinhas, o antigo nome do lugar. Recebeu os prémios “Visconde das Devezas” da Câmara de Gaia pela sua conclusão «com distinção» da 3.ª classe (1939) e “Caetano Pinho da Silva” pela 4.ª classe (1940)⁵³. Na referida obra descreve com humor, ainda que mordaz, a sua passagem pelo ensino pré-primário e primário dos inícios do Estado Novo então existente em Vila Nova de Gaia.

Aos cinco anos compraram-lhe:

aquele outro. Talvez por esta razão o autor de *Montedor* não conste em SARAIVA & LOPES, apesar de, segundo o prefácio do primeiro naquela obra, ele ter criado um novo símbolo picaresco na Literatura nacional. Sobre esta questão vd. CARVALHO, 2009b: 72-75, artigo que o autor só publicou após muita insistência com o nosso argumento de que convém conhecer melhor aqueles que a sociedade santifica como “excepcionais”.

⁵³ Documentos do espólio de J. Rentes de Carvalho referido na nota 51. Os patronos dos prémios são duas personalidades gaienses do século XIX, o primeiro um político e presidente da câmara municipal e o segundo um industrial de carpintaria e negociante de vinhos.

*uma sacola, um livro, uma lousa, e todas as manhãs me vi tirado do conforto da cama para, pela mão de meu pai, ser levado para a escola [...] particular, porque nesse tempo para os pequenitos não havia outra, com uma mestra solteirona azeda, sobre o gordo; e porque à falta de bancos nos sentávamos no soalho, ela ao passar, manquejando apoiada a uma bengala, dava a impressão de uma torre ambulante que a qualquer momento nos podia cair em cima*⁵⁴.

O ensino consistia em:

*Começávamos a manhã com o padre-nosso, a avé-maria, o hino nacional, e em voz alta dando graças a Deus por nos ter feito nascer portugueses. Seguia-se então para os outros a tortura do abecedário, das contas de somar, e para mim o indescritível aborrecimento de fingir que aprendia o que o meu avô dois anos antes me tinha ensinado. Mas a mestra não queria diferenças. Se eu já sabia ler e escrever tanto pior para mim, aprendia tudo de novo, porque para isso é que estava ali. Vá de soletrar como se visse as letras pela primeira vez e depois, como ela exigia, desenhá-las redondas entre duas linhas. Entretanto, e mais do que aos outros, porque eu bocejava ou distraído me punha a olhar para o quintal das traseiras, a cana-da-índia apanhava-me pelas orelhas, pela cabeça, pelos dedos, fazendo-me chorar. Às quatro horas rezávamos novo padre-nosso, outra ave-maria, cantávamos mais uma vez o hino. Abria-se então a porta e saltávamos para a rua aos gritos de alegria, esquecidos de que a tortura recomençaria no dia seguinte*⁵⁵.

Aos seis anos, na ida para a escola primária:

comigo pela mão, meu pai entrara na secretaria a perguntar para que classe eu ia... A sala pareceu-me enorme, com as carteiras já todas ocupadas por garotos de ar amedrontado. A professora, mulher idosa, miudinha, vestida de luto, falava batendo no chão com a cana-da-índia e virou-se no momento em que íamos a entrar.

Mas nem todas as professoras tinham este aspeto:

*D. Carolina... toda sorridente, gordinha, fresca de pele... secou-me os olhos num lenço que cheirava bem, deu-me um beijo, mandou que me despedisse [de meu pai], agarrou-me ternamente pelo pescoço e assim caminhamos para a sua sala... Ali nada de medos... Nessa manhã nasceu a segunda paixão da minha vida...*⁵⁶

⁵⁴ CARVALHO, 2001: 128.

⁵⁵ CARVALHO, 2001: 128.

⁵⁶ CARVALHO, 2001: 145.

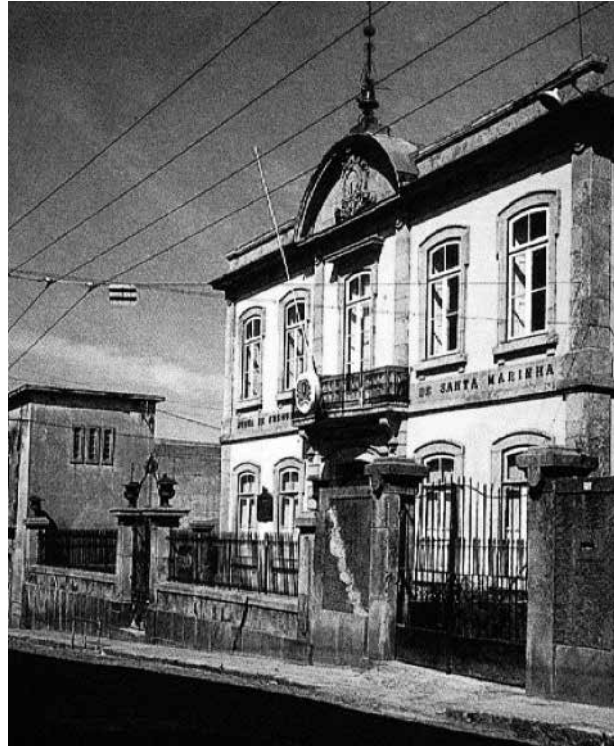


Figura 5.
Escola das Palhacinhas, Santa
Marinha.
Fonte: fotografia do autor

Mas lá vinha o inverno que acentuava as condições precárias do edifício, a principal escola primária oficial da sede do município (fig. 5)⁵⁷:

A ida para a escola era um martírio. Chegávamos a pingar e corríamos para os fogareiros que havia em cada sala, mas eles nem sequer davam para aquecer as mãos. O prédio fedia a petróleo queimado, roupa suja, ao mijo dos urinóis, e porque o recreio se tornara um charco fazíamos ginástica no corredor. Às quatro horas não saíamos como de costume a correr e aos gritos, mas voltávamos para casa desalentados, com o sentimento de que sobre nós pesava uma fatalidade⁵⁸.

⁵⁷ Tendo comunicado a J. Rentes de Carvalho a intenção de abordar este assunto no colóquio referido na nota 7, dele recebi o seguinte e-mail: «Meu caro Joaquim. Quando amanhã der início à sua conferência, repare que a meio da sala, do lado das janelas, se levantam duas muito ténues nuvenzinhas, um pouco à maneira das fumaças de cigarro. São dois espíritos: o da minha carinhosa professora na escola das Palhacinhas, a quem devo mais do que saberia dizer; e o meu próprio, regalado com o carinho. Vai um grande abraço, na esperança de que possa repeti-lo antes que a canícula de Julho nos mande de volta às terras baixas e frescas. José». Bem me pareceu que ali estavam ambos, pelo menos na memória dos afetos.

⁵⁸ CARVALHO, 2001: 157.

5. A LITERATURA COMO DOCUMENTO HISTÓRICO?

Era esta a escola primária do Estado Novo em Vila Nova de Gaia descrita pelos dois escritores que viveram em diferente situação a mesma realidade. Não se tratando hoje de testemunhos documentais, mas literários, ainda que, sobretudo no segundo caso, muito autobiográficos, podemos questionar-nos aqui sobre a validade da Literatura como fonte histórica. Em ambos os casos apresentados o discurso literário acrescentou narrativa humana ao tema que, se é certo que pode ser estudado apenas a partir da secura das fontes documentais, relatórios e estatísticas, estes estarão impossibilitadas de descrever uma realidade tão rica de significantes como os textos apresentados, os quais, nestes dois casos, são autenticados pela honorabilidade intelectual de ambos os escritores e pela sua própria vivência. Mas nem sempre é assim. Muitos escritores, em busca de efeito estético ou das conveniências de loja ou de modas, distorcem a realidade sobre que escrevem, ou dela escolhem apenas os bocados decorativos ou mesmo irrelevantes, o que afinal terá a ver com a sua formação e com a sua postura perante a vida e não tanto por “movimento literário”.



Figura 6.

Painel de azulejos junto da Capela de S. Bartolomeu, Pedroso, cerca de 1950⁵⁹.

Fonte: fotografia cedida por Maria de Fátima Teixeira

⁵⁹ «Recoecinhmento [Reconhecimento] do po/vo aos seus primeiros educadores». Repare-se na palmatória dita de Santa Luzia e na mão infantil pronta para o castigo. Os segundos e terceiros azulejos da frase em epígrafe estão trocados porque quem os colocou não os soube ler.

Estamos aqui perante um dos poucos casos em que a História pode ir de braço dado com a Literatura, em que a crítica científica e a emoção artística não se encobrem ou atrapalham, antes se complementam com proveito, aprimorando os contornos de uma fotografia que mesmo antes de ser tirada já tinha sido propositalmente manipulada pelas entidades oficiais de então. Mas neste caso o “retrato” coincide em veracidade com as abordagens artísticas das obras dos dois escritores e do filme de Manoel de Oliveira. Era esta a escola primária em Vila Nova de Gaia no tempo do Estado Novo: deixou marcas, atrasos e traumas que ainda hoje são evidentes na sociedade gaiense e nas suas instituições (fig. 6).

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Documentais

Arquivo Nacional da Torre do Tombo/Arquivo da PIDE/DGS – *Processo n.º 635/45 – S. R.. Referente a Afonso Adelino Ribeiro de Azevedo ou Afonso Ribeiro – Professor do ensino primário – escritor (1945-1969).*

Arquivo Nacional da Torre do Tombo/Arquivo da PIDE/DGS – *Processo n.º 294 – E/GT. Referente a Afonso Adelino Ribeiro de Azevedo (1947-1966).*

Solar Condes de Resende-Vila Nova de Gaia – *Espólio J. Rentes de Carvalho.*

Fontes eletrónicas

<<http://ephemerajpp.files.wordpress.com>> (Consultado em 2016.04.13).

<www.conservatoriodegaia.pt> (Consultado em 2011).

Bibliografia

AA.VV. (1935-1987) – *Grande Enciclopédia Luso Brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia.

— (2001) – *Fundação Conservatório Regional de Gaia – 15 anos de Actividade. 1985-2000*. Vila Nova de Gaia: FCRG.

— (2001) – *Jornadas de História Local de Santa Marinha (1.ªs)*. Vila Nova de Gaia: Junta de Freguesia de Santa Marinha.

ABBAGNANO, N.; VISALBERGHI, A. (1957) – *História da Pedagogia*, vol. I e II. Lisboa: Editorial Gleba/Livros Horizonte.

ALARCÃO, Jorge de (2005) – *Destacamento(s) da Legião X Gémina no Baixo Douro no tempo de Cláudio? «Al-madan», II série, 13, p. 78-81.*

- ALLEN, Alfredo Ayres de Gouvêa (1961) – *D. Nuno Álvares Pereira. Alguns aspectos da sua vida, e as suas passagens pelo Porto*. Porto: Livraria Fernando Machado.
- ANDRADE, João Pedro de (1938) – *Sobre o livro “Ilusão na Morte”, de Afonso Ribeiro*. «Sol Nascente», n.º 31, p. 1.
- ARAÚJO, António de Sousa (2003) – *António Domingues de Sousa Costa (1926 – 2002): elementos para a sua biobibliografia*. «Lusitania Sacra», 2.ª série, 15, p. 331-358.
- ARAÚJO, Francisco Miguel (2008) – *Faculdade(s) de Letras do Porto: da (re)criação à revolução*. Porto: Faculdade de Letras da U.Porto. Tese de mestrado.
- ARRIAGA, Lopes (1976) – *Mocidade Portuguesa. Breve história de uma organização salazarista*. Lisboa: Edições Terra Livre.
- AZEVEDO, Cândido de (1997) – *Mutiladas e Proibidas. Para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo*. Lisboa: Editorial Caminho.
- BENTO, Gomes (1978) – *O Movimento Sindical dos Professores (Finais da Monarquia e I República)*, 2.ª edição. Lisboa: Editorial Caminho.
- CÂMARA Municipal de Matosinhos, ed. (1996) – *Entre a realidade e a utopia. O Neo-Realismo Literário Português. Catálogo e Roteiro da Exposição*. Matosinhos: Câmara Municipal.
- CANONIZZAZIONE (2009) – *Cappella Papale presieduta dal Santo Padre Benedetto XVI perl a canonizzazione dei Beati Nuno de Santa Maria Alvares Pereira religioso dell’ Ordine dei Carmelitani*. Vaticano: Tipografia Vaticana.
- CARVALHO, J. Rentes de (1968) – *Montedor*. Lisboa: Prelo Editora.
- (1970) – *O Rebate*. Lisboa: Prelo Editora.
- (1998) – *Ernestina*. Amsterdão: Atlas.
- (2000) – *Ernestina*. Lisboa: Escritor, 2.ª edição.
- (2001) – *Ernestina*. Lisboa: Escritor, 3.ª edição.
- (2009a) – *Ernestina*. Lisboa: Quetzal.
- (2009b) – [Recensão a] *António José Saraiva e Óscar Lopes – Correspondência. Seleção, edição, prefácio e notas*. [...]. «Revista de Portugal», n.º 6, p. 72-75.
- CASTRO, Maria João (1998) – *Manoel de Oliveira – a Paixão do Cinema*. Porto: ICEPE.
- COSTA, Francisco Barbosa da (2004) – *História do Governo Civil do Distrito do Porto*. Porto: Governo Civil.
- (2007) – *S. Miguel de Arcozelo. Notas Monográficas*. Vila Nova de Gaia: Junta de Freguesia de Arcozelo.
- (2015) – *Militares gaienses na primeira guerra mundial*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia», 80, p. 27-54.
- , coord. (1985-2000) – *História de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal/GHA (incompleta).
- COSTA, João Bénard da (1991) – *Histórias do Cinema*. Lisboa: INCM.
- CRISTÓVÃO, Fernando; AMORIM, Maria Adelina; MARQUES, Maria Lúcia Garcia; MOITA, Susana Brites, coord. (2005) – *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editora.
- CRUZ, Antonino; ROSA, Vitoriano (1974) – *As mentiras de Marcello Caetano (Resposta a um falso depoimento)*. Lisboa: Agência Portuguesa de Revistas.

- DURAND, Robert, introduction et notes (1971) – *Le Cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó (XI^e-XII^e siècles)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.
- EIRAS, Adriano (1989) – *Faculdade de Letras do Porto: 1919-1931. Contribuição bibliográfica para a sua história*. Porto: BPMP.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1996) – *Gonçalves Guimarães. Roteiro Arqueológico de Vila Nova de Gaia*. «Conimbriga», 35, p. 223-225.
- FONSECA, Thomaz da (1932) – *O Santo Condestável. Alegações do Cardeal Diabo*. Coimbra: Académica Editora.
- (1933) – *A Igreja e o Condestável*. Coimbra: Instituto de Estudos Livres.
- GETTELL, Raymond G. (1936) – *História das Ideias Políticas*. Lisboa: Editorial Inquérito.
- GOUVEIA, Jaime Ricardo (2011) – *Marte e Minerva nas Terras do Demo. Do liberalismo contrito ao republicanismo convicto*. S/l: Edições Esgotadas.
- GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (1990) – *Trovadores Medievais de Gaia*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia», 29, p. 43-50.
- (1995) – *Gaia e Vila Nova na Idade Média – Arqueologia de uma Área Ribeirinha*. Porto: Universidade Portucalense.
- (2000) – *Os destinos da Casa e Quinta do Maravedi*. «Fundação Conservatório Regional de Gaia – 15 anos de Actividade», p. 73-76.
- (2001) – *A população de Santa Marinha na primeirametade do século XVI*. «1.^{as} Jornadas de História Local de Santa Marinha», p. 125-152.
- (2003) – *In Memoriam – Domingos Carvalho da Silva. Era de Pedroso, enriqueceu de nostalgia e morreu brasileiro*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia», 57, p. 33-34.
- (2007a) – *Esses distantes anos 7 e 9 da nossa era. A propósito dos 2000 anos das Tesseræ Hospitalares do Monte Murado*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia», 65, p. 23-29.
- (2007b) – *Roteiro sentimental gaiense no romance Ernestina de J. Rentes de Carvalho*. «Casa da Cultura», 4, p. 28-31.
- (2010a) – *Os romanos em Gaia*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia», 70, p. 5-20.
- (2010b) – *Republicanos, Monárquicos e outros. As vereações gaienses durante a 1.^a República (1910 – 1926)*. Vila Nova de Gaia: ASCR – Confraria Queirosiana.
- (2012) – *Nos dez anos da Confraria Queirosiana...homenagem aos confrades que partiram*. «Revista de Portugal», 9, p. 6-19.
- (2015) – *Vila Nova de Gaia e a 1.^a Grande Guerra*. In PEREIRA, Gaspar Martins; ALVES, Jorge Fernandes; ALVES, Luís Alberto; MEIRELES, Maria Conceição – *A Grande Guerra (1914 – 1918): Problemáticas e Representações*. Porto: CITCEM, 2015, p. 233-242.
- GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; GUIMARÃES, Susana (2001) – *Prontuário Histórico do Vinho do Porto*. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia.
- GUIMARÃES, Susana Cristina Gomes Gonçalves (2016) – *Francisco da Silva, enfermeiro hípico na I^a Guerra Mundial*. «Revista de Portugal», 13.
- LIMA, António Manuel de Carvalho (1988) – *Santa Maria Adelaide (Arcozelo, Vila Nova de Gaia)*. Trabalho fotocopiado apresentado à FLUP.

- MANUEL, Alexandre; CARAPINHA, Rogério; NEVES, Dias (1974) – *PIDE. A História da Repressão*. Fundão: Jornal do Fundão, Editora.
- MATTOSO, José (1985) – *PEREIRA, Nuno Álvares*. In PEREIRA, José Costa, coord. – *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. Lisboa: Alfa, p. 101-102.
- , dir. (1994) – *História de Portugal: vol. VIII*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- OLIVEIRA, Leonel de, coord. (2003) – *Portugal século XX. Portugueses célebres*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- PEREIRA, Gaspar Martins; ALVES, Jorge Fernandes; ALVES, Luís Alberto; MEIRELES, Maria Conceição, coord. (2015) – *A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e Representações*. Porto: CITCEM.
- PEREIRA, José da Costa, coord. (1985) – *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, vol. I e II. Lisboa: Publicações Alfa.
- RIBEIRO, Afonso (1938) – *Ilusão na Morte*. Porto: Sol Nascente.
- (1941) – *Plano Inclinado*. Porto: Livraria Progredior.
- (1943) – *Aldeia*. Porto: Livraria Progredior.
- (1944) – *Trampolim*. Porto: Livraria Progredior.
- (1946) – *Escada do Serviço – Maria*. Porto: Editorial Ibérica.
- (1947) – *Povo. Contos de Afonso Ribeiro*. Porto: Editorial Ibérica;
- (1956) – *Escada de Serviço – O Pão da Vida*. Lourenço Marques: [s/n].
- (1959) – *Escada de Serviço – O Caminho da Agonia*. Lourenço Marques: [s/n].
- RIBEIRO, José Cardim (1994) – *Felicitas Ivliá Olisipo. Algumas considerações em torno do catálogo Lisboa Subterrânea*. «Al-madan», 3, p. 75-95.
- RODRIGUES, Graça Almeida (1980) – *Breve história da censura literária em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/MEC.
- SANTOS, Cândido Augusto Dias dos (1986) – *Gaia do século XVI ao século XVIII: História Económica e Social*. In AA.VV. (1985-200) – *História de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal/GHA, p. 321-438.
- SANTOS, José Dinis dos (1970) – *Resenha histórica de Cale, Vila de Portugal e Castelo de Gaia*. «Comunidades Portuguesas», 21.
- SARAIVA, António José (1968) – *Nota prefacial*. In CARVALHO, J. Rentes de (1968) – *Montedor*. Lisboa: Prelo Editora, p. 7-13.
- SARAIVA, António José; LOPES, Óscar [1974] – *História da Literatura Portuguesa*, 7.^a edição. Porto: Porto Editora, Lda/ Lisboa: Empresa Literária Fluminense, Lda
- SILVA, António Manuel S. P. (1994) – *Proto-história e romanização no Entre Douro e Vouga Litoral. Elementos para uma avaliação crítica*. Porto: Faculdade de Letras da U.Porto. Tese de Mestrado.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1983) – *As Tesserae Hospitalares do Castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado (Pedroso, V. N. de Gaia). Contributo para o estudo das instituições e povoamento da Hispânia Antiga*. «Gaya», I, p. 9-26.
- SILVA, Francisco Ribeiro da (1984) – *O Concelho de Gaia na 1.^a metade do século XVII: instituições e níveis de alfabetização dos funcionários*. «Gaya», II, p. 187-212.
- SOUSA, Franco de, coord. (1978) – *Tarrafal – Testemunhos*. Lisboa: Editorial Caminho.

- SOUSA, Manuel Cristiano de (1936) – *Discurso proferido na sessão inaugural da Escola Primária de Arcozelo pelo Dr. Manuel Cristiano de Sousa*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal.
- TEMUDO, Alda Padrão, coord. [2013] – *Memórias do Município de Vila Nova de Gaia da fundação à actualidade*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal/AMSMB.
- UNIVERSIDADE de Coimbra, ed. (1998) – *Ensaio em homenagem a Joaquim Ferreira Gomes*. Coimbra: FPCEUC.
- VAZ, Rodrigues (2011) – *Três setas apontadas ao presente. Afonso Ribeiro: o precursor do neo-realismo português foi também escritor moçambicano*. Comunicação ao IV Seminário de Escritores Moçambicanos na Diáspora. Cascais: [s/n].

A EDUCAÇÃO FEMININA PELAS BELAS ARTES NA SOCIEDADE DE OITOCENTOS

SUSANA MONCÓVIO

Resumo: Os Estudos sobre as Mulheres, a História da Educação e a História da Arte beneficiam da perspectiva de género, a qual permite compreender a articulação entre educação, práticas sociais e representação cultural do sexo feminino. A educação artística popularizada pela burguesia oitocentista permite evidenciar o determinismo de um contexto socioeducativo que promove a aprendizagem das Belas Artes e enquadra a visibilidade pública de uma produção que se desenvolve à margem do ensino académico. Este estudo apresenta os percursos das irmãs Gomes da Costa, das irmãs Rocha Leão, de Maria da Glória da Fonseca Vasconcelos e de Rita Ricardina da Costa, figuras de Vila Nova de Gaia que revelam aspetos do processo de construção social da Mulher Artista.

Palavras-chave: *Educação Artística; Mulheres Artistas; Século XIX; Vila Nova de Gaia.*

Abstract: The standpoint of women's studies, history of education and art history emphasises and benefits from the gender perspective, which allows us to understand the relationship between education, social practices and cultural representations of women. The artistic education popularised in the 19th century by the bourgeoisie highlights the determinism of a socio-educational context that promoted learning of Fine Arts and framed the public visibility of artistic production developing outside academic teaching. This study presents the personal journey of the Costa Gomes and Rocha Leão sisters, of Maria da Glória da Fonseca Vasconcelos, and Rita Ricardina da Costa, somehow forgotten Vila Nova de Gaia individualities who illuminate the process of social construction of women artists.

Keywords: *Artistic education; Women Artists; XIX century; Vila Nova de Gaia.*

1. INTRODUÇÃO

A comunicação «A educação feminina pelas Belas Artes na sociedade de Oitocentos», apresentada neste colóquio «A História da Educação em Vila Nova de Gaia», surgiu como uma oportunidade para aprofundar um objeto de estudo que se encontra na intersecção da História do Educação, da História das Mulheres e da História da Arte: a emergência da figura da Mulher Artista na sociedade portuguesa do século XIX e início do século XX.

A História das Mulheres surgiu como domínio de investigação da disciplina histórica a partir da segunda metade do século XX¹, mas a introdução do «género» como categoria de análise questionou e problematizou realidades «naturalizadas» pelos costumes, com implicações na própria matriz disciplinar². Foram historicograficamente relevantes os trabalhos impulsionados pelas correntes libertárias feministas mundiais dos anos sessenta, e constituíram um estímulo para os estudos efetuados em Portugal na década seguinte, que deram a conhecer o movimento das sufragistas, figuras de proa de uma burguesia ilustrada e de matriz republicana ativa nos finais do século XIX e início do século XX. Mas a institucionalização dos estudos sobre as Mulheres (*Women's Studies*) que se desenrolou a partir dos anos oitenta, e que em Portugal ficou marcado pela realização de dois colóquios nas Universidades de Coimbra e de Lisboa (1985), contribuiu para a legitimação académica de abordagens previamente conotadas com o feminismo militante³ e promoveu a formação de um campo teórico e metodológico multidisciplinar de reconhecido âmbito transnacional.

Por seu lado, a História da Educação em Portugal tem vindo a afirmar-se com um domínio concetual e metodológico profícuo, ampliando o conhecimento sobre as instituições de ensino, contextos de aprendizagem, programas, manuais escolares e os conteúdos transmitidos⁴, matérias que incluem a evolução curricular da Educação Artística⁵. Por outro lado, a categoria do «género» tem vindo a esclarecer as relações do ensino com as ocupações e percursos profissionais empreendidos, expondo a articulação estreita entre a representação cultural do «feminino», a educação e as práticas sociais⁶.

Se bem que o questionamento de Linda Nochlin, no já longínquo *Why have there been no great women artists?* (1971), tenha catalisado o conhecimento sobre

¹ VAQUINHAS, 2005.

² SCOTT, 1986.

³ SCOTT, 1986: 1056.

⁴ ALVES & PINTASSILGO, 2014.

⁵ DIAS, 2009.

⁶ BODINIER *et al.*, 2009: 26.

as Mulheres Artistas no âmbito disciplinar da História da Arte, e tenha chamado a atenção para o sistema de valorização das práticas apelidadas de Amadoras, os estudos culturais têm vindo a integrar diversas perspetivas que beneficiam este domínio de investigação⁷. No que diz respeito à atividade artística das mulheres portuguesas de meados de Oitocentos, aceita-se a sua relação próxima com o paradigma socioeducativo, pois foi no contexto da sociedade burguesa que se promoveu a aprendizagem das técnicas e permitiu a visibilidade pública dessa produção, tal como pudemos verificar no período anterior à admissão de alunas nas Academias de Belas Artes de Lisboa e do Porto, as instituições que legitimavam profissionalmente pintores, escultores e arquitetos⁸.

Assim, concorreremos para o estudo da História da Educação em Vila Nova de Gaia com seis casos de mulheres associadas à burguesia local: as irmãs Gomes da Costa, as irmãs Rocha Leão, Maria da Glória da Fonseca Vasconcelos e Rita Ricardina da Costa, as quais refletem a introdução da educação artística no ensino e o compromisso com o exercício das Belas Artes no quotidiano feminino, cujos percursos individuais contribuíram para o processo de construção social da figura da Mulher Artista, uma realidade que foi evoluindo entre práticas e representações.

2. EDUCAÇÃO FEMININA PELAS BELAS ARTES: AS PRÁTICAS

Os programas escolares são reveladores da evolução do pensamento de uma época, não apenas sob o ponto de vista pedagógico, mas, sobretudo, porque expressam o condicionamento, sob a forma de aceções e expetativas, que enquadra o papel social de cada género. No século XVIII, e ainda que ambos os projetos comunguem do princípio de redução ao essencial, diga-se, a aprendizagem das primeiras letras, constatamos o desfasamento entre a iniciativa pombalina de instituir as escolas régias para meninos, onde se aprendia a ler, escrever e contar, doutrina Cristã e regras de civilidade, em 1772; e a diretiva de D. Maria (1777-1816) que apenas em 1790 criou as escolas para meninas, onde se ensinava a ler, escrever e contar, doutrina Cristã, fiar, coser, bordar e corte.

Apesar da sua relevância histórica e na modelação de mentalidades, a pretensa universalidade da «Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão» e o ideário da Revolução Francesa (1789), «Igualdade, Liberdade, Fraternidade», não transitaram do plano abstrato para a sociedade, ficando esses princípios inspiradores reduzidos ao seu sentido mais restrito. De igual modo, a organização do ensino

⁷ CHADWICK, 2007; MAYAYO, 2007.

⁸ MONCÓVIO, 2009.

e as disposições sobre a Instrução Pública delineadas por Nicolas de Condorcet (1743-1794), visando o desenvolvimento das faculdades físicas, intelectuais e morais de cada geração, tinham apenas em conta o homem em sociedade: o cidadão. O desenrolar dos acontecimentos no período revolucionário suscitou a consciência cívica de Olympe de Gouges (1748-1793), que redigiu a «Declaração dos direitos da Mulher e da Cidadã», (1791 e difundido na década de oitenta do século XX), e de outras mulheres cujos textos são considerados atualmente os precursores do feminismo moderno⁹. Estas e outras «evidências» da história francesa, cuja matriz ideológica influenciou diversos países, têm emergido nos estudos que integraram a perspetiva de «género»¹⁰.

Em Portugal, a História da Educação é devedora do impulso que a Monarquia Constitucional deu à Instrução Pública, inscrevendo na Constituição de 1822 a criação de escolas para a mocidade portuguesa de ambos os sexos, onde podiam aprender, gratuitamente, a ler, escrever e contar, e o catecismo das obrigações religiosas e civis (art.º 237.º). Contudo, ao permitir que os particulares abrissem aulas para o ensino público, ainda que condicionadas à legislação vigente (art.º 239), o Estado contribuiu para a formação de uma rede escolar que se guiava pelos planos curriculares normalizados, mas não impediu o desenvolvimento de práticas pedagógicas diferenciadas. Ao nível da escola oficial, as alterações introduzidas no texto constitucional não alteraram a universalidade e a gratuidade do ensino, mas a ideologia dos governos foi influenciando o conteúdo dos programas.

Depois da reforma de Passos Manuel, em 1836, que não diferenciava o género, a reforma de António Bernardo da Costa Cabral (1803-1889), publicada em 20 de setembro de 1844, foi mais explícita e instituiu dois graus de ensino para os rapazes: «ler, escrever e contar, moral, doutrina cristã e civilidade, exercícios de gramática, corografia e história portuguesa», no primeiro, e «gramática portuguesa, desenho linear, geografia e história geral, história Sagrada do Antigo e Novo Testamento, aritmética, geometria aplicada à indústria e escrituração», no segundo; e para as raparigas: «ler, escrever, e contar – princípios gerais de moral, doutrina cristã, civilidade, e exercícios gramaticais e os labores mais usuais próprios do sexo feminino»¹¹.

O condicionamento das matérias curriculares em função do género não se desvaneceu nas reformas posteriores mas, paulatinamente, a instrução pública foi integrando as valências da educação artística: o desenho linear surgiu em 1836, na reforma de Passos Manuel, visto como um instrumento útil em diversas profissões; o canto coral foi inserido na reforma de 1870, os trabalhos manuais no programa de

⁹ GOUGES, 2002.

¹⁰ CAINE; SLUGA, 2000.

¹¹ PORTUGAL, 1989: 115-138.

1888, e a esboçada educação pelo teatro teria desenvolvimento prático na segunda metade do século XX¹².

Contudo, enquanto o espaço-escola-pública que materializou o projeto da instrução popular se revelou ineficaz, sendo vários os indicadores que atestam a incapacidade em se afirmar como projeto nacional, quer ao nível da sua implantação territorial e afetação do pessoal docente, quer pela dissociação entre os saberes escolares e a vida do quotidiano, em especial no meio rural, disfuncionalidades traduzidas nas queixas persistentes de indisciplina e incumprimento da frequência obrigatória, tanto ao longo do século XIX, como já em pleno século XX; o espaço-escola-privada correspondeu e adaptou-se a necessidades de representação da burguesia, contribuiu para a literacia individual e foi um elemento de socialização de classe, preparando para o desempenho de papéis sociais de forma ativa.

Sintomaticamente associado às alterações sociopolíticas do período da Regeneração, e ultrapassando os aspetos formais do enquadramento legal e normativo a que todas as escolas estavam obrigadas, nos anos cinquenta regista-se o aumento do número de estabelecimentos privados e concomitante diversidade curricular, que inclui habitualmente a educação artística (música, dança, desenho e outras), tanto para rapazes como para raparigas, e, se eles beneficiam das matérias científicas, elas adquirem conhecimentos úteis para a vida mundana, no domínio da geografia, literatura e línguas estrangeiras. Empiricamente, e atendendo à disparidade de propósitos entre a formação dos rapazes, dirigidos à vida pública e ao exercício de uma profissão, e das raparigas, onde a perspetiva de uma ocupação remunerada se coloca apenas nos estratos mais baixos, ainda que essa visão se altere ao longo da segunda metade do século XIX, os elementos em análise levam-nos a considerar a educação artística como uma competência social que aproxima os dois sexos, pois cumpre um papel na consolidação de costumes e no sentido de reconhecimento e pertença à classe que a promove: a burguesia.

No caso dos colégios femininos, e coexistindo com os labores tradicionais, assiste-se ao incremento da aposta pedagógica na educação artística, que se manifesta pela oferta de aulas de música (piano, canto, harpa), de dança e de desenho (entenda-se de figura e paisagem), ministrado por conceituados artistas. Exemplificamos essa mudança de paradigma da «agulha para o lápis» com os casos mais expressivos na urbe portuense: no «Colégio Francês para Meninas», de madame de Souto (ativo em data anterior a 1851), a aula de Desenho era dirigida por Joaquim Raimundo da Costa (1778-1862), professor da Academia Real de Marinha e Comércio. Em 1854, o «Colégio Francês para Meninas», de madame Podestá (ativo entre os anos 1850-1880), possuía a aula de Desenho orientada por Abdon

¹² DIAS, 2009: 41.

Ribeiro de Figueiredo (1822-1879), reconhecido litógrafo e retratista da cidade. No mesmo ano, o «Colégio Francês e Inglês» dirigido por Mlle. Auta Pawley de Araújo apresentava como mais-valia na docência de Desenho os irmãos Francisca de Almeida Furtado (1826-1918), uma reputada miniaturista, e Tadeu Maria de Almeida Furtado (1813-1901), professor de Desenho Histórico da Academia Portuense de Belas Artes, que também orientava as aulas no «Colégio Inglês, Francês, Alemão e Português», de Margarida Hennesey, em 1857¹³.

Observámos a mesma tendência nos estabelecimentos de ensino sob direção religiosa. O Recolhimento de Órfãs de Nossa Senhora da Esperança, de fundação setecentista, a cargo da mesa da Santa Casa da Misericórdia do Porto, acompanhou a modernização do ensino e introduziu o canto nos anos quarenta e o desenho nos anos cinquenta do século XIX, este ministrado por Joaquim Teixeira da Silva (n. 1852), retratista formado na instituição artística portuense¹⁴. Instituído em meados da década de cinquenta de Oitocentos, também o Liceu da Ordem Terceira da Santíssima Trindade dispunha de aulas de piano e canto, a cargo de Jacopo Carli até 1862, depois substituído por Estanislau Delgado Canedo e, nos anos oitenta, as aulas de desenho eram dirigidas por Carlos Augusto Santos Afonso¹⁵.

Se atendermos aos números, depois do surto de fundações de meados do século, o Porto contava 21 estabelecimentos femininos em 1883, 22 em 1884, 24 em 1885 e 22 em 1886. Por sua vez, em Vila Nova de Gaia, apenas em 1874 se anuncia o colégio de São Roque, dirigido por Augusto da Costa Veloso, que possuía aulas de piano e prendas femininas, e o desenho [linear] surge com a matemática. Neste contexto de pesquisa, podemos afirmar que cronológica e tipologicamente a educação artística se afirma em meados do século XIX, predominando as modalidades de ensino da música, da dança e do desenho.

3. EDUCAÇÃO FEMININA PELAS BELAS ARTES: AS REPRESENTAÇÕES

Tendo em conta o objetivo do presente colóquio, e assumindo que a influência do constitucionalismo liberal no domínio da educação se exerceu indistintamente na margem direita e na margem esquerda do rio Douro, e que as inovações pedagógicas foram igualmente apreciadas e adotadas pelas camadas mais abastadas do Porto e de Vila Nova de Gaia, procurámos evidências da educação artística ao alcance das

¹³ MONCÓVIO, 2009: 19-38.

¹⁴ MONCÓVIO, 2009: 20.

¹⁵ COUTINHO, 1972: 679.

jovens gaienses e do percurso artístico por elas empreendido. As exposições da Academia Portuense de Belas Artes (A.P.B.A.) que se realizaram entre 1842 e 1887 tiveram a particularidade de permitir a participação do público em geral (diretiva estatutária), pelo que constituem uma plataforma de representação das diversas modalidades artísticas praticadas e promovidas pela sociedade portuense, tanto no contexto educativo regular, quanto o exercício das Belas Artes apelidado Amador¹⁶.

Atendendo a que a primeira aluna ingressou na instituição académica em 1882, altura a partir da qual se verifica a partilha dos mesmos princípios pedagógicos pelos dois sexos¹⁷, embora com exceção do desenho do modelo vivo (nu), desde logo vedado às senhoras que se quisessem matricular, devemos salientar as dezenas de autoras que durante décadas submeteram os seus trabalhos ao juízo público, tanto do crítico de Arte avençado pela imprensa, quanto o gosto do comum cidadão, e desse grupo heterogéneo de participantes extraímos os casos de senhoras gaienses cujo percurso dentro e fora do espaço académico contribuiu para o processo de construção social da Mulher Artista de Oitocentos.

4. AS IRMÃS GOMES DA COSTA: O MODELO TRADICIONAL

As irmãs Gomes da Costa, Carlota Casimira (n. 183?) e Leocádia Isabel (1833-1882), esta nascida em Oliveira do Douro, eram filhas de Luís Esteves da Costa (n. 1808) e de Leocádia de Castro Gomes, casados em Mafamude, em 1830. Formado pela Escola Médico-Cirúrgica do Porto, e após um período de formação no Brasil, Luís Esteves da Costa estabeleceu consultório e promoveu a Homeopatia no Porto.

As duas irmãs participaram uma única vez nos certames da Academia portuense, no ano de 1854, na secção de bordados. Carlota Casimira exibiu quatro composições bordadas a seda, representando cenas da novela «Claudina» (1793), da autoria de Jean-Pierre Claris de Florian (1755-1794), um texto divulgado na literatura de recreio nacional; e Leocádia Isabel, de 21 anos, dois bordados de estrutura mais simples. Não registámos novas aparições públicas das irmãs Gomes da Costa e o seu caso associa-se à fugaz presença dos bordados no espaço académico, um equívoco que marcou as primeiras edições das trienais da A.P.B.A.

Efetivamente, esta categoria não colheu o benefício da crítica, pelo que a percentagem de 30,4% de participações em 1851, quando 13 senhoras apresentaram um total de 23 obras, sete dos quais bordados; que decresce para 27% em 1854 (9 expositoras e 26 obras, sete dos quais bordados) e assume um valor residual em

¹⁶ MONCÓVIO, 2009.

¹⁷ ALVES & ARAÚJO, 2014: 99-103.

1857, cifrando-se em 3,8% (7 expositoras e 26 obras, apenas um bordado), revela a progressiva exclusão dos labores do espaço das exposições de arte, mas também a mudança de paradigma subjacente: a alteração da educação tradicional, que se traduz na passagem «da agulha para o lápis», quando o desenho começa a impor-se de forma exponencial. No entanto, salientamos a extração das participantes na média e alta burguesia, a maioria na segunda década de vida, algumas casadas, e as obras relevam dos labores tradicionais: ponto de cruz, matiz, a ouro e a cabelo e outros¹⁸.

Em 1856, Carlota Casimira casou com Adolfo Augusto Guedes de Amorim, filho de Joaquim Guedes de Amorim e irmão de Carlos Guedes de Amorim [casou com Júlia da Rocha Leão], e a sua filha, Guilhermina Guedes de Amorim, casaria com o Prof. Maximiano de Lemos (1860-1923). Por sua vez, Leocádia Isabel casou em 1859, aos 26 anos, com Henrique da Silva Machado, negociante, e faleceu aos 49 anos, em 1882.

Tabela 1. Atividade artística de Carlota Casimira Gomes da Costa.

Carlota Casimira Gomes da Costa (n. 183[?])						
Ano	Idade	Evento	Local		Técnica	
1854	1[?] anos	5. ^a Exposição trienal A.P.B.A.	Porto	—	—	Bordado

Fonte: *Catálogo*, 1854

Tabela 2. Atividade artística de Leocádia Isabel Gomes da Costa.

Leocádia Isabel Gomes da Costa (1833-1882)						
Ano	Idade	Evento	Local		Técnica	
1854	21 anos	5. ^a Exposição trienal A.P.B.A.	Porto	—	—	Bordado

Fonte: *Catálogo*, 1854

5. AS IRMÃS ROCHA LEÃO: O NOVO MODELO DE EDUCAÇÃO

Por sua vez, as irmãs Rocha Leão representam o modelo de educação pelas Belas Artes que modernizou o ensino oitocentista, especialmente nos estabelecimentos privados. Ambas nasceram em Santa Marinha, Vila Nova de Gaia, eram netas de António da Rocha Leão (1776-1854), o presidente da primeira Comissão Municipal gaiense, empossada em 1834, e filhas de João da Rocha Leão (1820-1893), provador

¹⁸ MONCÓVIO, 2009: 43 e 61-62. Aguarda publicação na revista «O Tripeiro», o nosso estudo: *Aspetos da educação feminina em duas famílias gaienses, em meados do século XIX: as irmãs Gomes da Costa e Rocha Leão*.

de vinhos e legitimista, e de Felicidade Firmina de Almeida. Laura Almeida da Rocha Leão nasceu em 1842, foi aluna de Carlos Dubini (1826-1883) e distinguiu-se no piano e como soprano, fazendo jus ao gosto familiar pela música, cultivado na intimidade e em numerosos eventos públicos; Júlia Almeida da Rocha Leão nasceu em 1843¹⁹.

Tinham 15 anos e 14 anos, respetivamente, quando expuseram publicamente na Academia Portuense de Belas Artes, em 1857, na categoria de Desenho, sob orientação de Guilherme António Correia (1829-1890), reputado desenhador, pintor e litógrafo, formado no Porto e nos ateliês parisienses, com o apoio do círculo cartista, tal como o irmão, João António Correia (1822-1896). Ambas apresentaram desenhos: cópias a lápis a partir de litografias, cujos títulos sugerem o uso dos álbuns de Bernard-Romain Julien (1802-1871), um recurso que influenciou o ensino progressivo do desenho. Na trienal seguinte, em 1860, agora com 18 e 17 anos de idade, voltaram a expor cópias de Julien, algo que a crítica denunciou, pelo atavismo e esterilidade do exercício, incitando-as a progredir para o estudo do natural.



Figura 1.

1.º estudo litográfico feito no Colégio de N. S. do Monte do Carmo, de C. E. Moura.

Fonte: Biblioteca Nacional <purl.pt/5255>

¹⁹ MONCÓVIO, 2009: 60-64 e 111-114.

Ainda que não seja possível excluir uma aprendizagem em contexto colegial, as irmãs Rocha Leão distinguiram-se entre os praticantes da técnica da litografia, modalidade executada pelo seu professor e desenvolvida em estabelecimentos de ensino, como se comprova pelo estudo litográfico realizado no Colégio de Nossa Senhora do Monte do Carmo, em Lisboa, cerca de 1850 (fig.1). Nesse domínio, Laura desenhou e litografou, cerca de 1857-1859, a composição da capa de uma peça musical (uma águia e o retrato de Beethoven): adagio para piano, *opus* 27, por L. Beethoven, dedicado a João da Rocha Leão por H. Barreto. Ambas participaram numa exposição em Lisboa e na Exposição Industrial do Porto, em 1861, na qual foram premiadas com medalhas em cobre.

Júlia tinha de 21 anos quando casou com o proprietário Carlos Guedes de Amorim, em 1864, filho de Joaquim Guedes de Amorim e irmão de Adolfo Guedes de Amorim [casou com Carlota Casimira Gomes da Costa]; e Laura tinha 24 anos quando casou com outro proprietário Guilherme Ferreira da Silva Matos, de 32 anos, em 1866. Embora o estudo efetuado demonstre que o matrimónio não constituiu um fator determinante para o afastamento das lides artísticas, o facto é que as irmãs Rocha Leão não voltaram a expor no espaço público, encerrando precocemente um percurso exploratório visto como promissor.

Tabela 3. Atividade artística de Laura Almeida da Rocha Leão.

Laura Almeida da Rocha Leão (n. 1842)						
Ano	Idade	Evento	Local	Técnica		
1857	15 anos	6.ª Exposição trienal A.P.B.A.	Porto	Desenho	—	—
[1859]	17 anos	Composição para litografia	Porto	Desenho	—	Litografia
1860	18 anos	7.ª Exposição trienal A.P.B.A.	Porto	Desenho	—	—
1861	19 anos	Exposição	Lisboa	—	—	Litografia
		Exposição Associação Industrial	Porto	Desenho	—	Litografia

Fonte: *Catalogos*, 1857, 1860 e 1861

Tabela 4. Atividade artística de Júlia Almeida da Rocha Leão.

Júlia Almeida da Rocha Leão (n. 1843)						
Ano	Idade	Evento	Local	Técnica		
1857	14 anos	6.ª Exposição trienal A.P.B.A.	Porto	Desenho	—	—
1860	17 anos	7.ª Exposição trienal A.P.B.A.	Porto	Desenho	—	—
1861	18 anos	Exposição	Lisboa	Desenho	—	Litografia
		Exposição Associação Industrial	Porto	Desenho	—	Litografia

Fonte: *Catalogos*, 1857, 1860 e 1861

6. MARIA DA GLÓRIA DA FONSECA VASCONCELOS (N. 1831): SER OU NÃO SER ARTISTA

Maria da Glória da Fonseca Vasconcelos nasceu no seio de uma família de artistas ativos entre o século XVIII e o século XX, no Porto e em Vila Nova de Gaia, e o seu caso contribui para a compreensão dos mecanismos socioculturais que envolvem a emergência da Mulher Artista na sociedade de Oitocentos²⁰. Nasceu em 1831, em Santo Ildefonso, Porto, era filha do escultor Manuel da Fonseca Pinto (1802-1882) e de Cândida Peregrina Fonseca de Vasconcelos (m. 1886), e neta do pintor António Simões Pereira de Vasconcelos (ativo em 1819). À data do seu nascimento, o pai encontrava-se envolvido na execução da escultura ornamental da escuna real de D. Miguel, uma embarcação construída nos estaleiros gaienses durante o Absolutismo²¹, mas com o advento do Liberalismo, Fonseca Pinto passou a homenagear a figura de D. Pedro IV, e, mais tarde, a de Costa Cabral.

Maria da Glória participou nas exposições da Academia Portuense de Belas Artes entre os 17 e os 50 anos, uma longa cronologia que se estende de 1848 a 1881 e que acompanha a atividade do pai na docência da cadeira de Escultura (desde 1842) e no cargo de diretor interino da instituição (desde 1864), e a frequência do irmão Eduardo da Fonseca Vasconcelos (1835-1913), mas que também revela o processo de aprendizagem desenvolvido e as modalidades artísticas praticadas. Aos 20 e 23 anos, respetivamente, apresentou nas exposições de 1851 e de 1854, período que corresponde à sua residência em Vila Nova de Gaia, algumas obras em cera (flores e um retrato), um material plástico com numerosos adeptos, mas cuja popularidade decaiu ao longo da primeira metade do XIX. Dos 17 aos 32 anos, evoluiu no exercício do desenho usando os cursos elementares de Bernard-Romain Julien (1802-1871), modelos escultóricos em gesso ou fazendo cópias de quadros, e realizou o retrato de Manuel da Fonseca Pinto, desenho de busto ao natural (esfumado), exposto em 1860. Em 1863, apresentou desenho (pelo gesso) e pintura a óleo, executou reproduções a partir de telas originais e retratos que cumpriam o requisito da semelhança fisionómica, destacando-se os do casal Sousa Monteiro, em 1863, e de Filomena Rangel, em 1874. Apenas em 1881 expôs na categoria de natureza-morta (frutas e flores).

²⁰ MONCÓVIO, 2009: 87-89 e 186-194. Aguarda publicação o texto da comunicação proferida no 1.º Colóquio «Saudade Perpétua», em 25.06.2016, em Vila Nova de Gaia: *Maria da Glória da Fonseca Vasconcelos (n. 1831) e Leonor Augusta Gonçalves Pinto (n. 1849), elementos de uma família de artistas ativos no Porto e em Vila Nova de Gaia, entre o século XVIII e o século XX*.

²¹ Desenvolvemos atualmente o estudo autónomo sobre a escuna real de D. Miguel, um exemplo da escultura ornamental aplicada à construção naval que teve lugar nos estaleiros de Vila Nova de Gaia.

Fora do âmbito académico, apresentou-se na Exposição da Associação Industrial Portuense, realizada em 1861, com um desenho a partir do gesso (cabeça de Vitélio), e na Exposição Arqueológica e de Objetos Raros, realizada no Porto, em 1867, com desenhos (inclui retrato do pai). Nessas participações teve a possibilidade de apreciar a produção de outras mulheres, nomeadamente outras jovens gaienses que integram este estudo.

Tabela 5. Atividade artística de Maria da Glória da Fonseca Vasconcelos.

Maria da Glória da Fonseca Vasconcelos (n. 1831)						
Ano	Idade	Evento	Local	Técnica		
1848	17 anos	3. ^a Exposição trienal A.P.B.A.	Porto	Desenho	—	—
1851	20 Anos	4. ^a Exposição trienal A.P.B.A.	Porto	Desenho	—	Cera
1854	23 Anos	5. ^a Exposição trienal A.P.B.A.	Porto	—	—	Cera
1860	29 Anos	7. ^a Exposição trienal A.P.B.A.	Porto	Desenho	—	—
1861	30 Anos	Exposição Associação Industrial	Porto	Desenho	—	—
1863	32 Anos	8. ^a Exposição trienal A.P.B.A.	Porto	Desenho	Pintura	—
1867	36 Anos	Exposição Arqueologia (...)	Porto	Desenho	—	—
1874	43 Anos	11. ^a Exposição trienal A.P.B.A.	Porto	—	Pintura	—
1881	50 Anos	13. ^a Exposição trienal A.P.B.A.	Porto	—	Pintura	—

Fonte: *Catalogos*, 1848 a 1881

Até ao ano de 1882 a sua atividade não assume carácter profissional, isto é, o seu nome não consta da relação dos artistas que publicitam os seus serviços, pelo que atribuímos ao depauperamento do orçamento familiar, após o falecimento do pai (m. 1882), a necessidade de oferecer os seus préstimos, conjuntamente com o irmão: «tanto em collegios como em casas particulares, para lições de desenho, pintura a óleo, em seda, corta bordados a ponto alto, tira retratos tanto a óleo como em crayon, ensina a fazer flores de panno, cera, bem como fructas de cera». Esta projecção tardia, pois conta já 52 anos de idade, colocou-a a par de artistas portuenses há muito estabelecidos, competindo com os pintores António José da Costa, Caetano Moreira da Costa Lima, Francisco José Resende, os irmãos Correia, a miniaturista Francisca de Almeida Furtado, ou os emergentes

João Marques da Silva Oliveira, Joaquim Vitorino Ribeiro, José de Brito, Júlio Costa e tantos outros.

A situação manteve-se ao longo da década de oitenta, chegando a alargar a oferta pictórica aos quadros históricos e, quando a mãe faleceu, em 1886, Maria da Gloria da Fonseca e Vasconcelos era já considerada uma «sábia e delicada professora de pintura», uma orientação profissional que então emergia «naturalizado» pelas assunções e expectativas quanto ao destino social das Mulheres Artistas, algo que vimos acontecer relativamente a Christina Amélia Machado (1860-1884), a primeira mulher a frequentar o ensino da Academia Portuense de Belas Artes, entre 1882 e 1884²².

7. RITA RICARDINA DA COSTA (1842-1934): LEGITIMAÇÃO NO ÂMBITO DOS CÍRCULOS ARTÍSTICOS

Rita Ricardina da Costa nasceu em 1842, no Porto, filha de João Bento da Costa e de Rita Pedrosa Lobo da Costa (m. 1888), mas viveu sob a proteção de Manuel José Pereira Lima (1836-1899) e de Claudina Carmina Pinto Dias Lima (1839-1912), juntamente com Virgínia Pinto de Castro (c.1870-1935), na habitação do casal, na rua do Castelo, em Santa Marinha, Vila Nova de Gaia²³ (local onde instituíram o Asilo para Cegos Pereira Lima).

Não sabemos com que idade se iniciou, mas a sua aprendizagem artística foi orientada por Caetano Moreira da Costa Lima (1835-1898), pintor que dirigiu igualmente o ensino particular de Aurélia de Sousa (1866-1922) e de tantas outras mulheres que se quedaram pela categoria apelidada de Amadora, independentemente de qualquer juízo crítico sobre a sua produção²⁴. Tinha já 39 anos quando se apresentou na exposição trienal de 1881 com uma pintura de ar livre, uma paisagem de Lomar, eventualmente na Quinta da Varziela, uma das propriedades dos Pereira Lima nos subúrbios de Braga, denotando domínio dos elementos básicos e uma técnica amadurecida. Na trienal seguinte, em 1884, apresentou novamente três pequenas paisagens de Lomar, perante os quais a crítica veiculada pela imprensa jornalística salientou a falta de conhecimento das regras de perspetiva, do emprego das tintas e do pouco exercício do desenho, alegadamente pela deficiente orientação recebida, sem especificar o professor. Convém notar que as omissões ou conside-

²² MONCÓVIO, 2016: 174-187.

²³ MONCÓVIO, 2009: 53 e 84-85.

²⁴ O capítulo «Mulheres artistas antes de Aurélia de Sousa», inserido no catálogo da exposição «Aurélia, mulher artista», a lançar brevemente, constitui o nosso contributo para esse projeto e para o estudo das práticas ditas amadoras.

rações menos abonatórias emergiam, muitas vezes, por conta de rivalidades entre os críticos e os visados, diga-se, o mestre.

Pelos meios de fortuna que possuía, Rita Ricardina não precisou competir por um lugar no mercado da arte, como Maria da Glória, o seu processo de legitimação desenvolveu-se no âmbito dos círculos de sociabilidades artísticas, uma dinâmica surgida no Porto nos anos oitenta de Oitocentos, protagonizada pelo Centro Artístico Portuense, sobretudo através das exposições de Arte no Ateneu Comercial, e pelo grupo da Exposição Permanente de Belas Artes, no Palácio de Cristal²⁵, cujos princípios fundadores ressurgiram nos estatutos da Sociedade de Belas Artes do Porto (S.B.A.P.). Aderiu a este projeto (sócia n.º 412)²⁶ e participou na exposição anual de 1911 (4.ª exposição), com uma pintura a óleo, paisagem do Candal²⁷, área da residência gaiense, ombreando com Alice Grilo, Adelaide de Lima Cruz, Olívia Barros, Lucília Aranha, Aurélia de Sousa e Sofia de Sousa e muitas outras. Com idêntica *entourage*, participou na 9.ª exposição anual, em 1918, com três pinturas a óleo, do natural, representando a Foz do Douro²⁸ (onde residia) e na seguinte, em 1921, três pinturas da Foz²⁹.

Tabela 6. Atividade artística de Rita Ricardina da Costa.

Rita Ricardina da Costa (1842-1934)							
Ano	Idade	Evento	Local		Técnica		
1881	39 Anos	13.ª Exposição trienal A.P.B.A.	Porto	—	Pintura	—	
1884	42 Anos	14.ª Exposição trienal A.P.B.A.	Porto	—	Pintura	—	
1911	69 anos	4.ª Exposição anual S.B.A.P.	Porto	—	Pintura	—	
1914	72 anos	7.ª Exposição anual S.B.A. P.	Porto	—	Pintura	—	
1918	76 anos	9.ª Exposição anual S.B.A. P.	Porto	—	Pintura	—	
1921	79 anos	10.ª Exposição anual S.B.A. P.	Porto	—	Pintura	—	

Fonte: *Catalogos*, 1881 a 1921

²⁵ MONCÓVIO, 2015.

²⁶ Arquivo Distrital do Porto (ADP) – *Lista dos sócios da Sociedade de Bellas Artes existentes em 1 de janeiro de 1911*.

²⁷ CATALOGO, 1911: 7.

²⁸ CATALOGO, 1918: 10.

²⁹ CATALOGO, 1921: 19.

Em 1920 ofereceu à Escola de Belas Artes do Porto dois quadros históricos de Caetano Moreira da Costa Lima: «Martim de Freitas reconhecendo o cadáver de D. Sancho II, no ato de depor as chaves do seu castelo» e «A Restauração de 1640, na aclamação de D. João IV»³⁰. Em 1924, já com 81 anos, redigiu o seu testamento, e uma das disposições foi incorporar parte do seu património no legado deixado pelos Pereira Lima à Santa Casa da Misericórdia do Porto, para suportar a instituição do «Asilo para Cegos Pereira Lima» na antiga residência do casal (inaugurado em 1938). Também com a mediação da Misericórdia do Porto, determinou a entrega de uma verba à Academia de Belas Artes do Porto para a instituição de um prémio anual, com o seu nome, a atribuir a um aluno de Pintura (ou a sortear com um de Escultura, se igualmente meritório), no valor de 1.000\$00. O que aconteceu a partir de 1934, e entre os premiados citamos Tito Reboredo (1934-1989) e Manuel Casal Aguiar (n. 1941).

A produção artística de Rita Ricardina da Costa encontrava-se em casa dos Pereira Lima e em posse da sua mãe, tendo sido dispersa pelos respetivos herdeiros no cumprimento das disposições sucessórias. Aquando da redação do testamento, a própria quantificou 40 quadros pintados do natural (ar livre) e outros efetuados por cópia. Em trabalho recentemente publicado, foram dados à estampa retratos em posse de particulares, contribuindo para a construção da memória material da atividade artística feminina e sua valorização crítica³¹.

Rita Ricardina da Costa faleceu a 9 de maio de 1934, aos 91 anos, e encontra-se sepultada no cemitério da Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa, Porto.

8. CONCLUSÃO

Este estudo explora os contornos da articulação entre o paradigma socioeducativo, a educação pelas Belas Artes e a emergência da figura da Mulher Artista na sociedade portuguesa, em particular a portuense (lato sensu), de Oitocentos e transição para o século XX, e reforça a linha de investigação que temos desenvolvido neste âmbito. Efetivamente, ainda antes das mulheres terem ingressado como alunas no ensino da Academia de Belas Artes do Porto, o que aconteceu em 1882,

³⁰ Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP) – *Registo do testamento de Rita Ricardina da Costa*. Livro n.º 197.

³¹ Retratos divulgados em artigo de António Mourato, pertencentes à coleção da Professora Doutora Fernanda Russell Pinto. Cf. MOURATO, 2016: 265-281.

1) *Retrato de Claudina Carmina Pinto Dias de Lima*, c. 1877. Óleo sobre tela. 60x46 cm.

2) *Retrato de Manuel Pereira Lima*, c. 1877. Óleo sobre tela. 57x48 cm.

3) *Retrato de Virgínia Pinto de Castro*, 1877. c. 1877. Óleo s/ tela. 50x38 cm.

a instituição que legitimava a formação e geria a visibilidade pública do mérito escolar dos seus alunos nas exposições trienais, inauguradas em 1842, acolhia nessa mesma plataforma as primícias do sexo feminino. A este ponto, e não estando inseridas no sistema de ensino oficial, as práticas das mulheres expositoras nestes certames, uma modalidade que ocorre até 1887, permanecem encerradas numa categoria linguística, a de Amadora.

No processo de desconstrução dessa realidade, afigura-se-nos que, quando a burguesia promove um modelo de educação que integra o ensino pelas Belas Artes, valorizando a sua prática entre o sexo feminino, ainda que como lazer ilustrado, mas também controlando os espaços e os mecanismos de visibilidade pública dessa produção, lança as bases do processo de construção social da figura da Mulher Artista.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Documentais

- ARQUIVO DA SANTA CASA MISERICÓRDIA DO PORTO – *Livro de índice alfabético dos Benfeitores cujas heranças estão arquivadas neste volume, heranças, doações e legados, registo de testamento de Claudina Carmina Pinto Dias de Lima, falecida a 17 de outubro de 1912.* Livro 2, n.º 1102, fl. 35.
- ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO – *Lista dos sócios da Sociedade de Bellas Artes existentes em 1 de janeiro de 1911.*
- ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DO PORTO – *Registo do testamento de Rita Ricardina da Costa.* Livro n.º 197, fls. 135v-142v.
- ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DO PORTO – *Registo do testamento de Rita Pedrosa da Costa.* Livro n.º 62, fl. 65-67v.

Fontes Hemerográficas

- CATALOGO (1851) *de pinturas, desenhos, esculturas, architecturas, flores, e outros objectos d'arte, feitas pelos Professores e Discípulos da Academia Portuense das Bellas Artes; bem como por varias outras pessoas: Exposição feita ao Público em virtude do Art.º 69 dos respectivos Estatutos, na Galeria do Atheneo D. Pedro, em seguida à Sessão Pública para a distribuição dos Prémios aos Alumnos da mesma Academia, em 13 d'Outubro de 1851.* Porto: Typ. de Gandra & Filhos.
- CATALOGO (1854) *das obras apresentadas na Exposição Triennial da Academia Portuense das Bellas Artes, no anno de 1854.* Porto: Typ. de Gandra & Filhos.
- CATALOGO (1857) *das obras apresentadas na 6.ª Exposição Triennial da Academia Portuense das Bellas Artes, no anno de 1857.* Porto: Typ. de Gandra & Filhos.
- CATALOGO (1860) *das obras apresentadas na 7.ª Exposição Triennial da Academia Portuense das Bellas Artes, no anno de 1860.* Porto: Typ. de C. Gandra.

- CATALOGO (1863) *das obras apresentadas na 8.^a Exposição Triennial da Academia Portuense das Bellas Artes, no anno de 1863.* Porto: Typ. de C. Gandra.
- CATALOGO (1865) *Official da Exposição Internacional do Porto em 1865.* Porto: Typ. do Commercio.
- CATALOGO (1866) *das obras apresentadas na 9.^a Exposição Triennial e discurso pronunciado pelo Ill. e Ex.mo Snr. Conde de Samodães, vice-inspector da Academia Portuense das Bellas-Artes, na respectiva sessão pública e distribuição de prémios da mesma Academia no dia 31 do mez d'Outubro de 1866.* Porto: Typ. de Manoel José Pereira.
- CATALOGO (1867) *Official da Exposição de Archeologia e de objectos raros, naturaes, artísticos e industriaes, realisada no Palácio de Crystal Portuense.* Porto: Typ. do Jornal do Porto.
- CATALOGO (1869) *das obras apresentadas na 10.^a Exposição Triennial e discurso pronunciado pelo Ill. e Ex.mo Snr. Conde de Samodães, vice-inspector da Academia Portuense das Bellas-Artes, na respectiva sessão pública e distribuição de prémios da mesma Academia no dia 31 do mez d'Outubro de 1869.* Porto: Typ. de Manoel José Pereira.
- CATALOGO (1874) *das obras apresentadas na 11.^a Exposição Triennial e discurso pronunciado pelo Ill. e Ex.mo Snr. Conde de Samodães, vice-inspector da Academia Portuense das Bellas-Artes, na respectiva sessão pública e distribuição de prémios da mesma Academia no dia 31 do mez d'Outubro de 1874.* Porto: Typ. de Manoel José Pereira.
- CATALOGO (1877) *Official da Exposição Hortícola Internacional realisada nos dias 29 de junho a 8 de julho de 1877 no Palácio de Crystal do Porto.* Porto: Typ. Occidental.
- CATALOGO (1878) *das obras apresentadas na 12.^a Exposição Triennial e discurso pronunciado pelo Ill. e Exc.mo Snr. Conde de Samodães, vice-inspector da Academia Portuense das Bellas-Artes, na respectiva sessão pública e distribuição de prémios da mesma Academia no dia 31 do mez d'Outubro de 1878.* Porto: Typ. de António José da Silva Teixeira.
- CATALOGO (1881) *das obras apresentadas na 13.^a Exposição Triennial e discurso pronunciado pelo Ill. e Exc.mo Snr. Conde de Samodães, Inspector da Academia Portuense das Bellas-Artes, na respectiva sessão pública e distribuição de prémios da mesma Academia no dia 31 do mez d'Outubro de 1881.* Porto: Typ. de António José da Silva Teixeira.
- CATALOGO (1884) *das obras apresentadas na décima-quarta Exposição Triennial e discurso pronunciado pelo Ill. e Ex.mo Snr. Conde de Samodães, Inspector da Academia Portuense das Bellas-Artes, na respectiva sessão pública e distribuição de prémios da mesma Academia no dia 31 do mez d'Outubro de 1884.* Porto: Typ. de António José da Silva Teixeira.
- CATALOGO (1887) *das obras apresentadas na décima-quinta Exposição Triennial e discurso pronunciado pelo Ill. e Exc.mo Snr. Conde de Samodães, Inspector da Academia Portuense de Bellas-Artes, na respectiva sessão pública e distribuição de prémios da mesma Academia no dia 1 de Dezembro de 1887.* Porto: Typ. de A. J. da Silva Teixeira.
- CATALOGO (1890) *da Exposição dos Trabalhos Escolares dos Alumnos da Academia Portuense de Bellas-Artes considerados dignos de distinção nos annos de 1888 a 1890 e distribuição dos respectivos diplomas, precedido do discurso d'abertura pelo Ill.mo e Exc.mo Snr. Conde de Samodães, Inspector da mesma Academia.* Porto: Typ. Elzeviriana de João Diniz.
- CATALOGO (1908) *de Quadros a óleo organizado por João António Correia Professor que foi da Academia de Belas Artes do Porto.* Porto: [s. n.].
- CATALOGO (1911) *da 4.^a exposição annual da Sociedade de Bellas-Artes do Porto.* Porto: [s/n].

CATALOGO (1918) da 9.^a exposição annual realizada por iniciativa da Sociedade de Bellas-Artes no Salão de festas do Jardim Passos Manoel. Porto: Typ. Empresa Guedes.

CATALOGO (1921) da 10.^a exposição annual realizada por iniciativa da Sociedade de Bellas-Artes no Salão de festas do Jardim Passos Manuel (março de 1921). Porto: Typ. Empresa Guedes.

Bibliografia

ALVES, Luís Alberto; ARAÚJO, Francisco Miguel (2014) – *Rumos da internacionalização na História U.Porto*. In TEIXEIRA, Pedro, ed. – *Percursos da internacionalização na Universidade do Porto: uma visão centenária*. Porto: U.Porto Editorial, p. 83-173.

ALVES, Luís Alberto Marques; PINTASSILGO, Joaquim, coord. (2015) – *História da Educação. Fundamentos teóricos e metodologias de pesquisa: balanço da investigação portuguesa (2005-2014)*. Porto: CITCEM/ HISTEDUP/IEUL.

BODINIER, Bernard; GEST, Martine; LEMONNIER-DELPY, Marie-Françoise; PASTEUR, Paul (2009) – *Genre et éducation. Former, se former, être formée au féminin*. Rouen: Publications des Universités de Rouen et du Havre.

CAINE, Barbara; SLUGA, Glenda (2000) – *Género e Historia. Mujeres en el cambio sociocultural europeo, de 1780 a 1920*. Madrid: Narcea, S.A. de Ediciones.

CHADWICK, Whitney (2007) – *Women, Art, and Society*. 4.^a ed. London: Thames & Hudson.

COUTINHO, B. Xavier (1972) – *História documental da Ordem da Trindade. II. Alguns aspectos característicos da sua vida no século XIX*. Porto: Edição da Ordem da Trindade.

DIAS, Maria dos Anjos Flôr (2009) – *Para uma genealogia da educação artística. História das disciplinas de Desenho, Trabalhos Manuais, Canto Coral e Educação pelo Teatro na escola primária portuguesa, do primeiro quartel do século XIX a meados do século XX*. Braga: Universidade do Minho. Tese de Doutoramento.

GOUGES, Olympe de; ROBINSON, Mary; STANTON, Elizabeth Cady; CAGE, Matilda J.; SCHREINER, Olive (2002) – *Direitos da Mulher e da Cidadã. Textos fundadores do feminismo moderno*. Seleção, comentários e tradução de Ana Barradas. Lisboa: Ela por Ela.

MAYAYO, Patricia (2007) – *Historias de mujeres, historias del arte*. Madrid: Ediciones Cátedra.

MONCÓVIO, Susana (2009) – *Prenda ou Arte? A participação feminina nas Exposições Trienais da Academia Portuense de Belas Artes (1842-1887)*. Porto: Faculdade de Letras da U.Porto. Dissertação de Mestrado.

— (2015) – *O Centro Artístico Portuense (1880-1893). Socialização do Ensino, da História e da Arte Moderna no Portugal de oitocentos*. Porto: Faculdade de Letras da U.Porto. Tese de Doutoramento

— (2016) – *Christina Amélia Machado (1860-1884): a primeira aluna da Academia Portuense de Belas Artes ou a prefiguração de um destino coletivo*. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos, coord. – *Actas do II Congresso «O Porto Romântico»*. Porto: CITAR, p. 174-187.

— [no prelo a] – *Aspetos da educação feminina em duas famílias gaienses, em meados do século XIX: as irmãs Gomes da Costa e Rocha Leão*. Aguarda publicação na revista «O Tripeiro». Porto: Associação Comercial do Porto.

— [no prelo b] – *Maria da Glória da Fonseca Vasconcelos (n. 1831) e Leonor Augusta Gonçalves Pinto (n. 1849), elementos de uma família de artistas ativos no Porto e em Vila Nova de Gaia, entre o*

- século XVIII e o século XX*. Aguarda publicação nas Atas do 1.º Colóquio «Saúde Perpétua». Vila Nova de Gaia-Porto.
- [no prelo c] – *Mulheres artistas antes de Aurélia de Sousa*. In VICENTE, Filipa Lowndes, coord. – *Aurélia, mulher artista*. Catálogo da exposição comemorativa dos 150 anos do nascimento de Aurélia de Sousa (1866-1922). Porto: [Tinta da China].
- MOURATO, António (2016) – *O retrato da benfeitora Claudina Carmina Pinto Dias de Lima*. In SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO, coord. – *Saúde, Ciência Património. Atas do III Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: SCMP, p. 265-281.
- PORTUGAL. Ministério da Educação (1989) – *Reformas do ensino em Portugal (1835-1869)*. Lisboa: Ministério da Educação, tomo I, volume I.
- (1991) – *Reformas do ensino em Portugal (1870-1889)*. Lisboa: Ministério da Educação, tomo I, volume II.
- SCOTT, Joan W. (1986) – *Gender: a useful category of historical analysis*. «The American Historical Review», 91, 5, p. 1053-1075.
- VAQUINHAS, Irene (2005) – *Linhas de investigação para a História das Mulheres nos séculos XIX e XX. Breve esboço*. In VAQUINHAS, Irene – *Nem gatas borralheiras nem bonecas de luxo. As Mulheres portuguesas sob o olhar da História (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 125-153.

AS “ESCOLAS OPERÁRIAS” EM VILA NOVA DE GAIA

LICÍNIO SANTOS

Resumo: Este trabalho pretende elucidar algumas das iniciativas tomadas no âmbito do ensino pelos defensores da classe operária no concelho de Vila Nova de Gaia, entre finais do século XIX e inícios do século XX. Para a sua elaboração tivemos como suporte a nossa dissertação de mestrado, onde em capítulo próprio abordamos esta problemática, referente a uma época em que se considerava a instrução dos mais desfavorecidos como o “pão do espírito” e o caminho para a sua emancipação social. Abordaremos assim as instituições e as respetivas iniciativas com vista à instrução dos mais desfavorecidos em terras gaienses.

Palavras-chave: *Instrução Operária; Associativismo gaiense; A Luz do Operário.*

Abstract This essay aims to survey public instruction initiatives undertaken between the late 19th and early 20th centuries by advocates of the working class in Vila Nova de Gaia around this specific educational segment. This assessment emerges from an MA dissertation in which we examined the role that the education of the underprivileged played during the period under consideration, namely being viewed as ‘soul’s sustenance’ and true path for social emancipation. Within this framework, our analysis identifies the most significant institutions and educational initiatives aimed at the working classes of this municipality.

Keywords: *Proletarian education; Gaia’s associativism; A Luz do Operário.*

1. INTRODUÇÃO

A instrução era vista nos finais de Oitocentos como uma arma para combater os grandes problemas sociais no seio da classe operária, tais como, para além da precária situação social, o alcoolismo e a prostituição, entre outros. É certo que a importância da instrução não surgiu com as correntes defensoras da classe operária, nem no período que aqui abordamos. Ela é assumida logo no início do século XIX pelos liberais, que defendiam que educar era instruir e transmitir valores e normas de conduta¹.

Apesar dos esforços dos sucessivos governos liberais ao longo do século XIX, estes nunca conseguiram implantar uma reforma eficiente na instrução, que conseguisse servir todas as camadas sociais, o que vai levar, nos finais desse século, a que tanto republicanos como socialistas e anarquistas defendessem a democratização e universalidade de um ensino público, laico e gratuito.

Os socialistas acreditavam que a instrução era um meio de libertação e emancipação, um meio de nivelar as desigualdades sociais, acreditando que esta civilizava, pois através dela se conseguia educar, transmitindo valores e moralizando costumes e, com isso, se conseguiria diminuir os vícios e a criminalidade².

Para entendermos a importância que estes davam a esta questão podemos observar de que forma o assunto foi abordado na II Conferência Nacional Socialista (1895), em que o partido português dedicou um dos pontos a defender a instrução dos operários e seus filhos. Para isso defendia a criação de escolas e bibliotecas na tentativa de generalizar o ensino, e o ensino profissional em particular, com fins não só educacionais, mas também propagandísticos, tentando também apostar na organização de atividades como «assembleias, conferências, festas e reuniões»³. O partido, tendo em conta estas iniciativas, vai formar diversas associações com estes fins, como, por exemplo, o Instituto de Cultura Socialista e o Grémio Socialista de Lisboa, embora sem grandes resultados práticos⁴.

Existia por parte destes o cuidado para que a instrução não fosse vista de forma entediante, daí tentarem sempre que ela fosse associada a formas lúdicas e de lazer, visto que os dias de trabalho eram longos e cansativos.

Os socialistas, tal como republicanos e anarquistas, defendiam uma escola livre, baseada na igualdade e gratuidade de acesso à instrução, o estabelecimento de um sistema educacional laico e a criação de orientação vocacional. Neste ponto tanto

¹ CASTRO, 1999: 216.

² CASTRO, 1999: 219.

³ PERALTA GARCIA, 2002: 35.

⁴ PERALTA GARCIA, 2002: 35.

socialistas como republicanos estavam de acordo. No entanto, os socialistas afirmavam que, enquanto o sistema capitalista estivesse em vigor, o sistema educacional seria totalmente parcial e iria sempre defender os mais favorecidos⁵.

2. O ASSOCIATIVISMO OPERÁRIO EM VILA NOVA DE GAIA

Só faz sentido falar em «escolas operárias» conhecendo um pouco do «associativismo operário» no concelho, já que são estas associações que estão na sua base.

No que toca à organização associativa popular, as associações que mais proliferavam em Vila Nova de Gaia foram as associações mutualistas. Apesar de não serem associações exclusivamente operárias, congregavam no seu seio um grande número de operários. O *Almanaque de Vila Nova de Gaia de 1912* aponta a existência de 31 associações deste género no concelho⁶.

Segundo Gonçalves Guimarães, o sucesso destas associações deveu-se essencialmente ao facto de, nos finais do século XIX, não existir assistência pública organizada: «para ultrapassar tal grave carência, também em Vila Nova de Gaia o movimento mutualista encontrou terreno fértil para se desenvolver»⁷.

Tomando ainda como fonte o *Almanaque de 1912*, estavam sediadas no concelho nove associações de classe, nomeadamente: a Associação de Entalhadores do Norte⁸, a Liga das Artes Cerâmicas do Porto e Gaia, a Associação dos Lojistas Barbeiros e Cabeleireiros de Gaia, a Associação dos Manipuladores de Cravos e Ferraduras do Porto e Gaia, a Associação dos Operários Metalúrgicos (3.ª secção)⁹, a Associação dos Operários Caixoteiros do Porto e Gaia, a Associação dos Tanoeiros do Porto e Gaia, a Associação dos Trabalhadores dos Armazéns de Vinho do Porto e Gaia e a União dos Trabalhadores Fluviais do Porto e Gaia¹⁰.

Outro tipo de «associativismo» operário que se desenvolveu na época que estudamos foi o cooperativismo. Chegado a Portugal em 1867, com a criação do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, em Lisboa, só des-

⁵ MÓNICA, 1980: 511-512.

⁶ *Almanaque...*, 1912: 100-101.

⁷ GUIMARÃES, 1997: 109.

⁸ Única associação de classe que não estava sediada na freguesia de Santa Marinha, mas sim na de Avintes.

⁹ Nesta época, 1912, a Associação de Metalúrgicos de Vila Nova de Gaia ter-se-ia fundido com a sua congénere portuense, daí ter a designação que apresentamos no texto, no entanto, não temos dados que nos permitam afirmar tal categoricamente.

¹⁰ *Almanaque...*, 1912: 99; vd. SANTOS, 2014: 27-28.

pertaria em Vila Nova de Gaia em 1891, com a criação da Cooperativa de Crédito e Consumo de Vilar do Paraíso¹¹.

Este movimento foi aqui muito forte na última década do século XIX, tendo sido fundadas 16 cooperativas, sendo 14 de crédito e consumo e 2 de produção. Quando entramos no século XX, este movimento vai perdendo fulgor. Nos primeiros catorze anos do século passado só surgiram três cooperativas de crédito e consumo e uma de produção. Chegou a atingir tal importância que, em 1898, se constituiu no concelho uma federação, a Federação das Cooperativas Operárias do Norte de Portugal¹². Porém, a sua existência terá sido efêmera, porque logo a partir de 4 de fevereiro de 1900, deixamos de ter sobre ela referências¹³.

Para além das associações referidas, não podemos deixar de aludir aos gabinetes de instrução e bandas de música operárias que se desenvolveram no concelho nessa época. Porém abordaremos este tipo de associações numa fase mais avançada do nosso trabalho.

Por fim, falta-nos referir o Centro Socialista de Vila Nova de Gaia, fundado em 1899¹⁴. Depois da implantação da República em 1910, o número de centros socialistas multiplicou-se e estendeu-se a várias partes do concelho, existindo em 1912 mais oito no total¹⁵.

3. NECESSIDADE DE CRIAR ESCOLAS OPERÁRIAS: AS CRÍTICAS AO ENSINO OFICIAL

Segundo Gonçalves Guimarães, o analfabetismo operário no concelho para o ano de 1881, rondava os 97%. Anos antes, em 1863, o concelho contava com 14 escolas de instrução primária, 7 escolas régias e 7 municipais. Porém, em 1881, apesar das melhorias no ensino, este estava ainda muito longe de ser aceitável, sendo raros os casos de filhos de operários que frequentavam as escolas públicas¹⁶.

São várias as críticas que podemos encontrar no jornal *A Luz do Operário* às escolas públicas e mesmo privadas, no período aqui abordado, com principal incidência para os primeiros anos desta publicação.

¹¹ *A Luz do Operário*, n.º 49, 02.12.1894; esta notícia refere-se às comemorações do 4.º aniversário desta sociedade, afirmando-se que esta foi a primeira cooperativa a instalar-se no concelho.

¹² *A Luz do Operário*, n.º 130, 20.02.1898.

¹³ *A Luz do Operário*, n.º 181, 04.02.1900.

¹⁴ *A Luz do Operário*, n.º 157, 05.03.1899.

¹⁵ *A Luz do Operário*, n.º 495, 18.02.1912; n.º 514, 10.11.1912; n.º 516, 08.12.1912.

¹⁶ GUIMARÃES, 1997: 106-107.

Logo em 1895, uma notícia dava conta que a instrução pública fora discutida na ultima sessão camarária, onde o autarca Gomes da Luz afirmara que: «preferia mais que se gastasse qualquer quantia para o seu desenvolvimento, pois que era o verdadeiro pão do espírito, do que com outras exigências de muito menos alcance»¹⁷. A notícia referia ainda que a instrução em Portugal continuava aquém dos grandes países, dando como exemplo o caso da Alemanha.

Em novembro desse mesmo ano, é publicada outra crítica, desta vez focando as desigualdades existentes na atenção dada pelos professores aos alunos, já que os filhos dos mais desfavorecidos não teriam o mesmo tratamento que os filhos dos mais abastados, pois que os últimos podiam despende algum dinheiro para oferecer presentes aos professores¹⁸.

Em fevereiro de 1898 é publicada uma notícia em que a instrução ministrada nas escolas públicas, e em algumas privadas, é classificada como sendo: «verdadeiramente defeituosa, insuficiente e diremos até de resultados muito pouco aproveitáveis»¹⁹. No mesmo artigo podemos ler ainda que os professores são mal remunerados, desleixando-se em parte por isso, mas também porque o que lhes interessava era agradar à facção política que os lá tinha colocado e não tentar suprir as lacunas com que a sociedade portuguesa se deparava em matéria de instrução. Também os espaços escolares não escapavam às críticas, sendo descritos como pouco higiénicos, sem mobília e onde faltavam todas as comodidades indispensáveis para a prática do ensino²⁰.

Outra crítica é direcionada para os horários em que as escolas públicas lecionavam, não podendo assim os filhos dos mais necessitados frequentá-las devido à situação económica familiar, visto que estas famílias necessitavam do dinheiro da mão de obra infantil, que apesar de mal remunerada, era mais uma ajuda para o curto orçamento familiar. Assim: «aos oito ou nove anos quando a criança devia caminhar para a escola, alegre e contente a aprender as noções especiaes e necessárias à vida humana nas suas múltiplas manifestações», encaminhava-se «cabisbaixa para a officina onde vae ser martyrizada, explorada como já o foram seus antepassados»²¹.

As instituições operárias de índole marxista lutavam por uma instrução livre e que não estivesse ligada a preceitos religiosos, que o jornal apelidava de «instrução viciosa»²². Uma das medidas tomadas em Vila Nova de Gaia contra os ensinamentos

¹⁷ *A Luz do Operário*, n.º 52, 24.02.1895.

¹⁸ *A Luz do Operário*, n.º 70, 03.11.1895.

¹⁹ *A Luz do Operário*, n.º 129, 06.02.1898.

²⁰ *A Luz do Operário*, n.º 129, 06.02.1898.

²¹ *A Luz do Operário*, n.º 134, 27.04.1898.

²² *A Luz do Operário*, n.º 330, 22.10.1905.

religiosos foi a organização de comícios e conferências antijesuíticas, sendo vários os exemplos publicados no jornal *A Luz do Operário*²³.

A tolerância do jornal para com as instituições de instrução protestantes foi sempre maior, aliás como o prova uma notícia de 9 de janeiro de 1898, sobre a festa da Escola do Torne, em que Zeferino Costa²⁴, um dos oradores convidados, agradece a Diogo Cassels o seu interesse pela instrução dos mais desfavorecidos²⁵. Em 1906, vamos ter nova referência à Escola do Torne, em especial ao seu curso noturno, que é elogiado pelo que tinha feito em prol dos operários²⁶. Tal tolerância seria novamente demonstrada em 1907, aquando da fundação do Colégio Lusitano de Oliveira do Douro²⁷.

4. AS ESCOLAS OPERÁRIAS

a) as Associações Musicais

As associações musicais tinham uma dupla preocupação na instrução dos operários, associando instrução e lazer, tentando fazer da música uma terapia para afastar os operários das «malditas tabernas». Além disso, estas associações proporcionavam, muitas vezes, não só formação musical mas também outros tipos de formação artística e de literacia.

A primeira referência a uma associação musical surge-nos logo no primeiro número de *A Luz do Operário*, com uma notícia que nos informa que a Troupe Musical Recreio Operário de Mafamude pretendia iniciar em breve um ciclo de conferências operárias, assim como uma aula de desenho para os associados²⁸.

Voltamos a ter informação de uma associação musical ligada à instrução passados dois anos, numa notícia de 21 abril de 1895, referindo que, próximo ao Cais

²³ Vd. SANTOS, 2014: 32.

²⁴ Zeferino Dias da Costa segundo o *Caderno Eleitoral das Eleições de Deputados de 1894* residia na rua 14 de Outubro, Mafamude, contando então 25 anos e sendo apresentado como empregado comercial (COSTA & MOREIRA, 2001: 335); foi um dos fundadores da Cooperativa da Serra do Pilar, sendo presidente da mesma no ano de 1898 (*A Luz do Operário*, n.º 129, 06.02.1898). Vd. BAPTISTA, 2010, refere-nos que nos anos seguintes ao *Ultimatum Inglês* este foi um fervoroso adepto das ideias republicanas, no entanto, acreditamos que com os anos acabaria por se converter aos princípios socialistas, pelo facto de em 1898 ser membro da lista deste partido que concorreu à Câmara Municipal de Gaia (*A Luz do Operário*, n.º 148, 30.10.1898).

²⁵ *A Luz do Operário*, n.º 127, 09.01.1898.

²⁶ *A Luz do Operário*, n.º 355, 07.10.1906.

²⁷ Vd. SANTOS, 2014: 33; sobre este colégio, cf. SILVA, 2013.

²⁸ *A Luz do Operário*, n.º 1, 12.03.1893.

de Gaia (ao Castelo), se tinha acabado de fundar uma nova associação: o Grupo Musical Gaiense. Para além da escola musical, os diretores dessa instituição pensavam criar um gabinete de leitura anexo, pedindo ajuda a todas as redações dos jornais liberais, com o fim de instruir a todos aqueles que procuravam na leitura «o pão de espírito»²⁹.

A 13 de dezembro de 1896, outra notícia acerca desta associação informava que a direção pensava criar um curso noturno de instrução rudimentar, atitude que mereceu os maiores elogios do redator da notícia, que entendia que o lugar de Gaia era um dos que mais carecia de instrução³⁰. Esse curso viria a avançar, como nos confirma uma notícia do número seguinte do jornal³¹.

Passado menos de um mês, temos a informação de que o mesmo grupo tencionava realizar uma outra iniciativa, com a promoção de uma série de conferências instrutivas³². Tais palestras iniciar-se-iam cerca de dois meses mais tarde, a 21 de março, com a conferência de Henrique de Macedo Júnior, sob o tema «A convivência das sociedades musicais nos centros trabalhadores»³³.

No mesmo ano de 1897, e por notícia de 10 de janeiro, temos informação de que a direção de uma outra associação, a Troupe Musical Vilanovense, pensava constituir um gabinete de leitura³⁴. A 13 de julho de 1899, uma outra notícia refere que, na semana anterior, o Grupo Musical Liberdade, Igualdade e Fraternidade tinha inaugurado um curso de dança, mantendo aberta a inscrição para novos sócios³⁵. Como já anteriormente referimos, estas iniciativas eram utilizadas na maioria das vezes para atrair novos sócios.

Para além das já citadas associações, muitas mais existiam em Vila Nova de Gaia. Temos conhecimento da sua participação em vários momentos festivos de outras associações operárias. Refiram-se entre outras: Troupe Musical Amor pela Pátria³⁶, Troupe Soares dos Reis³⁷, Troupe Musical Vilanovense³⁸, Troupe Musical Lira de Ouro³⁹. Apesar de não termos nenhuma informação detalhada acerca das suas atividades, tal não significa que não as promovessem.

²⁹ *A Luz do Operário*, n.º 56, 21.04.1895.

³⁰ *A Luz do Operário*, n.º 99, 13.12.1896.

³¹ *A Luz do Operário*, n.º 100, 27.12.1896.

³² *A Luz do Operário*, n.º 102, 24.01.1897.

³³ *A Luz do Operário*, n.º 106, 21.03.1897.

³⁴ *A Luz do Operário*, n.º 101, 10.01.1897.

³⁵ *A Luz do Operário*, n.º 159, 12.04.1899.

³⁶ *A Luz do Operário*, n.º 23, 14.01.1894.

³⁷ *A Luz do Operário*, n.º 42, 07.10.1894.

³⁸ *A Luz do Operário*, n.º 104, 21.02.1897.

³⁹ *A Luz do Operário*, n.º 125, 12.12.1897.

É provável que estas associações musicais populares funcionassem, simultaneamente, na sua maioria, como bandas de música e escolas musicais. Numa notícia publicada no jornal *A Luz do Operário* sobre a Troupe Musical 1.º de Setembro, do Porto, refere-se que os sócios que pertenciam à sua banda teriam uma cota diferente dos que ainda estavam em aprendizagem, passando estes a pagar uma cota igual quando passassem a pertencer à banda⁴⁰. Não deveria ser muito diferente o sistema utilizado nas associações gaienses congéneres.

b) as Cooperativas e a Instrução

Um outro tipo de agremiações operárias que se preocuparam com a instrução dos seus sócios foram as cooperativas. Organizavam conferências, sessões de propaganda, sessões solenes, bibliotecas, aulas noturnas e até aulas diurnas em alguns casos, funcionando com escolas anexas, como no caso da Cooperativa de Crédito e Consumo de Vilar do Paraíso.

Em 4 de setembro de 1894, o jornal publicava o relatório de contas da cooperativa vilarense. Nele se pode verificar que, nessa época, a cooperativa disponibilizava cinco mil réis para um fundo de instrução⁴¹. No ano seguinte, pensava a direção organizar um gabinete de leitura e instrução para frequência dos seus associados e filhos⁴². Porém, meio ano volvido, um grupo de sócios iria protestar em assembleia-geral contra esta iniciativa por não ver qualquer benefício nela⁴³. Tal protesto não teve qualquer efeito, já que, a 1 de maio de 1896, o jornal noticiava que a comissão responsável pelo gabinete de leitura e de instrução estava a organizar uma sessão solene em que seria sorteada uma rifa, cujos lucros reverteriam para o fundo de instrução⁴⁴. Ainda nesse mês, o grupo responsável por esse gabinete iniciou a realização de uma série de conferências há muito anunciadas, tendo-se já realizado duas, ambas bastante concorridas⁴⁵.

Logo no início do ano de 1897, o jornal informava que o gabinete estava em funcionamento, contando com duas aulas noturnas, uma de instrução rudimentar e uma outra de desenho, pensando os responsáveis organizar uma aula diurna⁴⁶. Em nosso entender, esta forte dinamização revela a grande adesão à iniciativa nesses anos. Porém, acreditamos que, com o tempo, a procura das aulas terá diminuído,

⁴⁰ *A Luz do Operário*, n.º 141, 24.07.1898.

⁴¹ *A Luz do Operário*, n.º 40, 04.09.1894.

⁴² *A Luz do Operário*, n.º 64, 11.08.1895.

⁴³ *A Luz do Operário*, n.º 77, 09.02.1896.

⁴⁴ *A Luz do Operário*, n.º 83, 01.05. 896.

⁴⁵ *A Luz do Operário*, n.º 85, 31.05.1896.

⁴⁶ *A Luz do Operário*, n.º 101, 10.01.1897.

até porque, a partir desta notícia, as informações acerca deste gabinete tornaram-se escassas, sendo a última do ano de 1900, referindo a abertura das inscrições para o curso noturno⁴⁷.

Para além de informações sobre o seu gabinete de instrução, temos informação de que esta cooperativa organizava todos os anos duas sessões solenes, uma para comemorar o seu aniversário, convidando para o efeito vários oradores, que, por norma, abordavam temas acerca das vantagens do cooperativismo e da instrução; e outra para comemorar o 1.º de maio.

Outra cooperativa que teve um cuidado especial com a instrução foi a Cooperativa Económica Operária de Mafamude. Já em 1897 a sua direção trabalhava com o intuito de constituir um gabinete de leitura e instrução⁴⁸. Tal como para a cooperativa anterior temos referências às sessões solenes que esta organizava todos os anos para assinalar o seu aniversário e o 1.º de Maio, como era aliás recorrente neste tipo de associações. Temos ainda informação de, pelo menos, duas sessões de propaganda que esta associação organizou na freguesia vizinha, antes de se constituir a Cooperativa de Oliveira do Douro.

Nesta terá funcionado uma aula noturna, pelo menos no ano de 1899, cujas inscrições são noticiadas no jornal⁴⁹. Das sessões solenes que esta cooperativa organizava destacamos a que assinalou o seu segundo aniversário, em que esteve presente como orador o seu patrono, Augusto Fuschini, sendo o seu discurso publicado no jornal *A Luz do Operário*⁵⁰.

Na Cooperativa de Avintes, apesar de não termos referências à sua atividade no campo da instrução, a sua designação, Cooperativa de Crédito e Consumo Instrutiva Avintense⁵¹, revela por si só o objetivo de investir na instrução popular.

Para além destas cooperativas, existiam muitas mais em Vila Nova de Gaia, onde o movimento cooperativista conheceu bons resultados na última década do século XIX. Porém, através da fonte hemerográfica que utilizamos não temos conhecimento de nenhuma outra que tenha constituído gabinetes de leitura e de instrução, assim como organizado conferências fora do contexto das sessões solenes e das sessões de propaganda. Apesar dessa falta de notícias, é provável que tal tenha acontecido, especialmente nas que se encontravam mais distantes do centro urbano do concelho.

⁴⁷ *A Luz do Operário*, n.º 199, 14.10.1900.

⁴⁸ *A Luz do Operário*, n.º 103, 21.02.1897; em notícia publicada em data anterior no jornal *O Comércio de Gaia*, n.º 3, 17.01.1897, o autor da notícia afirma que esta cooperativa tinha fundado um curso de instrução noturno.

⁴⁹ *A Luz do Operário*, n.º 173, 15.10.1899.

⁵⁰ *A Luz do Operário*, n.º 104, 21.02.1897.

⁵¹ *A Luz do Operário*, n.º 313, 26.02.1905.

c) os Gabinetes de Leitura e a Instrução

O ano de 1896 parece-nos importante para a instrução operária no concelho, pois a 15 de novembro surge a primeira referência à constituição de uma associação ligada quase exclusivamente à instrução dos mais desfavorecidos. Segundo a notícia, um grupo de gaienses trabalhava então afinadamente para constituir um gabinete de leitura e uma escola de oradores, a fim de suprimir uma das necessidades dos operários da terra⁵². Logo, a 10 de janeiro do ano seguinte, temos a informação de que a associação já se constituía com a designação de Gabinete de Instrução Oratória e Social Operária de Gaia⁵³.

A partir desta época, assistiu-se à vulgarização deste tipo de associativismo, que, a avaliar pela informação que dispomos, se difundiu no concelho. Depois de 1905, este movimento parece perder intensidade, surgindo-nos apenas referências à constituição de uma associação com estas características⁵⁴.

A 21 de março de 1897 temos referência à Escola Prática Oratória Instrutiva Operária de Mafamude, que era apresentada como o modelo de escola operária a seguir⁵⁵. Porém, não temos nenhuma informação referente à data da sua fundação, pelo que não a considerámos em primeiro lugar. Mas o facto de ser apresentada como um exemplo poderá indicar que foi uma das primeiras a ser constituída. Neste mesmo ano, o jornal *O Comércio de Gaia* dá notícia de que em Canidelo, no dia 22 de março se tinha inaugurado uma escola operária, que tinha por lema «Instruir é Revolucionar»⁵⁶. Curiosamente o jornal *A Luz do Operário*, grande promotor destas iniciativas, não faz qualquer referência a esta agremiação.

A 8 de agosto aparece-nos uma notícia sobre o Instituto Operário Vilanovense. Não se tratava, no entanto, de uma nova associação dedicada à instrução, mas sim de uma reestruturação do já referido Gabinete de Instrução Oratória e Social Operário de Gaia, que, ao que parece, estaria quase inativo, quando um grupo de sócios decidiu reestruturá-lo e refundá-lo⁵⁷, o que reflete a debilidade destas instituições, já que a antiga associação contava com pouco mais de meio ano de existência.

A 19 de setembro do mesmo ano, uma outra notícia referia que havia já algum tempo se falava na criação de um gabinete no lugar do Candal, mas que até esse

⁵² *A Luz do Operário*, n.º 97, 15.11.1896.

⁵³ *A Luz do Operário*, n.º 101, 10.01.1897.

⁵⁴ Ainda não tivemos acesso aos números do jornal *A Luz do Operário* publicados entre março de 1901 e março de 1905.

⁵⁵ *A Luz do Operário*, n.º 106, 21.03.1897.

⁵⁶ *O Comércio de Gaia*, n.º 14, 04.04.1897.

⁵⁷ *A Luz do Operário*, n.º 116, 08.08.1897; Segundo AFONSO, 1994: 53-59, a Cartilha Maternal foi pela primeira vez aplicada na Escola de Arcozelo, pelo abade da mesma freguesia.

momento nada se tinha feito, apesar de se tratar de um lugar populoso, onde a instrução era muito escassa e onde abundavam os operários na taberna⁵⁸. No mesmo jornal temos a referência de que se pensava constituir uma associação de instrução e recreio no lugar das Devesas, com o objetivo de criar escolas que seguissem o método de João de Deus, um gabinete de leitura, bem assim como uma secção dramática e uma secção de dança⁵⁹. O jornal de 3 de outubro informava que esta nova associação já estava fundada e tinha como designação, Sociedade Instrução e Recreio «Amigos da Luz»⁶⁰. Em notícia do mesmo dia, surge nova referência ao grupo acima mencionado do Candal, anunciando que este se deveria reunir em breve para assentar as bases pelas quais se deveria reger o gabinete, e nota de que em casa de Henrique de Macedo, militante socialista residente no lugar do Candal, iria iniciar-se em breve um curso noturno de primeiras letras⁶¹.

No ano de 1898, voltamos a ter informação de que um grupo de gaienses pensava constituir uma nova associação voltada para a instrução e para a beneficência que se designaria Sociedade de Instrução e Beneficência «A Luz do Operário»⁶². Logo no número seguinte, temos a informação de que já estava instituída, com ligação direta ao jornal homónimo, sendo também publicados os estatutos dessa sociedade, que tinha como principais objetivos educar e instruir os associados, bem como apoiar as respetivas famílias nos casos de falecimento, cobrindo parte das despesas do funeral⁶³. Parece ter sido uma tentativa de criar em Vila Nova de Gaia uma agremiação à imagem da lisboeta «A Voz do Operário», mas, ao contrário desta, a agremiação gaiense não terá tido sucesso, a julgar pela notícia de 25 de dezembro desse ano, em que a direção do jornal se desvinculava da nova sociedade⁶⁴, sendo esta a última notícia sobre a mesma.

A 5 de fevereiro do ano seguinte, temos a informação de que um grupo de jovens de Oliveira do Douro pensava constituir nessa freguesia um gabinete de leitura e uma escola de oratória⁶⁵. A confirmação da sua instituição chega-nos duas semanas depois, com a notícia de que já estaria a funcionar no lugar da Formigosa, adotando a designação de Gabinete Social Operário Oliveirense e que a afluência de associados era considerável⁶⁶. No jornal de 10 de junho de 1900, esta

⁵⁸ *A Luz do Operário*, n.º 119, 19.09.1897.

⁵⁹ *A Luz do Operário*, n.º 119, 19.09.1897.

⁶⁰ *A Luz do Operário*, n.º 120, 03.10.1897.

⁶¹ *A Luz do Operário*, n.º 120, 03.10.1897.

⁶² *A Luz do Operário*, n.º 137, 29.05.1898.

⁶³ *A Luz do Operário*, n.º 138, 12.06.1898.

⁶⁴ *A Luz do Operário*, n.º 152, 25.12.1898.

⁶⁵ *A Luz do Operário*, n.º 155, 05.02.1899.

⁶⁶ *A Luz do Operário*, n.º 156, 19.02.1899.

associação volta a ser notícia, porque a direção pensava constituir em breve uma banda de música com o propósito de animar sessões solenes das associações congéneres⁶⁷. A 2 de fevereiro do ano seguinte, era noticiada a sua primeira atuação na sede da associação, revelando que a banda de música adotara como designação Troupe Musical Honra e Glória Oliveirense⁶⁸. Esta iniciativa de criar uma banda musical prende-se, certamente, com o facto de tentar angariar associados, como nos comprova uma notícia de 24 de junho de 1900, que nos relata que os ensaios já se tinham iniciado, despontando a adesão de novos sócios⁶⁹.

A 11 de junho de 1899, temos a informação de que Pedro da Costa Oliveira⁷⁰ teria sido convidado para proferir uma conferência em São Félix da Marinha em favor da instrução, para ajudar um grupo de rapazes que naquela freguesia tentava constituir um gabinete de leitura e instrução⁷¹. Porém, não voltámos a ter mais informações acerca deste assunto.

A 6 de agosto, o jornal noticiava que, finalmente, se teria constituído um gabinete de instrução no lugar do Candal, adotando a designação de Instituto de Instrução União Operária do Candal. Nessa data, esta associação contaria já com 41 associados, sendo a aula noturna bastante frequentada⁷². Aproximadamente sete anos depois, o jornal informava que esta associação se iria dissolver, principalmente por dois motivos, sendo o primeiro o facto de não poder fazer novo contrato de arrendamento por falta de verba e o segundo, e mais importante, devido à falta de alunos que nos últimos tempos não passavam dos quatro a cinco⁷³.

A 29 de outubro, uma notícia faz alusão a uma palestra que terá sido organizada pelo Instituto Operário de Instrução Social, informando que este centro havia já quatro meses vinha ministrando uma aula aos seus associados e respetivos filhos na freguesia de Oliveira do Douro⁷⁴. Porém, as referências que temos não nos dei-

⁶⁷ *A Luz do Operário*, n.º 190, 10.06.1900.

⁶⁸ *A Luz do Operário*, n.º 207, 02.02.1901.

⁶⁹ *A Luz do Operário*, n.º 191, 24.06.1900.

⁷⁰ Este foi uma figura incontornável da instrução operária gaiense, estando presente na criação de alguns centros de estudo para operários no período cronológico aqui abordado. Segundo o próprio, era natural da freguesia de São Félix da Marinha. Afirmava-se como afeto às doutrinas de Karl Marx e José Fontana e defensor da República, porque nela tinha «esperanças palpáveis de um futuro próspero para o comércio e indústria» e por isso acreditava que com ela viriam dias felizes para os seus «irmãos de trabalho e sofrimento» (*A Defesa*, n.º 195/143, 15.04.1911). Nos anos 20 do século XX foi presidente da Junta de Freguesia de Santa Marinha.

⁷¹ *A Luz do Operário*, n.º 164, 11.06.1899.

⁷² *A Luz do Operário*, n.º 168, 06.08.1899.

⁷³ *A Luz do Operário*, n.º 350, 29.07.1906.

⁷⁴ *A Luz do Operário*, n.º 174, 29.10.1899.

xam perceber se esta seria uma associação diferente do já referido Gabinete Social Operário Oliveirense ou se se tratava da mesma agremiação.

A 4 de fevereiro de 1900, fundava-se uma nova associação de instrução, desta vez no lugar de Coimbrões, designando-se por Sociedade de Instrução União Operária de Coimbrões⁷⁵. Neste mesmo ano, temos ainda a informação de que se iria constituir um novo gabinete, agora em Avintes, que se designaria por Instituto Operário Avintense de Instrução e Beneficência⁷⁶.

No ano seguinte, o jornal fazia referência a mais uma associação que acabava de se fundar na freguesia de Oliveira do Douro, mais propriamente no lugar de Gervide, que se designava Gabinete de Leitura Popular de Ensino Livre⁷⁷.

A 5 de novembro de 1905, noticiava-se que na principal via da vila⁷⁸ iria surgir um novo gabinete de instrução pela mão de Pedro da Costa Oliveira e Diogo Moreira da Silva, com a designação de Gabinete de Instrução Flor de Gaia⁷⁹. Em números posteriores, Pedro da Costa Oliveira explicaria em vários textos o motivo da abertura deste novo centro, apontando como principais objetivos da sua existência o ensinar a ler, escrever e contar⁸⁰.

No que toca a referências acerca das «associações de instrução» esta foi a última que encontrámos no jornal no período aqui considerado (1893-1914), o que não significa que não tenham existido outras, como nos revelam João Freire e Maria Alexandra Lousada⁸¹, quando se referem ao anarquista gaiense António Teixeira de Araújo, que terá feito parte do grupo libertário «Verdade e Luz», em Coimbrões, onde terá funcionado uma escola, da qual não encontrámos nenhuma informação no jornal *A Luz do Operário*.

d) as Associações de Classe e a Instrução

Sobre o papel das associações de classe na instrução operária não dispomos de muitas informações, para além das sessões solenes. Aquela de que dispomos mais dados no campo da instrução é da Associação dos Operários Tanoeiros de Gaia, nomeadamente, a tentativa de instituir uma escola diurna em dois momentos distintos. A primeira referência surge-nos no ano de 1894 e destacava a extrema

⁷⁵ *A Luz do Operário*, n.º 181, 04.02.1900.

⁷⁶ *A Luz do Operário*, n.º 190, 10.06.1900.

⁷⁷ *A Luz do operário*, n.º 206, 20.01.1901.

⁷⁸ À época a principal via da vila era a rua Direita, hoje rua Cândido dos Reis, sendo uma das artérias da parte histórica de Vila Nova de Gaia.

⁷⁹ *A Luz do Operário*, n.º 331, 05.11.1905.

⁸⁰ *A Luz do Operário*, n.º 332, 19.11.1905.

⁸¹ FREIRE & LOUSADA, 2013: 61.

importância da instrução. Referia-se que, caso a aula não abrisse nesse ano, quase de certeza abriria no ano seguinte. Porém, não temos mais nenhuma informação sobre essa iniciativa⁸², que provavelmente não terá vingado, já que em 1898 há uma chamada de atenção aos operários tanoeiros que se preocupavam mais com «jogatinas» do que com o futuro da classe⁸³, e porque em 1900 surgiria uma nova tentativa de instituir uma aula noturna na associação⁸⁴.

Para além destas tentativas, preocupou-se também com outras iniciativas em que eram discutidos os seus problemas. Organizou várias sessões de propaganda, como, por exemplo, em 1900, em que procurou sensibilizar todos os tanoeiros, realizando palestras em Vila Nova de Gaia e Ovar, as três primeiras nas freguesias gaienses com maior número de operários nesta arte (Serzedo, Vilar do Paraíso e Oliveira do Douro)⁸⁵. Temos informação de que também organizou diversos comícios que tinham por objetivos discutir a situação que a classe enfrentava e enviar representações ao governo, como, por exemplo, o comício que se realizou em 1900 na sede desta associação⁸⁶. Estas iniciativas estavam ligadas mais à instrução política, mas também eram uma tentativa de criar uma noção de união de classe entre os associados.

Porém, a intervenção das associações de classe terá ficado aquém das expectativas inicialmente criadas. Em 1913, era publicado um artigo no jornal *A Luz do Operário*, assinado por Ladislau Piçarra⁸⁷, em que afirmava que o operário, para conseguir a emancipação, precisava primeiro de educar o espírito e que, para isso, a instrução teria que começar nas suas associações:

As nossas classes laboriosas sofrem d'uma grande inercia cerebral, e é, precisamente, mercê d'uma tal inercia, que ellas revelam tamanha reluctancia pela cultura literaria. Mas é indispensavel chamar á vida intelectual essas classes, despertar-lhes o gosto pelo estudo; e a melhor fôrma de conseguir este desideratum, repito, é introduzindo a escola nas associações de classe: Primeiro, a escola d'instrucção primaria elementar, depois a d'instrucção primaria complementar e mais tarde o ensino profissional⁸⁸.

⁸² *A Luz do Operário*, n.º 44, 04.11.1894.

⁸³ *A Luz do Operário*, n.º 139, 26.06.1898.

⁸⁴ *A Luz do Operário*, n.º 199, 14.10.1900.

⁸⁵ *A Luz do Operário*, n.º 184, 18.03.1900.

⁸⁶ *A Luz do Operário*, n.º 197, 16.09.1900.

⁸⁷ Este artigo é um original do jornal *A Lucta*.

⁸⁸ *A Luz do Operário*, n.º 447, 17.04.1910.

e) o Centro Socialista de Vila Nova de Gaia e a Instrução

Por fim, no que toca à contribuição do associativismo para a instrução, resta-nos voltar a considerar o Centro Socialista de Vila Nova de Gaia que, como anteriormente referimos, foi fundado em 1899. De facto, este centro foi o que mais ênfase teve na instrução operária, ou não fossem os princípios socialistas que estivessem por detrás da sua ação e da maioria das associações acima referidas.

Logo a 6 de agosto de 1899, e passado pouco tempo da abertura do centro, temos a informação de que este pretendia instituir uma escola e que não se poupava: «a esforços, com o fim de conseguir a emancipação dos trabalhadores, libertando-os das garras aduncas dos loyolas infames»⁸⁹. Apesar desta primeira notícia, só voltamos a ter informação acerca da tentativa do centro instituir uma escola no ano seguinte, sendo noticiado que pretendia criar uma aula diurna⁹⁰. Porém, acreditamos que o centro já a teria instituído, tendo por base vários exemplos anteriores de que, antes da sua constituição, estas instituições criavam primeiro aulas noturnas. Como é noticiado a 14 de outubro desse ano, o centro organizou uma sessão solene para assinalar a abertura desta última⁹¹. Ao que parece, estas seriam muito concorridas, principalmente por crianças, como nos revela uma notícia de 25 de novembro⁹².

A 9 de dezembro, surge nova indicação de que o centro pensava constituir uma aula diurna, o que nos mostra que o plano noticiado anteriormente ainda não tinha sido posto em prática, e que esta ideia surgia novamente tendo como base o sucesso que a aula noturna estava a ter⁹³. Nesta notícia temos ainda a informação de que as aulas seguiam o «Pequeno Manual do Povo», do socialista Manuel José da Silva⁹⁴.

Em 1905, a aula noturna ainda funcionava, como nos comprova uma notícia de 8 de outubro, que nos informa que o centro organizara uma sessão solene para assinalar a abertura do ano letivo na sua escola⁹⁵, não havendo qualquer informação acerca da aula diurna, que, se chegou a concretizar-se, não terá tido grande resultado.

O centro organizou também diversas conferências, sessões solenes, assim como sessões de propaganda, sendo muitas vezes as conferências utilizadas com esse fim.

⁸⁹ *A Luz do Operário*, n.º 168, 06.08.1899.

⁹⁰ *A Luz do Operário*, n.º 197, 16.09.1900.

⁹¹ *A Luz do Operário*, n.º 200, 28.10.1900.

⁹² *A Luz do Operário*, n.º 202, 25.11.1900.

⁹³ *A Luz do Operário*, n.º 203, 09.12.1900.

⁹⁴ *A Luz do Operário*, n.º 203, 09.12.1900.

⁹⁵ *A Luz do Operário*, n.º 329, 08.10.1905.

Logo a 14 de maio de 1899, ou seja, em data anterior à tentativa de instituir uma aula, o Centro Socialista de Vila Nova de Gaia pensava promover uma série de conferências semanais, que se realizariam todas as quartas-feiras, sendo a primeira apontada para a última quarta-feira do mês⁹⁶. Pretendia-se que estas conferências, para além de instrutivas, funcionassem como sessões de propaganda. A 25 de junho, temos a informação de que eram muito concorridas e que abordavam vários temas úteis, daí estarem a contribuir para o aumento do número de sócios⁹⁷. Em setembro desse mesmo ano, as palestras seriam suspensas por ordem das autoridades administrativas do concelho, anunciando-se que só seriam retomadas com ordem das mesmas⁹⁸, o que viria a acontecer cerca de um mês mais tarde⁹⁹.

Em 1906, voltava a noticiar-se que o centro iria realizar uma série de conferências, onde seriam apresentados os princípios do partido, depois de os republicanos terem tentado absorver parte dos seus sócios durante a campanha eleitoral, difundindo a ideia de que o socialismo só tinha razão de ser com o sistema republicano instaurado. Nesta época, o dia escolhido para a realização das conferências já não era a quarta-feira, mas sim o domingo à tarde¹⁰⁰.

Falando na instrução, não nos podemos esquecer dos comícios que se realizavam na Serra do Pilar, no 1.º de Maio. No ano de 1897, temos a informação de que, para além deste, se teria realizado, no Areinho de Oliveira do Douro, um outro para assinalar esta data e que terá decorrido no dia 2 de maio, organizado pela Associação dos Trabalhadores do Porto¹⁰¹.

Definido como «o primeiro feriado do calendário socialista»¹⁰², nenhuma associação operária queria deixar de o celebrar. Por isso, normalmente na noite desse dia, organizavam-se sessões solenes nas sedes das associações.

f) outras associações

Para além das associações já referidas, temos referência a outras que se preocuparam com a instrução dos mais desfavorecidos, que, não sendo exclusivamente operárias, contribuíram também de alguma forma para a instrução popular. Podemos dar como exemplo a Associação do Registo Civil de Gaia, que, aquando da sua instalação, tinha como objetivos criar escolas em diversos

⁹⁶ *A Luz do Operário*, n.º 162, 14.05.1899.

⁹⁷ *A Luz do Operário*, n.º 165, 25.06.1899.

⁹⁸ *A Luz do Operário*, n.º 171, 17.09.1899.

⁹⁹ *A Luz do Operário*, n.º 174, 29.10.1899.

¹⁰⁰ *A Luz do Operário*, n.º 353, 09.09.1906.

¹⁰¹ *A Luz do Operário*, n.º 109, 01.05.1897.

¹⁰² *A Luz do Operário*, n.º 109, 01.05.1897.

pontos do concelho para associados e filhos, assim, como organizar conferências antijesuíticas¹⁰³. Outra coletividade foi a Associação Fúnebre Vilanovense, que em 1897 aprovou em assembleia-geral a abertura de escolas para sócios e filhos¹⁰⁴. Porém, na assembleia seguinte, um grupo de sócios colocou-se contra esta iniciativa, insultando o seu mentor, o que, segundo o redator da notícia, era prova do analfabetismo português¹⁰⁵. A associação cancelou esse projeto, que voltaria a ser equacionado em 1900, quando esta mesma associação aprovou em assembleia-geral, que 80% dos seus lucros revertissem para um fundo de instrução, com o objetivo de criar escolas para os sócios e para os seus filhos¹⁰⁶. E não nos podemos esquecer dos centros democráticos e dos centros republicanos existentes na vila. Segundo o *Almanaque de Vila Nova de Gaia* de 1912, existiam no concelho três centros democráticos e três centros republicanos¹⁰⁷. Porém, estes números poderão não estar corretos, porque nesta mesma fonte só temos a informação de um centro socialista e, como já comprovámos, existiam outros distribuídos por várias freguesias do concelho¹⁰⁸.

5. CONCLUSÃO

Como pudemos observar ao longo deste nosso trabalho, existiram em Vila Nova de Gaia várias associações operárias espalhadas pelo concelho que se dedicaram à instrução. Apesar de não conseguimos relacionar diretamente a II Conferência Nacional Socialista com a criação destas escolas, verificamos que é após a realização desta última que a preocupação com a instrução do operariado vai aqui crescendo.

No entanto, nenhuma destas associações chegaria até aos nossos dias, e poucas ultrapassariam o período temporal aqui abordado. O principal fator que consideramos ser o motivo para o falhanço destas iniciativas, para além dos já invocados ao longo deste trabalho, foi o desinteresse da classe operária por elas. São várias as críticas publicadas no jornal *A Luz do Operário* que nos levam a fazer esta afirmação.

Uma das principais críticas é publicada em 1913 a propósito de uma conferência que tinha decorrido no Centro Socialista de Coimbrões, tendo esta tido pouca assistência. O autor da notícia refere-se a essa situação com a seguinte ironia:

¹⁰³ *A Luz do Operário*, n.º 93, 20.09.1896.

¹⁰⁴ *A Luz do Operário*, n.º 119, 19.09.1897.

¹⁰⁵ *A Luz do Operário*, n.º 123, 14.11.1897.

¹⁰⁶ *A Luz do Operário*, n.º 181, 04.02.1900.

¹⁰⁷ *Almanaque...*, 1912: 110.

¹⁰⁸ Sobre associativismo político, e em concreto sobre os centros republicanos gaienses vd. GUIMARÃES & TEIXEIRA, 2010: 20-28.

*“Onde haverá um baile? Onde haverá uma rifa? Onde haverá uma romaria? Finalmente, onde haverá qualquer divertimento onde se possa bem saciar os nossos desejos na folia?”
Eis a pergunta dos novos, da juventude, dos que deveriam antes perguntar:*

“Onde haverá um Centro operario? Onde haverá uma escola nocturna? Onde haverá uma conferencia operaria? Finalmente, onde haverá qualquer escola, ou mesmo qualquer barraquim, onde nos possamos instruir?”

Como é triste! Muito triste, os novos, os que devem ser os verdadeiros libertadores da sociedade oprimida, sejam os verdadeiros interpretes inconscientes, para a retroceder.

É triste! Muito triste, que os incansaveis propagandistas das sãs doutrinas socialistas, tenham sempre que falar, aos que de há muito os vem ouvindo¹⁰⁹.

Um outro motivo terá sido a falta de diálogo e de estratégia dos líderes do movimento operário gaiense, que culminou com o aparecimento de um grande número de instituições o que impossibilitou a criação de uma associação com maior peso social e apoio, apoio esse que lhe permitia uma estrutura mais sólida e duradoura.

A juntar a estes fatores, consideramos que o aumento substancial de escolas públicas¹¹⁰ e o aparecimento em força dos centros republicanos a partir de 1910, assim como as escolas de credo anarquista, de que a referida no texto é exemplo, terão dado a o golpe final no ideário das «escolas operárias». Por fim, não podemos deixar de referir o papel que as escolas protestantes tiveram na instrução dos operários, sendo que em 1914, existiam em Vila Nova de Gaia quatro escolas promovidas pela Igreja Lusitana.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Hemerográficas

A Defesa (Vila Nova de Gaia, 1911).

Almanaque de Gaia (Porto, 1912).

A Luz do Operário (Vila Nova de Gaia, 1893-1901; 1905-1914).

O Comércio de Gaia (Vila Nova de Gaia, 1897).

¹⁰⁹ *A Luz do Operário*, n.º 529, 15.06.1913.

¹¹⁰ Em 1912 existiam em Vila Nova de Gaia: 40 escolas públicas, sendo 20 masculinas, 17 femininas e 3 mistas, cf. SANTOS, 2014: 46.

Bibliografia

- AFONSO, José António (1994) – 1883 – *Tempo de criação de uma escola (Arcozelo – Vila Nova de Gaia)*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia», 37, 6, p. 53-59.
- BAPTISTA, Eva (2010) – *Vila Nova de Gaia e o Ultimatum: contributo para a História do Republicanismo em Vila Nova de Gaia*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia», 70, 11, p. 59-68.
- CASTRO, Maria João de Abreu Mena Guimarães (1999) – *O Operário (1879-1882) e o movimento socialista no Porto*. Porto: Faculdade de Letras da U.Porto. Dissertação de mestrado.
- COSTA, Francisco Barbosa da; MOREIRA, Maria Fernanda (2001) – *S. Cristovão de Mafamude*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia/ Junta de Freguesia de Mafamude.
- COSTA, Francisco Barbosa da (2005) – *Instituições do Distrito do Porto*. Porto: Governo Civil.
- FREIRE, João; LOUSADA, Maria Alexandre (2013) – *Roteiros da memória urbana do Porto: Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*. Lisboa: Edições Colibri.
- GUIMARÃES, Gonçalves (1997) – *Memória histórica dos antigos comerciantes e industriais de Vila Nova de Gaia: Livro do Centenário da Associação Comercial e Industrial de Vila Nova de Gaia 1897-1997*. Vila Nova de Gaia: Associação Comercial e Industrial de Vila Nova de Gaia.
- GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; TEIXEIRA, Maria de Fátima (2010) – *O Centro Republicano de Pedroso e o associativismo político em Vila Nova de Gaia*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia», 71, 11, p. 20-28.
- MÓNICA, Maria Filomena (1980) – *Ler e Poder: debate sobre a educação popular nas primeiras décadas do século XX*. «Análise Social», XVI (63), 3.º, p. 499-518.
- PERALTA GARCÍA, Beatriz (2002) – *A cultura operária em Portugal: teatro e socialismo durante a Primeira República (1910-1926)*. Cascais: Patrimonia.
- SANTOS, Licínio Manuel Moreira (2014) – *Cultura e lazer operários em Gaia, entre o final da Monarquia e o início da República (1893-1914)*. Porto: Faculdade de Letras da U.Porto. Dissertação de mestrado.
- SILVA, António Manuel S. P. (2013) – *Paróquia de Cristo e Colégio Evangélico Lusitano, um século de testemunho cristão em Oliveira do Douro (V. N. Gaia)*. Vila Nova de Gaia: Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica (Comunhão Anglicana).

ESCOLA DE DESENHO E MODELAÇÃO PARA OLEIROS: FÁBRICA CERÂMICA DAS DEVESAS

ANTÓNIO MANUEL TEIXEIRA LOPES DA CRUZ

Resumo: A «Fábrica de Cerâmica das Devesas» teve, na década de 80 do século XIX, um importante e precursor papel no âmbito da formação de oleiros, tanto da própria fábrica de Gaia como de outras suas concorrentes, que se traduziu na criação duma Escola de Desenho e Modelação para Oleiros em instalações da própria empresa. Sem contar com qualquer apoio estatal, assegurou a Sociedade de Instrução do Porto o suporte possível a esta iniciativa, através do acompanhamento da atividade da escola e da atribuição de prémios aos seus melhores alunos. O famoso escultor José Joaquim Teixeira Lopes (1837-1918) ofereceu-se para tomar a seu cargo a docência das aulas com o máximo empenho e dedicação, sem qualquer remuneração, que se traduziu em rápidos e palpáveis resultados na formação de uma nova geração de artistas.

Palavras-chave: *Oleiros; Ensino profissional; Cerâmica das Devesas; escultor Teixeira Lopes.*

Abstract: Established in Vila Nova de Gaia in the 19th century, the pottery factory “Fábrica de Cerâmica das Devesas” played an important and innovative role in the 1880s when it started the schooling of pottery workers. The company initiated this process for internal needs, expanding it also to other rival companies, and creating its own drawing and modelling school for potters inside its industrial premises. This entirely private initiative was supported by “Sociedade de Instrução do Porto,” a philanthropic association for public instruction which funded some of the educational activities and granted awards to the most promising students. With dedication and no remuneration, the famous sculptor José Joaquim Teixeira Lopes (1837-1918) volunteered to teach these classes, obtaining quick and tangible results and mentoring a new generation of artists.

Keywords: *Potters; Vocational education; Cerâmica das Devesas; sculptor Teixeira Lopes.*



Figura 1. Fachada atual da fábrica “Cerâmica das Devesas”.

Fonte: fotografia do autor

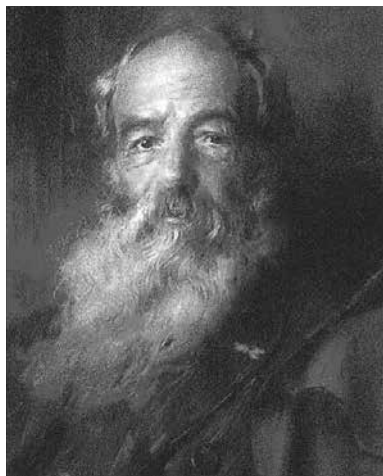


Figura 2. José Joaquim Teixeira Lopes, retrato de José Malhoa.

Fonte: espólio da Casa-Museu Teixeira Lopes

1. DEFICIÊNCIAS FABRIS

Na segunda metade do século XIX, as competências profissionais dos oleiros e técnicos das fábricas cerâmicas de Porto e Vila Nova de Gaia apresentavam graves deficiências e os meios e métodos produtivos em uso mostravam-se notoriamente ultrapassados¹.

2. VIAGENS DE ESTUDO

Para obterem informação que lhes permitisse resolver tais problemas, António Almeida da Costa, José Joaquim Teixeira Lopes e Tomás Nunes da Cunha (fundador, com António Monteiro Cantarino, da Fábrica do Carvalhinho em 1841), entre outros industriais, percorreram vários países europeus nas décadas de 1860-1870, visitando fábricas da sua área de atividade, que, por estarem muito mais avançadas, poderiam contribuir para se atualizarem sobre os mais recentes equipamentos e processos de produção².

3. ESCOLA NOTURNA DAS DEVESAS

Pelos mesmos motivos, na Fábrica Cerâmica das Devesas já funcionara antes de 1881 uma Escola Noturna de Desenho³, criada e dirigida por José Joaquim Teixeira Lopes (1837-1918), destinada a formar os aprendizes da companhia fabril fundada em cerca de 1865, na sequência de outras sociedades dos seus instituidores⁴.

¹ LEÃO, 2003: 11-12.

² LEÃO, 2003: 11-12.

³ Referência ao «Relatório Industrial de 1881», vd. CARDOSO, 2003: 142 (nota 63) e MOURÃO, 1937.

⁴ PORTELA & QUEIROZ, 2001: 61-70.

4. SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO DO PORTO

Em 1880, foi criada a Sociedade de Instrução do Porto por um importante grupo de elementos da elite intelectual, industrial e política, em que se salientava o Professor Joaquim de Vasconcelos (1849-1936), personalidade multifacetada, que muito se interessava pelas questões da formação profissional, particularmente na indústria e artes relacionadas, e que assumiu a direção da revista que esta Sociedade iria publicar periodicamente.

A Sociedade propôs-se promover as artes através de iniciativas adequadas e consequentes, geradoras de resultados práticos⁵.



Figura 3. Professor Joaquim de Vasconcelos, desenho de Rafael Bordalo Pinheiro.

Fonte: *Pontos nos ii*, n.º 146, 23.02.1888

5. EXPOSIÇÃO DE CERÂMICA

Entre tais iniciativas destaca-se a Exposição de Cerâmica de 1882, no Porto, idealizada por Augusto Luso: «que reavivou o interesse por este ramo artístico estagnado tecnologicamente e onde não reinava grande perfeição»⁶.

Foi inaugurada no Palácio de Cristal, em 22 de Outubro de 1882, apresentando aproximadamente 1000 peças, tendo sido atribuídos prémios aos melhores expositores por um júri de que fazia parte Joaquim de Vasconcelos. Afluíram 27 000 visitantes⁷.



Figura 4. Exposição de Cerâmica promovida pela Sociedade de Instrução do Porto.

Fonte: *O Occidente*, n.º 147, 21.01.1883

⁵ LEÃO, 2003: 11-12; VASCONCELLOS, 1884: 105-106; BARRA, 1984: 47-48; CARDOSO, 2003: 125-129, 139-143.

⁶ LEÃO, 2003: 11-12; CARDOSO, 2003: 139-143.

⁷ CARDOSO, 2003: 139-143.

6. CONGRESSO DE CERÂMICA

Em paralelo, teve lugar um congresso que reuniu nove industriais de cerâmica, que decidiram unir esforços no sentido de dotar os seus empregados de maiores qualificações, embora nem todos contribuíssem ativamente.

De facto, só aderiram as Fábricas das Devesas, Torrinha, Cavaco, Massarelos e Bandeira⁸.

7. CRIAÇÃO DA ESCOLA NA “CERÂMICA DAS DEVESAS”

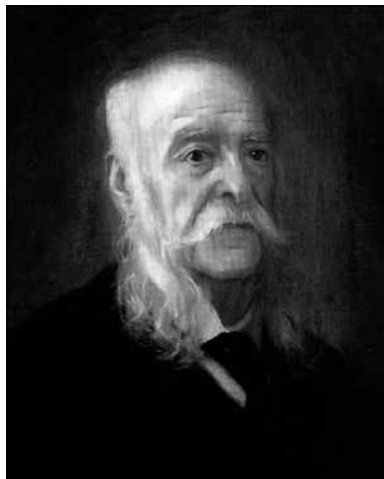


Figura 5. António de Almeida Costa.

Fonte: espólio da Santa Casa da Misericórdia de V. N. de Gaia

Foi, para o efeito, criada uma Escola de Desenho e Modelação para Oleiros, na Fábrica Cerâmica das Devesas⁹. As aulas tinham lugar em instalações da fábrica, sitas na rua Barão do Corvo, onde já funcionara a Escola Noturna de Desenho, acima referida¹⁰. Teixeira Lopes, tendo sempre presentes no espírito as dificuldades contra as quais tinha lutado no início da vida e contando com o apoio do seu sócio António de Almeida Costa (1832-1915), ofereceu-se para professor da nova escola, que foi frequentada por dezenas de operários da Fábrica Cerâmica das Devesas e de outras fábricas congéneres de Gaia e Porto, com a finalidade de lhes transmitir conhecimentos aprofundados de desenho, pintura e modelagem, podendo propiciar-lhes um

enriquecimento profissional significativo, que lhes permitisse evoluir na carreira¹¹.

Esta iniciativa cívica de Teixeira Lopes, na opinião do seu biógrafo Ramiro Mourão: «denota uma visão de tão largo alcance educativo bastaria para perpetuar a memória de Teixeira Lopes como cidadão e artista»¹². Para garantia de continuidade, foi criada uma comissão composta por representantes das fábricas aderentes, que suportaria todas as despesas da nova instituição¹³.

⁸ CARDOSO, 2003: 139-143; VASCONCELLOS, 1884: 105.

⁹ BARRA, 1984: 47-48; CARDOSO, 2003: 139-143.

¹⁰ LEÃO, 2003: 11-12; CARDOSO, 2003: 142; MOURÃO, 1937; BARRA, 1984: 47-48.

¹¹ MOURÃO, 1937; VASCONCELLOS, 1884: 105.

¹² MOURÃO, 1937.

¹³ LEÃO, 2003: 11-12.

8. CONTRIBUTO DA SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO

A Sociedade de Instrução do Porto procurou dar o seu apoio à nova escola, que pelo seu carácter privativo não contava com apoio financeiro do erário régio:

concorre também com uma quota anual, representada por um certo numero de prémios pecuniários, os quais serão distribuídos em cada anno (...), intenção de promover...o aumento de dotação da aula, cujas despesas foram extremamente reduzidas, graças à generosidade do snr. Teixeira..., o qual ensinará gratuitamente os cinquenta alunos da primeira matricula, e continuará na regência até haver pessoal habilitado que o ajude no laborioso ensino¹⁴.

9. ALUNOS

As aulas foram muito frequentadas e ali começaram os seus primeiros estudos numerosos artistas, entre os quais figuraram Joaquim Gonçalves da Silva, que mais tarde se distinguiu pelos seus trabalhos decorativos, e Paulino Gonçalves, pintor cerâmico que atingiu notoriedade e deixou obra, entre muitos outros¹⁵.

10. CARÁCTER PRECURSOR DA ESCOLA

Não é demais salientar o carácter precursor desta escola, fruto da visão de industriais que compreenderam a necessidade de dotar os seus trabalhadores de conhecimentos teóricos e práticos que poderiam alterar para melhor as suas aptidões pessoais e laborais, ao mesmo tempo que as empresas aumentariam a produtividade e a qualidade dos seus produtos.

11. INEXISTÊNCIA DE ENSINO PÚBLICO ADEQUADO (PARA A ÁREA DE ATIVIDADE EM CAUSA)

Numa época em que o ensino público nesta área era inexistente ao nível dos operários e encarregados e a aprendizagem era apenas conseguida na prática fabril diária, é o sector privado que assume essas funções, que só mais tarde passarão para a alçada do Estado.

¹⁴ CARDOSO, 2003: 142; BARRA, 1984: 47-48.

¹⁵ LEÃO, 2003: 11-12; MOURÃO, 1937.



Figura 6. Busto de Camões.

Fonte: *Catálogo Cabral Moncada Leilões*

12. INAUGURAÇÃO DA ESCOLA

A inauguração da Escola de Desenho e Modelação, presidida por Joaquim de Vasconcelos, realizou-se no domingo, 4 de fevereiro de 1883¹⁶:

A assistência foi muito numerosa e foi convidada a assinar a acta inaugural em livro especial. O vasto salão encontrava-se sobriamente decorado. À entrada, estava um busto de Camões, a figura nacional, superior a todas as crises; à esquerda, a estátua do Conde de Ferreira, um benemérito da instrução e da saúde, predominante na acção benfazeja duma fortuna que parecia inesgotável. Cerâmica e desenhos decoravam as paredes da vasta ala industrial, bem como as mesas destinadas ao trabalho dos alunos. A escola tinha lotação para cem aprendizes, encontrando-se inscritos sessenta aquando da inauguração¹⁷.



Figura 7. Estátua do Conde Ferreira.

Fonte: fotografia do autor

José Joaquim Teixeira Lopes, que se tinha oferecido para lecionar, foi alvo de rasgados elogios. De referir que as citadas esculturas representando Camões e o Conde Ferreira eram da sua autoria¹⁹.

Ficou decidido que, semestralmente, se realizaria uma exposição de trabalhos dos alunos, com prémios para os melhores:

Joaquim de Vasconcelos criticou o desleixo dos governos, apontando-os como principais culpados pela crise da indústria em geral. Focalizou a importância da intervenção da iniciativa particular, neste campo de actividade. Assistiui o inspector regional competente, António Simões Lopes, que usou da palavra para dissertar sobre as vantagens das escolas profissionais. Tratava-se de escola preparada para esta actividade especifica²⁰.

¹⁶ LEÃO, 2003: 11-12; CARDOSO, 2003: 139-143.

¹⁷ LEÃO, 2003: 11-12.

¹⁸ Disponível em <<http://tempohistorias.blogspot.pt/2013/10/estatuas-das-devesas.html>>. [Consulta realizada em 03/11/2016].

¹⁹ LEÃO, 2003: 11-12.

²⁰ LEÃO, 2003: 11-12.

13. FINALIDADE DA ESCOLA

Como já foi referido, a Escola de Desenho e Modelação para Oleiros, na Fábrica Cerâmica das Devesas, pretendia ministrar aos operários conhecimentos aprofundados de desenho, pintura e modelação, e uma base teórica de suporte inicial, que lhes permitissem garantir um desenvolvimento técnico-profissional. Condição fundamental para aumentarem a qualidade e produtividade do seu trabalho, adequando-o às concretas necessidades fabris, fator que poderia influenciar a sua progressão salarial.

14. ACOMPANHAMENTO PELA SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO

A Sociedade de Instrução do Porto manteve o acompanhamento do funcionamento da escola, de tal modo que, em junho de 1883, foi visitada por um grupo de sócios daquela organização com o objetivo de: «saudar os fundadores da escola, aplaudir o professor, louvar os discipulos e anunciar que o Club de Villa Nova de Gaya deliberára crear um premio de 15\$000 reis para a Sociedade de Instrução conferir ao alumno mais distincto da escola»²¹.

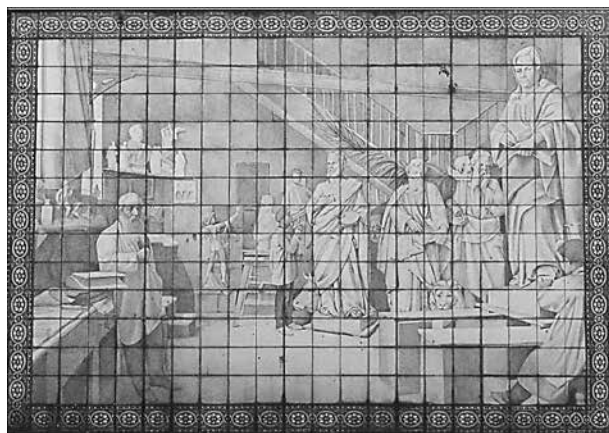


Figura 8.

Teixeira Lopes na sua oficina da “Cerâmica das Devesas”.

Fonte: fotografia do autor

15. A SALA DE AULAS

Não sendo conhecida nenhuma imagem que a retrate, resta descrevê-la brevemente, tomando em consideração o painel cerâmico embutido no muro situado

²¹ CARDOSO, 2003: 139-143.

em frente das instalações principais da Fábrica (fig. 8), que fornece algumas pistas sobre o que poderia ser a sala de aulas. Sala de apreciável área, que permitia acomodar 100 alunos, conforme referido anteriormente. Mesas de boa dimensão compatíveis com a sua função. Estantes ao longo das paredes e ao centro da sala, apresentando modelos em cerâmica ou desenho de obras de arte significativas, a fim de envolver os alunos num ambiente propício, que lhes pudesse despertar curiosidade e apetência artística.

16. RESULTADOS OBTIDOS

O trabalho de Teixeira Lopes deu os seus frutos, a Escola de Desenho e Modelação conseguiu em menos de três anos que os seus alunos desenvolvessem de forma acentuada as suas capacidades técnicas. O impacto nas respetivas fábricas cerâmicas foi assinalável.

Teixeira Lopes passou a lecionar também a cadeira de Geometria Plana, valorizando assim mais as suas aulas, para benefício dos seus alunos²².

17. PETIÇÃO AO GOVERNO

Em 15 de fevereiro de 1884, na sessão ordinária do conselho científico da Sociedade de Instrução do Porto, foi apresentada uma petição assinada por Arthur Ferreira de Macedo, José Joaquim Teixeira Lopes, Marciano Azuaga, Abade Sant'Anna e Silva, António Bernardo Soares e António Almeida da Costa, apelando a que o organismo solicitasse ao Governo a concessão a Gaia duma das três escolas de Desenho Industrial que tinham sido criadas no Porto, por decreto de 3 de janeiro do mesmo ano²³. A proposta foi considerada muito pertinente, aprovada e concretizada²⁴.

18. ALUNOS MAIS DESTACADOS

Com o evoluir do processo de ensino-aprendizagem, Teixeira Lopes ia avaliando os alunos e aferindo as suas capacidades artísticas:

²² MOURÃO, 1937; BARRA, 1984: 47-48.

²³ *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, 1884: 62.

²⁴ *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, 1884: 101-102.

Em Maio de 1884, a imprensa voltou a lembrar a escola do Prof. Teixeira Lopes, nas Devesas. Os prelos gemeram dando à luz da publicidade alunos cujo professor indicou como os mais adiantados. Naquela época, um nome que viesse no jornal diário adquiria um significado parecido com uma condecoração. Tratava-se de estudantes de famílias modestas: Joaquim Gonçalves da Silva, António Pinto da Silva, José de Oliveira Quito, Joaquim Francisco Ruivo, Augusto Ferreira Valente, Artur Gonçalves e Paulino Gonçalves²⁵.

Alguns destes alunos viriam a frequentar depois a Academia de Belas-Artes do Porto.

19. ESCOLA INDUSTRIAL PASSOS MANUEL

Nesse ano de 1884, a Fábrica das Devesas disponibilizou as instalações onde até então tinha funcionado a Escola de Desenho e Modelação para Oleiros, bem como o respetivo material, para a futura escola industrial cuja criação tinha sido anunciada.

A Fábrica prontificou-se a fazer obras para disponibilizar espaço para acolher entre 350 e 400 alunos, em vez dos 100 que era a sua capacidade máxima. Foi estabelecida uma renda anual de 60\$000 réis. Foi nomeado professor da escola o pintor Alfredo Torquato Pinheiro (1850-1910). Por portaria de 29 de dezembro do mesmo, foi atribuída à nova escola o nome de Escola de Desenho Industrial Passos Manuel, que aí se manteve por três anos, após o que foi transferida para outras instalações conservando essa matriz de ensino profissional até cerca de 1925²⁶.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Hemerográficas

O Occidente (Lisboa, 1183).

Pontos nos ii (Lisboa, 1888).

Revista da Sociedade de Instrução do Porto (Porto, 1884).

²⁵ LEÃO, 2003: 11-12.

²⁶ BARRA, 1984: 47-48.

Bibliografia

- BARRA, Alípio (1984) – *Da Escola de Desenho Passos Manuel à Escola Secundária N.º 1*. «Boletim Amigos de Gaia», p. 47-48.
- CARDOSO, Duarte Nuno Barros (2003) – *Sociedade de Instrução do Porto [1880-1889]*. «Douro. Estudos & Documentos», 13, p. 123-152.
- LEÃO, Manuel (2003) – *Uma Escola Profissional de Cerâmica*. «Boletim Amigos de Gaia», p. 11-12.
- LOURÃO, Ramiro (1937) – *Exposição de obras de Teixeira Lopes Pai*. [Porto]: manuscrito.
- PORTELA, Ana Margarida; QUEIROZ, Francisco (2001) – *A Cerâmica das Devesas: um notável complexo fabril oitocentista*. «Boletim Amigos de Gaia», p. 61-70.
- VASCONCELLOS, Joaquim (1884) – *Cerâmica portuguesa*. Porto: Typ. Elzevieriana.

CONTRIBUTOS EDUCATIVOS DA COMPANHIA DE FIAÇÃO DE CRESTUMA (LEVER) PARA O ENSINO EM VILA NOVA DE GAIA

FÁTIMA TEIXEIRA

Resumo: Quem visitar a freguesia de Lever em Vila Nova de Gaia pode observar uma antiga escola primária, cuja fachada patenteia o nome: “Comendador António Pimenta da Fonseca”. O que aqui nos propomos esclarecer é, não só quem foi este homem, que ação teve na referida freguesia e mais concretamente na dita escola, mas também a sua importância no desenvolvimento de outras ações relacionadas com a instrução, o desporto e a ação social enquanto dirigente da Companhia de Fiação de Crestuma, fábrica implantada naquele território em 1854 e que funcionou até à última década do século XX.

Palavras-chave: *Lever; Pimenta da Fonseca; Companhia de Fiação, Educação.*

Abstract: If you ever visit the civil parish of Lever in the city of Vila Nova de Gaia, you will find an old primary school with a name written on its facade: “Comendador António Pimenta da Fonseca”. This paper clarifies who this figure was and the role he played in the parish of Lever and that particular school, discovering in the process his wider influence in sectors such as education, sports and social services during the time he managed the “Companhia de Fiação de Crestuma”, a textile factory in the nearby parish that operated between 1854 and the late 20th century

Keywords: *Lever; Pimenta da Fonseca; Textil factory, Education.*

1. INTRODUÇÃO

Esta comunicação apresentada no colóquio “A História da Educação em Vila Nova de Gaia” resultou de uma investigação mais alargada, fazendo parte de um capítulo da nossa dissertação de mestrado sobre a Companhia de Fiação de Crestuma o qual intitulamos como: «Questões ou preocupações sociais?».

Localizada no lugar das Hortas da freguesia de Lever¹, a Companhia de Fiação de Crestuma começou a funcionar em 1854, pelas mãos de quatro capitalistas e negociantes da cidade do Porto, cujo objetivo principal era a fiação de algodão. Trinta anos depois chega a diretor desta companhia José Moreira Pimenta da Fonseca (fig. 1), ocupando esse lugar até à data da sua morte, ocorrida em 1920, sucedendo-lhe no cargo seu filho António Pimenta da Fonseca (fig. 2).

É sob a direção dos Pimenta da Fonseca que a fábrica atinge maior desenvolvimento económico e prestígio social. Devido à ação paternalista e filantrópica desenvolvida por este clã, foi possível registar os seus contributos nas diversas áreas em geral, e nos educativos em particular. Em 1891, o *Jornal dos Carvalhos*, através do seu correspondente em Crestuma, publicava um artigo resumido sobre as fábricas existentes e a funcionar e as que estavam previstas abrir brevemente na referida freguesia, assim como na vizinha de Lever. Elencando e opinando sobre cada uma delas, remata com o seguinte:

Entre todas é digna de louvor a Direcção actual da Fiação de Crestuma, composta dos Snrs. Manoel Ribeiro Fernandes e José Moreira Pimenta da Fonseca. Este último é industrial bem conhecido do operariado portuense que o respeita como pae terno e carinhoso... isto nos seus estabelecimentos do Porto, aqui [C.F.C.] tem sido de gigante o impulso dado por elle à indústria; não fosse elle o Director da Fiação de Crestuma, a maior parte da população morreria à mingua, pois que, graças á sua energia, e sábia administração se deve o trabalhar continuo da fábrica, o que não sucedia em outro tempo².

Este parágrafo dá-nos o mote ao assunto que nos propomos aqui tratar, na sequência do capítulo enunciado, sobre a averiguação das preocupações sociais por parte desta família de industriais.

¹ A designação Crestuma no nome da empresa deve-se à localização nesta freguesia do seu cais de ancoragem privativo, por onde chegavam as matérias-primas e muitos operários e era feito o escoamento dos produtos manufaturados.

² *Jornal dos Carvalhos*, 01.11.1891, p. 3.

2. A COMPANHIA DE FIAÇÃO DE CRESTUMA: UM EXEMPLO DE FILANTROPIA PRIVADA

Dez anos antes do decreto que veio regular o trabalho das mulheres e menores nas fábricas³, já a comissão que elaborou o *Inquérito Industrial de 1881*⁴ no distrito do Porto apontava nas suas conclusões algumas indicações relacionadas com as questões sociais. Tendo ou não sido levadas em conta, esta matéria acaba por ser legislada, muito embora a sua prática tenha sido apenas aplicada em algumas indústrias e destas apenas numa ínfima parte das fábricas.

Para a Companhia de Fiação de Crestuma não temos dados para todas as alíneas referidas no mencionado decreto, resultado óbvio das sessões da Conferência de Berlim que tinham sido realizadas no ano anterior, contudo, verificamos que aqui em alguns aspetos surtiu efeito desde muito cedo, pelo menos, nesta fábrica.

Tendo em conta que a falta de pessoal habilitado era uma das queixas dos industriais e uma constatação referida nos inquéritos e relatórios, a 2 de março de 1891, foi aqui iniciado: «um curso nocturno de portuguez, francez, latim e desenho, na Fábrica de Fiação, dirigido pelos ex.mos Snrs. Joaquim Francisco de Sá, professor oficial desta freguesia, Hermano de Castro e José Rodrigues da Silva»⁵. Não sabemos quanto tempo durou, quem o frequentou ou que resultados deixou diretamente na fábrica que o patrocinou, mas não deixa de ser um registo interessante para o mesmo ano em que se publicava o decreto, cujo capítulo VI versava sobre o ensino primário e que no seu artigo 25.º dizia o seguinte: «a obrigação do ensino de que trata o artigo antecedente pode ser cumprida em escola pertencente ao estabelecimento industrial»⁶.

Podemos afirmar que a criação deste curso foi uma preocupação social? Provavelmente não. Mas foi com certeza uma tentativa de contribuir para a resolução de uma questão social que nos mostra que estes diretores tinham consciência da



Figura 1. José Moreira Pimenta da Fonseca.

Fonte: espólio da Companhia de Fiação de Crestuma

³ Decreto-lei de 14.04.1891.

⁴ AA.VV, 1881.

⁵ *Jornal dos Carvalhos*, 01.03.1891, p. 3.

⁶ Decreto-lei de 14.04.1891.

falta de pessoal instruído e que o verificavam todos os dias na sua própria empresa, queixando-se por vezes de terem máquinas paradas por não terem operários habilitados para nelas trabalharem.

Independentemente da questão acima tratada, ao analisarmos os relatórios da direcção anualmente apresentados aos acionistas verificamos que de facto existiu, pelo menos a partir de certa altura, uma preocupação social bastante acentuada e discutida em assembleia geral. Atentemos no relatório referente ao ano de 1902 onde são apresentadas algumas queixas sobre a paralisação dos mercados de África, sendo portanto necessário diminuir a produção parando algumas máquinas, reduzindo os dias de trabalho. Contudo, entenderam «empregar o pessoal operário em outros serviços» e três anos depois informam o seguinte: «é triste, senhores acionistas, que achando-se a indústria algodoeira, desde 1900, sob a pressão d'uma crise de trabalho, que compromete, não só os avultados capitaes n'ella empregados, como torna dificultoso o viver do operariado», prosseguindo: «fomos coagidos [...] a trabalhar quatro dias por semana, [...] resultando uma diminuição de salario [que] tornou afflictiva a situação do operariado»⁷.

É possível por estas palavras reconhecer que existia efetivamente uma preocupação social com a situação dos seus operários, coincidindo estes factos com o início das obras para a nova secção de tecelagem, tendo ficado decidido utilizarem o pessoal da fábrica na terraplanagem e remoção de entulho, salvaguardando assim os postos de trabalho.

Em 1912, e na sequência de um grande incêndio que destruiu dois terços da secção de fiação, os administradores dirigem-se à assembleia de acionistas da seguinte forma: «para não juntarmos ao nosso grande desgosto o de termos de licenciar a maior parte do pessoal operário, empregamo-lo no serviço de desobstruir a parte incendiada e assim ficou a coberto da falta de meios para a sua subsistência»⁸. Ora, não havia lei, decreto ou qualquer outro regulamento que obrigasse a resolver desta forma a situação a que se referem estas palavras.

Já em finais da Primeira Grande Guerra, e reconhecendo a carestia a que chegaram os géneros de subsistência, decidiram aumentar os salários do pessoal operário e técnico. Dois anos depois, e na sequência do mesmo problema de carestia, decidiram montar na própria fábrica um serviço de fornecimento de alimentos onde os operários pudessem adquiri-los nas melhores condições de preço e qualidade: «embora com algum prejuízo para a Companhia, que entendemos dever concorrer para suavizar as dificuldades da vida»⁹.

⁷ Companhia de Fiação de Crestuma (C.F.C.) – *Relatório da Direcção e parecer do Conselho Fiscal* [1905].

⁸ C.F.C. – *Relatório da Direcção e parecer do Conselho Fiscal* [1912].

⁹ C.F.C. – *Relatório da Direcção e parecer do Conselho Fiscal* [1921].

Nesta mesma assembleia e com o mesmo intuito foi decidido modificar um edifício para o apropriar a creche e escola onde os filhos dos operários pudessem aprender as primeiras letras e «os conhecimentos elementares da indústria» para mais tarde se tornarem bons profissionais. Preocupação social ou cumprimento do recente decreto que criou o Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral¹⁰? Não conseguimos destrinçar, não deixando contudo de se tratar de mais uma tentativa de contribuir para a resolução de um aspeto parcelar das questões sociais, neste caso o da educação.

No ano seguinte a direção queixava-se da falta de pessoal: «apezar do benefício que a Companhia continua a conceder-lhe, fornecendo-lhe quasi todos os géneros alimentícios em condições excepcionais [...], além de assistência medica e remédios de graça»¹¹. Complementando estes benefícios, estava já em construção uma área para ministrar assistência médica ao pessoal com sala de operações e enfermaria, tendo ainda, em 1924, sido adquirida uma ambulância.

Como temos vindo a observar é difícil delimitar onde começam as preocupações com as questões sociais da época e acabam as tentativas da sua resolução. Se por um lado verificamos a aquisição de equipamento tendo em vista a melhoria da qualidade e condições de vida dos operários, por outro, não podemos esquecer que as queixas de falta de pessoal são uma constante na Companhia. Logo havia que criar condições apetecíveis à cativação de maior quantidade de pessoal.

Mas, entre estes dois paradigmas que temos vindo a tratar, não restam dúvidas de que há uma forte preocupação social por parte da direção da empresa, bem visível mais uma vez, no ano de 1927, quando explodiu a caldeira do seu vapor “Crestuma”, tendo falecido neste desastre o maquinista, o fogueiro e o barqueiro, tendo então sido decidido subsidiar durante algum tempo as famílias das vítimas para minimizar a situação precária em que iriam ficar. Outro tipo de preocupações, eram discutidas frequentemente e referiam-se à construção ou remodelação de novos edifícios, apontando sempre que, para além de aumentar a produção, era necessário melhorar as condições de higiene do pessoal operário.

Mas a grande obra social pensada pela Companhia de Fiação de Crestuma, sob a assinatura do engenheiro António Alla, surge no ano em que rebenta a II Guerra Mundial, entrando em 1940 o projeto nos serviços técnicos da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia de cuja memória descritiva é possível extrair a sua grandiosidade, diversidade de funções e com uma grande componente de preocupação social. Tratava-se da construção de um edifício para creche, refeitório, balneário e sala de reuniões. No que diz respeito ao refeitório especificavam que teria dispo-

¹⁰ Decreto n.º 5 640, de 10.05.1919.

¹¹ C.F.C. – *Relatório da Direcção e parecer do Conselho Fiscal* [1921].

sitivo para aquecimento de comida, lavatórios, casas de banho e chuveiros para o pessoal. Quanto à creche estava previsto uma cozinha, sala de jantar e quarto para a empregada e um outro para lavatório das crianças. Teria ainda casa de banho, roupa e dormitório com dezoito camas.

Outra parte do edifício seria ocupada pela sala de espetáculos, salvaguardando não se tratar de uma casa de espetáculos públicos onde se pagasse bilhete, mas: «apenas um salão onde os operários da Fábrica assistirão a conferencias de carácter cultural e onde os mesmos operários poderão, quando a direcção julgue conveniente, assistir a representações que o seu grupo sénico dê ou à exibição de filmes educativos»¹². Pela descrição pormenorizada deste projeto pode verificar-se que de facto existia uma preocupação social, pretendendo-se inculcar aos trabalhadores o gosto pela sua formação mas principalmente: «retirar da taberna os seus operários e fazer com que assistam a pequenas representações e conferencias que elevem o seu nível de cultura social»¹³.

Ao longo de todo o processo são constantes as preocupações com a higiene, luminosidade, isolamento térmico e localização do edifício, anotando as boas acessibilidades e a proximidade dos bombeiros. Este complexo era ainda contemplado com uma área de venda de fruta ao pessoal.

Não restando pois dúvidas quanto à grande preocupação social na elaboração e descrição de todo este projeto, contudo não devemos esquecer, mais uma vez, que todos estes empreendimentos teriam que estar de acordo com o que a lei previa. Por isso continuamos no fio da navalha, com dificuldades em distinguir a linha divisória entre o que era uma questão social que o capital teria de resolver legalmente e onde começava a preocupação e interesse efetivo pela classe operária.

O projeto de construção obedecia a todos os requisitos legais e foi aprovado pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, mas no relatório de apresentações de contas referente a 1942, a direcção da Companhia de Fiação de Crestuma dirige-se à Assembleia informando: «a construção do edifício para refeitório, creche e balneário, para os nossos operários, tem sido demorada pela dificuldade na aquisição de materiais de construção que escasseiam no mercado, faltando mesmo alguns por completo»¹⁴. Consequência direta da instabilidade mundial que se atravessava, embora a fábrica continuasse a demonstrar lucros equilibrados, a aposta era cada vez mais na remodelação de maquinaria e intensificação da produção, pelo que as obras de implantação de novas estruturas passaram para segundo plano.

¹² Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner (AMSMB) – *Processo de Obras Particulares em nome de Companhia de Fiação de Crestuma* [1940].

¹³ AMSMB – *Processo de Obras Particulares em nome de Companhia de Fiação de Crestuma* [1940].

¹⁴ C.F.C. – *Relatório da Direcção e parecer do Conselho Fiscal* [1941].

Pelo aditamento ao processo chegado à câmara em 1948 verificamos que, três anos antes tinha sido pedido um outro, visto a obra não estar a decorrer no tempo previsto, estando apenas levantadas as paredes e pilastras. Mas mesmo assim o dito aditamento também não foi levado à prática. Pelo que surge então, um projeto de adaptação para pôr um telhado, ficando o edifício apenas com um andar onde seria preterida a sala de espetáculos e reuniões projetada para o segundo piso no projeto inicial. A maior aposta era então no refeitório com uma capacidade de 424 lugares, mas que em horário alternado dava para o dobro «excluindo os mestres»¹⁵.

Após exaustiva descrição a nível funcional, o engenheiro civil responsável pelo projeto¹⁶ remata o mesmo com o seguinte articulado: «numa época em que são bastante grandes as dificuldades com que lutam as empresas industriais, [...] só é para louvar o esforço da Companhia de Fiação de Crestuma em assegurar ainda mais conforto ao seu pessoal operário»¹⁷. Prossegue com outros elogios e conclui que a ideia será mais tarde elevar o segundo andar previsto no projeto inicial, congratulando-se por este projeto lhe ter sido entregue.

Os anos seguintes foram de grande instabilidade para a Companhia de Fiação de Crestuma, quer a nível externo, provocado pelas consequências do pós-guerra, quer a nível interno com o afastamento de um dos diretores, Eduardo Marques dos Santos, e manifestação de doença e debilidade do outro, António Pimenta da Fonseca, que viria a falecer em 1954 sem ver a sua grande obra social concluída. De resto, este projeto iniciado em 1940 nunca se chegou a concretizar, estando atualmente ainda erigido no terreno no mesmo ponto em que se encontrava na época do primeiro pedido de alteração.

Sem termos documentação que nos ateste o lugar exato para a sua construção, verificamos pelo relatório e apresentação de contas relativo ao ano de 1962, agora assinado pelos diretores Arnaldo Allegro de Magalhães e Arlindo Monteiro Pinto, que: «ficaram concluídos os novos refeitório para o pessoal, agora condignamente instalado». Faz ainda referência a novas instalações sanitárias e outras reparações, o que nos leva a concluir que a creche nova e a sala de reuniões e espetáculos nunca passaram da boa vontade e generosidade do diretor executivo António Pimenta da Fonseca que, pelo que veremos a seguir, não deixou de contribuir através de outras ações e empreendimentos para minorar as dificuldades sociais dos seus operários e da própria população da freguesia de Lever.

¹⁵ Permite-nos ter uma ideia do número de operários que trabalhavam nesta época nesta fábrica.

¹⁶ Augusto Nascimento Nunes da Fonseca Júnior, engenheiro e assistente do Instituto Industrial do Porto.

¹⁷ AMSMB – *Processo de Obras Particulares em nome de Companhia de Fiação de Crestuma* [1948].

3. ANTÓNIO PIMENTA DA FONSECA: UM BENEMÉRITO DE LEVER



Figura 2. António Pimenta da Fonseca.

Fonte: espólio da Escola Básica de Painçais 18 Lever

Embora as questões atrás apresentadas fossem discutidas e sancionadas em assembleia de acionistas, estamos em crer que estas medidas eram a expressão da vontade de António Pimenta da Fonseca enquanto administrador da empresa. Tendo nascido na margem direita do Douro, foi ao lado esquerdo que dedicou a maior parte da sua vida. São constantes as notícias na imprensa local sobre as suas visitas à fábrica, desde criança, acompanhado por seus pais e irmã. Assim se verifica que, desde muito cedo, acompanhou de perto a evolução fabril impulsionada pelo progenitor e dele terá herdado a bondade e generosidade de espírito com que tantas vezes foi caracterizado.

Chegado à direção da fábrica em 1920, pouco tempo depois foi agraciado com o grau de comendador¹⁸ deixando a sua memória bem vincada na população local, não só pela sua ação enquanto executivo, mas, principalmente, a nível pessoal. Será possível separar uma coisa da outra? A documentação que conhecemos separa efetivamente a ação social levada a cabo pela empresa da ação de caráter pessoal, contudo, concluímos que se trata de uma só origem e das duas faces de uma só moeda. Não fosse a localização geográfica da Companhia de Fiação e o mais provável é que António Pimenta da Fonseca não conhecesse sequer a freguesia de Lever. De qualquer modo a diferenciação existe e por isso apresentemos agora a sua ação benemérita e social a título pessoal.

Em 1936, os ex-alunos do Colégio do S. Lázaro do Porto organizam uma homenagem a José Moreira Pimenta da Fonseca, pai do seu condiscípulo António. Este grupo, que embarca no vapor “Crestuma” na manhã de 14 de junho, no cais dos Guindais do Porto, chega uma hora e meia depois à lingueta do porto de Crestuma, desembarcando acompanhado por alguns elementos de diversos jornais, sendo recebidos à entrada da fábrica, junto ao busto que anos antes ali tinha sido colocado em frente ao edifício da administração. A homenagem decorreu como

¹⁸ Arquivo Histórico da Presidência da Republica – *Ordem de Benemerência de António Pimenta da Fonseca*, Processo n.º 39 [1929].



Figura 3.
Escola Básica de Painçais, antiga
escola primária Comendador
António Pimenta da Fonseca.
Fonte: fotografia do autor

estava previsto e contou com a participação do piquete de bombeiros privativo da fábrica, todo o pessoal operário e ainda os alunos das escolas oficiais de Lever.

Entre discursos e cumprimentos a festa foi rematada com um: «banquete, primorosamente servido [...], no fim do repasto e por sugestão unânime dos convivas foi feita uma *quête*, que rendeu cerca de 850 escudos destinada aos pobres da freguesia de Lever»¹⁹. Embora quase todos os membros da direção da Companhia estivessem presentes, tratou-se sem dúvida de uma festa particular onde os «pobres da freguesia» não foram esquecidos. Ainda atentando nesta homenagem não é de estranhar aí a presença dos alunos das escolas oficiais, se tivermos em conta uma portaria da Direção Geral do Ensino Primário de 1933 onde se pode ler o seguinte (fig. 3):

*Tendo o comendador António Pimenta da Fonseca prestado relevantes serviços à escola de ensino primário elementar da freguesia de Lever [...] não só contribuindo com valiosos donativos para a sua ampliação e conservação, mas ainda dispensando-lhe o máximo do seu zêlo e actividade [...] manda o Governo da Republica [...] que à referida escola seja dada a designação de Escola do Comendador António Pimenta da Fonseca*²⁰.

A ação benemérita do comendador em relação ao ensino é novamente anotada quando entra nos serviços técnicos da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, a 25 de janeiro de 1947, um ofício em seu nome, pedindo: «autorização pra mandar proceder por sua conta e risco a reparações urgentes no edifício escolar [...], visto haver necessidade de que as mesmas se executem no mais curto espaço de tempo»²¹.

¹⁹ AA.VV., 1936: 16.

²⁰ Diário do Governo, I série, n.º 33, de 10.02.1933.

²¹ AMSMB – *Processo de pequenas obras em nome de António Pimenta da Fonseca* [1947].

A generosidade de António Pimenta da Fonseca não ficou apenas marcada na toponímia escolar ou na memória dos pobres da freguesia. Poucos anos antes da sua morte, recordamos em 1954, ainda inaugurou o parque de jogos do Clube União Desportiva Levensense, agremiação fundada em 1939 por Manoel Vieira Rocha do lugar de Painçais²². Tendo estado inerte durante vários anos, reorganiza-se novamente em 1950. A sua primeira assembleia geral ocorreu no dia um de abril desse mesmo ano com o: «propósito de [o] fazer reviver, dando-lhe normas legais». Nesta mesma reunião foram eleitos os corpos gerentes e apresentado o plano de obras a realizar, mas também as negociações que estavam a decorrer com o intuito de alugar um terreno para a construção do Parque de Jogos. Foi ainda apresentado o projeto dos seus Estatutos.

No ano seguinte, e antes da «Ordem da Noite»²³, aproveitaram para: «enaltecer o auxílio moral e financeiro prestado por sua Excelência o Senhor comendador Pimenta da Fonseca, pedindo a todos os Levensenses para lhe demonstrarem a sua gratidão quando tivessem oportunidade»²⁴. No decorrer da ordem de trabalhos foi nomeada uma comissão para tratar do programa de festas e angariação de fundos para a inauguração do referido parque de jogos. A 12 de maio de 1951 é feita uma reunião extraordinária para apreciação e discussão do programa das festas para a inauguração das bancadas e denominação a atribuir-lhe. Foi então aprovado por aclamação o nome do benemérito comendador, que no caso de recusar recairia no de sua esposa. Prevendo ainda que se nenhum dos dois aceitasse, aguardariam pelas suas mortes: «dando então ao Parque o nome do Ex.mo Sr. Comendador Pimenta da Fonseca que então se não poderá opôr»²⁵. Ficou assim o seu reconhecimento imortalizado no centro da bancada principal através de um painel de azulejos feito pela fábrica do Carvalhinho onde se encontra representado com sua esposa de segundas núpcias, Almerinda da Silva Machado que, a par do marido, praticou também vários atos beneméritos como o que ficou registado nas memórias da Banda Marcial Levensense com a bênção da bandeira por ela oferecida²⁶.

A participação social de António Pimenta da Fonseca não se resume à freguesia de Lever, como o podemos constatar através da sua participação no apoio à construção da igreja do Marquês na cidade do Porto, cuja escultura de Santo António que ostenta a fachada foi por si patrocinada. Mas já em 1931, através do *Comércio do Porto*, contribuíra com o valor de 200\$00 para a Associação de Creches de Santa

²² Arquivo Distrital do Porto (ADP) – *União Desportiva Levensense*, 1979.

²³ Expressão utilizada nestas reuniões por se realizarem sempre à noite.

²⁴ ADP – *Livro de atas da União Desportiva Levensense*, ata n.º 1, 01.04.1950.

²⁵ ADP – *Livro de atas da União Desportiva Levensense*, ata n.º 3, 12.05.1951.

²⁶ *Comércio do Porto*, 25.01.1950, p. 3.

Marinha em Vila Nova de Gaia²⁷. Fica também aqui por referir a sua ação como mesário da Ordem do Carmo no Porto.

5. CONCLUSÃO

Como podemos concluir do que fomos anotando ao longo do texto, existe uma relação constante entre o que poderemos chamar questões sociais e preocupações sociais. Por um lado teremos de distinguir as ações efetuadas sob os desígnios da Companhia inseridas num contexto epocal cujas atitudes e ações realizadas não passavam de um conjunto de satisfações das estratégias patronais, ou seja uma forma de proximidade com os problemas dos operários proporcionando-lhes uma série de comodidades e equipamentos, estabelecendo assim uma relação de reciprocidade, esperando o agradecimento e obediência por parte destes.

Proximidade esta, que no caso da Companhia de Fiação de Crestuma se estendeu, como já vimos, a toda a comunidade local através do desporto e da instrução. Poderíamos mesmo cair na tentação de avaliar estas ações estritamente dentro do quadro ideológico que criou a FNAT e que foi também desenvolvido em fábricas congéneres²⁸. Mas à medida que fomos avaliando a ação individual de António Pimenta da Fonseca que, como já vimos, não pretendia grande visibilidade pessoal²⁹, estamos convictos que mais do que cumprir as diretivas impostas pelo governo e pela sociedade da época, se tratava na realidade de um verdadeiro filantropo dedicado às diversas áreas e muito concretamente à educação.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Documentais

Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner – *Processo de Obras Particulares em nome de Companhia de Fiação de Crestuma*, 1940.

²⁷ *A Luz do Operário*, 21.02.1931, p. 3.

²⁸ Cf. um outro exemplo gaiense de ação social numa fábrica de cerâmica, PEREIRA, 2009.

²⁹ A Direção do União Desportiva Levensense fazia mesmo questão de pôr o seu nome no Parque de Jogos, contudo, não tinham a certeza de que ele aceitasse. Isto porque sendo quase todos eles operários da Companhia de Fiação de Crestuma, conheciam-no suficientemente bem ao ponto de preverem que ele pudesse não o aceitar, o que nos demonstra que não havia por parte do comendador grande interesse na sua promoção pessoal.

Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner – *Processo de Obras Particulares em nome de Companhia de Fiação de Crestuma*, 1948.

Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner – *Processo de pequenas obras em nome de António Pimenta da Fonseca*, 1947.

Arquivo Distrital do Porto – *União Desportiva Levensense*.

Arquivo Histórico da Presidência da Republica – *Ordem de Benemerência de António Pimenta da Fonseca*, Processo n.º 39, 1929.

Fontes Hemerográficas

A Luz do Operário (Vila Nova de Gaia, 1931).

Diário do Governo (Lisboa, 1831-1933).

Jornal dos Carvalhos (Vila Nova de Gaia, 1891).

O Comércio do Porto (Porto, 1950).

Bibliografia

AA.VV. (1881) – *Relatório apresentado ao Ex.mo Snr. Governador Civil do Districto do Porto, pela Sub-Comissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriais*. Porto: Typ. de António José da Silva Teixeira.

— (1936) – *Breves notas monográficas da Homenagem prestada em Lever, pelos antigos alunos do Colégio de S. Lázaro à memória do Comendador José Moreira Pimenta da Fonseca, em 14 de junho de 1936*. Vila Nova de Gaia: [s. n.].

Companhia de Fiação de Crestuma (1905) – *Relatório da Direcção e parecer do Conselho Fiscal*.

— (1912) – *Relatório da Direcção e parecer do Conselho Fiscal*.

— (1921) – *Relatório da Direcção e parecer do Conselho Fiscal*.

— (1941) – *Relatório da Direcção e parecer do Conselho Fiscal*.

PEREIRA, Hugo Silveira (2009) – *A acção social, desportiva e cultural da Fábrica do Carvalhinho*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia», 69.

NOTAS BIOGRÁFICAS

ALDA PADRÃO TEMUDO – Técnica Superior de Arquivo da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, responsável pela direção técnica do Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner desde 1991. Licenciada em História e com pós-graduação em Ciências Documentais – opção de Arquivo, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Autora de diversas publicações e comissária de exposições documentais relacionadas com o património documental arquivístico gaiense.

ANABELA AMARAL – Doutora e Mestre em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto e Licenciada em Ensino de Português e Francês pela Universidade de Aveiro. Investigadora do CIIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas. Professora e Presidente do Conselho Geral da Escola Secundária Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves (Valadares), onde coordena vários projetos europeus ligados à cidadania, pedagogias e tecnologias educativas.

ANTÓNIO MANUEL SILVA – Mestre em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e doutorando nessa área na Universidade de Santiago de Compostela. Desempenha as funções de coordenador do Arquivo Histórico da Igreja Lusitana (comunhão anglicana), em torno do qual tem desenvolvido investigações sobre a sua história específica, como principais figuras, imprensa e estruturas educativas, que se interligam com a história do protestantismo em Portugal.

ANTÓNIO MANUEL TEIXEIRA LOPES DA CRUZ – Bacharel e Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Consultor de empresas em Organização e Métodos de Trabalho e sócio-gerente da sociedade “Quinta Vila Rachel, Lda”. Como investigador tem dedicado a sua atenção à recolha e tratamento sistemático de toda a informação respeitante aos artistas da família Teixeira Lopes.

DÉBORA CRANFIELD RAMALHO – Técnica Superior de Museologia da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, em funções no Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner.

EVA BAPTISTA – Licenciada em Ciências Históricas – Ramo Património pela Universidade Portucalense e especialista em ensino da História e em Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor. Doutoranda em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigadora do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» e do Gabinete de História, Arqueologia e Património, grupo de trabalho da Associação Amigos do Solar Condes de Resende-Confraria Queirosiana. Coautora de manuais escolares de História e de outros trabalhos de dinamização científica e cultural de Vila Nova de Gaia.

FÁTIMA TEIXEIRA – Licenciada em Ciências Históricas – Ramo Património pela Universidade Portucalense e Mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Atualmente exerce as funções de Técnica Superior de História no Gabinete de História, Arqueologia e Património, grupo de trabalho da Associação Amigos do Solar Condes de Resende-Confraria Queirosiana, integrando o projeto PACUG – Património Cultural de Gaia e tendo assinando diversos artigos sobre o património histórico gaiense.

JOAQUIM ANTÓNIO GONÇALVES GUIMARÃES – Licenciado em História, Mestre em Arqueologia e doutorando em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Antigo professor auxiliar convidado da Universidade Portucalense Infante D. Henrique, exerce atualmente as funções de diretor do Solar Condes de Resende, dinamizando o Gabinete de História, Arqueologia e Património, grupo de trabalho da Associação Amigos do Solar Condes de Resende-Confraria Queirosiana. Autor de mais de duzentos e cinquenta estudos e livros sobre Arqueologia, História, Antropologia Cultural e Património.

JOSÉ ANTÓNIO AFONSO – Professor do Instituto de Educação da Universidade do Minho, pela qual é Doutor em História da Educação. Investigador do Centro de Investigação em Educação (CIEd), os seus trabalhos têm-se centrado no domínio da História da Educação, em particular nos movimentos sociais, dispositivos institucionais e práticas discursivas a ela associada. Releva-se o seu interesse pessoal pelo estudo das dinâmicas educativas e de socialização em comunidades protestantes no Portugal contemporâneo e a análise da sociedade portuguesa contemporânea em torno das problemáticas da exclusão social, do insucesso e abandono escolar e dos projetos de desenvolvimento comunitário.

LICÍNIO SANTOS – Licenciado em História e Mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Desempenha as funções de Técnico Superior de História no Gabinete de História, Arqueologia e Património, grupo de trabalho da Associação Amigos do Solar Condes de Resende-Confraria Queirosiana, integrando o projeto PACUG – Património Cultural de Gaia.

MARIA DO CARMO SOARES – Técnica Superior de Arquivo da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, em funções no Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner. Habilitada com o curso de especialização em Ciências Documentais – Arquivo pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

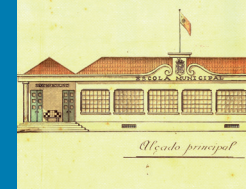
PAULO PIRES VIEIRA – Técnico Superior de História da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, em funções no Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner.

SUSANA MONCÓVIO – Licenciada, Mestre e Doutora em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a par de outros graus académicos nas áreas das tecnologias e gestão em Saúde. Investigadora do Gabinete de História, Arqueologia e Património, grupo de trabalho da Associação Amigos do Solar Condes de Resende-Confraria Queirosiana e do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». As suas publicações nos domínios da História da Arte, Cultura e Estética contemporâneas, colocam a ênfase nos estudos de género, ensino e educação artística.

RESUMO

Explorar e dar a conhecer a polissemia temática da História da Educação em Vila Nova de Gaia foram objetivos que, conjugando vontades e esforços pessoais e institucionais, se materializaram primeiro na realização de um colóquio e agora na publicação deste livro que partilha as visões distintas e significativas dos autores que a ela se têm dedicado.

Um olhar sobre a herança histórica do município gaiense, num contexto alargado de enquadramento que nos remete de Oitocentos até ao presente, indubitavelmente, contribuirá para uma melhor compreensão do fenómeno educativo português, em paralelo com o anúncio de novas linhas de investigação que se revelam da maior pertinência e originalidade para o aprofundamento da História da Educação.



A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM VILA NOVA DE GAIA

COORD.
CLÁUDIA PINTO RIBEIRO
FRANCISCO MIGUEL ARAÚJO

